



UMA PONTE PARA MANAUS
O lugar como alternativa para o projeto territorial

Tais Furtado Pontes



Universidade de Brasília – UnB
Brasília, 2020



UMA PONTE PARA MANAUS

O lugar como alternativa para o projeto territorial

Taís Furtado Pontes

Tese de doutoramento apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

Orientador: Rômulo José Ribeiro- PPG/FAU/UnB

Co-orientador: Joaquín Sabaté Bell – DOUT/UPC

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Rômulo José Costa Ribeiro - Orientador
(FAU/UnB)**

**Profa. Dra. Luciana Saboia Fonseca Cruz
(FAU/UnB)**

**Prof. Dr. Neio Campos
(GEO/UnB)**

**Profa. Dra. Vlândia Cantanhede Heimbecker
(DAU/UFAM)**

**Profa. Dra. Carolina Pescatori Candido da Silva - suplente
(FAU/UnB)**

Tese defendida em 30 de outubro de 2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, força universal e fonte de amor infinito.

Às famílias do Amazonas e de Minas Gerais, pela compreensão com as inúmeras ausências e despedidas. Às famílias, que adotamos e que nos adotaram no Planalto Central e na Catalunha, com as quais compartilhamos momentos de acolhimento e esperança.

Ao professor Rômulo Ribeiro, pela disponibilidade em orientar-me no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília.

Ao professor Joaquín Sabaté, pela generosidade com que me recebeu na Universidade Politécnica da Catalunha e pelos questionamentos que orientaram muitas das reflexões da tese.

Aos professores Neio Campos e Luciana Sabóia, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação e também por aceitarem o convite para participar da banca final. À professora Anamaria Martins pelas preciosas observações na banca de qualificação. Agradeço imensamente à professora Vlória Cantanhede Heimbecker pelas contribuições na banca segundo uma abordagem historiográfica desde Manaus.

Aos professores do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Amazonas por permitirem que eu levasse adiante o processo de seleção para o programa de doutoramento e posterior afastamento para a realização desta tese. À Faculdade de Tecnologia e seu colegiado, pela contribuição no processo envolvido.

À reitoria da UFAM e demais órgãos suplementares que me apoiaram em diferentes momentos desse longo e árduo caminho. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de auxílio financeiro para a realização do curso de doutorado por meio da bolsa Pró-doutoral.

À equipe da secretaria do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-FAU/UnB) pelas inúmeras ajudas com questões administrativas.

Ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) pelo apoio no levantamento de campo no município de Iranduba, em especial ao meu amigo Luiz Herval, ao técnico local de Iranduba, José Maria, e ao gerente do escritório local de Iranduba, Gean.

Ao Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB) na pessoa do Arquiteto Laurent Troost, por compartilhar não apenas informações, mas pontos de vista sobre Manaus.

Ao amigo Eduardo White pela recepção em Iranduba e pelas conversas técnicas sobre Sistemas de Informação Geográfica e sobre a situação fundiária em Iranduba.

Ao amigo Dalton Vale pelas contribuições sobre métodos de georreferenciamento e sensoriamento remoto.

Ao professor Dr. Paulo Graça do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), pela disponibilidade em conversar e apresentar algumas das pesquisas desenvolvidas pelo INPA para a área de estudo.

À Fundação Vitória Amazônica (FVA) nas pessoas de Fabiano, Heitor e Artur, pelas conversas e trocas de experiências sobre a Região Metropolitana.

Ao professor Dr. Geraldo Alves do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFAM, pelas conversas durante o processo de pesquisa que contribuíram para ampliar a rede de contatos local.

Em especial agradeço a João Lucas, não apenas pelo incentivo, mas pelo sucesso ao assumir precocemente o rumo de sua vida com independência e responsabilidade e também pela ajuda “fundamental” na reta final da tese. Ao Hélio, minha melhor companhia, obrigada pelo amor e cumplicidade. Ao Jorge, que viveu de perto essa aventura maluca como um super-herói!

RESUMO

A ideia de fronteira e de margem guiaram a dominação e a ocupação da Amazônia. Manaus se desenvolveu como núcleo urbano à medida que ações estratégicas para a dominação da porção central da Amazônia brasileira se tornaram necessárias com vistas a ampliação de fronteiras. Considerada uma cidade às margens do Brasil, teve seu território produzido por processos abruptos de crescimento econômico seguidos de declínios. Hoje, Manaus reproduz lógicas de ocupação urbana típicas de outras cidades latino-americanas que têm sua espacialidade coordenada pelo livre mercado do solo urbano. No entanto, mesmo diante de um processo de metropolização, que tende a ser intensificado pela implantação da ponte sobre o rio Negro, a paisagem urbano-regional desvela alternativas para seu projeto territorial. Para defender essa tese, parte-se do território como fundamento teórico que é entendido como produto social, projeto de poder e como forma passível de apreensão e representação. Tal ponto de partida culminou na hipótese de que a leitura e representação da paisagem é um método analítico-propositivo adequado à instrumentalização do projeto territorial comprometido com o lugar. O resgate do lugar, numa perspectiva de projeto de futuro, permitiu afirmar a necessidade de construção de uma nova cultura de planejamento que promova uma descolonização do pensamento urbanístico em contribuição a uma transição paradigmática desde o sul-global, Amazônia central, Brasil.

ABSTRACT

The idea of *border* and *margin* guided the domination and occupation of the Amazon. Manaus developed as an urban nucleus as strategic actions for the domination of the central portion of the Brazilian Amazon became necessary with a view to expanding borders. Considered a city on the margins of Brazil, Manaus had its territory produced by abrupt processes of economic growth followed by declines. Today, Manaus reproduces logics of urban occupation typical of other Latin American cities that have their spatiality coordinated by the free market of urban soil. However, even in the face of a process of metropolization, which tends to be intensified by the implantation of the bridge over the Negro River, the urban-regional landscape unveils alternatives for its territorial project. To defend this thesis, I start from the territory as a theoretical foundation that is understood as a social product, a power project and as a form capable of apprehension and representation. Such a starting point culminated in the hypothesis that the landscape is an analytical-propositive method suitable for the instrumentalization of the territorial project committed to the place. The rescue of the place, in the perspective of a project for the future, made it possible to identify the need to build a new planning culture, which promotes a decolonization of urban thinking in order to contribute to a paradigmatic transition from the global south, Amazon, Brazil.

SUMÁRIO

SIGLAS	7
FIGURAS	9
QUADROS	12
GRÁFICOS	12
<u>DIÁRIO DE BORDO</u>	<u>13</u>
<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>19</u>
QUESTÕES CENTRAIS E HIPÓTESE	21
AMAZÔNIA E METROPOLIZAÇÃO DE MANAUS	23
OBJETIVOS E METODOLOGIA	27
METODOLOGIA E ESTRUTURA DA TESE	27
<u>1. TERRITÓRIO</u>	<u>30</u>
TERRITÓRIO, PRODUTO SOCIAL E PROJETO DE PODER	32
PALIMPSESTO E SIMULTANEIDADES	36
ESCALAS, EVENTO E LUGAR: VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES	39
TERRITORIALIZAÇÃO, DES-TERRITORIALIZAÇÃO, RE-TERRITORIALIZAÇÃO (TDR), MULTITERRITORIALIDADE E REGIÃO	44

INTERPRETAÇÕES DO TERRITÓRIO: ÁRVORE E RIZOMA	48	A PAISAGEM GLOBALIZAÇÃO	175
AMAZÔNIA, ÚLTIMA FRONTEIRA PARA UM TERRITÓRIO-MUNDO	54	SÍNTESE ANALÍTICA DA PAISAGEM	204
2. ALTERNATIVAS PARA O PROJETO TERRITORIAL	58	CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
A REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO: UM PROJETO DE PODER	59	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	219
A PAISAGEM, UMA ALTERNATIVA PARA O TERRITÓRIO ENQUANTO PROJETO	63	ANEXO 1 – LISTA DE ASSENTAMENTOS URBANOS (CAMPO)	242
O PROBLEMA DA PAISAGEM COMO MÉTODO CIENTÍFICO	67	ANEXO 2 – MUNICÍPIOS	245
ESCLARECIMENTOS EPISTEMOLÓGICOS	70		
A URBANÍSTICA E O TERRITÓRIO COMO PROJETO	71		
CULTURAS DE PLANEJAMENTO	72		
VISÕES DE MUNDO, PARADIGMAS, IDEOLOGIAS E UTOPIAS PARA UMA TRANSIÇÃO			
PARADIGMÁTICA DESDE O <i>SUL-GLOBAL</i>	81		
PARADIGMAS DOMINANTES NA AMÉRICA LATINA E BRASIL	84		
PLANEJAMENTO URBANO E TERRITORIAL NO BRASIL	85		
A DESCOLONIZAÇÃO DA IMAGINAÇÃO POR UMA UTOPIA DESDE O <i>SUL-GLOBAL</i>	101		
3. UMA PONTE PARA MANAUS...	103		
O LUGAR COMO PONTE	104		
SUBSTRATO SUPORTE DA OCUPAÇÃO	106		
A PAISAGEM DA CONQUISTA	129		
PAISAGEM DA MODERNIZAÇÃO	147		

SIGLAS

ANM – Agência Nacional de Mineração

APA – Área de Proteção Ambiental

APP - Áreas de Proteção Permanente

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAR – Cadastro Ambiental Rural

COHAB – Companhia de Habitação

CPRM – Serviço Geológico do Brasil

DTRS - Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável

EID – Eixo de Integração e Desenvolvimento

Enid - Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IIRSA - Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MI - Ministério da Integração Nacional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

OT - Ordenamento Territorial

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PIOT - Plano Insular de Ordenação do Tenerife

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNOT - Política Nacional de Ordenamento Territorial

PPA – Plano Plurianual

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

POLAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTCP - Plano Territorial de Coordenação Provincial

PTMB - Plano Territorial Metropolitano da Região de Barcelona

MDE – Modelo Digital de Elevação

RL - Reservas Legais

RMM – Região Metropolitana de Manaus

SAGMACs - Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais

SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SRTM - Shuttle Radar Topography Missio

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TVA - Tennessee Valley Authority

UC – Unidade de Conservação

Sava - Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico

Semta - Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico

FIGURAS

Figura 1: Olaria na AM-070; Taberna em Paricatuba; Condomínio na AM-070; Igreja na Comunidade São Sebastião	14
Figura 2: Comunidade Catalão; Porto Cacao-Pirêra; Mutirão; <i>Skyline</i> de Manaus desde Cacao-Pirêra.....	16
Figura 3: Estrada de acesso ao Campus da UEA; Conjunto habitacional Minha Casa Minha Vida na estrada da UEA; Açougue na comunidade Portelinha; Loteamento Nova Amazonas.	17
Figura 4: Localização da Região Metropolitana de Manaus.....	24
Figura 5: Visão geral da Região Metropolitana de Manaus.....	24
Figura 6: Território de Manaus – aproximação escalar	26
Figura 7: Relação entre escalas: global, regional, local	41
Figura 8: Sequência temporal de ‘eventos’	44
Figura 9: Seção do vale de Patrick Geddes.	48
Figura 10: Carta Topográfica do Tenerife, Ilhas Canárias elaborado por Sabino Berthelot, 1898.	61
Figura 11: Âmbitos de intervenção singulares do PIOT	76
Figura 12: Ordenação dos espaços abertos da Região Metropolitana de Barcelona segundo sua funcionalidade paisagística.	77
Figura 13: Áreas não aptas a implantação de equipamentos de gestão de resíduos.	79
Figura 14: Mapeamento da Camada ‘Assentamentos’- 5ª Nota.....	80
Figura 15: Mapeamento da camada Substrato (meio físico)- 5ª Nota.....	80

Figura 16: Tipologia intraurbana e padrões de crescimento de núcleos	90
Figura 17: Descontinuidades territoriais da América do Sul.....	93
Figura 18: Mosaico de Unidades de Conservação Baixo Rio Negro.....	98
Figura 19: Principais hidrovias da América do Sul	108
Figura 20: Localização das principais capitais latino-americanas e hidrovias brasileiras	108
Figura 21: Principais elementos da drenagem da várzea	109
Figura 22: Sub-bacias da Bacia Amazônica na região Metropolitana de Manaus	109
Figura 23: Cidade de Careiro da Várzea debaixo d'água na enchente de 2012.	110
Figura 24: Fênomeno "Terras Caídas",	110
Figura 25: Encontro das Águas	111
Figura 26: Principais rios na região de Manaus	112
Figura 27: Rede de drenagem local	113
Figura 28: Tendência de recobrimento.....	114
Figura 29: Esquema de tipos de leitos e planície de inundação	116
Figura 30: Estrutura geomorfológica da bacia ocidental da Amazônia, região de Manaus.....	117
Figura 31: Formação geomorfológica da região de Manaus	118
Figura 32: Cotograma do Rio Negro em Manaus, abril de 2019.	119
Figura 33: Mapa demonstra relevo da região de Manaus, segundo faixas hipsométricas quando a cota do rio Negro atinge 20m, momento de águas baixando, já próximo à cota mínima.	121
Figura 34: Mapa demonstra relevo da região de Manaus, segundo faixas hipsométricas – cota do rio Negro 30m (para fins de legenda foi usada a cota arredondada de 30m, mesmo sabendo que a cota máximo foi de 29,97m.	122
Figura 35: Careiro da Várzea, junho de 2014. As ruas são tomadas anualmente pelas águas do rio Solimões, que sobe de maneira gradual e possibilita a adaptação dos moradores à paisagem natural.	123
Figura 36: Perfis esquemáticos Região de Manaus	125
Figura 37: Hidrografia e Várzea na Península de Iranduba e Manacapuru.....	126
Figura 38: Mapa hipsométrico - curvas de nível da Ilha de Iranduba. Em branco, as terras mais altas, acima de 120m, em cinza mais escuro, áreas de influência das águas das cheias.....	127
Figura 39:Hipsometria ilha de Iranduba, vazante, água atingindo a cota de 20m	128
Figura 40:Hipsometria ilha de Iranduba, cheia, água atingindo a cota de 30m...	128
Figura 41 (esquerda): Diagrama do modelo da década de 1950 que representa uma perspectiva comum na antropologia do período, colocando a Amazônia em um contexto periférico na história cultural da América do Sul.	131
Figura 42 (direita): Diagrama inspirado na hipótese de disseminação da cultura e civilização no Norte da América do Sul a partir da região de Manaus/Iranduba, conhecido como "modelo cardíaco".....	131
Figura 43: Mapa da "Quarta parte do Mundo".....	134
Figura 44: Prospecto da Fortaleza do Rio Negro. Autor: João André Schwebel - coleção dos prospectos das aldeias e lugares notáveis - 1756.....	140
Figura 45: Eixo colonial: Belém-Lisboa. Manaus, núcleo secundário na rede	142
Figura 46: Paisagem de Manaus início do século XIX por Franz Keller	143

Figura 47: Croqui esquemático, Manaus em 1853.....	144	Figura 64: Brasil Relações hidroviárias Brasil-Global.....	175
Figura 48: Paisagem da vila de Manaus entre 1817 e 1820. À direita, a moradia elevada do solo aponta que sua localização é nas bordas de um curso de água e que a paisagem foi observada na época da vazante.	144	Figura 65: Rede de influência das cidades brasileiras, Regic (IBGE, 2007)	177
Figura 49: Principais Vilas no século XVIII.....	146	Figura 66: RMM - Infraestrutura Rodoviária e núcleos urbanos.....	180
Figura 50: Diagrama - Novos Eixos comerciais Manaus-Inglaterra, Manaus-EUA. Linha tracejada, diáspora, migrantes nordestinos para Amazônia.....	148	Figura 67: Principais assentamentos: Em preto, as cidades; em amarelo os distritos, e; em laranja, comunidades rurais.....	182
Figura 51: Mapa das rotas de navegação a vapor na Amazônia, 1893.	149	Figura 68: Rede de distribuição de energia para Manaus, abrangência regional	183
Figura 52: Rede de cabos de telégrafo 1901.	150	Figura 69: Rede de distribuição de energia para Manaus, abrangência metropolitana.....	184
Figura 53: Paisagem do Porto de Manaus em dia de regata, 1885.	151	Figura 70: RMM - Áreas protegidas da RMM.....	185
Figura 54: Fotografia da Ponte dos Remédios de 1890.....	152	Figura 71: Infraestrutura viária da região de Manaus.....	186
Figura 55: Plantas de Manaus 1852, 1896 e 1930 e registro de paisagens zonas portuária fins do século XIX.....	154	Figura 72: Áreas desmatadas e antropizadas, região de Manaus	187
Figura 56: Traçado viário de Manaus em 1900, igarapés aterrados e pontes.	155	Figura 73: Áreas desmatadas e antropizadas, região de Manaus - aproximação	188
Figura 57: Cidade de Manaus 1969, sistema viário, porto e pontes.....	162	Figura 74: Principais sítios arqueológicos na RMM (Sítios IPHAN)	189
Figura 58: Cidade flutuante, 1960	163	Figura 75: Localização de sítios arqueológicos em Iranduba.....	189
Figura 59: POLAMAZON.....	165	Figura 76: Localização de sítios arqueológicos e assentamentos – sobreposição de camadas.....	189
Figura 60: Localização geográfica das Colônias japonesas do pós-guerra na península de Iranduba. À esquerda a Área 1: Colônia Bela Vista, à direita Área 2: região de Cacau-Pirêra	167	Figura 77: Terras indígenas delimitadas e RMM.....	191
Figura 61: RMM – área da SUFRAMA. Em Amarelo área da SUFRAMA,.....	169	Figura 78: Jazidas minerais na Região Metropolitana de Manaus.....	192
Figura 62: à esquerda, esquema viário proposto no PDLI 1975; à direita, sistema viário do Distrito Industrial, zona leste.	172	Figura 79: Arena da Amazônia; fundos, ponte rio Negro	193
Figura 63: Cidade de Manaus 1976, sistema viário, pontes, portos e aeroportos.	174	Figura 80: Localização das infraestruturas viárias implantadas após 2007 – novos eixos de expansão metropolitana.	194
		Figura 81: Paisagem panorâmica do Centro de Manaus “Beira rio”.....	197

Figura 82: Paisagem panorâmica da outra margem direita da ponte.....	198
Figura 83 Malha viária de Manaus nos anos de 1930, 1965, 1985, 2015.....	200
Figura 84: Malha viária de Manaus Manaus-Iranduba	201
Figura 85: Estrutura fundiária – Iranduba.....	202
Figura 86: Sistema viário Iranduba-Manacapuru e possível localização de uma ponte ligando Manaus à BR-319	203

QUADROS

Quadro 1: Principais pontes implantadas entre 1881-1957.....	161
Quadro 2: Recenseamentos Gerais Estado do Amazonas entre 1872 e 1970... ..	170
Quadro 3: Regiões Metropolitanas - população e densidade.....	176
Quadro 4: Quadro síntese - escala Global/Regional – Amazônia	204
Quadro 5: Quadro síntese - escala Urbano/regional – Manaus	205

GRÁFICOS

Gráfico 1: População de Manaus, série histórica desde 1872.	176
Gráfico 2: População – Municípios da RMM, IBGE, Censo 2010.....	177
Gráfico 3: Municípios da RMM - Área territorial (km²)	178

DIÁRIO DE BORDO

É pelo questionamento e não pelas respostas que se alcança a medida do conhecimento (RAFFESTIN, 1980, p. 10).

Manaus, 18 de maio de 2020.

A ponte....

O caminho do barco está agora inscrito na paisagem. Ela une duas margens opostas do Rio Negro: de um lado, Manaus, bairro da Compensa; de outro, no município de Iranduba, Ponta do Pepeta, Distrito de Cacau-Pirêra, distante 27 km da sede do município Iranduba.

“20 de setembro de 2018, Iranduba, Região Metropolitana de Manaus - visita de campo”

Íamos eu e o técnico do IDAM¹, que gentilmente me acompanhou naquele dia para reconhecimento da zona rural, que vem passando por um rápido processo de urbanização. Entramos em uma estrada vicinal, e depois de passarmos por

¹ Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas.

loteamentos clandestinos, áreas de agricultura, áreas devolutas e florestas, chegamos a uma comunidade. Casas de madeira, algumas em alvenaria com tijolos aparentes, muros quebrados, cercas no chão. Cenário de abandono nas ruas de terra. Ninguém caminhava por ali às 10h da manhã de uma terça-feira. Nenhuma criança...só o silêncio. Mas, de repente, rompendo o silêncio daquele dia morno, gritos de louvor ecoaram. Em uma casa no fim da comunidade, uma evangelização pentecostal dominava o território vazio. Dobramos a rua. Um mercadinho, um açougue fechado e adiante, outra igreja, dessa vez uma igreja Adventista, que, destacando-se das construções do entorno, ostentava uma fachada reluzente em vermelho e portas de vidro. Pedi que parasse o carro para que pudesse fotografar, e ele recomendou: - melhor não sair do carro. Aqui é uma área perigosa, observe as janelas fechadas, as grades e o lixo ao redor das casas. Não anda ninguém na rua por aqui, esse território está dominado pelos traficantes.

Em campo, no dia seguinte...

Partimos do porto de Iranduba, rio Solimões, com destino às comunidades costeiras da Várzea, margem oposta a Manaus, menos sujeita à pressão do mercado imobiliário. De longe era possível apreciar o *skyline* do Porto da Ceasa e Mauzinho. A rabeta navegava rápido por canais que pareciam ruas (são os furos), e, de um lado e do outro, casas de madeira suspensas do chão se espalhavam dispersas sobre a várzea. Terra fértil, muitos trabalhando na agricultura, alguns barrancos caídos e uma tranquilidade contrastante com a cidade de Manaus ao fundo. Pensei: _o modo de vida local ainda sobrevive aqui, em plena metrópole da floresta!



Figura 1: Olaria na AM-070; Taberna em Paricatuba; Condomínio na AM-070; Igreja na Comunidade São Sebastião

Perto dali encontramos a comunidade de Catalão flutuando sobre as águas do Solimões. Uma igreja, uma escola, casas agrupadas, posto de gasolina...tudo flutuando pelos paranás! Crianças correndo sobre as tábuas, pulavam, nadavam e brincavam. A comunidade estava com sua população reduzida, pois algumas famílias haviam sido transferidas para a terra firme, a qual havíamos visitado no dia anterior. A remoção foi em função do fenômeno das terras caídas, que colocava em risco a vida dos moradores na época da vazante do rio. A comunidade é de produtores rurais que cultivam a terra fértil das várzeas do Lago Catalão e da Península de Iranduba quando as águas baixam. Eles possuem o domínio da técnica construtiva em madeira para a construção de casas flutuantes e desenvolveram estratégias para driblar as adversidades climáticas e as modificações geomorfológicas pelo deslocamento de sedimentos, que alteram a paisagem todos os anos. Os que foram transferidos para a terra firme, reproduziram a tipologia típica da comunidade, e construíram suas casas suspensas do solo. Suas hortas e a organização comunitária contrastam com as outras propriedades de agricultura familiar do entorno. Por algum motivo, eles trouxeram a cultura da várzea para a terra firme, onde, poucos estão dispostos a cultivar a terra e muitos proprietários rurais estão transformando suas glebas em loteamentos por iniciativa própria.

Primeiro dia de campo...

Pela manhã, saí de Manaus em direção a Iranduba. A ponte estava movimentada, mas sem o congestionamento sufocante de Manaus. Atravessei o rio Negro. Paisagem de céu e água! Cruzada a ponte, a estrada continua em uma área

alagada. Igapós podem ser avistados como uma manta líquida, híbrida, onde terra e água se mesclam e a vegetação aquática submerge. Depois, Burititis, olarias, placas promocionais de empreendimentos imobiliários, informalidade, feira e o Distrito de Cacaupirêra.

À beira do Rio Negro, Cacaupirêra ainda guarda o seu porto, que sempre teve um caráter de improviso e abandono, mas que antes da inauguração da ponte era o principal local de acesso a Manaus. Era um porto movimentado boa parte do ano, até que chegava a vazante e o porto passava para a Ponta do Pepeta, onde hoje é a extremidade da ponte. Nos dois portos chegavam as balsas com carros e ônibus interurbanos que eram disputados por pessoas em longas filas de espera que se formavam sobre a terra, a lama e as passarelas de madeira. Carros e caminhões, também em filas improvisadas e muito comércio informal, assim era a vida no porto antes da ponte. Agora, embarcações pequenas e médias ainda aportam no porto, mas a vida ali não é mais a mesma. “Não tem mais a clientela”, diz o comerciante que ainda resiste no local. O comércio migrou para a beira da estrada. A aglomeração urbana que se formou em função da dinâmica do porto, sobrevive sem grandes melhorias. Casas simples, muitas em palafitas em áreas alagáveis, permanecem com sua gente empobrecida, sem muita alternativa. Do porto de Cacaupirêra pode-se contemplar a paisagem do centro de Manaus, onde seus altos edifícios se impõem solenes no alto platô sobre a imensidão do Negro.

Uma ponte para Manaus: o lugar como alternativa para o projeto territorial

Segui na direção da sede do município de Iranduba pela AM-070, antiga rodovia Manoel Urbano, ao longo da qual estão sendo implantados postos de gasolina, lojas de conveniência, pequenos centros comerciais e condomínios, ou postos de comercialização, com moradias para todos os gostos. Seguindo a rodovia, à esquerda está o Mutirão, antigo bairro de Cacau-Pirêra, acessível também por embarcação a depender do nível do rio Negro. Bairro de baixa renda com muita gente nas ruas. A falta de infraestrutura não impediu que se autoconstruísse uma comunidade urbana, dinâmica e viva. Agora, com o solo valorizado pela proximidade de Manaus, a antigo Mutirão, bairro “perigoso”, “zona vermelha”, começa a expor uma diversidade de estabelecimentos comerciais, grandes depósitos de materiais de construção, postos de gasolina, restaurantes e outros serviços urbanos ao longo da rodovia.

...

Continuando na Rodovia Manoel Urbano, a aproximadamente 12 km está o acesso ao futuro Campus da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), uma rodovia com quatro faixas por sentido e um largo canteiro central. Em alta velocidade, na estrada nova e sinalizada (coisa rara no Amazonas) continuei na direção da UEA quando à minha esquerda, sobre um platô, um conjunto do Programa Minha Casa Minha Vida despontou na paisagem. Pequenas casas iguais repetidas no mesmo alinhamento, crianças na rua, bicicletas e pipas. Vizinhos com suas cadeiras e mesas de café, mantendo os velhos costumes caboclos naquele novo espaço regular. Mas a rua, as casas... tudo parecia fora de lugar, como se a paisagem reclamasse sua existência. De fato, as pessoas produzem o território.



Figura 2: Comunidade Catalão; Porto Cacau-Pirêra; Mutirão; Skyline de Manaus desde Cacau-Pirêra.

Uma ponte para Manaus: o lugar como alternativa para o projeto territorial

Aproximadamente 20 km depois da ponte, acessei à esquerda a “estrada do Iranduba”. Ali havia um intenso movimento de motocicletas, pessoas e carros. No trecho, dominado por pequenas propriedades rurais, muitas entradas de ramais e loteamentos. As paisagens urbana e rural pareciam uma coisa só. Não há o fim do urbano e o começo do rural. Loteamentos urbanos se dispersam pelo território rural e resquícios do rural permanecem como resistência às pressões do mercado imobiliário. Bem próximo ao núcleo urbano, algo impressiona: os loteamentos residenciais Nova Amazonas I e II e o Nova Manaus. Ambos, ainda por ocupar, ensaiam o que deve vir a ser a cidade de Iranduba nos próximos anos.

Impressiona o fato de que a ponte está possibilitando uma continuação de Manaus, uma zona de expansão urbana que se desenha sobre um novo vetor de crescimento. Nesse eixo a oferta de lotes urbanizados próximas ao centro de Manaus (15 min de carro) tornou-se uma alternativa acessível e privilegiada para os moradores de Manaus. Condomínios amurlhados lindeiros à rodovia AM-070 estampam *outdoors* promocionais com imagens de áreas de lazer com lagoas naturais e igarapés, que podem ser desfrutados com comodidade e segurança de dentro do condomínio. Tudo isso com lotes generosos a poucos minutos do centro de Manaus.

...

A ponte não apenas liga Manaus a outros municípios, mas cria sua própria extensão.



Figura 3: Estrada de acesso ao Campus da UEA; Conjunto habitacional Minha Casa Minha Vida na estrada da UEA; Açougue na comunidade Portelinha; Loteamento Nova Amazonas.

A ponte permite que a travessia do rio seja realizada em 15 min. Antes, os veículos efetuavam a travessia em balsas (*Ferryboats*) que saíam do Porto São Raimundo, com destino ao Porto de Cacau-Pirêra. A travessia de passageiros era realizada pelas cooperativas de lanchas, que saíam do Porto São Raimundo. Desde que a ponte foi inaugurada em 2011, a paisagem na margem direita vem se alterando ao longo da rodovia AM-070 e nas estradas vicinais, onde estabelecimentos comerciais e loteamentos conformam novos tecidos com textura variável marcados por novas territorialidades.

A valorização do solo servido pela infraestrutura viária impulsiona processos de des-territorialização dos antigos habitantes, que, frente aos novos valores do solo, vendem suas propriedades urbanas ou loteiam seus imóveis rurais.

A paisagem em urbanização é bastante evidente no trecho entre a ponte e o Município de Iranduba, mas pode ser também observada nas estradas vicinais que ligam a AM-070 às margens do Rio Negro, caracterizadas por chácaras de fim de semana, sítios e equipamentos de turismo e lazer, e as vicinais que ligam a rodovia ao rio Solimões, as estradas do Januari e Caldeirão.

Não é possível interpretar o rural como realidade distinta do urbano, uma vez que estão imbricados. O modo de vida urbano conduz a novas territorialidades híbridas, na terra firme e na várzea. O território urbano não cabe no plano diretor e não pode ser compreendido e planejado com base em modelos de zoneamento funcional e normativas de parcelamento do solo disponíveis hoje para o planejamento territorial. Tão pouco, políticas setoriais e leis de proteção ambiental são suficientes para lidar com essa realidade.

INTRODUÇÃO

Alternatives are not lacking in the world. What is indeed missing is an alternative thinking of alternatives.

Boaventura de Sousa Santos (2020)²

Ainda que noções e conceitos abstratos e aparentemente consensuais, como sustentabilidade e justiça social, unifiquem compromissos éticos em torno do território em diferentes escalas, países e cidades do mundo³, a sociedade civil e o mercado convivem em constante conflito nos territórios urbanos que neutralizam cada vez mais o entorno, numa constante anulação da natureza por meio das técnicas. Nesse contexto, os limites urbano-rural tornam-se cada vez mais tênues⁴ e o modo de vida urbano, movido por uma espécie de utilitarismo e inconsciência ideológica, banaliza o sistema de espaços livres e o solo - substrato natural - a fim de extrair recursos que alimentem processos de “desenvolvimento” urbano-regional. A falta de domínio sobre esses processos de ocupação urbana expõe o problema central da tese: a necessidade de métodos descritivos e interpretativos de suporte

² Projeto: Alice, espelhos estranhos. Lições imprevistas. Disponível em: <<https://alice.ces.uc.pt/en/>>. Acesso 2019.

³ No ano de 1992 foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, evento que sinalizou o reconhecimento por parte da

comunidade política internacional da necessidade de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização de recursos naturais.

⁴ Tendo em vista o poder de penetração do modo de vida urbano no rural o IBGE propõe atualmente uma reclassificação dos espaços rurais e urbanos do Brasil, identificando novos critérios para a realização do Censo Demográfico de 2021.

ao projeto territorial que, para além do projeto técnico de infraestruturas, dos zoneamentos e planos diretores municipais, considere os estoques de espaços livres, a água como elemento estruturante, massas florestais e cultivos agrícolas, a cultura e a identidade do lugar como potencialidades para novas abordagens de planejamento.

A estruturação territorial na atualidade obedece às lógicas do capital privado e de agentes sociais em arranjos de cooperação ou opressão sobre o ambiente (LEFEBVRE, 1972, 1978, 1986). Os Municípios, tendo autonomia para ordenar o uso do solo urbano, dificilmente são capazes de controlar ou ordenar as ações dos agentes na produção do espaço periurbano onde autoconstruções, loteamentos clandestinos, condomínios e equipamentos se mesclam a áreas rurais produtivas, terras devolutas e comunidades rurais. Em contextos metropolitanos a atuação supramunicipal é ainda mais complexa, exigindo cooperação e articulação política e institucional na gestão do território. A diluição dos limites das cidades expõe problemas sociais e ambientais relacionados à ocupação do solo periférico e, sobretudo, a ineficácia de mecanismos capazes de orientar o crescimento urbano sobre zonas ditas rurais e florestais (SANTORO, 2014).

Assumir a fusão entre o urbano e o regional parece ser a melhor maneira de lidar com o fenômeno na atualidade, para isso é interessante a compreensão de um “urbano-regional” que segundo Soja (2015) resulta do poder que as cidades possuem em criar sinergias internas e em rede como resposta ao poder globalizante do capital.

Territórios periféricos das grandes cidades brasileiras exibem uma paisagem de aparente descontrole e são o espelho da crise na cultura de planejamento do Brasil. Nas regiões metropolitanas, onde as dinâmicas interurbanas são mais intensas, uma variável é acrescida ao problema: a dificuldade de governança intermunicipal dessas zonas de transição urbano-rural. Existe uma **lacuna** quanto aos métodos de planejamento que sejam capazes de articular as sobreposições normativas, a setorização das políticas territoriais (BECKER, 2004), e as limitações dos planos diretores em contextos de urbanização periférica (SANTORO, 2014).

O desafio de buscar alternativas para o projeto territorial vai ao encontro de um resgate do papel ativo dos lugares, como uma “revanche do território”, no sentido atribuído por Milton Santos em seu breve, mas essencial artigo, publicado no ano de 1998: “O retorno do território”, onde evoca o lugar como a dimensão onde ainda é possível haver uma resistência da sociedade civil, observando a realidade de dentro e propondo alternativas para mudanças futuras. O entendimento do território, enquanto quadro da vida em constante mutação, seria então “fundamental para afastar o risco da alienação, o risco da perda de sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (SANTOS, 1998. p.15).

A paisagem resultante das transformações desses territórios urbano-regionais pode fornecer indícios para métodos de leitura, descrição, representação e planejamento de processos de expansão do tecido urbano em zonas periféricas e intersticiais metropolitanas. Tais métodos e descritores devem possibilitar que sobreposições normativas e políticas setorizadas sejam articuladas por meio do

mapeamento e decodificação de fenômenos morfológicos, naturais e culturais que estão por trás da materialidade do urbano-regional e das territorialidades produzidas pelos agentes em arranjos competitivos no mercado do solo urbano e rural.

Como o território pode ser adotado como noção fundamental para o planejamento da expansão urbana articulando, em múltiplas escalas, preocupações ambientais, econômicas e sociais?

QUESTÕES CENTRAIS E HIPÓTESE

Essa questão deu origem à **hipótese central**: de que o território fornece subsídios para o seu próprio projeto e para o planejamento de processos de urbanização. Daí decorre a segunda hipótese, de que a paisagem pode indicar um instrumento método a ser explorado para a decomposição descritiva, narrativa e morfológica do território, e por isso, não só um método, mas um meio para o planejamento territorial.

De modo a verificar as hipóteses, toma-se como objeto de observação empírica a paisagem urbana de Manaus, partindo da premissa de que o território é um projeto de poder (RAFFESTIN, 1993 [1980]) que resulta de constantes sobreposições de sistemas de objetos e de ações que são historicamente determinados em diversas escalas (SANTOS, 2008 [1985]; 2008 [1996]; 1999), como um palimpsesto, constantemente escrito e reescrito no espaço pela sociedade (CORBOZ, 2004 [1983]).

A adoção da noção de território como produto social e projeto de poder e da instrumentalidade da paisagem enquanto método e meio para o projeto do território, constitui a base argumentativa da tese e o método de leitura e análise empírica. O entendimento do território segundo a teoria relacional do poder de Raffestin (1993 [1980]), subsidia a descrição e análise dialética da paisagem da Região Metropolitana de Manaus (RMM) em duas escalas: global e urbano-regional.

Objeto

A construção do território Amazônico desde o período pré-colombiano até os dias de hoje, resultou de constantes tentativas de dominação fundamentadas em movimentos de des-territorialização e re-territorialização que, por um lado, foram consequência de projetos de poder para a ampliação de fronteiras e dominação do território nacional, por outro, resultaram da resistência dos habitantes originais indígenas e das relações com os migrantes cujas territorialidades são percebidas na paisagem atual.

A construção do território de Manaus e a urbanização de seu entorno relaciona-se, tanto às forças globais e nacionais que ali atuam, quanto às dinâmicas do lugar, do espaço vivido que se produz no cotidiano. Na **escala do espaço urbano-regional**, busca-se compreender os processos de des-territorialização e re-territorialização que marcaram a conformação de uma rede urbana regional e deram origem às cidades do entorno de Manaus, hoje, Região Metropolitana. Na escala local, atestam-se fenômenos recentes de transformação territorial emanados desde do polo primaz de Manaus, como dinâmicas de conurbação na margem direita do rio Negro e expansão da mancha urbana dispersa sobre ambiente rural e de floresta.

De modo a compreender tais processos de territorialização em curso, e leitura da paisagem é realizada em três escalas: Global, Nacional/Continental e Local (urbano-regional). Assim, será possível refletir a respeito do papel do território como “foco de resistência” ao poder imposto pela economia do mercado globalizado, baseada no valor de troca e não no valor de uso do território. Pretende-se também com isso desvelar como o território, enquanto projeto de poder, manifesta através da paisagem, conflitos e contradições entre escalas, culturas e intenções dos agentes em constantes processos de territorialização, des-territorialização e re-territorialização.

No sentido epistemológico e pragmático, cabe buscar pontos de convergência para reivindicar o território como base para atuação do arquiteto e urbanista. Para tal, nos alerta Gregotti, são necessários métodos e não normas (GREGOTTI, 2004 [1972]) para planejar e intervir no território partindo de sua identidade, ou “código genético” (SABATÉ, 2010). A decomposição da forma do território e dos elementos estruturantes da paisagem em múltiplas escalas pode contribuir para a compreensão de processos históricos de interação entre indivíduos/ coletividades com o meio ambiente desvelando possibilidades para um projeto de futuro.

Justificativa

Por muito tempo o território foi “adotado” como objeto de estudo das ciências geográficas e ambientais, no entanto, sua representação e leitura, ainda não se operacionalizaram em termos de prática criativa e imaginativa de modo a fornecer métodos adequados para a transformação do espaço como exercício

propositivo. Tal práxis, que cabe ao arquiteto e urbanista, exige uma certa dose de “futurologia”, entendida em termos de manipulação da variável tempo-espaço-futuro como elemento chave no processo de projeto e planejamento. Nesse sentido, a descrição por meio do mapeamento da paisagem e sua narrativa, fornecem métodos de aproximação que permitem fundamentar escolhas, ações e projetos na direção de um futuro desejável para o território. É, portanto, necessário instrumental metodológico que assuma o território em suas múltiplas escalas e temporalidades, e que seja capaz de conduzir interpretações dos processos de urbanização a partir do conjunto de fatores e relações envolvidas.

A paisagem ao se comportar como um elo entre o território e o projeto (GREGOTTI, 2004 [1972]), entre o passado e o futuro é uma construção transversal (SANTOS, 2008 [1996]), e fundamentada na percepção dos objetos produzidos e funcionalizados pelos atores em interação no meio, por isso, fornece um método para a interpretação/ análise, descrição/narrativa e projeto do território. O reconhecimento do território, de suas identidades físicas estruturantes e de sua construção histórica cultural, revela-o como forma de resistência à tendência opressora da urbanização contemporânea dominada pelo modelo de desenvolvimento neoliberal, que impõe uma homogeneização dos lugares frente aos imperativos do Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI, 2012). Tal reconhecimento passa pela interpretação de atos territorializantes, que

conformaram a paisagem atual e pela sua interpretação, preferencialmente coletiva⁵, como base para pensar o território futuro.

Contrariando o domínio tecnocrático e instrumental na produção do espaço urbano e das infraestruturas, a paisagem pode desempenhar um papel importante para vislumbrar alternativas de futuro em processos de urbanização. Ela pode ser uma plataforma para operar em territórios metropolitanos (VECINA, 2014) sustentando decisões de investimentos em infraestrutura, restauração ecológica e manejo do meio ambiente. Enquanto meio e método, pode contribuir para o entendimento coletivo sobre a produção do espaço promovendo assim o empoderamento de comunidades a partir do reconhecimento e divulgação das particularidades das paisagens locais e regionais (MAGNAGHI, 2011) e como um ponto de resistência aos efeitos homogeneizantes da globalização (BÉLANGER, 2016).

AMAZÔNIA E METROPOLIZAÇÃO DE MANAUS

A Amazônia tem assumido um papel crucial na atualidade por conta da preocupação global com as questões ambientais. A mídia nacional e internacional

veicula matérias sobre os desmatamentos recordes na região, que atingiram proporção inédita com um aumento de 85,3% em 2019 em relação ao ano anterior. A Amazônia Legal brasileira representa 59% do território nacional e abarca todos os estados da região Norte do país (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Além da floresta sob influência do rio Amazonas, estão na Amazônia Legal 67% das florestas tropicais do mundo, áreas de campo, cerrado e o pantanal (IMAZON, 2009). Sua população aumentou de 8,2 milhões, em 1970, para cerca de 24 milhões em 2010. A densidade demográfica é baixa, cerca de 4,86 hab/km², enquanto a média nacional é de 22,4 hab/km². Na Amazônia as duas regiões metropolitanas de Belém e de Manaus, concentram respectivamente 2.505.242 e 2.676.936 habitantes (IBGE, 2019).

⁵ A decodificação e interpretação coletiva da paisagem não cabe nesta tese, uma vez que depende de uma logística para pesquisa com os diversos atores envolvidos nas transformações territoriais. Caberia ao poder público, em uma situação real de definição de projeto e política territorial, envolver os atores para análise da paisagem e proposição de cenários futuros.

Na Região Metropolitana de Manaus (RMM), a fusão de zonas rurais e urbanas vem alterando a paisagem periférica ao longo dos principais acessos rodoviários: AM-010, BR-174 e AM-070. As duas primeiras conformam o vetor de crescimento na direção norte da cidade e a AM-070 agora acessível desde Manaus por meio da ponte sobre o Rio Negro, estimula a expansão de Manaus na direção sudoeste nos municípios de Iranduba e Manacapuru. Ao longo das hidrovias e cursos de água, dos furos e igarapés navegáveis se distribuem as principais cidades, vilas e comunidades em um arranjo espacial dentrítico, distinto das áreas de “terra firme”, que obedecem a um crescimento que se ramifica ao longo dos caminhos rodoviários e estradas vicinais.

As bordas periféricas guardam grandes estoques de espaços livres e naturais (PONTES e HEIMBECKER, 2017), áreas produtivas de agricultura, sítios arqueológicos (IPHAN, 2019), estoques minerais e energéticos (CPRM, 2019), no entanto, o planejamento desses territórios tem sido negligenciado ou não tem priorizado as cidades como o lócus do desenvolvimento (BECKER, 2013) e por isso é objeto da tese. A emergência de novas territorialidades coloca em xeque a capacidade do poder público em planejar o espaço metropolitano. O fenômeno, que já há algum tempo deixou de ser assunto de especialistas e acadêmicos, se tornou pauta constante de noticiários de grande circulação, que denunciam a falta de controle sobre os processos de crescimento da mancha urbana e as consequências ambientais e sociais do problema. O que não se discute com tanta frequência são alternativas, ou projetos de futuro, para esses territórios.

Becker explica a ocupação da Amazônia como um fenômeno que acontece em “surto devassadores” relacionados, via de regra, à valorização de um produto tropical no mercado internacional. A esses surtos de crescimentos, seguiam-se longos períodos de estagnação. Aqui argumentamos que a esses períodos de estagnação econômica não corresponderam inércia na produção do território e que no âmbito da urbanização, esses períodos de crise significaram maior liberdade para novas formas de interação homem-meio e territorializações espontâneas, que respondiam às necessidades das camadas sociais empobrecidas, que deram origem às primeiras áreas de expansão da cidade de Manaus e foram a gênese de muitos núcleos e povoados que, posteriormente, viriam a compor a rede urbana da região de Manaus.

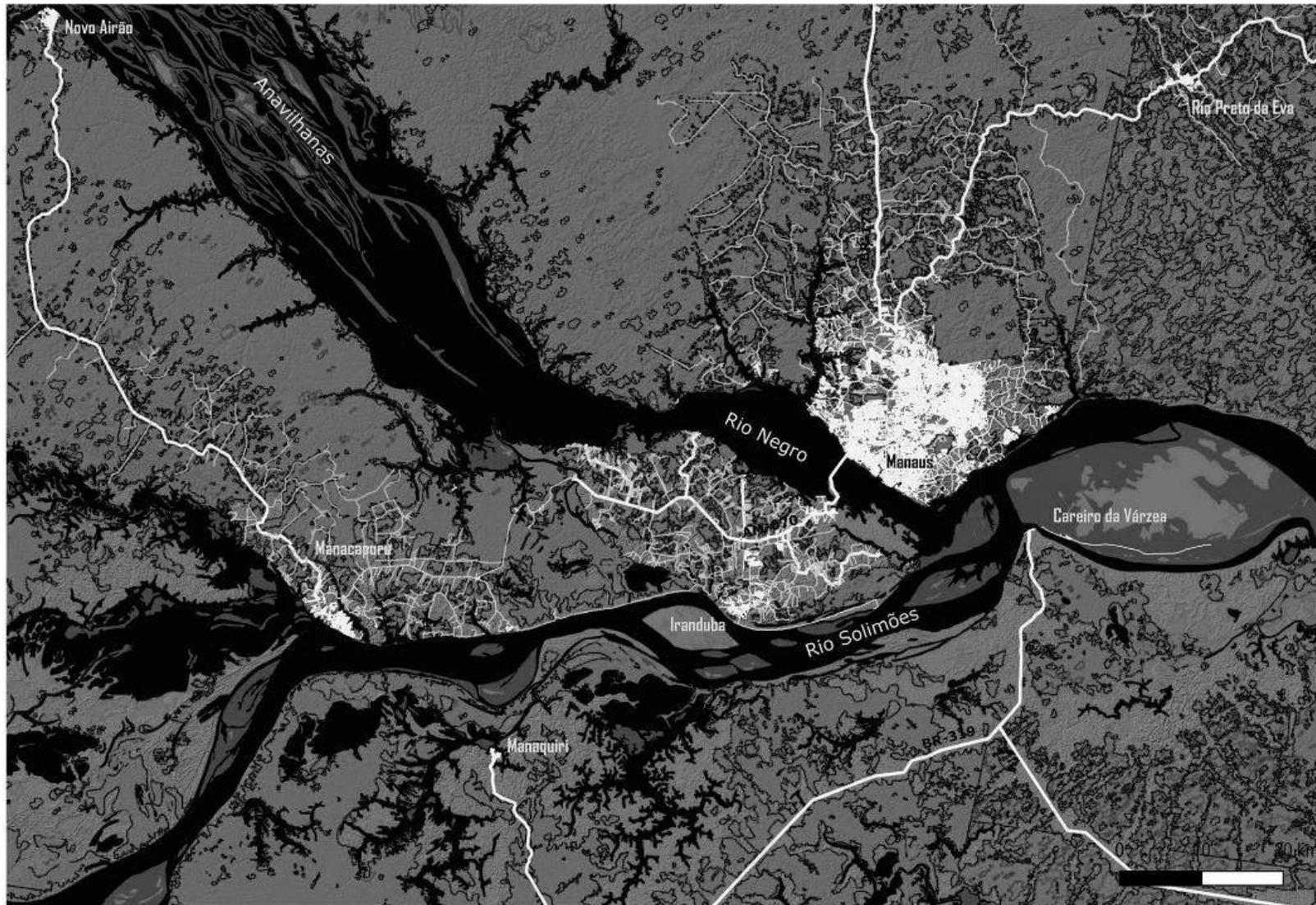


Figura 6: Território de Manaus – aproximação escalar
Fonte: Elaboração própria sobre base SRTM. Shapefiles: INPE, IBGE.

OBJETIVO GERAL

A tese assume três pontos de partida: i) o território como produto social e projeto de poder, por isso, sujeito não apenas ao poder político mas também ao poder simbólico e à fluidez da informação que organiza a sociedade em rede (LEFEBVRE, 1972; CASTELLS, 2000 [1996]); ii) a paisagem como método de leitura, descrição e projeto do território, e; iii) a paisagem como mídia, capaz de transmitir significados aos atores envolvidos no processo de construção territorial.

A inquietação teórica entorno do fenômeno da territorialização resulta de uma busca, tanto acadêmica quanto profissional, por compreender as formas de apropriação, dominação e transformação do espaço social, lócus do fazer arquitetônico e urbanístico. Ademais processos de urbanização periféricos de Manaus despertaram a atenção para os problemas da neutralização do lugar e da naturalização dos abismos sociais e da destruição ambiental.

Contribuir para o planejamento urbano e territorial partindo da análise multiescalar da paisagem de Manaus de modo a reivindicar o papel do lugar na formulação de políticas públicas sobre os processos de territorialização. A análise multiescalar busca desvelar como Manaus consolida um projeto de poder sobre a Amazônia frente as constantes tentativas de dominação e modernização empreendidas à escala global, regional e local, culminando nos processos de territorialização engendrados pela construção da ponte sobre o rio Negro.

Objetivos específicos

Estruturar um quadro teórico sobre a noção de território segundo contribuições dos campos disciplinares da geografia e da urbanística;

Propor a paisagem como método analítico e instrumento de projeto (propositivo), capaz de reintroduzir a sociedade como parte do sistema natural e político na direção de novos projetos para o território;

Debater a necessidade da utopia para o projeto territorial como uma alternativa para a “descolonização do pensamento urbanístico” (MIRAFTAB, 2016) e “emancipação social”, rumo ao fortalecimento de uma transição paradigmática (SANTOS, B.A. 1988, 2005) que parta do lugar, como uma *ponte*, para imaginar e projetar cenários futuros;

Analisar a paisagem do território de Manaus buscando no território subsídios e alternativas para o debate sobre a necessidade de uma nova cultura de planejamento e projeto territorial a nível local.

METODOLOGIA E ESTRUTURA DA TESE

Parte-se de duas abordagens: uma, teórico-metodológica; outra, empírica. Por isso, a tese é dividida em 3 momentos: um primeiro no qual se explora teoricamente a noção de território; no segundo, se propõe a paisagem enquanto método analítico propositivo, depois, investiga-se sobre culturas de planejamento e projeto territorial que lançam mão de métodos inovadores que consideram a paisagem enquanto método de descrição e conhecimento do território e a utopia como posicionamento necessário para a elaboração de cenários de futuro. Num

terceiro momento, a intenção é validar a hipótese partindo de uma análise da construção histórica e multiescalar do território de Manaus, considerando o arcabouço teórico-metodológico anteriormente construído.

No primeiro capítulo é explorada a noção de território segundo uma perspectiva relacional da Geografia Política de Claude Raffestin (1993 [1980], 1982, 2009) e da Teoria do Espaço Geográfico de Milton Santos (1999, 2008 [1996], 1993, 1982, 2008 [1985], 1994) culminando nas noções de territorialidade, desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialidades (DELEUZE e GUATTARI, 1997a [1980], 1997b [1980]; SACK, 1986, 1983; HAESBAERT, 2001, 2004a, 2004b, 2005, 2007; MAGNAGHI, 2001, 2005; SAQUET, 2009; SOUZA, 2000, 2009).

O segundo capítulo é uma busca por alternativas para o projeto territorial, partindo da premissa de que a representação do território é um instrumento de poder e a leitura rizomática da paisagem como método aberto e alternativa metodológica, analítico-propositiva, para o planejamento do território. Considerando os inconvenientes e ambiguidades do conceito de paisagem, argumento sobre seu potencial enquanto método científico capaz de subsidiar a leitura do território e seu projeto (SAUER, 1925; STEINZ, 2004a, 2004b; NASSAUER, 2012; HOUGH, 1990; MCHARG, 1992 [1969]; FOLCH, 2003; FOLCH e BRU, 2017; BELANGER, 2016, 2017; RODÁ, 2003; ROGER, 2007; TARDIN, 2005; TERRADAS, 2003; WALDHEIM, 2016). Exploro o papel da cartografia e dos mapas na produção de conhecimento sobre o território e seu projeto (CRAMPTON E KRYGIER, 2008; KEMPENAAR et. al. 2006; LÉVY, 2008; WOOD, 2014; ACSELRARD, 2013).

Questiono as matrizes discursivas por trás das culturas de planejamento argumentando pela necessidade considerar o lugar como uma *ponte* para o planejamento territorial para isso proponho, com base em estudos de experiências internacionais de planejamento territorial, a representação e a comunicação da paisagem como instrumental de planejamento. Depois, argumentando sobre a necessidade do pensamento utópico para a imaginação de alternativas de futuro para o território, reivindico a descolonização do pensamento urbanístico. Dando continuidade ao capítulo, argumento sobre a necessidade de paradigmas, ou visões de mundo, comprometidas com o lugar, para tal recorro ao pensamento de Boaventura de Sousa Santos que sugere que uma transição paradigmática deve partir de uma visão descolonizada, desde o sul-global. E por fim, recapitulo os paradigmas dominantes no planejamento urbano e territorial no Brasil, percorrendo tentativas e posicionamentos normativos e legais, instituídos ou apenas ensaiados, pelo poder público nas diversas instâncias que envolvem os fenômenos urbano e ambiental

No capítulo 3, realizo uma leitura multiescalar do território de Manaus partindo da análise da paisagem resultado das interações dos atores com o meio natural no decorrer da história da cidade. O território é entendido em termos de forma e projeto, e a paisagem é analisada tanto através das formas territoriais resultantes de um projeto de poder, quanto das ações espontâneas e resistências dos que estão excluídos desse projeto. A análise espacial do território de Manaus se dá em duas escalas: global/nacional e urbano-regional. Primeiro, decodificam-se as formas de ocupação da Amazônia, frente as constantes tentativas de dominá-la,

delimitá-la e inseri-la no contexto de uma economia global, partindo da noção de território como um projeto de poder e dominação (BECKER, 1974, MACHADO, 1993, 1997). Depois, busca-se compreender o papel do território de Manaus na configuração de uma rede urbana regional e a estruturação de uma região metropolitana. Por fim, é realizada uma análise mais detida das dinâmicas de urbanização na margem direita do rio Negro, em especial no município de Iranduba, alavancadas pela inserção da ponte sobre o rio Negro em 2011, que criou um novo eixo de expansão urbana de Manaus nessa direção. Para as análises deste capítulo, foram elaborados Mapas a partir de referências bibliográficas, dados secundários e fontes primárias obtidas por meio de levantamento em campo. A metodologia utilizada para a produção dos mapas se baseou na utilização de imagens de satélites, sensoriamento remoto, composição vetorizada e articulação de bases georreferenciadas utilizando o software livre Qgis. A análise se apoiou em pesquisas provenientes de teses e dissertações, artigos e livros sobre a região e por fim, interpreta o território segundo as categorias definidas no primeiro bloco da tese, baseados na análise relacional do território, confrontando a hipótese de que no território estão as chaves para seu próprio projeto.

Importante destacar o papel da elaboração cartográfica para a realização da tese, sendo possível afirmar que, o processo de desenho foi o método analítico, explorado de maneira aberta, quase rizomática, que forneceu argumentos à medida que o território era representado, desenhado, descrito, narrado e imaginado. Assim, à medida que se desenhava o território, novas conclusões, *insights* e percepções eram vislumbradas e novos territórios se desvelavam.

No último capítulo apresentado conclusões que remetem ao confronto entre as teorias adotadas para a argumentação sobre o território, enquanto noção capaz de prover subsídios para a compreensão do urbano-regional, e a efetiva instrumentalidade da paisagem enquanto método e meio para o projeto territorial

1. TERRITÓRIO

A produção territorial é um processo complexo que devemos aprender a descrever e a entender para reproduzi-lo ou modificá-lo através do planejamento territorial, com o objetivo de aperfeiçoá-lo e/ou de o projetar (RAFFESTIN, 2009, p. 26).

O território e sua materialidade são diariamente manipulados no âmbito profissional e acadêmico da arquitetura e urbanismo, no entanto, é necessário refletir mais detidamente sobre o território enquanto produto social. Não basta pensar no território como uma delimitação de área com limites jurídicos-administrativos. Processos de transformação do espaço urbano contemporâneo resultam do incremento da mobilidade física e informacional que estão na origem da globalização dos lugares e amplificam a crise da territorialidade que se manifesta através da fragilização das fronteiras, seja entre o urbano-rural, entre países e regiões, entre cidades, ou ainda na redução do poder do Estado-Nação em controlar e ditar seu projeto de território (HAESBAEERT, 2004). Nesse contexto, o lugar, ou território vivido, desponta como lócus de resistência aos processos de globalização (SANTOS, 1994).

Milton Santos (1994) propõe um “retorno do território”, ou uma “revanche do lugar”, fundamentado no princípio de que os lugares desempenham papel ativo pela produção de sinergias internas que seriam capazes de impor ao mundo uma revanche. E resume em uma frase a grande fragilidade dos movimentos

contemporâneos de anulação, neutralização e domínio irrestrito da natureza por meio da técnica e perda de vínculo entre as pessoas e os lugares.

[...] o território, quadro permanente da vida, é fundamental para “afastar o risco de alienação, o risco da perda de sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 1994. p. 15).

Acreditando que contribuições da geografia, filosofia e sociologia, fornecem pistas importantes para a reflexão urbanística e que seria possível uma renovação do arsenal analítico-metodológico voltado ao projeto territorial, a investigação é, sobretudo, uma busca por pontos de convergência entre contribuições teóricas sobre o território, paisagem, e instrumentos analíticos da urbanística. Nesse sentido este capítulo é um esforço de sistematização e articulação de conceitos e noções em torno do entendimento das estruturas territoriais, tanto a nível de processos envolvidos na concepção das territorialidades quanto na sua apreensão, representação e na elaboração propositiva de futuros territórios.

É possível contrapor a realidade territorial enquanto um projeto implícito que se revela de dentro, através das horizontalidades do espaço banal⁷, ou espaço vivido (SANTOS, 2008 [1996]); LEFEBVRE, 1972), e o território enquanto estratégia de poder, que tende a neutralizar o espaço existente e introduzindo de cima-pra-baixo um projeto de território (RAFFESTIN, 1993 [1980]), num contexto de verticalidades onde predomina a noção de rede e a lógica de Mercado globalizado (SANTOS, 1994; 2008 [1996]). Assim, a proposta do capítulo é contrapor a ideia dominante de território enquanto extensão espacial da jurisdição de um governo (GOTTMANN, 2012)⁸ aos aspectos relacionais (RAFFESTIN, 1993 [1980]) e culturais (SAUER, 2012 [1925]) partindo do pressuposto de que o território é um produto social que traz em seu DNA um projeto de futuro decodificável a partir da paisagem, que, se analisado a “contrapelo”⁹ (BENJAMIM, 1987 [1940]), desvela-se por meio do saber local “que é a ponte para a produção de uma política” (SANTOS, 1999. p. 21) e para a descolonização do pensamento urbanístico (MIRAFTAB, 2016) por uma nova cultura de planejamento (FRIEDMANN, 2005).

⁷ Milton Santos (1998) faz referência ao termo “espaço banal” utilizado por François Perroux.

⁸ Jean Gottmann (2012) aponta para a relação problemática do conceito de território com as noções de soberania nacional citando a opinião de Georges Scelle (1951) sobre o território enquanto pré-requisito para a existência do Estado, diz: “o território não é um corpo político. Um Estado precisa de três “*éléments corporels*”: povo, território e organização governamental.” (GOTTMANN, 2012. p. 524).

⁹ Walter Benjamin (1987 [1940]) considera que a tarefa do materialista histórico é “escovar a história a contrapelo” (p. 225), o que significa, por um lado, ler o passado não pelo que ele foi de fato, mas apropriar-se das reminiscências, como se fossem lampejos, buscando decifrar por meio da tradição dos oprimidos uma regra geral e não através do discurso oficial da história, que é sempre contado segundo o ponto de vista das vitórias dos dominadores.

Antes de desenvolver os argumentos levantados acima, cabe esclarecer algumas premissas básicas sobre o que se entende por território enquanto construção histórica e multiescalar resultado da interação social com o meio preexistente.

TERRITÓRIO, PRODUTO SOCIAL E PROJETO DE PODER

Sem a ação não existe o território, apenas o conjunto de sistemas naturais. O território é o espaço habitado em uma diversidade de tempos, daí sua necessária historicidade (SANTOS, 2008 [1996]). Embora o ambiente se transforme naturalmente, por exemplo, obedecendo a sazonalidades climáticas como cheias e vazantes ou em razão de desastres ambientais, é pela ação humana realizada por meio de objetos técnicos que o território se concretiza. Antes disso existe o espaço natural ou ambiente. A partir do momento em que uma população o ocupa, estabelece com ele uma relação de ordenação/planificação e os efeitos desta coexistência podem ser observados por meio da paisagem (PONTES, 2008).

O território é o produto resultante da relação dos atores, ou agentes, no espaço. O ambiente, por sua vez é o conjunto de elementos físicos, bióticos e a-bióticos que constitui o suporte e a matéria-prima para a produção do território. Segundo Milton Santos, conjunto indissociável, de sistemas de objetos e sistemas de ações, constitui os sistemas técnicos, que, assim como a técnica, são produtos sociais e sujeitos à transformação na histórica (SANTOS, 2002 [1996]. p. 332). A paisagem é o que se percebe de os sistemas de objetos, representa assim os

sistemas sociotécnicos do passado por meio das formas herdadas cristalizadas no meio.

Folch (2003) admite que o território é um sistema formado por elementos e fenômenos inter-relacionados que configuram uma realidade territorial. Um conjunto de elementos materiais - e nem tão materiais - relacionados, ou interdependentes, que constituem um todo inseparável, impossível de ser interpretado por meio de oposição de suas partes (FOLCH, 2003. p. 24). Essa concepção sistêmica considera que o território se vertebra a partir da cidade como sistema ecológico e social, que constitui a base de trocas de fluxos energéticos, materiais e informacionais, que sempre estão submetidos a uma escala ética de valores (FOLCH, 2003. p. 27). Partindo dessa visão sistêmica, as cidades são produtos sociais que importam energia, água, alimentos e matérias-primas de áreas periféricas próximas e distantes, e, em contrapartida, exportam a uma periferia reduzida, os resíduos e agentes contaminantes. Nesse sentido uma visão sistêmica do território, deve partir da compreensão do poder vertebrador das cidades e de sua autonomia (*urbs*), sua adequação ao meio ambiente (*oikos*) que sirva de base para a verdadeira cidade (*pólis*) (FOLCH, 2003. p. 28).

Fazendo referência à conceituação de Folch (2003) e complementando com o posicionamento de Raffestin (2009), o território é uma questão sociológica sobre uma matriz biofísica preexistentes, que resulta em uma paisagem. Esta, no entanto, “não é uma construção material, mas uma representação ideal da construção” (RAFFESTIN, 2009) e é percebida segundo distintos olhares, por isso, resultante de uma interpretação. Desse modo, pode-se afirmar que o espaço, a

paisagem, o ambiente e o território não são a mesma coisa. O território é um produto que resulta da interação da sociedade no espaço/ambiente no tempo. A paisagem é a representação do território resultante.

Raffestin (1993 [1980]), apoiado na teoria relacional da geografia política clássica, define o território como resultado de relações onde circula o poder. Para ele:

Em toda relação circula o poder que não é possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido. (RAFFESTIN, 1993 [1980]). p. 07)

O poder, *a priori*, é inerente a qualquer relação e somente pode ser exercido, nunca possuído nem adquirido. As relações de poder se manifestam por meio de sistemas de tessituras ou malhas, redes e centralidades, organizadas hierarquicamente. Esses sistemas têm uma permanência variável no tempo, mas, enquanto categorias analíticas são invariáveis (RAFFESTIN, 1993 [1980]. p. 8). Esses sistemas asseguram o controle sobre a distribuição, alocação ou posse impondo uma ordem, ou várias ordens, de modo a integrar ou dar coesão a um território (RAFFESTIN, 1993 [1980]. p. 151). Esse conjunto estrutural, constituído intencionalmente, assume feições representadas em uma variedade de imagens.

O território é, portanto, um “produto” consumido por aqueles que, mesmo não o tendo construído, o utilizam como meio de expressão de poder. As interações entre atores e o espaço nesse sentido passam por relações de simetria, dissimetria (RAFFESTIN, 1993 [1980]) ou multidirecionalidade (HAESBASERT, 2004a), no que

se refere às relações de troca. O entendimento da natureza dessas relações pode contribuir para a leitura do território. Existem dois tipos de relação: determinista ou aleatória. A aleatória admite muitas possibilidades e criações, que é o caso do território, uma relação política e sociológica onde não é possível existir uma relação determinista, pois há sempre um grau de autonomia e possibilidades de escolha, mesmo que essa autonomia seja limitada (RAFFESTIN, 1993 [1980]. p. 36). As relações deterministas seriam predeterminadas por causalidades e não pelo livre arbítrio ou intencionalidade da ação dos atores. Os elementos que constituem essas relações são: i) os atores; ii) as intenções (ou políticas) dos atores; iii) uma estratégia, ou programa, para atingir um fim; iv) os mediadores da relação; v) os códigos utilizados e vi) os componentes espaciais e temporais da relação.

Milton Santos (2002 [1996]) alerta sobre a importância de distinguir os atores entre os que decidem e os outros, pois, enquanto ao decisor é possível eleger as ações a nível de governo, instituições, empresas, organizações e religiões, aos outros, essa possibilidade é negada ou limitada. Dentre os atores, o Estado é o privilegiado, pois, no processo de tomada de decisões pode influenciar de maneira incisiva na eleição das estratégias e dos meios para canalizar investimentos e ações para a produção do território, pode também exercer domínio e controlar fronteiras, bem como conduzir processos de planejamento e representação do espaço. Dentre os atores coletivos, Raffestin (1993 [1980]) reconhece dois tipos: os que realizam o programa, ou sintagmáticos; e os que são classificados, repartidos e integrados (ou não) em um processo programado, os paradigmáticos. Os atores paradigmáticos

são recursos para a dominação dos atores sintagmáticos através de seu controle ou integração em processos de produção e reprodução.

Cabe antecipar a questão das escalas e as diferentes posições que assumem os atores. Por exemplo, quando nos referimos a uma escala da vida cotidiana, do indivíduo e grupo familiar, a produção de territorialidades envolve cada ator e seus desejos, assim qualquer indivíduo é um ator sintagmático. Quando pensamos em uma cidade, região ou país, os atores sintagmáticos são explicitamente os que detêm o poder decisório sobre os recursos: solo, capital e população.

Uma estratégia pressupõe a existência de um objetivo e resulta de um plano ou programa dos atores sintagmáticos. Para colocar em prática uma estratégia são necessários meios, ou mediatos, que podem ser financeiros, militares, discursivos, trabalho, representação, normas e arranjos institucionais, mas que pressupõem energia e informação. A informação resulta em mensagens, que, para serem transmitidas necessitam um instrumento ou um “conjunto de instrumentos, que são os sinais”. Os sinais podem ser linguísticos ou não, como códigos, preços, discurso político ou sistema tecnológico. E, ao contrário da energia que é finita, limitada, aditiva, divisível e se degrada, a informação é ilimitada e não aditiva. Toda relação acontece como um ato de comunicação, e por isso, toda ação é codificada (RAFFESTIN, 1993 [1980]). O valor de troca, por exemplo, é um código econômico que predomina na economia mercantil e que rege a natureza das interações expressas nas práticas cotidianas da sociedade.

Raffestin (2013) propõe um modelo, para explicar as transformações que acontecem no processo de territorialização, demonstrando os mecanismos e os seus efeitos nas morfologias espaciais e territoriais. Para tal identifica as variáveis:

- Ator (A), que pode ser individual ou coletivo e que “combina meios para realizar uma ação no ambiente, seja ele orgânico ou inorgânico;
- Trabalho (L), que está à disposição do ator para combinar energia e informação para produzir territórios;
- Mediadores (M), que podem ser materiais, como instrumentos, ou imateriais, como o conhecimento, à disposição do ator;
- Programa (P), ou conjunto de intenções, objetivos e metas de transformação espacial;
- Relação (R), efetivada entre ator e ambiente;
- Ambiente (SN), orgânico ou inorgânico;
- Ambiente Social (So), que envolve economia, política e cultura;
- Ambiente Geral (S), o mesmo que (Sn + So);
- Território (T), produzido pelo ator no ambiente;
- Territorialidade (Ta), conjunto de relações desenvolvidas pelo ator no território;

A fórmula descritiva abaixo, expressa as relações (R) do ator (A) no ambiente geral (S), para a produção de um território (T), no qual se estabelece uma territorialidade (Ta). Ao ator (A) cabem as variáveis: Trabalho (L), Mediadores (M) e Programa (P), ou “triáde fundamental dos meios de intervenção no ambiente geral” (RAFFESTIN, 2015, P. 28).

A (L-M-P)-----R-----S(Sn/So)=T/Ta

Deve-se considerar ainda a historicidade do território, ou que a sua produção tem “um ponto de partida que nunca é ileso das ações do passado” (RAFFESTIN, 2015. P. 31). Assim, a consecução dessas relações no espaço-tempo pode ser representada por:

T/Tas, T'/Ta', T''/Ta'' ...

Além disso, há que se considerar o problema da representação, inerente à prática imaginativa do projeto e planejamento espacial que depende do que o autor denomina de “semiosfera”, ou o olhar, determinado por fatores culturais e temporais nos quais o ator (A) está envolvido. A imaginação (Sg), possui, portanto, uma temporalidade que pode ser assim representada:

Sg(T/Ta), Sg'(T'/Ta'), Sg''(T''/Ta'')...

A paisagem, enquanto representação e imagem, é a transformação de processos de contemplação do território através da linguagem (Li). Assim, representação e linguagem em interação criativa são a base da invenção de paisagens:

Sg/Li (T/Ta) = imagem ou paisagem

O modelo relacional de Raffestin (2015) nos permite assumir um ponto de partida para a reflexão sobre o papel da paisagem, da imaginação e da representação no planejamento territorial. Assim, ao considerar a linguagem nos aproximamos dos instrumentos de comunicação, amplamente utilizados em projetos e planos para o território, sejam eles gráficos e visuais e/ou discursivos.

Mas o papel da linguagem transcende o projeto e o programa e se manifesta em todas as escalas e formas de territorialização e re-territorialização que resultam na paisagem percebida esteticamente.

Como no caso da linguagem, o ambiente circunstante é o produto dos esforços de imaginação e da memória coletiva que se explicam e realizam por meio das obras que o sujeito constrói quando se defronta com o mundo e, portanto, também com a sociedade. (GREGOTTI, 2004 [1972]. p. 64-65)

Gregotti (2004 [1972]) buscando aproximar o ambiente circunstante das operações estéticas e visuais que dizem respeito à forma do território e à atividade projetual, afirma que a pesquisa nesse sentido se justifica pela possibilidade de leitura e de juízo sobre o existente como uma oportunidade de trabalho, para “levar ao existente outro sentido” (p. 64). Assim, adverte sobre a importância da percepção da paisagem enquanto “construtora de consciência qualitativa do meio”. Esse posicionamento, afim com os objetivos da tese, revela a necessidade de compreender os mecanismos que levam um grupo social a eleger um espaço como um lugar simbólico, de valor excepcional ou como externalidade.

A contribuição de Gregotti, embora pontual, ajuda a posicionar o “fazer arquitetônico” como uma operação estética sobre o meio ambiente que depende de um juízo de valores imposto, seja por um grupo social ou por uma elite dominante, em determinado tempo, que resulta em diferentes territorialidades. Alerta para a importância da imaginação e do símbolo na mediação entre

“percepção da paisagem” e sua comunicação mediatizada para a sociedade, como um método apropriado para a novas estratégias que vinculem necessidades e desejos de grupos e sujeitos à objetivos e concepções científicas e visões de mundo ou paradigmas. Um importante alerta feito por Gregotti é sobre a necessidade de um método para enfrentar o problema do ambiente total, e não de normas. Essas devem ser resultado de um profundo conhecer perceptivo do território, de seus materiais, de sua história e sociedade.

Ambas contribuições, de Raffestin e de Gregotti, sinalizam a necessidade de introdução do componente perceptivo e de aspectos qualitativos ao planejamento do território, rompendo com uma tradição arraigada no planejamento tecnocrático e funcionalista herdado do século XX, que insiste em decisões descoladas do ambiente e da realidade social, impondo estratégias de poder de uma determinada parcela de atores (sintagmáticos) sob a lógica de territórios-zonas que ignoram, ou são incapazes de articular as multiterritorialidades do urbano contemporâneo.

PALIMPSESTO E SIMULTANEIDADES

Na produção territorial sempre tem um ponto de partida que nunca é ileso das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território (RAFFESTIN, 2009. p. 30).

A lógica por trás das intenções individuais e coletivas de transformação do espaço são fenômenos históricos e estão diretamente relacionadas à técnica e à cultura, por isso, o tempo é componente essencial para a leitura do território.

Carl Sauer (2012 [1925]) introduziu a noção de paisagem cultural como sendo modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. Nesse modelo a cultura é o agente, a área natural é o meio e a paisagem cultural, o resultado. Como a cultura muda através do tempo, a paisagem expressa esse “desenvolvimento”, passando por fases. A cada introdução de uma nova cultura a paisagem se recria, e outra paisagem se sobrepõe. Assim, apesar de a paisagem fornecer matérias para análise, a força que a modela, ou a cultura, é imperativa para a compreensão da sua morfologia. Sauer lançava as bases para a compreensão da paisagem como um registro que expressa a historicidade dos processos de territorialização.

Milton Santos, avançou na questão analítica da paisagem, ao sugerir as categorias: sistema de objetos e sistema de ações e, quanto à temporalidade do território colocou que a partir do momento que um novo objeto técnico é introduzido em uma sociedade possibilitando condições de mudanças na organização social e geográfica, são caracterizadas as redes sociotécnicas. As interrelações entre o sistema de objetos técnicos com as estruturas sociais e estruturas ecológicas resultam no que Santos (2008 [1996]) denominou tecnoestrutura.

A lógica que determina uma tecnoestrutura e as redes sociotécnicas se confunde com a lógica da história (SANTOS, 2008 [1996]). As permanências desse processo de transformação do território, são observáveis por meio da paisagem,

essa, por sua vez, funciona como um palimpsesto, onde fatos do passado são borrados e outros territórios são inscritos e reescritos (CORBOZ, 2004 [1983]; SANTOS, 2002 [1996]).

Milton Santos (2002 [1996]), ao relacionar o território e as redes, afirma que essas são historicamente construídas e configuram-se como “troços” instalados em diversos momentos que têm sua morfologia e sua técnica alterada sempre que o movimento da sociedade assim o exige. Nesse sentido as redes são suscetíveis de estudo “genético”, como uma reconstituição histórica, fundamental para entender a evolução do lugar. Por outro lado, as redes podem ser examinadas segundo um enfoque atual, que supõe a descrição dos elementos da rede e sua qualidade como “suporte corpóreo do cotidiano” (SANTOS, 2002 [1996]). p. 263). Ele defende que essa é uma tarefa analítica fundamental e que os dois enfoques - não estanques - devem ser admitidos em três momentos: i) um largo período pré-mecânico, ii) um período mecânico e intermediário e iii) a fase atual (SANTOS, 2002 [1996]). p. 264)

No primeiro momento, os dados naturais predominavam e o “engenho humano” era ainda limitado e “subordinado à natureza. Sociedades costumavam manter suas necessidades satisfeitas localmente e o consumo era limitado, com exceção de uma pequena parcela das relações, e o tempo era vivido como um tempo lento (SANTOS, 2002 [1996]). p. 164, 165). No segundo momento, as redes assumiram seu caráter deliberado de criação humana, na qual o humano buscava

“corrigir” ou “melhorar o território. O período foi marcado pelo aumento do consumo, que ainda era moderado, e o comércio controlado pelo Estado. A formação econômica além-Mar era limitada e o “mercado mundial” se reduzia aos mercados coloniais. O sistema colonial se encarregava de manter o funcionamento das redes limitados à relação metrópole-colônia e as fronteiras foram exaustivamente criadas, como fatos de importância política e econômica. Raffestin (2015) argumenta que desde o século XVIII¹⁰, acentuaram-se os processos de composição, decomposição e recomposição de territórios, possíveis graças à introdução de novos sistemas técnicos, como maquinaria industrial e agrícola, fontes de energia e novos meios e transporte.

No terceiro momento, a “chamada pós-modernidade”, as redes além de assentadas no território, passam a ser constituídas pelos objetos técnicos de forças naturais (espectro eletromagnético) e informação em rede virtual.

A transformação concreta da matéria-prima em territórios artificializados e assentamentos humanos é a reificação de estruturas significativas. A concretização do domínio do homem sobre a natureza e sua afirmação por meio de uma segunda natureza, ou sistema de objetos, que mantém relação direta com a técnica e com o lugar. O lugar “[...] tanto se define por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional” [...] onde os “objetos, naturais e artificiais, são híbridos” (SANTOS, 2008 [1996]). p. 257) e se definem através das ações. Os lugares se

¹⁰ Período que coincide com a Revolução Industrial na Europa

diferenciam uns dos outros e no espaço-tempo da globalização, essa distinção entre eles se dá pelas diferentes densidades ou cargas de conteúdo técnico, informacional e comunicacional (SANTOS, 2008 [1996]).

Compreender o território enquanto resultado de processos de interação entre os atores e o meio físico preexistente por meio da operacionalização de sistemas de técnicos, nos permite afirmar que o território é artificialidade e forma e que pode ser compreendido em termos de atos de territorializantes¹¹ (MAGNAGHI, 2011). Os primeiros atos territorializantes sobre o espaço natural são: a denominação, ou toponímia do lugar; o estabelecimento de marcos simbólicos e; a construção material, ou reificação.

O conceito de “atos territorializantes” empregado por Magnaghi (2000, 2011) aproxima a noção de território de produto social e exercício da urbanística. O autor utiliza a denominação de Franco Gatti que alega que é inerente aos “atos territorializantes”: i) a definição de limites, confins ou fronteiras; ii) a transformação dos materiais em arquitetura, assentamentos, tramas agrícolas e urbanas, e infraestruturas de comunicação e circulação organizadas em redes, malhas e nós. Ao assumir como premissa a existência de um programa ou intenção dos agentes frente à necessidade de territorialização, pressupõe que as estruturas territoriais possuem significados e são orientadas a objetivos, que em outras palavras, são

projetos movidos pelas intenções dos atores. A identificação do lugar por meio de um nome, toponímia que, normalmente, representa características ambientais, é o primeiro ato de fundação e territorialização.¹²

A representação do território, ou paisagem é um artifício intencional e ato territorializante propositivo-imaginativo.

[...] il territorio, che non esiste all'inizio dell'intervento antropico sullo spazio naturale, è l'esito di un processo, di un ciclo di civilizzazione nel quale vengono compiuti “atti territorializzanti” (MAGNAGHI, 2011, p. 07)

Através do acúmulo de atos territorializantes ao longo do tempo, objetos naturais e artificiais dão origem aos lugares, que pela ação são constantemente transformados em território, ambiente do homem que possui identidade, personalidade e individualidade perceptível através da paisagem (MAGNAGHI, 2011. p. 08). Portanto, o território é uma construção social que resulta da interação dos agentes sobre o meio ambiente natural, ou modificado. O que permite afirmar que o território, enquanto objeto de uma construção, é uma classe de artefato, ou um produto socialmente elaborado (CORBOZ, 2004 [1983]).

¹¹ Traduzido do original “*atti territorializzanti*”

¹² No Brasil, por exemplo, muitos nomes de lugares, cidades e regiões foram herdados dos primeiros moradores indígenas, que possuíam suas próprias noções geográficas antes da chegada dos colonizadores.

ESCALAS, EVENTO E LUGAR: VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES

As escalas são mutáveis e não apenas físicas, uma vez que dependem das mudanças tecnológicas, das formas de organização social e de processos físicos da terra. David Harvey (2015) acredita que os seres humanos produzem hierarquias que se acomodam às escalas espaciais de modo a organizarem suas atividades e seu mundo, sendo que o caráter das coisas se distingue à medida em que são analisados em diferentes escalas, como a global, a continental, a nacional, a regional e a local ou do lar/pessoal (HARVEY, 2015. p. 108).

Em Milton Santos (2008 [1996]) a noção de escala está relacionada a de *evento*. A combinação de *eventos* cria um fenômeno que incide sobre uma área, a qual se aplica a noção de escala. As escalas dos eventos são duas: a escala da “origem” das variáveis envolvidas na produção do evento e a escala de seu impacto ou realização (SANTOS, 2008 [1996]. p. 152). Como os eventos são históricos e não se dão isoladamente, importante compreender o tipo de solidariedade entre os lugares, identificando a base de origem do evento e também o lugar de objetivação do evento, ou, sua “geografização” (p. 152) assim, tem-se, por um lado, a escala das forças operantes e, por outro, a escala do fenômeno.

[...] a escala é um dado temporal e não propriamente espacial; [...] a escala varia com o tempo, já que a área de ocorrência é dada pela extensão dos eventos. (SANTOS, 2008 [1996]. p. 152)

Na escala das forças operantes importa o lugar geográfico, econômico e político onde atuam as variáveis, na escala da origem do evento, vale a força do seu emissor. Por exemplo, um prefeito pode ter a capacidade de emitir eventos locais, enquanto escalas superiores de ação como governo federal ou países hegemônicos tendem a enviar vetores do global ao local. Por isso os vetores obedecem a certa hierarquia que corresponde à sua escala de realização. Os eventos não se dão isoladamente, por isso deve-se considerar o conjunto de eventos singulares.

A definição de onde pode começar e terminar um “ecossistema” e de que tipo de “entidade” ele pode ser numa determinada escala (um lago ou um continente?) é fundamental para toda a questão de como formular uma política ecologicamente sensível. (HARVEY, 2015. p. 108)

A interação entre planos escalares e “processos naturais” é o que move os seres humanos a produzirem e concretizarem suas próprias escalas “para buscar a realização de suas metas e organizar seus comportamentos coletivos”. “Não há nada de “natural” nas fronteiras políticas” (HARVEY, 2015. P. 108) e isso se traduz nos conflitos escalares. Um exemplo é o processo de planejamento espacial Europeu, onde após a formação da União Europeia mudanças escalares vêm

sendo discutidas segundo uma abordagem territorial e da paisagem, como forma de chegar a consensos quanto ao planejamento dos países, regiões e províncias.¹³

Raffestin (1982), por outro lado, entende as escalas em nível dos elementos que compõem a organização territorial, ou seja, a partir das relações entre nódulos, linhas e malhas - ou tessituras. Mas é na malha que incide a questão das escalas e também as relações de poder, que podem ser de origem política ou econômica. Ambas têm em comum “[...] a projeção de um sistema de limites ou de fronteiras, mais ou menos funcionalizadas” (RAFFESTIN, 1982. P. 154), sendo que os mais estáveis são os limites administrativos, ou políticos, e os menos estáveis, os limites econômicos.

Gregotti (2004 [1972]) aproxima a questão das escalas ao âmbito do projeto ao atribuir ao *ambiente total* três níveis dimensionais de intervenção: i) a geográfica, sobre o território; ii) a topográfica, sobre o circundante; iii) e do objeto. Os níveis se entrecruzam e sobrepõem, por exemplo, o edifício pode configurar a categoria “circundante” mas também a dimensão geográfica, compondo a paisagem como figura-fundo, e facilitando interpretar as relações entre arquitetura e ambiente na configuração do território. A estruturação formal do circundante mantém uma relação dicotômica, por um lado, participa plenamente do objeto arquitetônico, por outro, mantém “a relação com o lugar como local e como solo” (GREGOTTI, 2004

[1972]. p. 55). Cada um desses níveis requer sistemas e escalas para representá-los, um sistema de símbolos concisos que promovam “ópticas operativas” diferenciadas. A depender das escalas, cada um dos níveis dimensionais estabelece em seu interior “limites de significatividade”.

Folch (2003) distingue a escala espacial e a escala temporal. Nesse sentido os âmbitos escalares espaciais básicos são: escala biológica (<1:100); escala arquitetônica (1:100-1:1000); escala urbanística/ecossistêmica (1:1000-1.000); escala microterritorial/ecológica (1:10.000-25.000); escala mesoterritorial/paisagística (1:25.000-100.000); escala macroterritorial (>1:100.000). A escala temporal diz respeito ao tipo de projeto, por um lado tem-se o projeto de arquitetura de escala temporal curta, ou seja, é projetado e executado em um curto período de tempo, em oposição tem-se o projeto territorial, de escala temporal larga ou média, que demanda um tempo maior para sua elaboração e execução.

Steinitz (2014), partindo da ótica da pesquisa e projeto paisagístico, afirma que escala não é o tamanho, mas a lente com a qual interpretamos o território. As escalas permitem, assim, decidir o escopo de detalhes e sistematizar problemas para o planejamento ou projeto. A escala global favorece a identificação das direções de mudanças e a eleição de estratégias locais e regionais de modo a promover possíveis consensos, uma vez que, em nível internacional são acordados

¹³ A assinatura da Carta Europeia de Ordenamento do Território pela Conferência Europeia de Ministros Responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho Europeu (CEMAT) em 1983, foi um marco no debate sobre o planejamento escalar do território europeu. Em

1992, foi estabelecido o conceito de Comunidade Europeia e em 1993m em Liège, decidiu-se por desenvolver uma estratégia comum de modo a promover o desenvolvimento sustentável e ampliar a competitividade do bloco.

princípios e objetivos gerais¹⁴. Na escala regional e metropolitana é possível entender traços culturais, principais conexões e as formas naturais do território. Na escala local pode-se analisar a relação entre a forma urbana e os padrões de crescimento frente a intencionalidades de agentes, as especificidades do meio físico-biótico e cultural (Figura 7).

A noção de *evento* parte da consideração de que “o mundo é um conjunto de possibilidades” (SANTOS, 2008 [1996]), p.144) e o *evento* é que veicula algumas dessas oportunidades, ou seja, é um “vetor das possibilidades existentes”, e prescinde de um lugar, região, país, delimitado, que será seu depositário. Ele incide sobre um dado lugar em dado instante do tempo, e poderia ser abstraído como um ponto de convergência (Figura 8). Para entendermos a ideia de *evento* como uma categoria de análise, proposta por Milton Santos (2008 [1996]), primeiro assumiremos a noção de intencionalidade, muito próxima à ideia de agenciamentos (DELEUZE E GUATTARI, 1997a [1980]), para uma leitura crítica das relações que envolvem objetos e ações, aceitando a intencionalidade das relações de poder e o pressuposto da inseparabilidade entre as categorias: objetos e ações (SANTOS, 2008 [1996]).

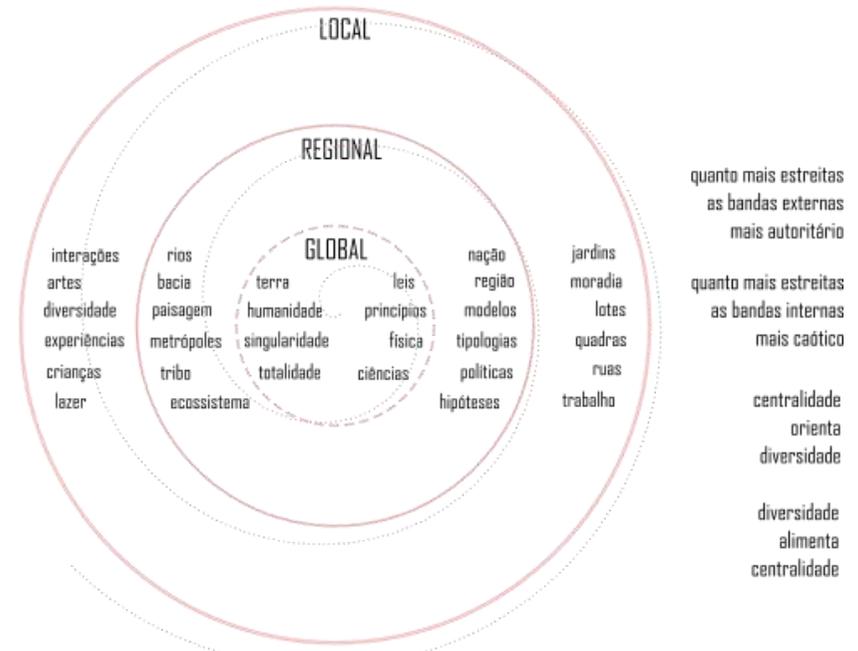


Figura 7: Relação entre escalas: global, regional, local
Fonte: Elaboração própria adaptado de Steiniz (2004).

Santos (2008 [1996]) propõe a noção de intencionalidade como fundamental para entender as relações que se estabelecem entre o objeto e a ação, fazendo referência a Szilasi (1973), se detém no vocabulário “ato”, este “[...] não

¹⁴ Desde a década de 1970, os objetivos globais têm adquirido o caráter defensivo, frente à urgência de recuperação de ciclos ecológicos e justiça social.

designaria somente a ação, atividade ou processo, mas a própria relação intencional” (SANTOS, 2008 [1996]. p. 16) e complementa: “os atos são acontecimentos de consciência que têm o caráter da intencionalidade”. O que exemplifica uma das premissas da teoria do espaço: “a inseparabilidade entre ação e objeto” (SANTOS, 2008 [1996]).

O sistema de objetos é o conjunto de formas e o sistema de ações, o conjunto de relações sociais. A técnica media os agenciamentos, assim o sistema de objetos e o de ações são influenciados por novas técnicas. Por exemplo, com a introdução de elementos da tecnologia digital e internet no sistema de ações, os objetos passaram a desempenhar outras funções. O trabalho remoto e as compras virtuais como novos sistemas de ações, tendem a se refletir na obsolescência de certas estruturas e arquiteturas, sistema de objetos, ocasionando desterritorialização, ou ainda, culminando em novas territorialidades, ou reterritorializações.

O *evento* é um ponto no tempo, “onde o tempo é” – ou pode ter sido no passado, por exemplo, “o *evento* aconteceu em um lugar”. Ou um lugar no futuro, se considerada a “suposição que se realizará”, dado que as circunstâncias não se repetem no tempo-espaço, a noção de *evento* passa pela premissa da singularidade e “permite unir o mundo ao lugar; a História que se faz e a História já feita; o futuro e o passado que aparece como presente” (SANTOS, 1999. p. 15).

Aqui cabe um paralelo com a ideia a organização rizomática de Deluze e Guattari (1997a [1980], 1997b [1980]), onde os eventos, seriam as rupturas no

rizoma, que causam os cortes e mudam a direção das linhas de fuga, alterando as tendências de desenvolvimento por constantes desterritorializações.

Os eventos são, pois, todos novos. Quando eles emergem, também estão propondo uma nova história. (SANTOS, 2008 [1996]. p. 145).

Outro aspecto inerente ao evento é a noção de eficácia, pois, uma vez que ele se instala, há mudança, ou uma brutalidade eficaz. Essa mudança, ou conjunto de mudanças, transformam as coisas preexistentes em seu conteúdo e significação, partindo desse entendimento, a repetição, o inerte e o uniforme, o que não muda com o evento, pode ser considerado uma anomalia, ou desvio, “porque a novidade é a essência da história” (SANTOS, 2008 [1996]. p. 146). No entanto, Magnaghi (2011) entende essas permanências como invariantes estruturais, capazes de dar testemunhos de ciclos de territorialização, interagindo com traços e sedimentos dos períodos anteriores. Para ele, a inovação, ou “a novidade”, mesmo quando se sobrepõe, dialoga ou co-evoluciona com objetos do passado, tenderia a manter uma estrutura invariante de longa duração.

A noção de *evento* se relaciona, portanto, à historicidade e temporalidade do território e pode ser entendida analisando as mudanças no espaço, tanto morfológicas, quanto de funções (SANTOS, 2008 [1996]). p. 96). Considerando que os sistemas técnicos evoluem e que a cada introdução de novos sistemas criam-se

novos padrões e novas formas de ação, o arranjo territorial estaria sujeito às instabilidades promovidas por rupturas entre o sistema de ações e o sistema de objetos, que desencadeariam novas condições relacionais.

Tomemos como referência para a compreensão dos arranjos territoriais a definição de Raffestin (1993 [1980]), de que o território resulta de relações de poder manifestas em sistemas de malhas, redes e centralidades. Imaginemos as centralidades como pontos, as redes como linhas e as malhas como manchas de tessituras. Agora, tomemos os conjuntos de pontos como constelações com pontos descontínuos, mas interligados como um espaço por onde circulam fluxos reguladores. Por um lado, pontos mais agregados sem descontinuidade formando conjuntos se assemelham à ideia de região. Essas relações que se estabelecem no lugar, na cidade, na região são as horizontalidades. Por outro lado, as manchas de pontos contínuos, mantêm relações com outros pontos do espaço separados fisicamente, que garantem um funcionamento global da sociedade e da economia, nesse caso estamos diante das verticalidades, que criam relações de interdependência entre o lugares e entre esses e pontos distantes de seu território. “De modo geral, as cidades são o ponto de interseção entre verticalidades e horizontalidades” (SANTOS, 2008 [1996]. p. 286).

Os tipos de forças que “atravessam o território” são: as forças centrípetas e as forças centrífugas. As primeiras, são forças de convergência e agregação localmente engendradas, como por exemplo as relações entre cidade e campo, ou entre um setor industrial e a o núcleo urbano ou uma zona da cidade. As forças centrípetas são as responsáveis pelas homogeneizações de determinadas zonas

ou pela coesão de determinados tecidos urbanos. As forças centrífugas, por outro lado, são “fator de desagregação”, pois “retiram da região os elementos do seu próprio comando, que passa a ser dependente de emissores de poder longínquos, como grandes multinacionais, países importadores e exportadores de manufaturados e matéria-prima, agentes financeiros e bancos internacionais, políticas e acordos internacionais, entre outros. O alerta de Milton Santos recai sobre o poder de desarticulação e desestruturação das forças centrífugas, pois ocasionam rupturas em relação ao passado, ou com um equilíbrio anteriormente estabelecido no Lugar. De qualquer maneira, as forças centrípetas e centrífugas de cruzam, se relacionam e conduzem processos, ora de verticalização, ora de horizontalização, e isso se dá em diversas escalas (Figura 8).

Milton Santos se refere ao lugar como o receptáculo do evento, como ponto onde se reúnem feixes de relações que estabelecem novos padrões espaciais, sem que isso necessariamente signifique alteração da forma preexistente. O que permanece do passado é por ele denominado rugosidades e são através delas que se poderia ler o passado por meio de estudos morfológicos, típicos da urbanística. No entanto, cabe alertar para os perigos da leitura morfológica vazia de significação, ou que ignore o sistema de objetos e o sistema de ações e as alterações brutais promovidas pelos eventos. Outro alerta, em contraponto à noção de rugosidade de Santos, é a necessária interpretação do território para além da forma presente, buscando nos silenciamentos, nas ausências e anulações, pistas de territorializações pregressas que guardem traços da identidade do lugar.

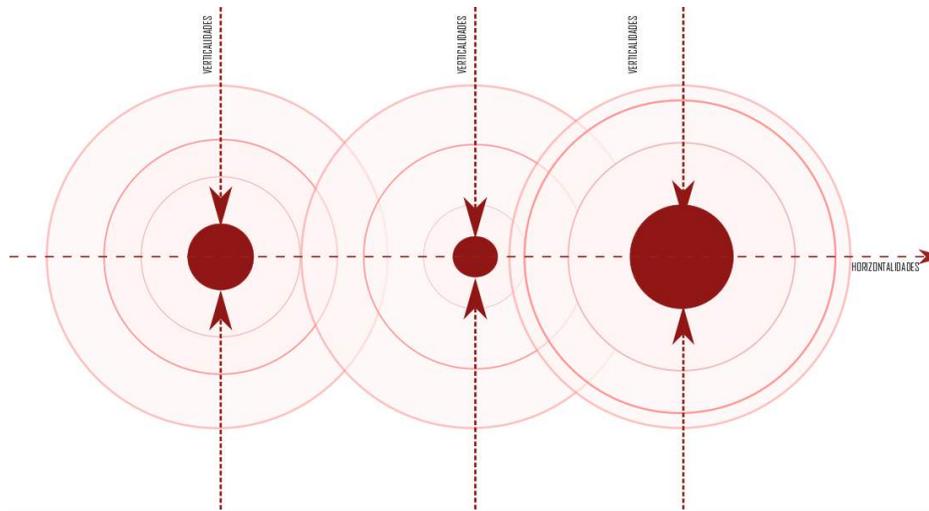


Figura 8: Sequência temporal de 'eventos'
Fonte: *Elaboração própria com base na Teoria Social do Espaço de Milton Santos (2008 [1996]) e diagrama de escalas de Steiniz (2004).*

TERRITORIALIZAÇÃO, DES-TERRITORIALIZAÇÃO, RE-TERRITORIALIZAÇÃO (TDR),

MULTITERRITORIALIDADE E REGIÃO

As formas, em sua “imobilidade substancial” (MONEO, 1993), nos dizem sobre o presente e o passado, enquanto as ações são agenciamentos fluidos, se transformam e reinventam, influenciadas tanto pelo passado quanto por ideias de futuro, pelo ilusório, simbólico e por virtualidades. Os comportamentos sociais e culturais produzem regras de relacionamento territoriais que definem limites, fronteiras e barreiras entre o público e o privado, comunidade e ambiente, lugares

formais e insurgências. Ora, tais limites são fluidos e cooperativos, ora, são processos de conflitivos e contraditórios.

Numa sociedade contemporânea imersa em um contexto de incertezas, desregulação, liberalização do mercado e flexibilização, onde não existem vínculos entre as escolhas individuais e os projetos e ações políticas (BAUMAN, 2003) as leituras dos processos de ocupação do território tendem a se distorcer, uma vez que a realidade visível nem sempre corresponde a intencionalidades explícitas dos atores ou a programas e objetivos coletivos, mas tendem a ocultar estratégias de poder e paradoxos sociais. Nesse sentido é oportuna a contribuição teórica de Deleuze e Guattari (1980) e dos geógrafos brasileiros Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes Souza e Marcos Aurélio Saquet, que nos convidam a ampliar a reflexão a respeito da noção de território através de conceitos de agenciamento, territorialização, des-territorialização, re-territorialização (TDR) e multiterritorialidade, que apesar de explorados de maneira ampla por Deleuze e Guattari (1980), são aprofundadas segundo uma reflexão geográfica pelos autores e assumem um papel fundamental para uma nova interpretação dos atos territorializantes.

Haesbaert (2004a) alerta sobre a amplitude do conceito de território que, a depender da área de conhecimento, é abordado de maneira distinta. Por exemplo, nas ciências geográficas se enfatizam as relações espaciais envolvidas na territorialização; na antropologia, o simbólico; na economia os valores de troca; e nas ciências sociais, as relações de poder políticos envolvidos no fenômeno. Acrescento ainda que na arquitetura e urbanismo essa ênfase recai sobre a

intenção projetual de intervenção e criação de novos territórios ou organização de territorialidades, que se aproxima da noção de ambiente total proposto por Gregotti (2004 [1972]).

Etimologicamente 'território' tem dupla significação. Primeiro, *terra-territorium* e, segundo, *terreo-territor* (terror-terrorizar) que remete à ideia de dominação, domínio sobre espaço, fixar à terra, ou território, onde outros são impedidos de entrar. Nesse aspecto Haesbaert (2004a, 2004b) concorda com Raffestin ao relacionar o território ao exercício do poder, mas vai além, ao incorporar o entendimento de que o poder extrapola o "poder político" tradicional, exercido pelo Estado, mas busca um sentido mais concreto e simbólico apoiado nas noções de apropriação e dominação propostos por Lefebvre (1986) como ato ou agenciamento, o território se daria por meio da alteridade em todas as escalas. Na apropriação, prevalece o valor de uso ou espaço vivido, e na dominação, o valor de troca, que se refere à propriedade. Assim, o território como dominação se refere ao material e o da apropriação ao território simbólico.

Os seres vivos existem e se organizam segundo territórios que delimitam e articulam materiais e signos sobre si mesmos (GUATTARI e ROLNIK, 1986). Essa organização se constitui segundo agenciamentos de desejos articulando sinais e comunicando poder, produzindo situação onde se revela a alteridade. Em nível de

indivíduo, as territorializações são consideradas agenciamentos movidos pela micropolítica de desejos (GUATTARI e ROLNIK, 1986). "Nunca desejamos uma coisa, mas um conjunto de coisas" e assim o desejo vem sempre agenciado (HAESBAERT e BRUCE, s/d), pensando dessa maneira, o desejo cria territórios à medida que cria agenciamentos para concretizá-lo. Logo, o território seria um produto do agenciamento de desejos que pode acontecer individual ou coletivamente. No nível do indivíduo acontecem os *agenciamentos maquínicos*¹⁵ de corpos e, coletivamente, os *agenciamentos de enunciação* (DELEUZE & GUATTARI, 1997a [1980]). Os *agenciamentos coletivos de enunciação* remetem à produção de signos no seio da sociedade, como a linguagem, símbolos locais, regiões e identidades culturais. Os agenciamentos maquínicos de corpos refletem a alteridade como expressão de micropolíticas de desejos. Exemplos de criação de um território a partir de agenciamentos: quando um morador de rua produz um território ao delimitar a calçada com o papelão, cria assim uma fronteira conferindo alteridade ao espaço, ou ainda, podemos nos territorializar ao acessar virtualmente uma página pessoal nas redes sociais onde afirmamos limites impondo alteridade ao espaço personalizado. Em termos de agenciamentos coletivos, a cultura, o Saber localmente construído e transmitido entre gerações simboliza a alteridade do lugar.

¹⁵ O termo maquínico diz respeito à necessária co-relação entre os corpos, como máquinas sociais, máquinas tecnológicas, máquinas burocráticas, não como máquinas no sentido da repetição autônoma e racional, mas no sentido de mecanismo.

Além dos *agenciamentos maquínicos de corpos* e *agenciamentos coletivos de enunciação* os outros dois componentes do território são: a desterritorialização e a reterritorialização (DELEUZE & GUATTARI, 1997a [1980]). Refletindo sobre esses conceitos, Haesbaert inicia seu livro, “O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade” (2004a), com a pergunta: “o mundo estaria se desterritorializando?”. A pergunta se justifica pelas novas relações possíveis na era da Globalização como a compressão espaço-tempo, a erradicação das distâncias, fragilização das fronteiras e o domínio das imagens na coordenação da “sociedade em rede” (Castells, 2000). No entanto, o autor contrapõe à noção de desterritorialização a ideia de processo de (multi)territorialização que prevaleceria nas (re)territorializações de indivíduos e grupos sociais na atualidade.

Para Haesbaert (2004a) uma espécie de mobilidade constante e simbólica, estaria regendo a vida e as relações sociais, indicando uma falsa noção de que seria possível ao homem viver sem o território. Essa visão dialoga com a tendência de fragilização das fronteiras, ou uma crise da territorialidade dominante, que dá origem a uma colcha de retalhos, que aponta para um possível fim dos Estados nação na direção de uma sociedade em rede onde novos circuitos criam complexas territorialidades. Haesbaert propõe então romper com as dicotomias: fixidez e mobilidade, território e rede; por meio da distinção entre territórios-zona, mais tradicionais, e territórios-rede, envolvidos com a fluidez e mobilidade (HAESBAERT, 2004b).

Os territórios-rede dominam as configurações territoriais do “mundo pós-moderno”, em contraposição aos territórios-zona que dominaram, se não os

territórios, mas o imaginário moderno. Assim, a perspectiva euclidiana de um espaço-superfície contínuo deve se render à fragmentação e simultaneidade de territórios-rede, de difícil distinção e apreensão, que se configuram mais pelos fluxos do que pelos fixos. Neles importa ter acesso aos meios de mobilidade, sejam eles físicos ou virtuais. O predomínio dos território-rede não elimina os territórios-zona, que existem simultaneamente. Essa simultaneidade de territórios-rede e territórios-zonas dá lugar ao que o autor denomina multiterritorialidade, uma noção essencial para a leitura dos territórios contemporâneos e para a reflexão sobre possibilidades de intervenção espacial.

A multiterritorialidade [...] é consequência direta da predominância dos territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, sobre os territórios-zona, exclusivistas e contínuos, que marcaram aquilo que se pode denominar de modernidade clássica, dominada pela lógica territorial exclusivista de padrão estatal. (Haesbaert, 2003. p. 19)

A implicação política das multi-territorialidades desvela distinções sociais quanto às possibilidades de experimentação dessas inúmeras territorialidades, uma vez que se encontram acessíveis apenas a uma minoria, uma elite globalizada que tem acesso efetivo aos fluxos de mobilidade, concreta ou informacional, enquanto “outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do “primeiro” território, o território do abrigo” (HAESBAERT, 2004. p. 360).

A noção de multiterritorialidade contrasta com a ideia de homogeneidade implícita na noção de região e convida a pensar outras regionalizações. Milton

Santos (2008 [1985]. p. 89) identifica a região como o “*locus* de determinadas funções da sociedade em um momento dado”. Na região “são geografizados os capitais fixos”, que obedecem a uma lógica histórica, por isso, a região tende a adquirir a inércia desses elementos instalados no momento de sua criação. Ademais, a região enquanto um subespaço do espaço nacional, guarda fatores locacionais relacionados às políticas públicas, que determinam atividades e vocações segundo esses recortes, hoje, questionáveis. A região seria então, uma configuração, uma vez que hospeda elementos fixos e um recorte funcional.

Certas configurações regionais se construíram historicamente por meio de processos orgânicos de territorialidade de grupos que guardavam relações identitárias com o entorno. Atualmente esses vestígios espaciais vêm sendo apagados e as regiões são constituídas mais com função institucional e política, como no caso brasileiro, o que não a desvincula da noção de território nem das relações globais que se realizam pelos seus capitais fixos. Mas a ideia de região como “espaço longamente elaborado, uma construção estável” talvez possa ser repensada (SANTOS, 2008 [1996]. p. 247) frente ao aumento dos intercâmbios globais, aceleração do movimento, mudança na forma e no uso das regiões, com o reconhecimento dos territórios-rede e não exclusivamente dos territórios-zona.

Santos (2008 [1996]), aproxima-se da noção de territórios-rede de Haesbaert (2004) ao argumentar sobre a trama ou totalidade em movimento. Nesse sentido, cada acontecer, cada evento, que acontece em determinado lugar, estimula ou causa outro evento, ou seja a totalidade em movimento cria novos eventos (SANTOS, 2008 [1996]. p. 160), como fagulhas ou lampejos da história, tomando

emprestado os termos de Walter Benjamin. O que torna os eventos parte de uma totalidade e lhes confere universalidade é o fato de que eles extrapolam os limites de seu acontecer, imbricando-se a outros eventos e formando uma trama. Essa trama tem dois níveis de existência; o global e o local, e sua estrutura pressupõe a solidariedade entre os eventos. Imaginando uma trama como um retalho de tecido, se um furo abre um buraco na trama, outros eventos às margens desse furo vão desencadear a ruptura da malha vizinha, ampliando o furo a cada fricção. Agora imagine se um dos fios da trama é retirado. Essa ação de puxar o fio em seu sentido longitudinal desencadeia uma série de alterações na malha, mesmo em outros fios da trama, que estavam distantes do fio subtraído. Ação e eventos são imbricados, e há uma trama mundialmente articulada e localmente realizada na era da globalização. “Os eventos operam essa ligação entre lugares e uma história em movimento” (p. 165) dando origem à noção de região, definida segundo critérios extraídos do mundo percebido empiricamente.

A distinção que geralmente se faz entre região e lugar como se o lugar fosse hierarquicamente inferior à região, ou um espaço geográfico menor do que a região, deixa de fazer sentido. “A região pode ser considerada como um lugar” desde que se possa verificar o acontecer histórico em continuidade segundo a regra da “unidade”, nesse sentido hoje pode-se dizer que uma grande cidade é uma região e um lugar. Santos (2008 [1996]) afirma que a região e o lugar não têm existência própria, mas são como abstrações da totalidade, em diferentes momentos históricos, onde são distribuídos os recursos e trabalho combinados de diferentes maneiras que acarreta na diferenciação do espaço total e na sua

diferenciação interior, o que confere a cada região e lugar características particulares conforme o momento histórico.

Alberto Magnaghi (2001, 2011, 2014) propõe o conceito de biorregião urbana (*bioregione urbana*) como referência para o projeto territorial, pela capacidade de integrar componentes: i) econômicos do sistema territorial local, ii) ambientais do ecossistema territorial, e iii) ambiente habitacional, que diz respeito aos lugares de vida, cidades, vilas, aldeias e povoados (MAGNACHI, 2014. p. 06 e 07). A biorregião não tem um limite definido e uma dimensão imutável, mas é dependente do contexto que se pretende analisar, por exemplo, pode ter o tamanho de um sistema territorial ou de uma bacia hidrográfica. Pode ainda, coincidir com uma unidade paisagística de projeto ou área com fatores comuns de acessibilidade, complexidade funcional ou sistemas fisiográficos, hidrográficos e naturais. A noção aproxima-se da abordagem de Patrick Geddes em “A seção do Vale” (GEDDES, 1970 [1915]. p. 59) (Figura 9), onde propõe entender uma região, “não como nos livros de escola”, onde mapas com zonas de diferentes cores representam províncias e países, mas por meio de uma espécie de “croqui seccional”, que possibilitaria compreender o contexto ambiental, os tipos de clima, vegetação, relevo e a correspondente cultura e tradição que ali se desenvolve. Magnaghi (2014) sugere que o conceito de biorregião deva ser adotado para o planejamento territorial, infraestrutural e paisagístico como ferramenta interpretativa distinta da abordagem ecológica, mas que envolva os habitantes para que possam entender e controlar as decisões que afetam sua vida numa relação de reciprocidade “*tanto il terreno geografico quanto il terreno della coscienza*” (MAGNAGHI, 2014. p. 08).

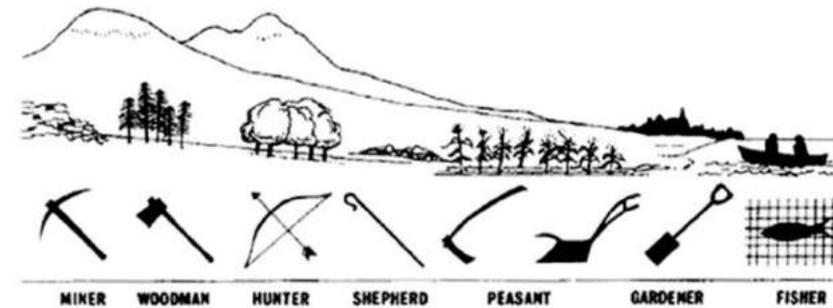


Figura 9: Seção do vale de Patrick Geddes.
Fonte: GEDDES (1970 [1915]).

INTERPRETAÇÕES DO TERRITÓRIO: ÁRVORE E RIZOMA

“O território é um ato e não um meio” como diriam Deluze e Guattari (1997b [1980]). Uma organização expressiva de funções, produto de territorializações que organizam o meio tomando-o qualitativo e expressivo. Assim, é um produto que organiza o mundo exterior - que é regido pelo caos - a partir da ordenação rítmica e expressiva de impulsos interiores - de um grupo ou de indivíduos - a nível de fronteira ou borda, o elemento intermediário que mantém à distância as “forças do caos”. Assim, o território tem os efeitos de reorganização de funções e de reagrupamento das forças de maneira a manter junto elementos heterogêneos. Esse “produzir” território é em si um agenciamento, portanto, todo agenciamento é territorial e todo território é uma organização que cria consistência interna de um conjunto de multiplicidades. Uma margem de decodificação que altera o meio através da composição de um sistema rítmico de signos.

Que regras explicariam o funcionamento de produção territorial? Ou, o funcionamento interno dos sistemas envolvidos no ato territorializante?

Um sistema se caracteriza quando um conjunto é constituído por elementos que pertencem a si mesmos, cooperam e trabalham em conjunto. Árvores e rizomas são maneiras de interpretar as interações entre elementos e conjuntos de elementos na produção de sistemas. Nesse sentido podem orientar uma reflexão sobre o funcionamento das relações nos sistemas de objetos e de ações envolvidos na produção de territórios.

Na sociedade ocidental moderna, as explicações para a organização e funcionamento de sistemas se apoiaram em interpretações segundo o modelo arborescente, cujas características são a centralização, hierarquia, linearidade e formalismo. Nessa visão arborescente, as relações entre os elementos do sistema são regidas por binaridade simples, séries miméticas ou ordenação por diferença. A essa visão estruturalista, os autores Deleuze e Guattari (1997b [1980]) opõem a ideia de funcionamento rizomático, o qual não é regido por um centro, mas por multiplicidades, onde cada elemento é tratado como substantivo e como possibilidade de romper com a fronteira/margem do território, ocasionando movimentos de desterritorialização, como linhas de segmentaridade. Cada uma dessas linhas pode romper as bordas, que são fronteiras móveis, sempre sujeitas à transformações e mutações por desterritorialização. Assim, o rizoma não possui uma lógica ou ordem que impõe a essas transformações uma regra, mas muda conforme as multiplicidades operem por expansão em constante devir.

A noção de rizoma abre uma amplitude de frentes interpretativas que permite leituras por mapeamento de fenômenos de múltiplas naturezas e não apenas urbanos. A abordagem traz uma contribuição inédita para o campo da urbanística e estudos da paisagem uma vez que propõe o rizoma como método de pensamento por mapas que se elaboram por conexões e multiplicidades, como sistema aberto e conectável em todas as direções, por isso desmontável, reversível e suscetível a transformações.

Enquanto a estrutura em árvore comporta conjuntos homogêneos em relações hierárquicas, estanques e setorizadas, o rizoma, por outro lado, opera segundo princípios da multiplicidade e heterogeneidade, ou em outras palavras, “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro”. Sua estrutura (ou não-estrutura) se manifesta por multiplicidades de linhas ou trama. Essas multiplicidades se definem pelo que está fora, por linhas de fuga e desterritorialização (DELEUZE & GUATTARI, 1997a [1980]). Por isso, uma organização rizomática não configura um sistema fechado em si mesmo, mas sempre um sistema aberto em contínua transformação. À medida que novas rupturas são acionadas, alteram-se as direções das linhas de fuga e novas territorializações são possíveis.

Deleuze e Guattari (1997a [1980]) associam o rizoma ao mapa, em contraponto à árvore, que chamam de modelo de decalque. Uma das características do rizoma é a possibilidade para entradas ou *inputs* que o transformam constantemente, diferente do decalque, que sempre voltaria para o mesmo estado. “[...] uma questão de método: é preciso sempre projetar o decalque sobre o mapa.” (DELEUZE E GUATTARI, 1997a [1980]p.22).

Interpreto o mapa como o território e o decalque como os projetos arquitetônicos e urbanos. O decalque traduz o mapa em imagem ao decodificá-lo, organizá-lo, estabilizá-lo. O mapa, enquanto representação, também é um decalque imperfeito do território, sempre uma simplificação do existente, uma codificação de bloqueios e cristalizações. Mas o mapa enquanto rizoma e método de interpretação de sistemas, é um valioso recurso analítico-propositivo, uma vez que ele próprio se constrói à medida que é preparado, desenhado ou escrito. O mapa pode ser elaborado por indivíduos, grupos ou formações sociais, pode ser “desenhado numa parede” ou concebido como obra de arte, ação política ou meditação. (DELEUZE e GUATTARI, 1997a [1980]). Ele tem múltiplas entradas e é a-centrado, ao contrário dos sistemas arborescente que são centrados, estruturados em um único eixo, que reproduzem seus próprios decalques binários em série.

Os rizomas são como redes que possuem diferentes intensidades e permitem que qualquer ponto do sistema se conecte a outro sem necessariamente remeter uma direção específica ou hierarquia linear, oposto a uma estrutura que se define por conjunto de pontos e posições em relações biunívocas como nos modelos topológicos e de grafos.

O rizoma é formado por linhas, vetores que se conectam e se estratificam em direção centrífuga, como linhas de fuga ou de desterritorialização. Ele

metamorfoseia-se e muda de natureza sempre que essas rupturas de borda acontecem gerando novos “bulbos” nos rizomas ou canais e fuga.¹⁶

No rizoma as relações incessantes provenientes de agenciamentos mudam de natureza à medida que aumentam suas conexões e, ao contrário de uma estrutura em árvore, não contém pontos, somente linhas. Esses segmentos de linhas estratificam o rizoma, territorializando-o, organizando-o, resignificando-o.

A imagem de povos, sociedades nômades, ou colonizações, é a de atores que se desterritorializam e tornam a reterritorializar, artificializando espaços segundo a linha de antigas territorialidades, trazendo memórias e julgamento de valores culturalmente constituídos. Exemplificando: a noção de desterritorialização ilustra por um lado, uma ruptura no rizoma, mas, por outro, a continuidade produzida sobre o que resistiu como preexistência. Assim, a re-territorialização é uma capacidade do rizoma de se reinventar a partir de rupturas.

“[...] caminhamos ao longo dos séculos, da antiga comunhão individual dos lugares com o Universo à comunhão hoje global, a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território.” (SANTOS, 1998. P. 15)

¹⁶ Os autores relacionam o rizoma às estruturas da natureza, à matilha de lobos (multiplicidades), A lógica da organização das formigas e construção de tocas. Também remetem à marcação de território pelos pássaros por meio do ritornelo, canto e coloração,

ou seja, o território que se constrói no meio sonoro, na ordenação de ritmos e sequências, que tornam expressivas determinadas funções.

À essa interdependência universal dos lugares, à qual se refere Milton Santos, relaciono a noção de linhas de fuga e rizomas, como novas modalidades de sistemas assumidamente abertos nos quais as cidades se inserem na contemporaneidade.

A insistência em tratar as “cidades como árvores”, fez com que incorrêssemos em processos esquizofrênicos de pensamento urbanístico e a adoção quase cega de abordagens funcionalistas e formalistas. Fechamos os olhos para o território enquanto “obra de arte” produzida pelas pessoas em constante diálogo com a natureza, a favor de uma negação do lugar e de um modelo de desenvolvimento baseado na artificialização e destruição da natureza por meio das técnicas mecanicistas.

A Modernidade foi marcada pela afirmação da figura centralizadora do Estado-Nação, que consolidou um aparato jurídico-político do território, derivado do conhecimento pretensamente científico do mundo que adotou, a partir do século XVII, uma hipótese universal: “o mecanicismo” (SANTOS, B.S. 1988). Esses Estados-Nação foram possíveis graças à mercantilização e industrialização concentrada com a exploração de colônias do sul global. Hoje, caminha-se na direção de uma valorização dos recursos chamados naturais e de uma crescente diluição dos limites e fronteiras, possibilitada pelo Capitalismo Mundial Integrado, no entanto, há por trás da sociedade contemporânea um paradoxo, como ressalta Guattari (1989 [2012]):

“[...] por um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnicos científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriarem desses meios para torná-los operativos” (p. 12).

Hoje, as cidades conectadas a uma rede global de organização fluida e de alto nível de interdependência, estão sujeitas a constantes rupturas, causadas por mudanças climáticas, crises econômicas e polarizações políticas, que colapsam o sistema, forçando movimentos de desterritorialização que devem ser assumidos como processos rizomáticos. Por isso, a visão arborescente, funcionalista não permite compreender os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização engendrados nas bordas do rizoma, nas fronteiras e margens.

As rupturas que operam nas bordas do rizoma são ocasionadas pelo anômalo¹⁷, o desigual, por isso, nas fronteiras operam as diferenças. A borda, para os autores, é uma fronteira móvel.

Há que se considerar que a sociedade não atua sobre a natureza sem antes atribuir-lhe um valor, que pode ser um valor atual ou um valor futuro (SANTOS, 1999. P. 18). O território está sujeito às relações de troca, o que supõe uma determinação de escala de valores. Esses são atribuídos por cada sociedade aos territórios em determinado momento de sua história, o que configura uma relação econômica. A relação sociedade-natureza não é algo direto, relação causa-efeito ou uma dialética pura, mas uma construção sociológica, política e econômica (FOLCH, 2003; FOLCH e BRU, 2017) da qual devemos nos aproximar na tentativa de consolidar um discurso sobre o território com vistas a seu planejamento espacial.

Valor e valoração têm significados distintos. Os valores são abstrações complexas que fundamentam sistemas ideológicos e esquemas culturais no terreno da reflexão filosófica. Eles atuam nos processos de territorialização de indivíduos e coletividades de maneira mais ou menos inconsciente. É, por exemplo, o “cimento do capital hegemônico” que sustentou a instauração de um mercado global durante o século XX, conduzindo uma homogeneização ou “laminação” dos sistemas particulares de valores colocando num mesmo “plano de equivalência bens

materiais, bens culturais e áreas naturais” (GUATTARI, 1989 [2012]. p. 10-11). Essa laminação de valores se apoiou no modelo de racionalidade científica estabelecido no mundo ocidental desde o século XVI que permitiu a partir do século XVIII a ascensão da burguesia e a transformação tecnológica do real com base no determinismo mecanicista (SANTOS, B. S. 1988). As valorações, por outro lado, “constituem ações de atribuição de valor explícita a seres, objetos ou eventos”, possui um carácter mais técnico, metodológico ou processual (FOLCH e BRU, 2017. p. 32-33). Assim, emitimos juízos de valor, que são valorações, por exemplo, por meio da imprensa, dos discursos de poder e dos processos de territorialização, que exprimem e muitas vezes se justificam por juízos de valor.

No “Capitalismo Mundial Integrado” juízos de valor compartilhados tendem a fundamentar a alocação de capital no espaço com base em um aparato construído pelas ciências econômicas que justificam (ou não) modelos de desenvolvimento pouco éticos do ponto de vista social e ambiental. O termo (des)envolvimento, como utilizado por Porto-Gonçalves (2012), traduz esse rompimento dos laços da sociedade com a natureza, promovidos pela sociedade norte-americana e europeia, como uma ruptura no envolvimento com o meio com vistas a “se abrir para o mundo”, incorporando padrões de “progresso da modernidade” (PORTO-GONÇALVES, 2012: 268) buscando construir uma segunda natureza artificializada.

¹⁷ Anômalo é uma palavra resgatada por Deleuze e Guattari (1997) para expressar o desigual, “*outsider*”. O anômalo é diferente do anormal. Este se refere ao que não obedece uma regra.

Assim, tem-se as relações humanas têm se liberado cada dia mais do ambiente, transformando-o em mero suporte, superfície insignificante de objetos, funções e resíduos de “próteses tecnológicas” (MAGNAGHI, 2011. P. 47).

Os processos acelerados de urbanização do século XX onde a “metrópole” passou a ser o modelo de desenvolvimento e garantia de *status* das cidades em uma rede global altamente desigual e predatória, expuseram a agressividade dos processos de consumo, distribuição e extração de recursos naturais e a falência do território-mundo. Essa preocupação com a capacidade do planeta em suportar o padrão de crescimento da humanidade vem sendo encarada em termos de sustentabilidade, como capacidade ou possibilidade de manter a vida na terra e garantir a continuidade das gerações futuras. No entanto, não existe apenas um abismo entre os territórios de exploração de recursos e os de consumo, a desigualdade atinge também o nível distributivo interno das áreas urbanas e rurais, principalmente no sul-global.

Desde a década de 1980, mais precisamente após a divulgação do Relatório Brundtland, a noção de sustentabilidade vem sendo incorporada ao debate público internacional e paulatinamente às políticas públicas no Brasil¹⁸. Após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UnCED) de 1992, o termo se tornou um objetivo a ser alcançado por políticas

públicas, planos e projetos conduzidos por uma agenda comum acordada internacionalmente (Agenda 21), o que produziu um ruído no discurso desenvolvimentista e estabeleceu um conflito de origem na noção de sustentabilidade. Como um conceito “impreciso” poderia conduzir o desenvolvimento de políticas, plano ou projeto? Essa condição aberta do conceito estimulou uma disputa entre discursos conflitantes na busca por estabelecer suas representações e valores sob o argumento da sustentabilidade.

Henri Acselrad (2009) parte da premissa de que a noção de sustentabilidade só se realiza por meio de uma “comparação de atributos entre dois momentos situados no tempo: entre passado e presente, entre presente e futuro” (p. 45). Considerando que o planejamento e o projeto só se justificam perante uma ideia de futuro, o que implica uma vontade e mudança da situação atual e um objetivo, por isso essa comparação é fundamental para a leitura do território e para seu projeto de futuro.

Dentre as matrizes discursivas em disputa pela afirmação da noção de sustentabilidade (ACSELRAD, 2019), estão a da eficiência, que prioriza a base material do desenvolvimento e propõe o combate ao desperdício de recursos. Outra, se baseia na ideia de escala, ou seja, de que há um limite quantitativo que torna incompatível o modelo de desenvolvimento econômico com relação às pressões

¹⁸ O primeiro marco nesse sentido foi a promulgação da Constituição Federal em 1988, que elevou as questões ambientais e sociais a nível de direito constitucional, estabelecendo a função social da propriedade, o direito à moradia e a tutela sobre o meio ambiente.

exercidas sobre os recursos ambientais. Há o discurso da equidade, que articula os princípios de justiça e ecologia e, ainda, o que aposta na autossuficiência, defendendo o desenvolvimento local e uma desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais. E por fim, o discurso voltado à questão ética.

A questão das escalas evidencia um entrave para a aplicação do conceito, uma vez que, ecologicamente o mundo é interligado, mas socialmente é fragmentado (ACSELRAD, 2019. p. 50). Por outro lado, na Amazônia, pensar em termos de equidade requer romper com a sua condição de fronteira e margem, buscando a potência adormecida nas diferenças sociais e culturais que construíram historicamente um território marcado por violentas desterritorializações e reterritorializações. E a busca pelo desenvolvimento local deve operar não por fechamento das margens em uma condição endógena e deslocada da economia nacional, mas incluindo os povos tradicionais, os núcleos urbanos e o meio natural no contexto do mundo globalizado e de suas possibilidades de conexão. Uma fronteira ou margem que precisa ser conectada ao mundo, não como fronteira de recursos, mas como a última fronteira aberta à imaginação humana e à utopia. Utopias que devem ser necessariamente passar pelos paradigmas de sustentabilidade e suas matrizes discursivas, atuando como exercício de transformar o mundo sem neutralizá-lo e devasta-lo, reconhecendo a fronteira como o lugar da diferença.

Todas as matrizes se justificam e são imprescindíveis para alcançar uma condição sustentável, no entanto, cabe uma reflexão sobre o que se pretende sustentar enquanto modelo de desenvolvimento e as origens estruturais da

degradação ambiental e social de modo a promover um debate abrangente sobre as regras geradoras do processo para evitar enfoques demasiadamente funcionalistas, ambientalistas ou biocêntricos.

AMAZÔNIA, ÚLTIMA FRONTEIRA PARA UM TERRITÓRIO-MUNDO

Porto Gonçalves chama a atenção para a Amazônia no marco do debate internacional como uma organização “desenhada” historicamente pela ordem mundial do colonialismo e do imperialismo, em processos abruptos de “reorganização societária”. Destaca que esse projeto “Amazônia” ainda está em curso, agora em nova escala de organização territorial – o planeta, a terra, o globo, o mundo. O que “põe em xeque as velhas formas de organização territorial, sobretudo o Estado Territorial Moderno” (PORTO-GONÇALVES, 2012: 137, 138).

Na Amazônia interesses sobre parcelas do território moveram historicamente a valoração e fixação localizada de capitais hegemônicos na região. A realidade territorial amazônica reflete mais claramente interesses sobre a valoração de recursos úteis ao desenvolvimento da máquina capitalista baseada no consumo do que na natureza como recurso para a manutenção de equilíbrio ecológico ou da natureza em si mesma. A imagem que se tem da região Amazônica é mais “uma imagem sobre a região do que da região” (grifo do autor), que se deve a fatores como sua posição geográfico-política dos tempos coloniais, passando pela incorporação da ordem moderna colonialista e imperialista pelos próprios brasileiros, até a visão ecológica atual.

A imagem de reservatório de recursos, última fronteira natural que garantiria “um futuro”, fundamenta essa visão exógena sobre a Amazônia, que justifica constantes tentativas de dominação de seu território, ainda hoje conflituoso. Assim, para Porto-Gonçalves: “o debate ecologizado sobre a Amazônia seria uma ingerência externa, uma forma de se fazer presente a antiga cobiça internacional sobre a região.” (Porto-Gonçalves, 2012. p. 132, 133).

“Na verdade, em torno da Amazônia se trava um interessante debate não só acerca da região, mas sobre o próprio futuro da humanidade e do planeta.” (Porto-Gonçalves, 2012. p. 158)

Diante dessa nova perspectiva das relações sociedade-natureza, uma transição de valores vem transformando a posição e interpretação da Amazônia frente a construção de uma nova ordem territorial. Uma identidade territorial global a partir de problemáticas que envolvem o mundo como um todo tem pautado a questão ecológica, que coloca a Amazônia como **território-mundo**, uma região de interesse internacional que representa o último refúgio da natureza intocada de floresta e biodiversidade.

Proponho que a imagem de fronteira, metáfora frequentemente usada para adjetivar as relações da Amazônia com o Brasil e com o Mundo, deva ser interpretada de maneira rizomática, onde o território é uma borda flexível e aberta a transformações, que se conecta ao mundo por meio de canais que funcionam como pontes (linhas de fuga), entre as circunstâncias exteriores (vetores globais de

verticalidade) e os impulsos locais ou horizontalidades, desvelando regras genéticas que devem ser as chaves para o planejamento territorial comprometido com o lugar.

Para tal, recapitulo brevemente como a ideia de fronteira e de margem que guiaram ações políticas nas constantes tentativas de domínio da Amazônia.

Desde a Amazônia como “fronteira de recursos” (BECKER, 2004); a urbanização na Amazônia como a ocupação da última fronteira brasileira; uma fronteira vista como “fronteira móvel”; ou ainda, segundo a lógica de uma nova geopolítica ambiental, segundo a qual a Amazônia passa a ser entendida como “fronteira do capital natural”, que deve ser desenvolvida com base em uma revolução científico-tecnológica (BECKER, 2005) que valorize a floresta economicamente e o saber local como fundamentos para a emancipação social e política.

Segundo Berta Becker (2004), a percepção da Amazônia enquanto fronteira é diferente conforme a escala que se interpreta. Em nível global, ela é percebida como “espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta. Em nível nacional, tem-se uma percepção dominante de que a Amazônia é uma fronteira de recursos, ou seja, uma área para a expansão do povoamento e da economia, fundamental para garantir a soberania nacional, ou seja, um “espaço de projeção para o futuro”. Em nível regional/local, a incidência dessas visões, somadas à realidade social do lugar, se expressa em mudanças e rupturas brutais na configuração territorial (BECKER, 2004. p. 21).

Na década de 1970 o entendimento da Amazônia como fronteira móvel, favoreceu a elaboração de políticas públicas voltadas à exploração da floresta, ou

melhor, ao desmatamento para receber a migração voltada à expansão econômica e demográfica do território.

A partir de 1985 teria acontecido na Amazônia, em decorrência do esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista acompanhado por uma crise social, uma pressão ambientalista internacional e nacional que culminou com a noção da Amazônia como uma “fronteira socioambiental” (BECKER, 2005). Enquanto em nível global, a questão ambiental foi cada vez mais politizada com o fortalecimento de grupos, organizações não-governamentais e entidades interessados na preservação da natureza¹⁹.

Com o avanço das redes de comunicação e internet, a Amazônia deixou de ser uma ilha, o que Becker considera uma mudança estrutural: representada pela conectividade. Tal reestruturação favoreceu então e mudanças na sociedade regional e a Amazônia passou a ser uma “floresta urbanizada” com cerca de 70% de sua população residindo em cidades no ano de 2010.

Importante destacar três pontos levantados por Berta Becker em suas teses sobre a Amazônia enquanto fronteira. O primeiro, é sobre a premissa de que uma fronteira é um espaço não-estruturado, ou pelo menos, não plenamente estruturado para servir às dinâmicas capitalistas mediadas pelo Estado. Segundo, que a Amazônia só pode ser compreendida quando contextualizada frente aos

interesses do capital industrial e financeiro e às intenções do Estado brasileiro, uma vez que o primeiro, emite comandos do sistema capitalista global e o outro, coordena a divisão inter-regional do trabalho, organizando (ou não) relações sociais na fronteira. O terceiro ponto, fundamental no contexto dessa tese, é o reconhecimento do papel dos núcleos urbanos como indutores da expansão de fronteira, por sua capacidade de organização do mercado de trabalho regional e ocupação do território.

A esse ponto de vista da geografia, José Martins de Souza, contrapõe uma reflexão sociológica segundo a qual a fronteira só pode ser interpretada e compreendida em seus diversos tempos históricos como expressão contemporânea de simultaneidades sociais. Assim, a premissa de sua teoria sobre a fronteira é de que ela é “essencialmente o lugar da alteridade” e por isso uma realidade singular, resultado de relações de conflito, revolta e dominação (Souza, 1996. p. 27).

Para Souza (1996), na América Latina, a última grande fronteira é a Amazônia brasileira. Fronteira esta que, desde o início da Conquista colonial foi objeto de tentativas de penetração por meio da caça e escravidão de indígenas em busca de “drogas do sertão” e que a partir de 1964 tornou-se um cenário de ocupação territorial massiva e violenta que provocou um deslocamento de fronteira. Hoje, encontra-se ainda em situação de fronteira, por comportar uma diversidade de tempos sociais, populações e culturas que, ora operam por relações de conflito,

¹⁹ Programa Piloto para a Proteção das Florestas tropicais Brasileiras (PP-G7). Criação do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos hídricos e da Amazônia Legal.

ora por cooperação e miscigenação. Por isso, a história da fronteira contemporânea no Brasil seria uma história de lutas étnicas e sociais com uma diversidade de tempos históricos.

Assim, a fronteira é uma categoria para compreensão do papel da Amazônia tanto num contexto geopolítico quanto em termos de lugar, uma vez que abriga uma diversidade de tempos e culturas em uma região aberta ao devir das diferenças. Uma fronteira entre a barbárie e a civilização, o homem e o animal, o feito humano e a natureza, onde há o embate de multiplicidades²⁰ e a dilatação das bordas territoriais pelo movimento de rupturas rizomáticas.

O exercício de entendimento sobre a noção de fronteira não se esgota aqui, mas, como no rizoma, tende a buscar pontes de desterritorialização e reterritorialização à medida que novas reflexões possam ser realizadas a respeito do feito territorial na Amazônia.

Interessa o rizoma enquanto sistema aberto como maneira de interpretar o território frente à fluidez e incerteza do contexto contemporâneo onde se opera um crise de sentido entre a exploração e a preservação, o (des)envolvimento e o lugar, entre o racional e o imaginário. Por isso, a ideia de rizoma é adequada para a

²⁰ Para explicar as multiplicidades Deleuze e Guattari exemplificam usando a matilha de lobos, onde o devir animal e a presença de indivíduos *outsiders* ocasionam rupturas e expansão da matilha operando por linhas de fuga. Exemplos do devir de um rizoma seriam as imagens da propagação, ocupação por contágio, povoamento que operam ora como máquinas de guerra nômades, ora como instâncias familiares ou aparelhos estatais.

reflexão sobre os territórios frente aos processos de globalização e o impacto da compressão espaço-tempo produzido pela indiferenciação e a mobilidade ampliada na atualidade. O conceito também proporciona um novo olhar sobre o território da Amazônia Central²¹, uma vez que possibilita compreender o território, não como um feito estanque e acabado, mas como um constructo em constante transformação. Uma leitura rizomática de um território não se permite finalizar na extensão limitada de uma tese, um livro ou um artigo, mas será sempre um exercício de reflexão contínuo e aberto a novas perspectivas de futuro, numa leitura intencionalmente inacabada que opera por cartografias e mapas.

²¹ O termo Amazônia Central é aqui utilizado para se referir à região sob influência de Manaus, Rio Negro, Rio Branco, Solimões, Juruá, Madeira, sendo propositalmente abstraído dos atuais recortes políticos instituídos pelo Estado, nos quais a Amazônia brasileira seria dividida em Amazônia Oriental e Ocidental, ou do recorte proposto por Trindade Jr. onde a Amazônia Central é considerada a poção do território que se estende do norte do Pará ao eixo rodoviário BR 319, Br-174.

2. ALTERNATIVAS PARA O PROJETO TERRITORIAL

Como enfatizado no capítulo anterior, os atores, sejam eles empresas, instituições ou sociedade civil, agem sobre parcelas do território num determinado tempo, o que o mantém em constante processo de transformação, segundo a variação de interesses, rearranjos de localidades e redes. Essas variações se depositam na superfície terrestre, nas palavras de Bernado Secchi (2015 [2006]), como um “imenso depósito de signos” que são “conscientemente deixados por quem nos precedeu” (SECCHI, 2015. p. 15). Esse “arquivo de signos” ajuda-nos a apreender um conjunto de intenções, de projetos e ações concretas.

É difícil separar o aspecto concreto de uma transformação dos argumentos propostos para justificá-la, das intenções que, presumidamente, a impulsionaram, da cultura, das imagens, das crenças e tradições, a partir das quais as várias decisões de transformação tomaram forma: mesmo que isso amplie enormemente o campo que é preciso observar e estudar. (SECCHI, 2015. p. 18)

O urbanismo se ocupa de testemunhar e decifrar esse conjunto de códigos e práticas que constroem e reconstroem o território e a cidade no decorrer de sua produção histórica. Para isso estuda e discute atividades de ordem prática da produção dos objetos técnicos segundo as intenções dos atores, que resultam em uma paisagem. A regulação das condições para que essas transformações ocorram de maneira a atingir um objetivo, ou estado final desejado, é o papel do planejamento territorial e envolve práticas de caráter projetual e normativo. Nesse

capítulo argumenta-se sobre a necessidade de resgatar a paisagem como meio para apreensão das transformações espaciais e suporte para o projeto, que favoreça o resgate do Lugar numa perspectiva de planejamento territorial, assumindo seu papel ativo enquanto constructo social e a paisagem como aspecto fundamental para interpretação da identidade do lugar e proposição de projeto de futuro. Defende-se a tese de que a leitura da paisagem pode ser adotada enquanto: i) método de leitura, descrição e projeto do território, por desvelar processos de territorialização, des-territorialização e reterritorialização (TDR) e apontar uma perspectiva de futuro; iii) por sua natureza midiática, pode oferecer um poderoso instrumento de comunicação, um meio de transmissão de intenções e significados aos atores envolvidos no processo de tomada de decisão com vistas a gerar debate social e participativo sobre o futuro do território.

A REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO: UM PROJETO DE PODER

No campo da urbanística, a representação cartográfica é explorada como um instrumento para lidar com a produção de manufaturas, inerente à transformação do ambiente e de seus recursos em território. No entanto, cabe enfatizar que a cartografia, adotada quase como uma mimesis do território, não pode ser confundida com a paisagem, embora seja uma abstração de elementos

relacionais dos conjuntos ambientais. Da mesma forma, o mapa²² é uma abstração que não deve ser confundida com o território, tão pouco com a paisagem, sua antítese.

Na busca por uma imagem coletiva, o território é um projeto e o mapa, um instrumento de projeto e objeto de planos. Assim, enquanto instrumento técnico abstrato, o mapa é uma tentativa de representação simplificada de componentes do território e de suas relações. À medida que se busca ordenar, classificar e selecionar os elementos espaciais por meio de registro visual, se está construindo um território.

O mapa historicamente foi instrumento de dominação de territórios, justificando a introdução de sistemas técnicos e transformações físicas no ambiente segundo interesses políticos e do poder econômico. A carga intencional, ou discurso presente na representação cartográfica do território, permite afirmar que sua produção é um exercício projetivo e o mapa um instrumento de conhecimento e de construção de territórios.

Por mais que o território seja representado em termos de extensão, altitude, magnitude, topografia e temperatura, por ser um projeto, não é apenas um ente quantificável, mas está suscetível a um discurso (CORBOZ, 2004 [1983]). Lefebvre (1972) acredita que a falsa noção de unidade, explícita em um projeto, evidencia a fragmentação do espaço social ao atribuir correspondências entre

²² O mapa representação gráfica, não o mapa forma de interpretação de sistemas como rizoma.

necessidades, funções, lugares e objetos sociais em um espaço “supostamente neutro”. Nesse sentido a representação do espaço estaria sempre a serviço de uma estratégia de poder e o projeto permitiria impor à “força de certa coesão”, ou ocultar sobre uma aparente coerência racional e objetiva, as contradições da realidade (LEFEBVRE, 1972).

Com a mudança de escalas de trabalho dos arquitetos e engenheiros, os mapas foram cada vez mais manipulados tecnicamente com finalidades de projeto e utilizados para justificar planos e estratégias espaciais e seu uso foi amplamente difundido nas práticas de planejamento espacial, uma vez que tornou-se elemento necessário para operar numa situação geográfica que implica a leitura dos conjuntos ambientais (GREGOTTI, 2004 [1972]), e a classificação de tipologias formais e estruturas antropogeográficas.

Mesmo antes do advento da urbanística os mapas foram utilizados para dominação de territórios e possessões dos Estados-Nação, delimitação de fronteiras e imposição de uma matriz ideológica a populações originárias. Com o aprimoramento da ciência cartográfica, o mapa assumiu cada vez mais importância para a concretização do programa dos atores em qualquer nível, ampliando a relevância do plano e da representação.

A tradução do território em figuras permite afirmar que ele tem uma forma ou conteúdo perceptivo (CORBOZ, 1983), resultante de uma condensação de processos históricos e, por isso, possui significados e valores. Até o século XIX, observava-se a natureza, a cidade, o parque ou um cultivo agrícola e se representava uma paisagem. Com o advento da urbanística a imagem passou a

conduzir a construção de territórios através da concretização de projetos (RAFFESTTIN, 2009).

A história dos mapas expressa relações de poder e informa sobre o crescimento e consolidação de cidades e delimitação de fronteiras, mas ultimamente, tem afetado mais diretamente a vida cotidiana das pessoas. A ideia de fazer e usar mapas tem criado novas formas de mediação entre pessoas e o ambiente. Além disso, tem se tornado uma ferramenta para imaginar mundos alternativos (WOOD, 2014). O mapa é um filtro com “estatuto paradoxo” (WOOD, 2014), um esforço para perpetuar o território em seu constante processo de mutação. Por isso, ao ato de mapear corresponde uma apropriação do território. Esse princípio do mapa insere-o no âmbito do poder, pois ele instrumentaliza o exercício de dominação. Além disso o mapa é uma imagem carregada de juízo de valor.

[...] people make maps to discover their minds and to connect themselves. (WOOD, 2014. P. 10)

O mapa, na sua essência, se destina a comunicar a posição de elementos no espaço e suas relações. O ato comunicativo é essencial na prática da cartografia, que se baseia na observação, seleção, classificação e atribuição de valores ao que pretende representar. Assim, o mapa enquanto imagem codificada do território, comunica intenções dos atores que, ao projetarem significados, criam novos territórios. Por isso, não “há território sem o imaginário do território” (CORBOZ, 2004. p. 28).

As técnicas cartográficas e o mapeamento se apoiaram no desenvolvimento das ciências e sempre foram um esforço de representação da complexidade dos processos de territorialização, no entanto, os mapas tendem a ser parciais e incompletos, seleções e abstrações da realidade.

O mapa não é isento de ideologia. Ele foi amplamente utilizado pelos primeiros Estado-Nação nos séculos XV e XVI, para delimitar possessões de terras colonizadas ou para contar histórias de viagens a lugares desconhecidos. Era através dos mapas que se construíam os imaginários sobre as terras além-mar e que os primeiros botânicos e estudiosos do ambiente, registraram suas percepções e descobertas. Os mapas antigos, muitas vezes mesclavam a paisagem e a carta, como forma de enriquecer a descrição de novas possessões coloniais ou descobertas biológicas e geográficas.

Os mapas são compostos por elementos iconográficos, linhas, polígonos e pontos, organizados em escalas e hierarquias relacionais. O mapa, enquanto técnica de representação de caráter inicialmente descritivo, foi dando lugar ao exercício imaginativo. Assim, a função interpretativa do mapa, ou o mapa “para interpretar o mundo”, deu lugar à função projetiva do mapa, ou, o “mapa para transformar o mundo” (CORBOZ, 2004 [1983]) se tornando um instrumento de projeto e objeto de planos, à medida que arquitetos e engenheiros passaram a manipulá-los com finalidade prospectiva em escala ampliada.

O mapa é fundamental para interrogarmos sobre as transformações do ambiente e da sociedade, embora, o mapa sozinho não seja suficiente para gerar envolvimento social, em torno de um objetivo, as visualizações que proporciona,

podem trazer mensagens importantes para possíveis articulações sociais que encontram-se adormecidas. Por isso, o mapa enquanto invenção, ou projeto, pode ser uma direção para o esclarecimento e empoderamento dos agentes envolvidos na produção do território à medida que desvela sua estrutura.



Figura 10: Carta Topográfica do Tenerife, Ilhas Canárias elaborado por Humboldt. Nessa imagem Humboldt lança mão de recursos de representação em 3 dimensões, tomando uma vista de “voos de pássaro” e associando informações sobre a toponímia, topografia e caráter dos lugares.
Fonte: Digitalizado pela Universidade de Laguna do original da coleção de Barker Webb, Phillip Berthelot, Sabin. Histoire naturelle des îles Canaries. Atlas. 1838. http://fundacionorotava.es/pynakes/lise/webb_histo_fr_01_1838/11/

A cultura contemporânea tem a sua disposição novas tecnologias para a construção de mapas. As facilidades em olhar “de cima” por meio de imagens de satélites, ou ainda, o mapeamento de trajetos e a interatividade de aplicativos de geolocalização, disponíveis em *smartphones*, inauguram maneiras dinâmicas e interativas e inserem o mapeamento na vida cotidiana. No entanto, não nos enganemos! Basta observar as imagens do Google Earth com atenção para descobrirmos vazios e espaços ocultados propositalmente. Ou ainda, podemos indagar o outro lado da geolocalização em dispositivos pessoais, estariam eles promovendo o controle e sistematização de dados pessoais em massa, como um panóptico contemporâneo? (FOCAULT, 2014). O mapa, portanto, não abandonou seu status de projeto de poder, pelo contrário, as *big datas* e o mapeamento da população apontam para um cenário paradoxal onde convivem: possibilidades de controle social e de maior liberdade na criação de mapas em tempo real e sua utilização no cotidiano.

Os mapas podem ser distorcidos propositalmente para servir de propaganda política ou para comunicar um projeto de território, pela manipulação da imagem. Por muito tempo, os mapas foram fonte de informações privilegiadas e ficavam sob o domínio das elites, dinastias e entidades religiosas. Com eles, era possível eliminar “interferências” da realidade, como a presença de populações inteiras, que eram ignoradas na representação dos mapas e na divisão política das terras entre colonizadores (CAMILO, 2008). Hoje, ao contrário, a popularização dos mapas abre uma nova janela de oportunidades para a inversão do projeto de poder,

que poderia partir de baixo-para-cima, ou seja, transformar-se em instrumento de conhecimento, domínio e invenção de novos territórios pela sociedade civil.

“O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói.[...] O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente.[...] Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação.” (DELEUZE e GUATTARI. 1997a [1980]. p. 21)

O mapa, assim como o rizoma de Deleuze e Guattari (1997a [1980]), não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo, ele está em constante e incessante produção. Esse Mapa-rizoma, tem múltiplas entradas e poderia ser explorado como método de leitura e projeto de território, abrindo cenários de futuro à utopia, possibilitando canais como linhas de fuga para o planejamento de processos de (re)territorialização.

Por aceitar cortes, rupturas significativas e assumir os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, a estrutura rizomática pode ser revisitada, acrescentada, realimentada pelos atores guiados por mapas e não apenas por normas. Essa ideia de mapa-rizoma, mapa-processo, conduzirá a análise da tese, baseada na construção, desconstrução, sobreposição, rupturas e cortes, num processo de mapeamento do território em diversas escalas. O mapa-rizoma, que se constrói constantemente, deve considerar o contexto político da

produção cartográfica para buscar desvelar os elementos ocultos no discurso sobre o território e as reais intenções dos agentes sintagmáticos.

Younès e Bonzani (2012 [2010]) concordam com Corboz (2004) e Deleuze e Guattari (1997a [1980]), de que o mapa é um constructo e uma leitura da realidade, e vão além ao afirmarem que o mapa só pode ser desenvolvido com base em uma hipótese projetual e que uma descrição do território só se torna eficaz a medida que existe um problema predefinido.

As cartografias históricas e atuais, apesar dos avanços das tecnologias de sistemas de informação geográfica, ainda carecem de interpretação para que sejam úteis aos estudos territoriais, por isso processos de representação para reconhecimento e intervenção no território são abordagens que fornecem material e geram conhecimento para o projeto do território. Desvelam dinâmicas, nuances culturais expressas na paisagem que podem ser úteis ao campo da urbanística (SABATÉ, et. al. 2016).

Abrindo um parêntese, vale pontuar algumas experiências brasileiras de cartografia social, campo de pesquisa e ação política em experimentação. Acselrard (2008, 2013), explica que as experiências de cartografia social são um campo em construção assentado na relativização do sentido oficial de construção de mapas.

Inserem-se no jogo político como resistência pela produção de mapas por meios não hegemônicos, ou seja, de baixo-para-cima. A cartografia social pode ser entendida como uma apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão.

Esse novo campo da cartografia evidencia a apropriação da tecnologia pelos “sujeitos cartografantes”, como uma ação política. Nesse sentido, citando Harley²³, Acselrard aponta para a importância do processo de produção de informações, por meio do mapeamento, como ferramenta de poder, estabelecida pela relação “saber-poder”. Por outro lado, há que considerar com cuidado outras lógicas de apropriação dessas cartografias sociais para a produção e uso de ideologias dominantes pelos que vêm nesse acesso à informação uma forma de dominação.²⁴

A PAISAGEM, UMA ALTERNATIVA PARA O TERRITÓRIO ENQUANTO PROJETO

A leitura e representação da paisagem estão sujeita a tensões investigativas. Por um lado, é uma prática de representação artística baseada na

²³ HARLEY, John Brian. *Maps, Knowledge and Power*. 1988.

²⁴ Acselrard comenta esse risco exemplificando o conflito entre o caráter libertário da prática do mapeamento social e novas formas de apropriação que se escondem por trás da ideologia do desenvolvimento sustentável. Como o caso de agências multilaterais e

empresas que legitimam, sob a retórica ambientalista, o mapeamento social para praticar financiamentos em comunidades tradicionais e áreas indígenas, como no negócio de crédito de carbono na Amazônia.

experiência sensorial frente ao observador, campo de estudo da arte e da filosofia; por outro, é considerada um artefato geográfico, ou, uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais (SAUER, 2012 [1925]).

A apreensão sensível da forma do território e sua representação como paisagem é um fenômeno que coincide com o Renascimento Italiano e com o surgimento da perspectiva e de modelos geométricos de representação, como as escalas e as noções de harmonia, concomitante com uma mudança de visão de mundo, que passava de teocêntrica para antropocêntrica, e que moveu os processos racionalistas da Revolução Industrial no século XVII e XIX. Em paralelo ao desenvolvimento da arte pictórica da paisagem, a técnica cartográfica se desenvolveu consideravelmente. A ideia de domínio do homem sobre a natureza predispôs a humanidade a imaginar seu projeto de mundo, mapeando, dominando, e assim, criando novos territórios.

Enquanto o mapa assemelha-se a um olhar divino, de cima, alheio à complexidade dos elementos perceptíveis que conformam o território, a paisagem, ao contrário, está ao alcance do olhar na escala humana. A paisagem relaciona o território com o valor que lhe é atribuído, o que é um fenômeno cultural (CORBOZ, 2004 [1983]).

“el territorio contiene mucho más que lo que el mapa puede mostrar, mientras que el mapa sigue siendo, a pesar de todo, lo que es: una abstracción. Le falta lo que caracteriza específicamente al territorio: su extensión, su espesor y su perpetua metamorfosis” (CORBOZ, 2004 [1983], p.30).

A urbanística surgiu desarticulada da tradição paisagística e da geografia. Os paisagistas, agrônomos e biólogos, deram um passo à frente ao ampliarem a escala de desenho dos parques na cultura anglo-saxã e ao norte da Europa, e depois nos EUA²⁵, enquanto os geógrafos, assumiram a reflexão conceitual sobre o território cultural e a paisagem como campo de estudo²⁶. A urbanística, no entanto, lançou-se na busca por modelos racionais de planejamento²⁷ que propunham soluções para o crescimento exponencial das cidades e de suas periferias, o que culminou na atual desarticulação entre prática, plano, norma e produção territorial, salvo experiências que consideravam a paisagem como elemento de projeto e a necessidade de articulação dos espaços livre e naturais aos tecidos urbanos como projetos de urbanização de Francisco Saturnino de Brito, no Brasil e de Frederick Law Olmsted, na Inglaterra e nos EUA.

Uma reflexão sobre a falta de diálogo entre o território e seu projeto pode ser feita através da ideia de “Cidade Jardim” de Ebenezer Howard (1850-1928) em colaboração com Raymond Unwin (1963-1940). A proposta se apoiava no desejo

²⁵ Frederick Law Olmsted

²⁶ Carl Sauer (1925)

²⁷ Ebenezer Howard, Garnier, Le Corbusier, entre outros.

de melhorar as condições de moradia na Inglaterra industrial do século XIX por meio da ideia de reduzir o tamanho e a densidade das cidades, distribuindo pequenos núcleos suburbanos conectados a uma rede de transporte público eficiente. Essa ideia de cidade dominou a produção de muitos subúrbios não só na Europa como nas Américas, no entanto, a difusão do modelo sem a reflexão partindo da leitura do território, resultou na propagação de conjuntos habitacionais distantes dos centros urbanos, dispersão da população sobre o território e dificuldades em manejar o provimento de infraestruturas e serviços urbanos.

Joan Nogué (2011) denuncia que estamos assistindo hoje à emergência de “territórios sem discurso” e de “paisagens sem imaginário”, e dá o exemplo das zonas periféricas das grandes cidades que crescem sem organização, sem coerência, desordenadas e desligadas do ambiente, destruindo as lógicas territoriais dos lugares. A implantação de infraestruturas pesadas é também potencialmente destrutiva nesse sentido. Ao mencionar a dificuldade de codificação e compreensão dessas paisagens periféricas fragmentadas e difusas que consomem grandes extensões do território, Nogué (2011) resgata as cinco categorias essenciais de leitura da paisagem urbana propostas por Kevin Lynch (1960), para exemplificar a tentativa de leitura de cidades convencionais por meio de: vias, limites, pontos nodais e marcos, para então lançar a pergunta: “que claves interpretativas permitirían ler hoy el paisaje de la dispersión?” (NOGUÉ, 2011. p. 7)

Frente a necessidade de planejar relações territoriais o design deve se inserir com mais propriedade no planejamento e desenvolvimento urbano, rural e de áreas periurbanas (KEMPENAAR, et. al., 2016; NEUMAN, 2000). Na Holanda por exemplo, uma tradição de intervenções físicas no território tem se apoiado em estratégias de *design*, estratégias prospectivas de cenários e metodologias diagnósticas baseadas no mapeamento do território em camadas temáticas. Tais instrumentais metodológicos têm possibilitado outros olhares sobre regiões desvelando relações entre o meio ambiente, assentamentos e as redes de infraestrutura em uma atitude reflexiva. Nesse sentido as relações que se estabeleceram entre as disciplinas de planejamento, design espacial e as derivações do *Landscape*, trazem elementos válidos para o reposicionamento do fazer arquitetônico em “todas as escalas”.

A preocupação com as qualidades sensoriais dos ambientes, consideradas frequentemente ocultas ou menosprezadas no planejamento do território, região ou aglomerados humanos e a necessária inserção dessas preocupações na escala regional, foram exploradas de maneira pioneira por Kevin Lynch, primeiro na obra “A imagem da cidade” e, posteriormente, no livro “*Managing the Sense of the Region*” (LYNCH, 1978 [1976])²⁸. Na obra, Lynch lançou o questionamento sobre a possibilidade de utilização dessas qualidades sensoriais no projeto ambiental em larga escala e alertou sobre a inevitável relação entre o design e o poder na escala

²⁸ Depois, em 1981, estruturou o que denominou de “teoria da forma urbana” na qual propôs analisar as relações entre o meio físico e a cultura de grupos sociais, buscando

generalidades que possibilitassem manipular, a nível de projeto e planejamento, a cidade enquanto um sistema analítico e sistêmico.

regional, que acaba por guiar as escolhas de estratégias e técnicas. Propôs, então, novos modos de ação, diagnóstico, políticas, regulação e design abertos para o planejamento dessas áreas urbanas de escala regional, utilizando estratégias de análise baseados no conhecimento das qualidades sensoriais dos lugares de modo a conferir-lhes sentido. No entanto, a investigação não foi continuada e o livro permanece uma referência isolada na produção geral do autor, o que gerou inclusive uma lacuna investigativa, que mais tarde recebeu uma contribuição de Michael Hough no livro *"Out of Place. Restoring Identity to the regional landscape"* de 1990. O aspecto inovador que nos interessa de ambas investigações é a ideia de que os designers devem aprender a considerar o modo como as pessoas comuns percebem o ambiente, para extrair daí lições de projeto.

Seguindo uma vertente também pioneira, Ian McHarg (1920-2001) publicou em 1969 o livro: *"Design with Nature"*, onde propunha o uso das camadas (*layers*) para definição da vocação de uso do solo para a urbanização. Pode-se considerar a pesquisa mais influente no campo do planejamento da paisagem. Nela McHarg propõe a descrição dos processos atuais como orientação para o desenvolvimento de projetos em diferentes escalas. Esse ferramental, à época, abriu caminho para novas correntes de planejamento urbano que se baseiam numa leitura e análise das transformações territoriais e sociais para a proposição de técnicas de engenharia e urbanismo adequadas ao ambiente.

Tanto Kevin Lynch quanto McHarg aportam contribuições que não são apenas teóricas, mas que aproximam a leitura interpretativa da paisagem urbana e

regional ao planejamento territorial por meio da proposição de ferramentas e instrumentais analíticos.

McHarg propõe a leitura das regiões como fenômenos que devem ser entendidos como processos que expressam juízo de valores que se devem ser identificados, pois normalmente estão implícitos no território. Assim, propõe a decomposição em camadas temáticas para instrumentalizar a interpretação desses processos tanto do ponto de vista dos espaços naturais quanto dos produzidos pelo homem, por meio da elaboração de três grupos de mapas-síntese: mapas de interpretação, mapas de viabilidade e mapas de compatibilidade. Os mapas de interpretação priorizam a cartografia do meio natural do entorno, como: mapas de recursos minerais, mapas topográficos, mapas de acessibilidade e infraestruturas, recursos hídricos, zonas de risco, áreas de conservação, entre outros. Os mapas de viabilidade são resultado de uma síntese que já supõe um posicionamento ou intenção projetual, neles já se pode visualizar as potencialidades do entorno e são destacadas zonas que seriam viáveis a determinadas atividades. Os mapas de compatibilidade resultam da compatibilização dos mapas anteriores já com definições mais aproximadas quanto aos usos compatíveis, mapas de zonas de recreação e de usos florestal e agrícola.

A partir da década de 1980, com a adoção de princípios ecológicos no planejamento espacial, biólogos, cientistas e planejadores buscaram trabalhar conjuntamente de modo a traduzir dinâmicas naturais e suas mudanças à paisagem. Por outro lado, desenvolviam-se as tecnologias de mapeamento remoto

do ambiente, o que permitiu avanços consideráveis para leitura, descrição e projeto do território.

O PROBLEMA DA PAISAGEM COMO MÉTODO CIENTÍFICO

“O território não é uma categoria de análise”, como diria Milton Santos (1999, p. 18), a paisagem sim, é uma categoria de análise, que tem ganhado cada dia mais importância na pesquisa científica, seja no âmbito da geografia (SAUER, 1925; RAFFESTIN, 2009; SANTOS, 2008 [1996], 1994) quanto no campo da urbanística (NASSAUER, 2012; STEINITZ 2004a, 2004b; FOLCH, 2017; FOLCH e BRU, 2017; MAGNAGHI, 2001, BELANGER, 2016). No entanto, dado seu caráter subjetivo, que implica na observação, interpretação e representação, ainda enfrenta dificuldades em se afirmar no âmbito científico e da prática do urbanismo.

Los hechos son los hechos, pero la realidad es la percepción.
(Einstein, apud FOLCH, 2003)

A frase de Einstein, citada por Ramón Folch (2003) evidencia que a realidade é o que podemos dela apreender através da observação. Essa frase também enuncia o caráter fenomenológico dos fatos objetivos do estudo científico, permitindo afirmar que é por meio do olhar humano que o ambiente e o território são percebidos e interpretados para que se produza conhecimento. Essa interpretação sempre estará imbuída de juízos de valores previamente definidos em nós por uma cultura.

Tentativas de sistematização científica, historicamente se construíram sobre o empirismo, fundamentado nas ciências físicas e biológicas, baseados na observação da realidade e na sua interpretação. Interpretação essa, que articula a formulação de hipóteses que são verificadas por métodos dedutivos, indutivos ou ambos. A colocação é um alerta para o poder da percepção e para o debate acadêmico estéril que tende a subjugar o subjetivismo na construção das ciências.

Gregotti (2004 [1972]) esclarece que a paisagem se antecipa à posteriores especializações metodológicas formais em diversas escalas e sugere o termo “ambiente total”, para orientar o conjunto de operações necessárias para “dar sentido à mudança de sentido” que o trabalho de arquiteto e urbanista exige e que deve ser “uma busca não por uma norma, mas por um método” para a atuação sobre o território. Logo, ele sugere a elaboração de tecnologias formais de duas maneiras: organizando-as de tal modo que possibilite a produção de figuras ou organizando em figuras as formas existentes por meio da instauração de um novo sentido (PONTES, 2018a).

A adoção da paisagem enquanto tecnologia formal e categoria analítica permite, em primeira instância: i) apreensão do território enquanto produção social por meio da experiência visível-sensível; ii) identificação do conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam o território iii) comparação temporal e iv) representação de processos sobrepostos utilizando dispositivos como mapas, imagens e narrativas (PONTES, 2018a). Assim, a paisagem, enquanto instrumento de produção de conhecimento científico deve ser reposicionada na

cadeia de valores da academia, principalmente no contexto do planejamento urbano e territorial.

Inicialmente, foi no ato pictórico que o território se livrou da pretensa exatidão do mapa e assumiu um caráter mais fenomenológico. A antítese da atitude cartográfica é a paisagem, que despreza a condição estática do território (CORBOZ, 2004). Mas a paisagem que organiza uma natureza poética, ou a natureza como espetáculo, é também uma territorialização dos sujeitos, com seus valores.

Até o século XVI, o senso comum, as explicações religiosas e o conhecimento filosófico orientavam as preocupações do homem com o universo. A partir de então, iniciou-se uma busca maior por garantias e fatos objetivos para o conhecimento do mundo. A busca pelo absoluto e pela natureza íntima das coisas deu lugar à necessidade de explicações do mundo físico, biológico e das relações formais de causa e efeito do mundo real, através da observação científica. Assim nasceu o método científico (MARCONI e LAKATOS, 2003). Em paralelo, desenvolvia-se a prática pictórica da paisagem. O feito de representar não significava copiar ou mimetizar a natureza, mas reinventá-la.

Para Alain Roger (2007), o artista sempre produzia modelos com vistas a neutralizar a natureza, desnaturalizá-la para então dominá-la, por meio de aparatos disponíveis pelo progresso científico, tornando o homem o possuidor da natureza. Essa visão de mundo que pretensamente impõe limites à natureza, buscando contê-la através da arte, refletiu-se nos primeiros esforços de transformação do território, que começou com os paisagistas.

O dicionário Larousse, indica que a origem etimológica da palavra 'país' é proveniente do francês 'pays'. A origem da definição léxica é similar ao termo em outras línguas românticas, 'país' em espanhol e 'paese' em italiano. Nas línguas anglo-saxãs 'país' tem o significado semelhante ao da palavra *land*. A apreensão do país, dá origem à paisagem, ou *landscape* (inglês), *Landchaft* (alemão), que soma à raiz *land* ao sufixo *scape* e *schaft*, refletindo a dupla articulação sugerida por Roger (2007): país/paisagem - *in situ/in visu*. Para Roger (2007), há duas maneiras de intervir no objeto natural por meio de operação artísticas, ou *arterialização*: primeiro, diretamente no lugar, *in situ*; em segundo, indiretamente, *in visu*, por mediação do olhar. Por exemplo, antes de inventar paisagens por meio da pintura enquanto operação *in visu*, a humanidade produzia jardins, operação *in situ*.

Cabe, portanto, desmistificar a associação superficial entre jardim e paisagem. O primeiro jardim que se tem notícia é o descrito na Bíblia, os "Jardins do Éden", onde Deus teria inicialmente colocado o homem para cultivá-lo à sua imagem e semelhança divina. O jardim, desde então configurava-se como um lugar cercado, que possuía limites e era cultivado. Assim foram os jardins suspensos da Babilônia, os jardins medievais, os hortos eclesiásticos enclausurados, as tipologias de jardim islâmico e os pátios da cultura árabe. No século XVIII o jardim começou a romper com a noção de limite pela prática pictórica. A perspectiva e as composições de pintores criaram os códigos de representação modernos e conduziram esquemas compositivos, que aplicados ao 'país', o convertiam em paisagem (ROGER, 2007).

No campo da geografia a paisagem é explorada como método científico desde o surgimento da disciplina. Carl Sauer (2012 [1925]), defendia uma visão fenomenológica da ciência, propondo a “fenomenologia da paisagem”. Ele argumentava que toda ciência pode ser fenomenológica, ao preocupar-se em entender certo grupo de fenômenos identificando-os e ordenando-os de acordo com suas relações.

A percepção visual, amplamente privilegiada com o desenvolvimento de tecnologias de imagem, põe em evidência o papel metodológico da paisagem para a leitura do território. Com os avanços tecnológicos das comunicações que permitiram novas formas de registros culturais que transcendem as experiências reais que temos do território, tornou-se possível visualizar paisagens que não se vive por meio da televisão, do cinema, informática e fotografia (REYS, 2003). Nos últimos 30 anos vêm se desenvolvendo rapidamente os Sistemas de Informação Geográfica e de Sensoriamento Remoto, que se baseiam em imagens capturadas por satélites ou aeroplanos. As possibilidades de utilização destes instrumentos têm apontado maneiras diferentes de mapear aspectos da superfície, subsolo e atmosfera terrestre indicando novas perspectivas para a adoção da paisagem como método científico. Resta-nos, portanto, explorar as possibilidades tecnológicas, mas antes, será necessário ampliar as fronteiras epistemológicas do campo de atuação da arquitetura e urbanismo.

Muy lejos estamos aun de la época en que será posible reducir a la unidad de un principio racional, por la obra del

pensamiento, cuanto percibimos por medio de los sentidos.
(HUMBOLDT, 1875.p. 74)

Humboldt (1875) ao escrever sua obra conclusiva “Cosmos” expôs suas inquietações quanto ao exercício de observação como método científico, contextualizando, por um lado, as limitações impostas pelo aparelho visual humano e pela subjetividade, e por outro, as inúmeras ou “infinitas” possibilidades que são abertas pela ação de contemplar, independente do caráter individual da paisagem (HUMBOLDT, 1875. p. 04-05), que é capaz de revelar “como uma misteriosa inspiração”, regras e leis do Universo. E afirma, ao falar sobre a natureza e seu entendimento que, quando submetida ao conjunto de trabalho do pensamento, pode ser apreendida em sua unidade, mesmo que a diversidade de forças que a compõem adquiram formas diferentes ao olhar.

O território produzido se torna paisagem à medida que é observado e representado. A representação pressupõe um juízo de valores, variável dependente do contexto cultural e individual do observador. Por isso, a paisagem sempre será uma representação idealizada do construído, uma mediação entre o real e o ideal, ou uma “imagem territorial” (RAFFESTIN, 2009). Ela não é uma construção material, mas a representação ideal do território, portanto, sem a intervenção da imaginação e observação humana, um território pode não resultar necessariamente em paisagem. Logo, surge uma premissa: a paisagem necessita de um mediador e de um exercício de imaginação.

O ato de representar o território, caracteriza a paisagem como uma mídia, um meio de transmissão de informação visual. Através de imagens ela decodifica

significados e intenções, porém, o ato de representar uma situação territorial é subjetivo e sempre será uma seleção de informações, ou um filtro da realidade material. Mesmo admitindo que descrever uma paisagem possa ter uma validade limitada, pois é um exercício de generalização derivado da observação de cenas individuais, Sauer (2012 [1925]) afirma que ela constitui um todo que tem uma forma, uma estrutura e uma função e que tem relação direta com o tempo e o espaço.

Pode-se também falar do funcionamento da paisagem, uma vez que é testemunha da sucessão dos meios de trabalho e um resultado histórico acumulado (SANTOS, 2008 [1996]). Por isso, a leitura da paisagem sugere categorias de análise para a interpretação e representação do espaço onde vários objetos se inter-relacionam.

A paisagem depende das formas criadas em momentos históricos diferentes e os objetos técnicos que lhe dão forma estão sempre à espera de conteúdo social. Esse conteúdo social é o que “transmite vida à coisa”, ou seja, que faz com que um objeto técnico abandone sua condição de simples tecnologia e se transforme em economia, por isso, paisagem e sociedade são variáveis complementares, sintetizadas no espaço humano (SANTOS, 2008 [1996]) ou na paisagem cultural (SAUER, 2012 [1925]). Ela reaparece com força na cultura contemporânea na qual existe uma crescente preocupação ambiental e ecológica, necessidade de manter identidade de regiões e de mensurar e gerir os impactos do crescimento urbano (GARCÍA GARCÍA e BOROBIO, 2012).

ESCLARECIMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

Os termos paisagem e meio ambiente podem e devem ser articulados, no entanto, antes é necessário dissociá-los para, compreendendo suas origens, utilizá-los com clareza e precisão a fim de estabelecer as bases para a separação entre valores estéticos e biológicos das noções de paisagem e ecossistema.

A paisagem somente pode ser associada aos estudos ecológicos, bem como urbanísticos, de engenharia ambiental, ou qualquer outra ciência, se for assumida enquanto uma interpretação cultural, fruto da observação e ato cognitivo. Por isso, a “ecologia da paisagem” comporta uma ambiguidade na origem do termo: se a paisagem é cultural, representação e produto do olhar humano, como ela poderia ser naturalizada como meio ambiente? O meio ambiente é um fenômeno cultural, que, por meio da percepção e valoração da sociedade, configura-se em termos de paisagem. Por isso é falso afirmar que a “paisagem é uma parte do meio ambiente”. A paisagem é uma noção artística, enquanto o meio ambiente é um conceito de origem científica, relacionado à ecologia (ROGER, 2007). Os ecossistemas, ou sistemas ecológicos, não fazem referência ao perceptível do meio ambiente, assumindo um ponto de ancoragem no mundo da geografia quantitativa e da biologia.

Ramón Folch (2003), ao se aprofundar na epistemologia dos princípios ecológicos do território, afirma que “proteção e conservação não são conceitos ecológicos, mas sociológicos” (p. 20). Essa afirmação parte do pressuposto de que o “território é uma construção sociológica sobre uma matriz biofísica existente” e “que a realidade territorial de fato é o que se percebe dela” (FOLCH, 2003. p. 19).

A URBANÍSTICA E O TERRITÓRIO COMO PROJETO

O arquiteto e urbanista trabalha sobre o mundo do visível-sensível e também opera sobre o território enquanto conjuntos ambientais e seus materiais, conferindo-lhes sentido. (GREGOTTI, 2004 [1972]).

Vittorio Gregotti (2004 [1972]) em sua obra “Território da Arquitetura”, atribui campos precisos de trabalho à arquitetura com relação a geografia. Em comum, a questão das **escalas** e as atividades descritivas são operacionalizadas para a compreensão dos fenômenos espaciais. Na dimensão descritiva se indaga o presente espacial, não atribuindo significação estética ao ambiente, enquanto na arquitetura, a paisagem pressupõe um objeto estético aberto a transformação, o que inclui o tempo futuro como variável. Embora as escalas e a descrição do território tenham sido adotadas pela geografia, quando se trata da dimensão projetual, cabe à arquitetura operar relações cognitivas e criativas sobre o território.

A arquitetura funciona transformando os instrumentos de comunicação da paisagem, e/ou atribuindo sentido ao existente, representando-o com intencionalidade programática. O projeto implica assim a imaginação de um cenário futuro, para o qual o ponto de partida é a compreensão do território atual.

A inquietação sobre ‘como o território fornece o material para seu próprio projeto’ está presente na obra de Vittorio Gregotti (2004 [1972]), onde ele indaga a paisagem antropogeográfica do ponto de vista da arquitetura, sugerindo que o trabalho do arquiteto deve se dar sobre “conjuntos ambientais em todas as escalas”

(p. 61), delineando com clareza os limites disciplinares entre o campo de atuação da geografia e da arquitetura, a primeira, como uma disciplina descritiva e a outra como disciplina projetual.

Uma relação reflexiva entre plano e projeto físico é aquela que lança mão de ferramentas de mapeamentos, cartografia, modelos e visualizações do futuro que possibilitam a articulação de objetivos comuns frente a incertezas. Os métodos devem empregar elementos racionais e imaginários para fornecer bases para a ação política frente ao futuro incerto e complexo. Nesse sentido, Sabaté (2008) adverte que a crise da planificação é na verdade uma crise de conhecimento, uma vez que a novidade das mudanças e a velocidade com que se impõem expõem a incapacidade dialógica na prática do planejamento, forçando a que transitemos em um contexto de incertezas e complexidade não compatíveis com o modelo racional-compreensivo de planejamento urbano territorial que predominou durante o século XX. Essa crise supõe nossa “expulsão do paraíso artificial” do planejamento urbanístico monolítico (SABATÉ, 2008. p.10). Definitivamente, o território não é um dado prévio e previsível. Lidar com suas constantes transformações exige ampliar nossa capacidade de obter e manipular informações, demanda também considerarmos cenários diversos que sejam a combinação de fatores como o tempo, espaço, estratégias, ambiente e cultura. Ademias, o caráter interdependente dessas variáveis de análise e projeto, desenho e gestão, no obriga a uma atualização dos critérios de interpretação, métodos e estratégias de intervenção urbanísticas, o que demanda uma renovação disciplinar. Essa por sua vez, deve operar por meio de esforços coletivos e concertados de reflexão aberta tanto no

Âmbito acadêmico quanto profissional, na busca de visões inovadoras, abertas e experimentais de aproximação do feito territorial, aproximações não lineares, que operem mais por hipóteses flexíveis do que por soluções definitivas e que suponham revisões e não normativas inalteráveis e supostos finalizados.

Sabaté (2008) propõe como método didático²⁹ e projetivo um exercício coletivo de reflexão sobre o território em diferentes escalas tendo como eixo condutor a análise-propositiva e o projeto. Assim, a investigação se constrói a partir do projeto, por meio da descrição intencionada e da construção de cenários, conceituação e formulação de estratégias, reconhecendo o ato projetivo como produtor de conhecimento.

Paola Viganò (2010) defende a descrição do território como uma das atribuições do projeto contemporâneo, entendendo-o como também como produtor de conhecimento, por meio de exercícios de conceituação, operações de descrição e por conjecturas sobre o futuro. Atribui à descrição do território o papel de “cópia impossível do mundo”, “sempre limitada pela capacidade de ver, ler e representar” (VIGANÒ, 2010), e à capacidade descritiva do projeto a função de “estratégia cognitiva” do território e da sociedade contemporânea, uma vez que tem o poder de legitimar o projeto como lócus da interpretação das cidades e de suas transformações futuras. Opõe a ideia de narração à de descrição, alegando que a primeira seria uma espécie de composição, onde se articulam partes que são

conectadas umas a outras em uma trama, enquanto a descrição escaparia a essas regras, porque é arbitrária, dobrável, baseada em informações e observações desordenadas.

Concordando com Viganò (2010), assume-se que o projeto deve ser entendido como uma estratégia cognitiva que produz conhecimento, e resulta de um processo analítico que reúne **conceituação**, operações de **descrição** e **conjecturas** sobre o futuro. A importância do projeto reside no fato de tornar visível a interpretação do território, favorecendo a legitimação de intenções dos atores por meio de recursos visuais e gráficos, acompanhados de narrativas e discursos, que se ancoram numa **matriz discursiva** que se deseja como ideal para a construção do território.

CULTURAS DE PLANEJAMENTO

Os sistemas de planejamento diferem em cada cultura e não são fixos, são cambiantes e sujeitos a influências de planejamentos regionais em contextos diferentes. Mas, algo permeia toda a prática de planejamento de cidades e territórios: a necessidade de prever, projetar e planejar uma condição futura melhor do que um dado quadro atual. Tal condição prescinde de um programa, uma ideia e um desejo coletivo de mudança, uma espécie de utopia, necessária ao exercício

²⁹ Master de Proyección Urbanística (MPU) da Universidad Politécnica da Catalunya e o European Postgraduate Masters os Urbanism (EMU).

de imaginar as cidades do futuro, que deve ser compartilhada e negociada por uma sociedade e normatizada por meio de um aparato legal.

As práticas e técnicas envolvidas no planejamento do território variam conforme o contexto espaço-temporal em que são desenvolvidas e consolidam marcos institucionais segundo as raízes culturais de cada região, contexto territorial, mentalidades, ideologias, princípios, tradições políticas e legais. Tal fenômeno dá origem ao que Friedman (2005) denominou “cultura de planejamento”, ou, modos formais e informais de planejamento espacial, concebidos, institucionalizados e promulgados (FRIEDMAN, 2005. p.462). Friedman (2005) lança um olhar sobre as tendências de planejamento e argumenta que o planejamento espacial não deve ser considerado como uma maneira excessivamente racional de tomar decisões públicas sobre o futuro urbano, mas, como um conjunto de processos interdependentes que, envolvendo vários atores, busca criar cidades e regiões mais habitáveis e melhores para se viver.

Cada cultura de planejamento envolve diferentes sistemas, tradições e disposições de planejamento, marcos conceituais e ferramentas analíticas próprias. Ademais, significados compartilhados (*shared meanings*), conceitualizados e valorados por um grupo de pessoas e manifestos nas interações sociais são a base para a construção cultural (Gullestrup, 2006). A definição de cultura de Gullestrup (2002) parte do princípio de que é uma unidade em constante mudança, cujo conteúdo pode ser analisado e comparado com o conteúdo de outras culturas. São também manifestações de uma cultura os significados, comportamentos, estruturas e produtos materiais e imateriais expressos como símbolos ou sintomas de uma

cultura central. Uma cultura consiste em significados compartilhados e a maneira como esses significados são visualizados e manifestos nas interações sociais. O fator fenomenológico para a compreensão da cultura parte do fato de que somente se pode entender outra cultura quando comparamos com nossa própria cultura, ou em outras palavras, através de nossa própria “lente cultural” (GULLESTRUP, 2002).

A dimensão cultural se manifesta segundo dois vetores: um horizontal e outro vertical. A dimensão cultural horizontal permeia a existência humana e é comum a todos os seres vivos, relaciona-se à sobrevivência da espécie, ou seja, depende da relação entre as necessidades biológicas fundamentais (por exemplo, a necessidade de alimentos, a necessidade de proteção contra o clima e a necessidade de criar novas gerações) e as oportunidades oferecidas pelo ambiente natural e social. As tentativas de satisfazer as necessidades fundamentais pode ser uma ação isolada ou conjunta. Como ação conjunta é caracterizada pela cooperação e solidariedade ou por algum tipo de opressão e exploração. Mesmo em condições naturais idênticas, as ações conjuntas podem variar consideravelmente.

A dimensão cultural vertical é aquela que é visível e é passível de ser observada. Relaciona-se aos símbolos, estruturas materiais, a moral, padrões, normas e valores que fundamentam a filosofia de vida. Assim, padrões e normas cujas estruturas variam de uma cultura para outra são centrais para o entendimento de uma determinada cultura pois constituem uma parte manifesta desta.

O planejamento urbanístico é praticado de maneiras distintas em diferentes culturas e pode ser objeto de análise enquanto sistema normativo, considerando

sua dimensão cultural vertical. Pode também ser analisado segundo sua dimensão cultural horizontal como produto e projeto de ações individuais e coletivas em arranjos de solidariedade e cooperação ou de opressão e exploração.

Nas cidades convergem influências remotas de um cenário global, que, unindo-se a forças locais estabelecem sistemas de signos e símbolos, que são perceptíveis enquanto paisagem, refletindo uma cultura de planejamento ou de “não-planejamento”. A força da colisão entre paradigmas globais e as condições locais, produz choques culturais e os paradigmas se tornam antagônicos, servindo como ideologia de camadas dominantes da sociedade que conseguem impor, sobre o pretexto de racionalidade científica de planos e projetos, uma estratégia de poder que opera na organização espacial segundo uma “suposta visão de conjunto” e de justiça social.

O modelo racional-funcionalista de planejamento que predominou após a Segunda-Guerra Mundial, conduziu a consolidação de culturas de planejamento pelo mundo. Essa abordagem racional e progressista do urbano, muito influenciada pela Carta de Atenas, foi absorvida estruturalmente no Brasil, onde se consolidou uma cultura de planejamento urbano baseado na ideia de zoneamento funcional, que veio a se reafirmar após a década de 1980 nos Planos Diretores³⁰. No entanto, nem as cidades novas, tão pouco as cidades com o planejamento baseado em zoneamento e planos diretores, obtiveram êxito no planejamento do crescimento

urbano e das expansões periféricas (SANTORO, 2014), tão pouco incorporaram a parcela dos pobres urbanos (MARICATO, 2013) e os espaços livres aos planos (TARDIN, 2005, 2008). Mesmo em cidades novas como Brasília, com setorização funcional e modelo de expansão por cidades-satélites, o zoneamento e o planejamento não deram respostas à expansão metropolitana, que avançou para além dos limites do Distrito Federal, onde a periferia urbana reproduz paisagens genéricas comuns a qualquer grande cidade latino-americana.

No Brasil processos de expansão das periferias urbanas colocam à prova a capacidade das políticas públicas em dar respostas aos problemas decorrentes da mercantilização do solo urbanizado. A velocidade com que as cidades cresceram desde meados do século passado, dentro de um marco de transformação estrutural do sistema capitalista, expõe a fragmentação das periferias urbanas, relegadas a projetos parciais e de curto prazo, excluídas dos marcos legais do planejamento urbano atual.

Guardadas as diferenças culturais e geográficas é importante comparar, analisar e compreender o que se faz fora do Brasil e o que chega até nós em termos de planejamento territorial, para contribuir ao discernimento do que nos coloniza e o que pode apontar caminhos metodológicos para repensar o território num enfoque local, desde o sul-global. Em contraponto ao enfoque funcionalista algumas culturas de planejamento se desenvolveram voltando a atenção para o território,

³⁰ O zoneamento apesar de consolidado após os Planos Diretores, surgiu no Brasil antes mesmo de quaisquer tentativas de elaboração teórica. Villaça (2010) reconhece o

zoneamento como uma solução ideológica adotada pelas elites brasileiras desde fins do século XIX e que, até os dias de hoje, reflete-se na ideologia dos planos diretores.

privilegiando o papel da paisagem e a importância dos mapas e do design do território para assegurar modelos urbanos adequados ao ambiente segundo uma visão de futuro. A seguir exploro a título de exemplo, planos territoriais contemporâneos que trazem uma abordagem interescalar, aberta e que se exploram a descrição e interpretação do território como fundamento de projeto de futuro.

a) Plano Insular de Ordenação do Tenerife (PIOT)

O Plano Insular de Ordenação do Tenerife, elaborado na década de 1990, foi um documento que avançou de fato na leitura e interpretação descritiva do território como método de projeto. Tal Plano, partiu da forma do território como principal critério de planejamento e do reconhecimento das especificidades dos assentamentos rurais. Sua elaboração se deu a partir da análise exaustiva e detalhada do território, buscando desvelar os processos, modelos e ordens de sua configuração espacial. O plano se baseava na convicção de que *“na identidade do território está e deve fundamentar-se sua própria alternativa”* (SABATÉ, 2002. p. 13). O PIOT inovou na leitura e interpretação do território por meio da decomposição em três camadas: i) Infraestruturas e redes, ii) assentamentos e iii) meio ambiente, colocando em marcha a trilogia operativa: descrever, interpretar e propor, ou as três instâncias do processo de planificação que culminam na proposição, ou projeto (DÍAS, 2013). A atitude de tomar a forma do território como critério morfológico para a leitura e proposição de um marco no planejamento, possibilitou que ele fosse amplamente veiculado pelos meios de comunicação local, envolvendo a população

tanto nos processos de leitura da estrutura do território, até das proposições de futuro. A força dos contrastes tanto na paisagem quanto social e econômico favoreceram a criação e uma imagem forte do território que, cartografado em múltiplas camadas, forneceu uma imagem das dinâmicas de ocupação espacial na ilha. As montanhas centrais, contrastam com o oceano Atlântico e com uma estreita faixa de planície litorânea, onde se desenvolvem as cidades. A rede urbana insular e a rural têm estreita relação na Porção Norte, onde há maior produção agrícola e cidades mais importantes. Ao sul, predomina a atividade agrícola nas áreas planas, com suave interface com o mar que favorece a implantação de infraestruturas. A relação entre os fatores naturais e os elementos formais como alternativa de ordenamento foi fundamentada pela análise do relevo, da morfologia dos acesos e caminhos, e da configuração das áreas naturais, águas e montes. O aspecto topográfico da ilha, o caráter estratégico do setor de turismo, da monocultura e das infraestruturas portuárias e aeroportuárias indicaram as bases territoriais sobre as quais foram propostas visões de futuro.

b) Plano Territorial Metropolitano da Região Metropolitana de Barcelona (PTMB) e o Catálogo da Paisagem da Catalunha

O Plano Territorial Metropolitano da Região de Barcelona (PTMB)³¹ e o Catálogo da Paisagem da Catalunha³² são dois marcos no planejamento territorial catalão, primeiro pela abordagem inovadora que propõe a ordenação do território por meio do reconhecimento da paisagem natural e cultural, e segundo, por destacarem a importância qualitativa dos espaços abertos interconectados, seguindo uma matriz territorial. O PTMB, se realiza através de planos urbanísticos supramunicipais, os Planos Diretores Urbanísticos (PDU)³³. O Catálogo da Paisagem da Catalunha, apesar de não ter caráter normativo, estabelece critérios e ações que orientam o planejamento territorial, setorial e metropolitano.

O PTMB é um dos sete planos territoriais parciais que se desenvolve o Plano Territorial Geral da Catalunha e segue os princípios de preservar e organizar o sistema de espaços abertos metropolitanos segundo uma ideia de rede interconectada de espaços abertos, sob influência do estudo realizado por Richard Forman (2004), "Mosaico Territorial para a região metropolitana de Barcelona". O



Figura 11: Âmbitos de intervenção singulares do PIOT
Fonte: Arquivos da Memória do PIOT, Joaquín Sabaté e C.C.R.S. Arquitectos

³¹ O PTMB foi aprovado em 2010 e compreende um território de 3.236 km² e engloba 164 municípios.

³² O Catálogo da Paisagem da Catalunha foi aprovado em 2014 como reflexo da aprovação do Convenio Europeu da Paisagem no ano 2000, este assumiu uma perspectiva inédita quanto à paisagem, situando-a como elemento central de desenvolvimento e fator defensivo recreativo (NOGUÉ, et. al. 2016).

³³ Em 2002 foi instituída a Lei de Urbanismo na Catalunha (LUC 2002), que implementou os PDUs como uma oportunidade de suprir as expectativas de solucionar os problemas urbanos em escala supramunicipal. Assim os PDUs são instrumentos intermediários entre o planejamento territorial e urbanístico, superando delimitações administrativas e abordando temas de Âmbito territorial em aproximações setoriais (ELIMBAUM, 2012)

estudo decompõe e interpreta o território segundo o método *Land Mosaic*, que classifica um conjunto de composto por áreas, corredores e redes.

Já o Catálogo da Paisagem da Catalunha, persegue objetivos de qualidade paisagística e são documentos de caráter descritivo e prospectivo que determinam as tipologias das paisagens, identificam seus valores e estado de conservação para propor objetivos de qualidade que devem ser cumpridos (NOGUÉ, et. al. 2016). O Catálogo estabelece 27 unidades de paisagem dentro da Região Metropolitana de Barcelona segundo critérios naturais, culturais, visuais, simbólicos e perceptivos como resultado de uma consulta à população.³⁴ A estrutura, as funções e valores paisagísticos são tomados como elementos transescalares e devem ser incorporados aos planos parciais e urbanísticos que compõe o Plano Territorial Geral da Catalunha.

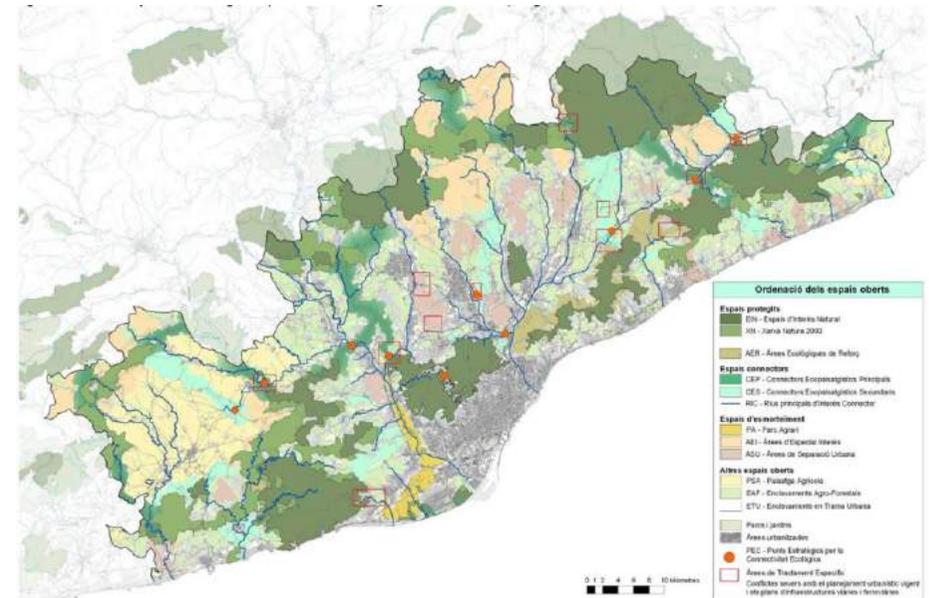


Figura 12: Ordenação dos espaços abertos da Região Metropolitana de Barcelona segundo sua funcionalidade paisagística.

Fonte: Pla territorial metropolita de Barcelona, Memòria General I, 2010

c) Plano Territorial de Coordenação Provincial de Bolonha

A década de 1990 na Itália foi marcada pela instituição de aparato jurídico que coordena as normativas quanto à competência se conteúdo dos planos territoriais como a transferência da matéria de ordenamento para a Província e a

³⁴ O Catálogo de Paisagem da Catalunha foi elaborado a partir de um convênio entre Universidade Politécnica da Catalunha e o Observatório da Paisagem da Catalunha.

obrigatoriedade de formulação do PTCP (Plano Territorial de Coordenação Provincial)³⁵. Nos PTCP de Bolonha destaca-se as temáticas ambientais e de desenvolvimento sustentável. Metodologicamente, a descrição do território é o ponto de referência para a elaboração dos PTCPs, onde são amplamente exploradas as imagens ambientais, as matrizes territoriais e os contextos locais de assentamento. Elabora-se um “*Quadro Conoscitivo*”³⁶, que descreve o território com vistas ao projeto e como base para a negociação e busca por consensos para a tomada de decisão e participação da população. No Quadro são descritas as dinâmicas econômicas da ocupação, sistemas naturais e ambientais como introdução à análise dos sistemas territoriais. A análise dos sistemas territoriais acontece segundo a decomposição do território em camadas: sistemas de assentamentos, sistemas de mobilidade, sistemas de território rural. Por fim, relaciona a interação entre os sistemas territoriais e os naturais e ambientais, segundo condições de qualidade dos assentamentos, qualidade ecológica do *extraurbano* e a gestão e proteção contra riscos³⁷. Essas análises são realizadas tendo como metodologia o mapeamento do território por meio de produção cartográfica tão aprofundada quanto possível. Tal material forma a base de debate e discussão de planos para o futuro e são argumentos eficazes para a elaboração de planos integrados.

O PTCP (2004) propõe a tutela da identidade cultural e integridade física do território regional por meio da delimitação dos elementos essenciais para a manutenção do patrimônio histórico e da possibilidade de fruição do ambiente natural e antropizado. Incorpora a paisagem como um componente para a compreensão dos sistemas ambientais, identificação de vocações agrícolas e para a análise da componente periurbana a fim de fundamentar decisões de transporte, infraestrutura, atividade extrativa, implantação de parques e planos ambientais e fluviais. O mapa da Figura 13 ilustra a identificação de áreas não adequadas para localização de plantas de gestão de resíduos.

³⁵ O PTCP (L. 142/90, art 15) define as diretrizes de ordenamento do território e as diversas destinações do território em relação a vocação prevalente de suas partes; a localização de infraestruturas e linhas de comunicação principais; as intervenções no sistema hidrológico,

hidro-geológico e hidráulico-florestal; e as áreas onde é oportuno definir parques ou reservas naturais.

³⁶ Sem tradução

³⁷ *Quadro Conoscitivo e Cartas, PTCP Bologna 2004. Stesura approvata, 2004*

d) Holanda, planologia e design do território³⁸

A Holanda é um dos poucos países que têm um plano nacional que coordena temas importantes em seu território, seja pela necessidade de proteção de espaços livres e controle da água, seja pela escassez de terra firme. Desde muito cedo, as transformações das cidades e das paisagens foram modeladas pelo planejamento físico do seu território. Frente a necessidade de implantação de projetos hidráulicos de grandes dimensões que possibilitassem a ocupação de seu território, e frente a necessidade de consensos, a Holanda empreendeu um processo colaborativo e um estilo de política pragmática.

Desde a década de 1960, o Estado pratica o ordenamento territorial lançando Informes Nacionais de Ordenação do Território, ou Notas, que se baseiam em visões de futuro plausíveis a médio e longo prazo, traduzidos em Decisões Fundamentais de Planejamento ou *Key Planning Decision* (KPD). Uma especificidade do caso Holandês é a deliberada organização espacial do meio físico, o que implica a sobreposição entre plano e projeto, que embora diferentes, se complementam. Outro fator interessante é o uso intencional dos mapas para pensar o país, de modo que seja fácil visualizar “como um mapa de previsão do tempo”. Para Willem Steigenga, primeiro professor Holandês de *Physicaal Planning*, a imagem do futuro deve ser compreensiva e geral e usada para análise de padrões

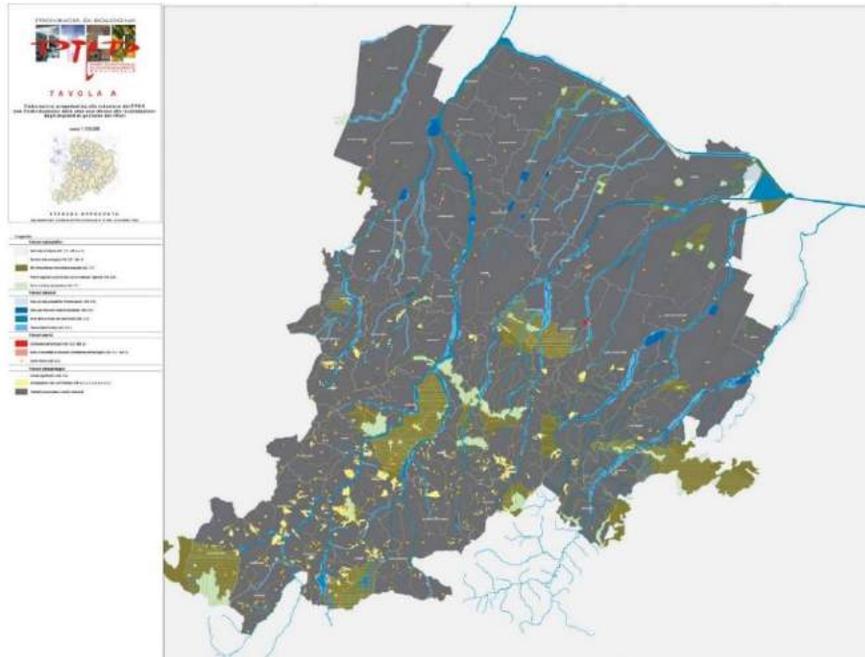


Figura 13: Áreas não aptas a implantação de equipamentos de gestão de resíduos.
Fonte: PTCP Bolonha, 2004 (Tavolla), escala original 1: 100.000

³⁸ Para mais informações acerca dos Planos Holandeses ver artigo: PONTES, T. F. e SABATÉ J.S. Aprendendo com a Holanda, contribuições metodológicas para o planejamento territorial. Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, 2020.

de desenvolvimento e os cenários devem ser ferramentas para alavancar propostas e políticas urbanas na direção de um futuro desejável. O uso do desenho, projeto e prospecção foram então incorporados a outras matrizes de planejamento urbano.

O caráter pragmático do planejamento holandês se ancora na adoção de uma metodologia de leitura e descrição baseado em uma decomposição do território em 3 camadas (*three-tier*): infraestruturas, substrato e assentamentos. Ademais, os sistemas de planejamento nacional, regional e local se articulam em torno de uma ideia central estabelecida em um plano nacional, que indica a direção do desenvolvimento futuro. Essa articulação é facilitada pela utilização franca de imagens, mapas e projetos aliados a metáforas, ou lemas, fortes que comunicam as estratégias de planejamento espacial. O último informe nacional, a 5ª Nota, se apoia no lema: “centralizar, quando necessário, e descentralizar, quando possível”. Outras metáforas utilizadas como “Metrópole do Delta”, e o “Coração Verde” foram substituídos por “Mais espaço para água” e a ideia de “Ir com os fluxos”. Dentre as inovações da cultura de planejamento neerlandesa, cabe destacar a noção de rede, arcabouço imagético que organiza as camadas, articulando-as entre si e em uma rede de cidades globais e redes ecológicas. O uso franco das metáforas espaciais, utilizadas como recurso de comunicação da política espacial holandesa.

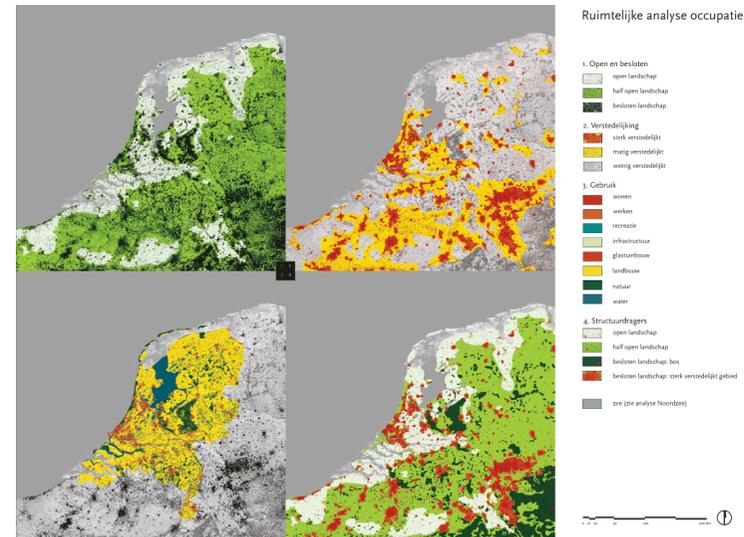


Figura 14: Mapeamento da Camada 'Assentamentos'- 5ª Nota
Fonte: Nota ruimte: uitvoeringsagenda ruimte 2006

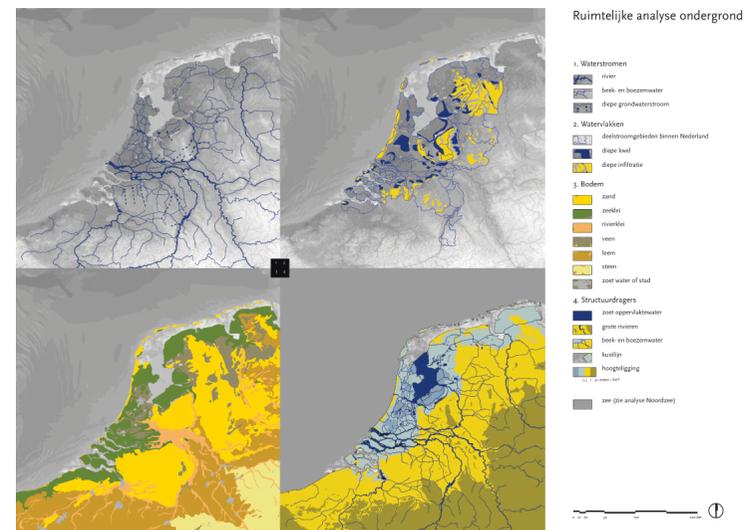


Figura 15: Mapeamento da camada Substrato (meio físico)- 5ª Nota
Fonte: Nota ruimte: uitvoeringsagenda ruimte 2006

VISÕES DE MUNDO, PARADIGMAS, IDEOLOGIAS E UTOPIAS PARA UMA TRANSIÇÃO

PARADIGMÁTICA DESDE O SUL-GLOBAL

Como visto, procedimentos racionais e científicos orientaram o surgimento de um corpo disciplinar voltado a buscar soluções estruturadas para a elaboração de planos para as cidades e regiões, configurando diferentes culturas de planejamento. Os planos, enquanto ações e projetos normatizados, são processos técnicos, organizativos, administrativos e participativos (ou não) de criação e aplicação de um conjunto de medidas que propõem “formas racionais de organização social” (VILLAÇA, 2010 [1999]).

A tomada de decisões inerentes ao processo de planejamento acontece por meio do acionamento de ideais-chave de “projeto de cidade” (ESPAÑOL, 2014). Essas ideias-chave são equivalentes aos paradigmas ou modelos conceituais, ou resultado de visões de futuro orientados por crenças de “como deveria ser a cidade” e por isso, pano de fundo para a eleição de objetivos e propósitos do plano. Essas visões variam conforme o tempo, a cultura e as condições políticas de cada região, país ou cidade.

Friedman (2005) se refere aos princípios norteadores dos processos de planejamento como *habitus*, ou uma determinada disposição em agir e garantir resultados futuros. Esse conjunto de ideias fundamentais, desenvolvido por um grupo para facilitar a dominação, ou ideologia se amparou no “modelo de racionalidade hegemônica” que, no plano social foi útil aos interesses da burguesia ascendente (SANTOS, B.S. 1988. p. 40).

O conhecimento científico fechou “as portas para muitos saberes sobre o mundo” (SANTOS, B.S. 1988. p. 49) ao transformar a natureza em um autômato, reduzindo o diálogo e subjugando-a a uma prepotência tecnológica da racionalidade científica. Esse paradigma construído desde o século XVI pela revolução científica estaria em crise segundo Boaventura de Souza Santos (1988) e outro paradigma estaria emergindo na atualidade. Tal paradigma emergente representa um “colapso das distinções básicas do paradigma dominante” (SANTOS, 1988. P. 43) fundadas no positivismo e no conceito de causalidade que justificou um processo histórico de prepotência do homem frente a natureza. Nesse sentido o novo paradigma, que surge na atualidade a partir de uma revolução científica, difere-se estruturalmente do que ocorreu no século XVI, pois, por ocorrer em uma sociedade “revolucionada pela ciência”, emergirá não apenas como um paradigma científico, mas também como paradigma social (o paradigma da vida decente) (SANTOS, B, S, 1988. p. 52).

O paradigma da modernidade é um projeto sócio-cultural muito amplo, preñado de contradições e de potencialidades que, na sua matriz, aspira a um equilíbrio entre a regulação social e a emancipação social. (SANTOS, B.S. 1991. APUD SANTOS, B.S. 1993. p. 33)

Para defender essa tese ele argumenta que nesse momento de “transição paradigmática” “[...] o pensamento utópico tem um duplo objetivo: reinventar mapas de emancipação social e subjetividades com capacidade e vontade de os usar” (SANTOS, B. S. 1988. p. 76). Essas subjetividades, tensionadas entre subjetividade individual/subjetividade coletiva, subjetividade contextual/ subjetividade universal,

formam a base do paradigma da modernidade e, necessariamente, devem se sustentar nos mapas de emancipação, ou mapa de estrutura-ação, a serviço da: i) “transformação do poder em autoridade partilhada”; ii) “transformação do direito despótico em direito democrático”; e iii) “transformação do conhecimento regulação em conhecimento emancipação” (SANTOS, B. S. 1988. p. 77).

A ousadia e inovação da noção de transição paradigmática de Boaventura de Souza Santos é, além de uma fonte de inspiração, um fermento de uma nova utopia que seria possível desde o sul-global, através da análise dos silenciamentos expostos nas paisagens pelos saberes marginalizados, aproximando do que o autor chama de “sociologia das ausências”.

“Necesitamos la utopía, no para soñar con realizarla, sino para tender hacia ella y obtener, así, los medios de reinventar lo cotidiano.” (AUGÉ, 2007, p. 92)

A utopia acompanha a humanidade em seus intentos de organização social e territorial e é um ato subjetivo de idealização de um futuro diferente da situação presente. O planejamento, por outro lado, nasce do desejo de ordenar relações, processos, pessoas ou coisas, o que o aproxima da ideia de utopia, é a intenção de

transformar um quadro atual, que envolve sociedade, instituições e espaço, em algo melhor qualitativamente.

A palavra *Utopia* resulta de uma construção linguística, primeiramente cunhada por Thomas Morus³⁹ no século XVI. Morus explicava que a *utopia* poderia se referir ao grego “eutopia” – que significa bom lugar, ou no sentido negativo, “outopia”, que significava não-lugar. O escritor, inspirado pela negação de um ideal ultrapassado (Idade Média) e inspirado pela visão do Renascimento, imaginou um lugar inexistente onde os ideais de ordem e felicidade poderiam ser alcançados, evocando a imagem de uma sociedade ideal, baseada em uma organização de base agrária onde as cidades seriam o lugar de trocas com o meio rural.

No entanto, a visão de um mundo ideal já estava presente na filosofia Grega antes mesmo das expedições e exploração das Américas e da obra literária de Morus, e seria Platão, segundo Mumford (1922), o primeiro utópico a idealizar uma outra realidade social, como um escape ou fuga de um quadro presente difícil e violento⁴⁰. As cidades ortogonais de Mileto e os primeiros intentos de planejamento urbano de Hippodamus entre 300 e 600 anos a.C. marcaram

³⁹ Thomas Morus, forma latinizada de Thomas Moore, inspirado pelas grandes navegações do século XVI e a descoberta das Américas, idealizou uma ilha natural, a ilha da Utopia, onde vivia uma sociedade de base familiar perfeitamente organizada em harmonia com a natureza e com as leis.

⁴⁰ Quando Platão escreveu sua obra ‘República’, a Grécia passava por período de guerra entre Atenas e Esparta.

especialmente a ordem racional e igualdade presentes na obra “República” de Platão (MUMFORD, 1922).⁴¹

A utopia fundamenta-se na visão de uma sociedade futura que se desenvolve através de uma ruptura social interna com uma organização social e instituições na direção de uma situação ideal. Assim, tomando como referência a reflexão de Marilena Chauí (Sem data) sobre utopia, assumimos que, primeiramente, ela é normativa, uma vez que propõe um mundo tal como deve ser, em oposição ao mundo real existente. Segundo, ela é sempre totalizante e crítica do existente, assim só há utopia se há representação de uma outra sociedade, que negue a sociedade existente, através da criação de um mundo completo. Terceiro, ela é a visão do presente sob o modo da angústia, da crise e da injustiça, do mal da corrupção e dos privilégios. É uma maneira peculiar da imaginação social, que busca combinar o irrealismo, ou a crença na transparência do social, e o realismo, por meio da apresentação em detalhes da sociedade – os detalhes dão concreticidade à sociedade imaginada e podem ser expressos por um discurso que pode ser literário, arquitetônico, religioso ou político.

A distopia⁴², ao contrário, tem origem na união entre o prefixo ‘*dus*’ e ‘*topos*’ – lugar ruim, feio, doente. A distopia representa o mundo da desordem, do absurdo

e a crise da ordem racional do mundo. Também entendida como utopia negativa, é comum na literatura e cinema na atualidade⁴³. A distopia considera o mundo pós utopia e pode ser também uma ferramenta interessante enquanto maneira de olhar o futuro atuando como contraponto frente ao mundo atual que se quer modificar.

Voltando a Mumford (1922), que acredita que o caos e a degradação não precisam ser planejados, mas acontecem quando cessam os comandos e as regras. A utopia residiria então em explorar o mundo real até os seus limites em suas possibilidades ideais, de maneira holística e deixando as brechas necessárias à reinvenção, para os desafios, oposições e o conflito. Para o autor, as utopias envolvem uma função pragmática de ideais, uma comunidade e suas instituições, com um passado e uma possibilidade de futuro parcialmente oculta, de onde brotam mutações e convergências abrindo caminhos para novos desenvolvimentos.

Como a utopia é própria do mundo das ideais e remete ao propósito de construir imagens ideais de pseudo-lugares, ou como denomina Mumford (1922), um *idolum*, que substitui o mundo exterior existente. As utopias obedecem a duas funções principais: uma, de escape, fuga ou compensação frente a uma situação de conflito ou frustração; e outra, de reconstrução, que é uma busca por mudar o mundo para que possamos nos relacionar com ele em outros termos. A atividade

⁴¹ MUMFORD, Lewis. The Story of Utopias. Boni and Liveright Publishers: New York, 1922. Cópia de domínio público digitalizada pela Google Book Search. Disponível em: <http://books.google.com/>. Acesso em 2019.

⁴² CLAEYS, Gregory. Dystopia: A Natural History. A study of modern despotism, its antecedents, and its literary diffractions. Oxford: Oxford University Press, 2017, 556 p.

⁴³ ‘*Laranja Mecânica*’ obra de Anthony Burgess, adaptada para o cinema por Stanley Kubrick, em 1971; ‘*Admirável Mundo Novo*’ de Aldous Huxley; entre outros.

de planejamento estaria relacionada à função de reconstrução e movida pela necessidade inerente ao homem de transformar o ambiente imaginando novos hábitos, escala de valores, instituições e alternativas físicas.

“Duvidamos suficientemente do passado para imaginarmos o futuro, mas vivemos demasiadamente o presente para podermos realizar nele o futuro. Estamos divididos, fragmentados.” (SANTOS, B.S. 1988. p. 67)

Boaventura de Souza Santos (1988) nos alerta para os perigos da internalização do senso comum no qual a sociedade contemporânea vive afogada. O senso comum, por ser “prático e pragmático”, aceita o que existe, tal qual existe, limitando as possibilidades de rupturas significativas no real. No artigo: “Não disparem sobre o utopista” (SANTOS, 1988. p. 71), o autor defende a emancipação do pensamento, argumentando que “não resta outra saída senão a utopia”, de modo a conduzir o pensamento e a trajetória epistemológica, do colonialismo para a solidariedade. Esse seria um processo de reinvenção e reconstrução que teria como ponto de partida as representações inacabadas da modernidade, como o “princípio de comunidade” e o “princípio estético expressivo” para uma transição paradigmática.

PARADIGMAS DOMINANTES NA AMÉRICA LATINA E BRASIL

As Américas no período imperial eram periferias dependentes da metrópole e a ideia de ocupar para dominar e expandir territórios, principalmente no Oeste Americano, tanto ao norte quanto ao sul, definiram fronteiras voláteis. Na América do Sul a urbanização desempenhou um papel fundamental para a dilatação dessas fronteiras e as cidades constituíram-se nos “pontos” ou nódulos, “nodosidades territoriais, lugares de poder”, para onde convergiram os vetores da verticalidade (SANTOS, 2002 [1996]), matéria, energia e informação em relações assimétricas (RAFFESTIN, 1983).

Apesar do caráter heterogêneo da urbanização latino-americana, as condições de ocupação territorial remetem a uma “noção de invenção” que, segundo Gorelik (2005), é uma tradição intelectual a serviço de pressupostos ideológicos de uma elite disposta a impor um projeto de poder segundo a “[...] ideia de América como continente novo, sem história; e da ideia daí resultante de “continente vazio” e suscetível de inovação e progresso por meio de uma “violência cultural produtiva”.

Gorelik (2005) alega que a partir do projeto de migração em fins de sec XIX⁴⁴, surgiram nas regiões e cidades novos problemas e novos programas sempre com uma “defasagem entre projeto e realidade”. Essa defasagem é uma constante

⁴⁴ Período que no Brasil coincidiu com a abolição da escravatura e introdução do trabalho assalariado

na história intelectual latino-americana, como uma relação e contraditória entre “vontade projetiva e existência” que alimenta o argumento de Gorelik (2005) de que a “cidade latino-americana” se “produziu” como construção cultural. Na década de 1930 predominou a matriz discursiva de produção territorial que se apoiava no ideal cívico. Entre 1950 a 1970 a cidade se tornou um problema demográfico, social e político, foi quando despontaram as primeiras preocupações com a “realização de políticas específicas para a cidade e para o território” (GORELIK, 2005, p. 115). A partir dos anos 1980 crises econômicas levaram ao abandono do “padrão intervencionista de acumulação de capital, que imperou desde a 2ª Guerra Mundial e a sua substituição pelo neoliberalismo e uma “Nova fase de mundialização capitalista (COBOS, 2018). As cidades latino-americanas, deixariam de ser produzidas pelo financiamento estatal da materialidade urbana (habitação, equipamentos e infraestrutura), para ser coordenadas pelo mercado imobiliário urbano, o que se refletiu na crise do urbanismo modernista e regulatório (ABRAMO, 2007. p. 25). Para Abramo (2007) nos países latino-americanos, a produção das cidades contemporâneas resulta do funcionamento das duas lógicas (mercado e Estado), mas também de uma terceira lógica, a lógica da necessidade.

PLANEJAMENTO URBANO E TERRITORIAL NO BRASIL

No Brasil, o planejamento urbano e o planejamento territorial parecem processos antagônicos. Por um lado, tem-se o predomínio dos planos diretores, leis de uso e ocupação do solo, planos setoriais de saneamento, de mobilidade e habitação. Por outro, o território, que não exclui as cidades, tem sido tratado de

modo geral pelas políticas públicas federais exclusivamente em escala regional, o que o afastou ou até mesmo o distinguiu duas políticas urbanas.

A ideia dominante de que as cidades e suas áreas de influência devem ser tratadas por um aparato jurídico normativo em recortes setoriais, ocasionou uma cisão disciplinar e política de difícil resolução. Hoje, as grandes cidades e metrópoles extrapolam sua influência para além de seus limites urbanos. O campo e a natureza no entorno imediato são diretamente afetados pelas dinâmicas urbanas de produção e consumo baseada na extração e importação de recursos naturais e manufaturados de locais distantes e a injeção dos resíduos em uma periferia próxima. Diante dessa colocação que beira, fica evidente que as hipóteses de sustentabilidade não são compatíveis com o modo de crescimento urbano ilimitado e desvinculado de um planejamento de território. O enfoque funcionalista, que predominou na cultura de planejamento latino americano no século XX, deve ser rompido de maneira incisiva por meio de um planejamento urbano que explore possibilidades para gerir as interfaces entre questões ambientais, produtivas e de consumo. Não é razoável, nem mesmo racional, que continuemos tratando as questões ecológicas e urbanas, questões fundiárias e rurais, como fenômenos isolados, sem que se tenha uma ideia de conjunto dos processos que perpassam a vida urbana e suas implicações ambientais. O planejamento territorial deve interpretar o território como a mescla de ecossistemas e estruturas urbanas, e associar, desde o ponto de vista projetual, soluções que promovam e otimizem o crescimento econômico e a defesa do meio ambiente.

Historicamente no Brasil o planejamento urbano foi um instrumento de poder empregado pelo Estado para alterar as estruturas físicas das cidades. Nos fins do século XIX, especificamente considerando o marco histórico do Plano de Araújo Reis para Belo Horizonte, iniciava-se, de fato, o urbanismo no Brasil (LEME, 1999). Considerando que até o século XIX o Brasil era predominantemente rural e seu território era propriedade pública,⁴⁵ os primeiros intentos de planejamento espacial se deram em cidades que concentravam atividades econômicas ou que foram planejadas para se tornarem novas capitais de estado, como Belo Horizonte e mesmo Manaus. Os primeiros planos urbanos eram destinados à valorização das áreas centrais e instalação de infraestruturas urbanas voltadas à economia como portos, saneamento básico, pontes, entre outros. A influência positivista e de especialização disciplinar marcou fortemente os primeiros planos urbanos brasileiros. Depois, com o fortalecimento internacional do movimento modernista e a publicação da Carta de Atenas, elaborada no âmbito do 4º Congresso de Arquitetura Moderna (CIAM) em 1933, os caminhos do planejamento urbano seriam fortemente abalados e reestruturados. Segundo a vertente funcionalista-racionalista, a cidade deveria ser organizada pelas funções básicas: habitar, trabalhar, recrear e deslocar. Tal reducionismo associado a um aparato burocrático normativo ocasionaram problemas e não podem ser ignorados.

⁴⁵ Até 1850 as terras no Brasil eram propriedade pública, foi então decretada a primeira Lei de Terras, que instituiu a terra como mercadoria. Mas, uma inversão do perfil populacional

Na Era Vargas, a partir de 1930, foram privilegiadas políticas de ocupação e modernização do território nacional com a criação de autarquias e conselhos nacionais para controle setorial. Foram promulgadas leis e criadas instituições para a proteção de recursos naturais e paisagísticos bem como para seu controle econômico e o foco do debate recaía sobre a exploração de recursos minerais e energéticos. A partir de então engendraram-se alterações profundas na rede urbana brasileira e na fixação de capitais no espaço nacional. Pode-se afirmar que surgia uma preocupação regional no âmbito das políticas públicas que eram vinculadas à diminuição da desigualdades regionais e ocupação do espaço nacional (PERES e CHIQUITO, 2012).

No ano de 1946 foi instituída a constituição Federal que foi um marco no debate sobre o desenvolvimento regional no Brasil, que embasaram iniciativas de ordenamento territorial. Em paralelo acontecia um movimento de politização da questão urbana pelo mundo o que se refletiu no Brasil na atuação do grupo SAGMACs (Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais) coordenado pelo Padre Lebrez a partir de 1954. Tais acontecimentos aproximaram os aspectos físicos e sociais ao contexto urbanístico na direção de um planejamento espacial abrangente.

Na década de 1950 prevaleceram esforços para compreensão do território brasileiro e propostas de classificações regionais para organização e

de rural para urbano viria a se verificar de modo mais contundente a partir da década de 1960.

aproveitamento econômico do território. O planejamento à época se amparava na ideia de “polos de crescimento”⁴⁶, no qual as cidades eram o lócus de apoio ao desenvolvimento num contexto regional segundo uma visão macroeconômica (PERES e CHIQUITO, 2012). Após o golpe militar de 1964 as preocupações geopolíticas no espaço nacional ficavam mais evidentes através de iniciativas para integração espacial com a ampliação das estruturas de transporte, de comunicações e energia.

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) foi elaborada em 1973 como capítulo da II Política Nacional de Desenvolvimento (II PND), que vigorou entre 1975-1979. A PNDU, apesar do ineditismo da proposta e da inovação teórica, acabou por consolidar uma visão setorialista do urbano, por não assumir o papel dos lugares para a “promoção do desenvolvimento da totalidade do território urbano brasileiro” (SOUZA, 2010:118). Maria Adélia Souza (2010) admite que à época da elaboração do PNDU, a equipe estava “erroneamente” convencida de que o crescimento urbano desmensurado carecia de controle, e que o sistema de planejamento poderia exercer o papel de regulador do fenômeno (SOUZA, 2010: 120).⁴⁷

A década de 1970 se encerra com a aprovação de um marco regulatório que ainda hoje constitui o único instrumento que orienta o parcelamento do solo urbano,

a Lei Federal 6766/1979 – Parcelamento do Solo Urbano. Não cabe aqui a debate sobre a lei, mas alertar sobre seu caráter descolado de qualquer vínculo com o lugar e com planejamento territorial e a sua persistência enquanto marco regulatório.

A não-aplicação dos planos produzidos nessa fase do “planejamento integrado” pode ser atribuída ao caráter ideológico que os planos assumiam como instrumento descolado da realidade territorial. A adoção de ideias de globalidade e sofisticação técnica, tornaram esses planos documentos tecnocráticos de difícil execução, seja pelo distanciamento de suas propostas das possibilidades de sua implementação administrativa ou financeira, seja pelos constantes conflitos produzidos no âmbito de uma administração pública setorializada e especializada (VILLAÇA, 2010 [1999]).

A metodologia para gerar os planos obedecia a uma tendência de planejamento compreensivo ou abrangente, não se tratava mais de projetar a cidade, mas de definir “imagens-objetivo” que seriam atingidas por ações “integradas” (MONTE-MÓR, 2007: 87). Por outro lado, o BNH e a COAHB se

⁴⁶ Em 1966 foi realizado o I Seminário sobre Polos de Desenvolvimento.

⁴⁷ A autora menciona a influência francesa do planejamento territorial (*aménagement du territoire*) e dos planos diretores como maneira de tratar a espacialização das políticas

governamentais (regionais) e a gestão das cidades, a esse processo chamavam “análise integrada” (SOUZA, 2010. p. 120). O PNDU foi assim uma tentativa promissora do ponto de vista teórico, mas não conseguiu romper com a visão setorialista.

incluiram nos mecanismos de produção da cidade pela via do mercado imobiliário, não obedecendo a planos urbanos específicos.⁴⁸

O planejamento urbano no Brasil tem sido fundamentalmente discurso, cumprindo missão ideológica de ocultar problemas das maiorias urbanas e os interesses dominantes na produção do espaço urbano. Conseqüentemente, ele não deve ser estudado na esfera da atuação do Estado, das políticas públicas, mas, sim, da ideologia (VILLAÇA, 2010 [1999] p. 22-223). Interessa refletir sobre os mecanismos ideológicos que, ainda hoje, revestem os planos diretores urbanos de uma áurea jurídica, que, sob uma lista de diretrizes e objetivos genéricos ocultam as reais intenções das classes dominantes e os inúmeros conflitos socioespaciais presentes nos territórios. Esse “ocultamento de conflitos”, torna os planos algo “inócuos” o que abre brechas para a produção da cidade liberal e para o esvaziamento da atividade profissional no âmbito do planejamento urbano.

Com a emergência do sistema financeiro internacional globalizado, entre meados da década de 1970 e 1980, teve início a crise do nacional-desenvolvimentismo e do planejamento centralizado. O crescimento urbano acentuado, com taxas anuais de 4,5% na década de 1970, culminou na alteração do perfil demográfico brasileiro na década de 1980, quando 68% da população passou a viver em áreas urbanas. Com economias flexíveis e “flexibilização dos

lugares”, alta mobilização do capital e inserção subordinada dos territórios nacionais periféricos no processo de globalização financeira e de mercados, a necessidade de atualizar as políticas internas e externas tornou-se urgente.

Durante as duas últimas décadas do século XX predominou no Brasil o pensamento macroeconômico voltado ao controle de inflação e a implementação da agenda neoliberal. Em contraponto, a emergência da crise climática e o crescimento da miséria e indigência social, evidenciaram o fracasso do livre mercado enquanto regulador econômico e social na produção do território. Alarmantes previsões, que foram possíveis graças aos avanços nas ciências da biosfera e ecologia, inseriram as questões ambientais no centro do debate mundial, como condições para a manutenção da vida na terra. Diante de mobilizações em escala mundial, ocorreram uma série de conferências que reuniram os principais líderes mundiais em torno da questão da “sustentabilidade”⁵¹. Tal noção passaria a ser incorporada, segundo diversas matrizes discursivas⁵², às agendas territoriais, dando início a uma série de mudanças normativas que incidiriam diretamente nas pautas das políticas públicas urbanas e ambientais ao redor do mundo. A incorporação da agenda ambiental às políticas territoriais demandaria uma mudança de paradigma na cultura de planejamento, claramente um grande desafio, tendo em vista uma estrutura social marcada por profundas desigualdades, onde

⁴⁸ O BNH financiava imóveis para a classe média, servidores públicos e pensionistas, por outro lado a COHAB, que inicialmente financiava imóveis de interesse social, também passaria a atender à classe média urbana.

⁵¹ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, Estocolmo, Suécia, 1972. ECO-92, Rio de Janeiro, 1992.

⁵² Acsehrard. Op. Cit.

uma pequena parcela da população controla ideologicamente o planejamento do território.

A população urbana do país em 1991, alcançou 76% e em 2008 atingiu a marca de 81,2% (IBGE). Esse intenso processo de urbanização das últimas décadas favoreceu a produção de territórios de difícil categorização e classificação. Hoje, municípios são uma mescla de núcleos urbanos, vilas, comunidades e zonas rurais. Tal arranjo tem sido um desafio para a gestão urbana e formulação de políticas públicas. O IBGE, desde 2010 vem estudando novas formas de caracterizar e categorizar as áreas urbanas e rurais no Brasil, a fim de evitar distorções no próximo levantamento censitário (IBGE, 2017a).

As cidades brasileiras têm crescido segundo padrões, ou tipologias intraurbanas comuns, nas quais predomina o efeito centro-periferia (IBGE, 2017b). Quando próximas de importantes cursos de água, como rios navegáveis ou oceano, os centros tendem a se localizar nas margens, nesse caso obedecem, grosso modo, a um padrão de crescimento e expansão urbana na forma semiradial (180°). Quando localizados em pontos do território que não apresentam obstáculo ao crescimento, a expansão da mancha tende a acontecer de maneira radial seguindo as infraestruturas existentes (sistema viário, rede de água, eletricidade) (Figura 16). Logo, rodovias, ferrovias e hidrovias tendem a ser os vetores de crescimento de novas expansões. As áreas urbanas podem se distribuir de maneira contígua ou espalhadas.

As grandes cidades no Brasil, têm apresentado uma tendência de crescimento extensivo nas bordas periféricas. Ojima (2007) ao estudar o fenômeno

da dispersão urbana nas cidades brasileiras, demonstra que elas têm se transformado segundo um duplo processo de fragmentação e magnetismo, pois, ao mesmo tempo que apresentam taxas decrescentes de crescimento populacional nos núcleos centrais, na escala territorial, o magnetismo da região tende a ser ascendente, o que produz conjuntos urbanos cada vez maiores. Esse processo de desconcentração da população nas metrópoles vem acompanhado de processos de reestruturação intraurbana, enquanto as taxas de crescimento das zonas centrais decrescem, o crescimento da população do entorno periférico tende a aumentar.

Além disso, novas tipologias morfológicas são acrescentadas aos territórios urbanos no Brasil: os edifícios verticais de múltiplos pavimentos, condomínios fechados, *resorts*, condomínios de chácaras, usinas, plantas industriais de implantação isolada, complexos de exploração agrominerais e centros comerciais (shoppings centers, centros comerciais). Tais elementos edíficos se inserem no espaço criando territórios exclusivos e excludentes tendo em vista que as favelas e os assentamentos, subnormais também tiveram um crescimento significativo nas cidades brasileiras. De acordo com o Censo Demográfico de 2000, o Brasil terminou o século XX com um aumento de 22,5% no número de assentamentos favelados. Em 1991, os aglomerados favelados, “segundo o Censo Demográfico, eram 3.187; no ano 2000, atingiram 3.906 assentamentos e, em 2010, o Censo Demográfico contabilizou 6.329 aglomerados” (PASTERNAK e D’OTTAVIANO, 2016).

Frente a esses processos de urbanização, é importante reforçar que as cidades não devem ser entendidas como sistemas fechados em si mesmos, mas

sim enquanto entidades urbano-regionais, que tendem a ter suas manchas urbanas cada vez mais dilatadas e bordas híbridas. Por isso, deve-se admitir o fenômeno urbano socialmente produzido pelo jogo de forças globais e locais em diversas escalas. A visão segmentada, setorizada e socialmente excludente do feito territorial tem levado a uma dupla crise: do planejamento urbano e da urbanidade.

Benny Schvartsberg (2011) aponta que, no Brasil após a década de 1980, existiu mais um processo de experimentações de múltiplas influências e matrizes conceituais em planejamento do que algum modelo “a ser celebrado ou aplicado”. A aprovação do capítulo da Política Urbana e a regulamentação do Estatuto da Cidade em 2001, colocaram à disposição novos instrumentos para a aplicação nos municípios, no entanto, não bastou um repertório de leis, sem que existissem profissionais capacitados para a elaboração de planos e uma mudança de paradigmas e procedimentos na cultura de planejamento, que ainda hoje, se fundamenta em práticas clientelistas, zoneamentos funcionais e “planos de prateleira”.

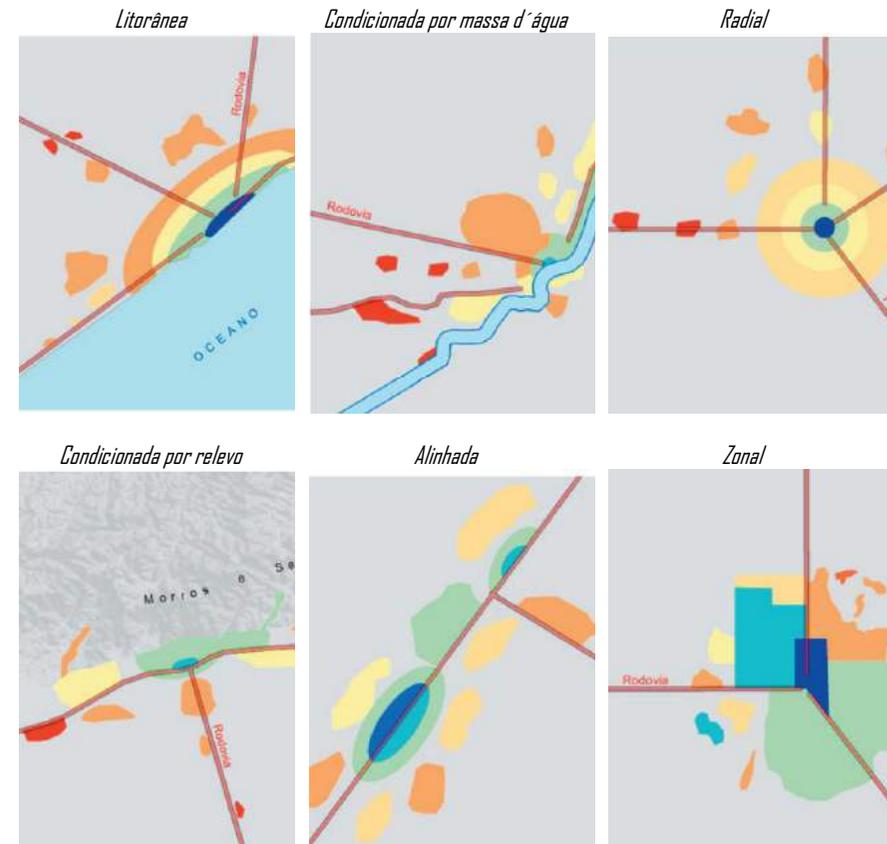


Figura 16: Tipologia intraurbana e padrões de crescimento de núcleos
Fonte: IBGE (2007b)

Apesar da incorporação do ordenamento territorial como competência da União na Constituição Federal de 1988⁵³, as políticas territoriais permaneceram desarticuladas tanto entre setores funcionais (habitação, transporte, saneamento, entre outros), quanto entre escalas (federal, estadual, municipal, RIDEs, bacias hidrográficas). Do ponto de vista político houve uma importante redefinição dos papéis dos entes federativos no processo de planejamento urbano e um ressurgimento do antigo “Plano Diretor” que, apesar dos contínuos fracassos do planejamento tecnocrático experimentado nas décadas anteriores, foi assumido como principal instrumento de ordenação espacial urbana. O Estado tendia a “diminuir seu tamanho e protagonismo com a descentralização política, no sentido de delegar mais competências aos governos locais” (ROLNIK, 1994. p. 04). Logo, as cidades assumiram a problemática urbana como pauta política e se depararam com outro desafio, o de experimentar novas formas de gestão que, pela nova Constituição, deveria ser democrática e participativa.

a) Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)

Na prática, o que houve em termos de experiência de planejamento territorial, foi a adoção do modelo de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), num contexto de tentativas de incorporação de uma agenda ecológica no governo

Sarney (1985-1990). Os ZEEs, que já eram adotados internacionalmente, foram implementados no Brasil e elaborados segundo a premissa de compatibilizar as atividades econômicas a dois componentes: as características ecológicas e a proteção ambiental (ALVES, 2017). Até hoje é um dos poucos instrumentos de ordenamento do território aplicado. Um problema recorrente na elaboração de ZEEs tem sido a visão genérica sobre realidades heterogêneas e complexas. A Amazônia, por exemplo, quando analisada em escalas cartográficas muito amplas, esconde por trás das “classes de capacidade de uso do solo”, absurdos metodológicos que podem comprometer condições ecológicas regionais. Como alerta A’Bsaber (2012), os princípios do ZEE não podem ser aplicados a qualquer tipo de região geográfica sem um reconhecimento multidisciplinar das potencialidades de cada subespaço, ou subáreas, de um território.

b) Projetos de integração territorial

Na presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) iniciaram-se projetos de integração territorial, os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Enid) que foram inseridos como estratégia no PPA 1996-1999 para investimento em infraestrutura nas regiões e polos de fluxo de escoamento de produtos nacionais. No PPA de 2000-2003 os eixos foram justificados como

⁵³ Segundo Peres e Chiquito (2012) a incorporação do tema Ordenamento Territorial na Constituição de 1988 teria sido inspirada nos “*Planos de Ordenação Territorial*” do continente europeu que se guiavam pela Carta Europeia de Ordenação Territorial (CEOT).

mecanismo para equilibrar o desenvolvimento regional e promover melhor distribuição das riquezas com objetivo de criação de novos espaços econômicos e o fortalecimento as relações internacionais na América Latina (TAVARES, 2016). A estratégia se baseava em “projetos-âncoras” de infraestrutura definidos segundo eixos, os quais delimitavam áreas de influência para investimento econômico que incluía uma “Carteira de projetos” de transporte, energia e comunicação (TAVARES, 2016. p. 676).

No ano 2000 teve início a iniciativa Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)⁵⁴ que propunha alternativas geopolíticas e geoeconômicas para integração de regiões desarticuladas, com potencial produtivo, mas que se encontravam isoladas ou subutilizadas em termos territoriais na América do Sul (TAVARES, 2016). O Plano de Ação da IIRSA, elaborado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tinha o objetivo de promover um crescimento menos dependente da exploração de recursos naturais e mais vinculado ao conhecimento e novas tecnologias (SEBBEN, 2015). Em termos geopolíticos, os projetos da IIRSA se propõem a romper barreiras impostas pelas formações geográficas do território brasileiro que, tanto o fragmentam internamente, quanto dificultam as trocas com os países vizinhos. No âmbito da Amazônia internacional, a carteira de projetos da IIRSA propõe possibilitar o acesso entre os

oceanos Atlântico e Pacífico a partir do sistema hidroviário da bacia Amazônica, pelo, denominado, “Eixo Amazônico”. Tal Eixo tem como objetivo vencer a barreira geográfica da Cordilheira dos Andes criando alternativas de acesso ao Pacífico. Na RMM o “Eixo Amazonas” se articula ao “Eixo do Escudo das Guianas”, do qual a BR-174 é parte importante. Tal eixo busca garantir a integração do território brasileiro e o escoamento de mercadorias via terrestre entre Amazônia, ilhas do Caribe, passando pela Venezuela e países vizinhos como a Guiana Inglesa e Suriname.

As regiões desarticuladas, interpretadas como discontinuidades territoriais, são caracterizadas como “ilhas” para as quais os projetos do IIRSA funcionarão como “pontes”. Segundo essa visão foram identificadas 5 “ilhas” no território descontínuo sul-americano: Plataforma Caribe, Cumeeira Andina, Plataforma Atlântica, Enclave Amazônico e Enclave Sul-Amazônico (Figura 17).

No total somam 10 EIDs: do Amazonas, do Escudo Guianês, Interoceânico Central, Andino, Andino do Sul, Mercosul-Chile, da Hidrovia Paraguai-Paraná, de Capricórnio, Peru-Brasil-Bolívia e do Sul que cruzam os países da América Latina e criam novas configurações territoriais e geopolíticas. Para cada Eixo são propostos Projetos de infraestrutura que visam promover a capilaridade dos fluxos, são previstos 581 projetos de transporte, energia e comunicação, que serão

⁵⁴ A IIRSA, com um mandato inicial de dez anos, constitui-se em um mecanismo institucional de coordenação de ações intergovernamentais dos doze países sul-americanos, tendo como objetivo construir uma agenda comum para alavancar projetos de integração da

infraestrutura de transporte, energia e comunicações (Plano de Ação Estratégico 2012-2022, IIRSA)

financiados com capital público, privado e em parcerias público-privado. Independente da natureza do financiamento o que se coloca hoje no centro do debate é a dissociação dos projetos com as realidades socioculturais nos quais vão incidir. Em especial na Amazônia brasileira, onde são altos os casos de conflito por território⁵⁵.

No contexto amazônico a BR-319 não consta como um eixo estratégico para investimento. O rio Madeira continua com sua função de eixo hidroviário, conectando Manaus a Porto Velho e este eixo se conecta ao Peru a partir de Porto Velho. Já o eixo ao norte de Manaus contempla a BR-174 e outras conexões na plataforma caribenha, o que nos leva a compreender porque a obra da rodovia só foi concluída na década de 1990, mesmo tendo sido iniciada no período militar, no ano de 1976.

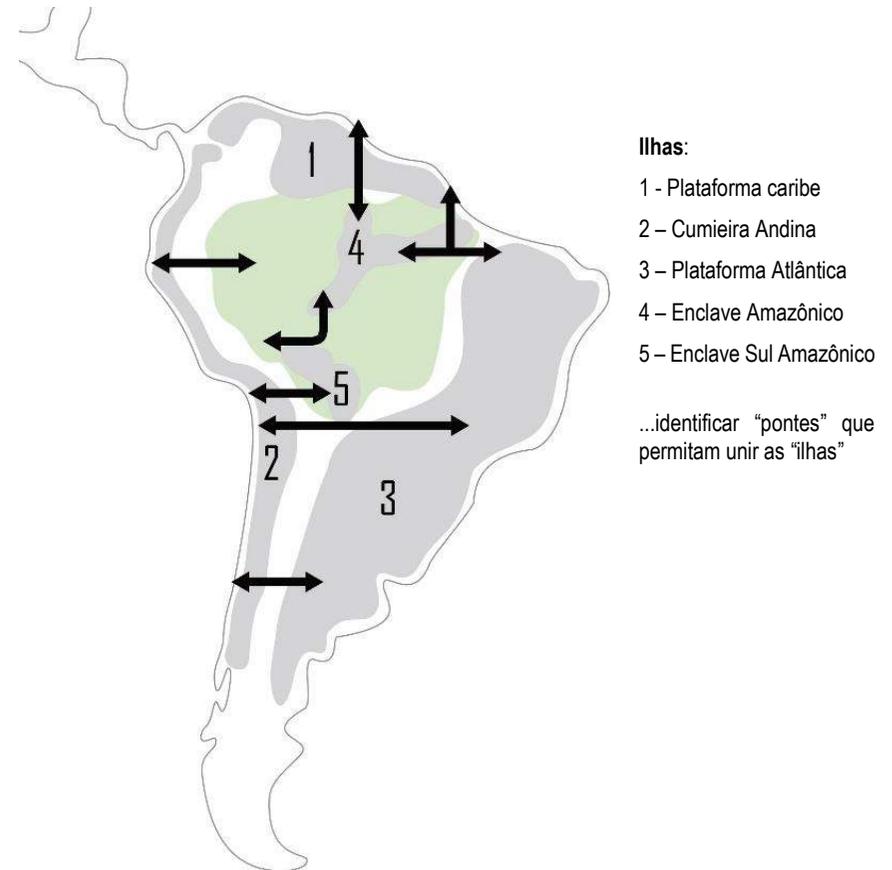


Figura 17: Descontinuidades territoriais da América do Sul. Em cinza são as áreas que formam "ilhas", e as setas pretas correspondem a "pontes", isto é, projetos do IIRSA. Em verde a Amazônia.
Fonte: *Elaboração própria, adaptado de SEBEN (2015)*

⁵⁵ Entre 2000 e 2015 foram registradas 5.782 localidades em conflito envolvendo, em média, 97.399 famílias ao ano. No mesmo período, 38.280 famílias foram expulsas, 295.935 sofreram de tentativas de expulsão, 248.353 foram despejadas, 25.746 foram ameaçadas

de despejo, 45.946 tiveram suas casas destruídas, 40.078 suas roças destruídas, além de 595 (encontramos 602 vítimas no período 2000-2015) pessoas assassinadas (Porto-Gonçalves et. al., 2016, p. 86).

c) Políticas de ordenamento territorial, regional e urbano

A retomada da política regional aconteceu, de fato, no primeiro mandato do governo Lula, que manteve a linha macroeconômica do governo anterior inaugurando uma política social voltada a redução das desigualdades. Entre 2003 e 2007 foram realizadas tratativas, estudos e debates em torno da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) que, apesar de não instituída, fomentou amplo debate sobre a articulação de múltiplas escaladas espaciais e a necessidade de um Ordenamento Territorial a nível de governo federal. O então Ministério da Integração Nacional (MI) iniciou uma série de oficinas para debater uma política nacional de ordenamento territorial e modos de torná-la operativa em termos de políticas públicas. O mesmo ministério elaborava em paralelo uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que viria a ser instituída em 2007⁵⁶. Assim como a PNOT, seu objetivo era reduzir as desigualdades regionais e garantir a equidade de acesso às oportunidades de desenvolvimento. (BRASIL, 2011. p. 23).

No entanto, foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, que assumiu o protagonismo nas transformações territoriais (ALVES, 2017). Enquanto a PNOT destinava grande parte do seu escopo às questões ambientais e conflitos de terra, o que incluía o trato da Amazônia, tal preocupação não existia no PAC. Em 2009 foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)⁵⁷ e em 2011 o Programa de Aceleração do Crescimento – Fase 2 (PAC

2), ambos programas viriam a influenciar profundamente a configuração espacial das cidades brasileiras, ocasionando mais impacto do que os Planos Diretores Municipais devido à injeção de investimentos em grandes obras (LEITÃO, 2009).

A abordagem territorial permanecia desarticulada. Por um lado, o Ministério da Integração Nacional (MI) incorporava a noção de Ordenamento Territorial (OT) com base em experiências internacionais e amplo debate acadêmico nacional, por outro lado, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lançava o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que era incorporado ao modelo de planejamento territorial no âmbito do reordenamento agrário e do Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (DTRS) (ALVES, 2017). Por fim, Programas de infraestrutura (PACs I e II) e habitação (PMCMV) repetiam novamente o que acontecera no período militar, a sobreposição de investimentos federais no espaço intra-urbano à revelia dos planos municipais e metropolitanos, reforçando a setorização das políticas territoriais brasileiras. O embate explícito nas políticas territoriais demonstra a visão dicotômica entre espaços urbanos e rurais e o tratamento desarticulado desses por parte do governo federal.

⁵⁶ Decreto no 6.047/2007

⁵⁷ Lei Federal 11.977/2009

d) Políticas urbanas

Na década de 1980, após a redemocratização, em 1988 foi instituída nova Constituição que lançou as bases para o planejamento das cidades como entes autônomos. Em 2001 foi aprovado o marco jurídico que normatiza e regula a produção das cidades brasileiras, o Estatuto das Cidades. Em 2015 foi aprovado o Estatuto da Metrópole, que estabelece as diretrizes gerais para o planejamento, a gestão de áreas metropolitanas e aglomerações urbanas instituídas.

Embora no Brasil tenhamos muitos instrumentos normativos e jurídicos que regulem o planejamento urbano, não se pode afirmar que hoje, um país com 73 regiões metropolitanas e uma série de cidades médias em contínua expansão periférica, que tenhamos um ordenamento físico do território que estabeleça melhores formas de expansão de nossas cidades.

Quando falamos em “plano”, “planejamento” “ordenamento”, em contraponto vem a cabeça a imagem de caos das nossas cidades, e facilmente pensamos, que não existe planejamento das cidades e que elas cresceram sem controle. No entanto, abundam planos e sobra planejamento (MARICATO, 2013), o

que não existem são soluções práticas para articular o urbano em torno de uma visão de conjunto.

Os Planos Diretores, para a maioria das pessoas soa como algo “miraculoso” ou um “mal necessário” que deveria orientar o crescimento das cidades⁵⁸. No entanto, o que acontece em grande escala no Brasil é a atuação do poder público sobre as cidades, por meio de programas habitacionais, de saneamento e transporte, ou seja, atuação setorializada, enquanto, em paralelo a cidade se produz em processos auto-organizativos coordenados pelo mercado informal do solo urbano. Há também uma tendência a atuação não coordenada dos distintos entes federativos, o que acarreta na inserção de elementos técnicos ao espaço intra-urbano ou urbano-regional não articulados ao Plano Diretor vigente⁵⁹. Assim, o Plano Diretor, já distante do público, mais uma vez é desacreditado, visto que a regra geral são os loteamentos clandestinos, a informalidade nas relações do mercado imobiliário e a exclusão de grande parcela de cidadãos dos processos decisórios.

Para vislumbrar qualquer perspectiva para o planejamento urbano no Brasil a partir da década de 1980, é necessário ter em mente: i) a inoperância dos Planos Diretores (VILLAÇA, 2000; 2010 [1999]); ii) intervenção governamental de entes

⁵⁸ Sempre faço o questionamento, pra investigar sem finalidade científica, mas pessoal, em sala de aula ou no dia-a-dia a pessoas em conversas informais: “o que é um Plano Diretor?” E a grande maioria responde, ou que não sabe, ou que é um instrumento para “organizar a cidade”, ou ainda, um plano para a cidade. E quando pergunto se sabem qual é esse plano,

a maioria responde que “não sabe” ou “nunca teve a curiosidade de procurar”. Ao fim da abordagem, a perplexidade opera a reflexão por si só.

⁵⁹ Pode-se tomar como exemplo alguns dos projetos do governo do Estado do Amazonas para o espaço urbano-regional de Manaus, como a Cidade Universitária da UEA, a ponte sobre o rio Negro, a Avenida das Torres e o projeto de um monotrilho para Manaus.

estaduais e federais descolada dos Planos Diretores (SOUZA, 2010; SCHVARBERG, 2011); iii) franca utilização de zoneamento e da lei de loteamentos; iv) a convivência paradoxal entre mercado formal do solo urbano e o mercado informal (ABRAMO, 2007a, 2007b).

O recente marco normativo de 2015, o Estatuto da Metrópole, pode ser considerado uma lei inovadora, na medida que estabelece diretrizes que podem estimular o planejamento urbano em territórios que ultrapassam os limites de um único município (as aglomerações urbanas e Regiões Metropolitanas). Considerando que o Estatuto das Metrópoles atua como um complemento do Estatuto das Cidades, podemos inferir que, frente ao fracasso na implementação de Planos Diretores, os Planos Metropolitanos poderiam percorrer caminho semelhante.

Talvez o fracasso do planejamento urbano e territorial se vincule, em parte, à política territorial dos municípios que se baseia em uma estrutura excessivamente normativa e pouco estratégica e na pouca operacionalidade que elas representam. O caráter tecnocrático desses planos afasta qualquer possibilidade de participação coletiva e de geração de consensos.

Uma visão clara de futuro e o conhecimento das dinâmicas territoriais através do *design* poderia contribuir como base para o debate sobre o futuro do

território. A paisagem pode contribuir no sentido de estabelecer diálogos visuais, comunicar situações territoriais e possibilidades de futuro, uma vez que fornece uma visão do presente por meio da descrição (VIGANÒ) e como enriquecimento da visão estratégica, além de funcionar como um recurso no processo de planejamento. Os mapas podem ajudar a esclarecer políticas e objetivos e envolver os atores em torno de objetivos comuns.

e) Pautas ambientais

A regulação ambiental é uma pauta importante das políticas territoriais, uma vez que a preocupação com a proteção dos recursos naturais é uma tendência irreversível e que deve ser cada vez mais incorporada ao planejamento. Tida como uma nova variável política para a tomada de decisões, a preservação ambiental tem demonstrado capacidade de direcionar reconfigurações de dinâmicas territoriais urbanas que envolvem setores antagônicos da sociedade civil (FREITAS, 2009). A aparente capacidade de promover consensos em torno do território torna a questão ambiental um trunfo para a construção de uma nova cultura de planejamento territorial na direção de melhores perspectivas de “direito a cidade”.⁶⁰

⁶⁰ Entendo o “Direito à cidade” segundo a perspectiva de Lefebvre (1972, 1978, 1986), para o qual, a cidade é um centro de decisões que envolve toda a sociedade, independente de classe social, e o direito não se confunde com direito natural ou contratual, mas se refere às

possibilidades de realização cidadã (pessoal), que acontece quando se abrem os canais de acesso às redes e circuitos de comunicação, informação e intercâmbio que produzem as decisões sobre o espaço e sua produção.

No Brasil, é notável o conflito entre a necessidade de racionalizar o uso dos recursos naturais e a garantia de direito à cidade para os grupos marginalizados. Nas zonas periurbanas o conflito acontece à medida que a cidade avança sobre as zonas rurais e ambientalmente protegidas, desvelando a incompatibilidade entre legislações urbanas, ambientais e fundiárias. Um argumento, sustentado por FREITAS (2009), é de que o direito à cidade e a proteção ambiental são conflitantes quando se trata de definir um modelo de ocupação, pois, uma vez que o modelo de planejamento é voltado a atender a demanda de um mercado imobiliário especulativo, exclui automaticamente a maioria dos habitantes, que não têm acesso a esse mercado. A estes, restam as áreas não propícias à ocupação, margens de cursos d'água, encostas, áreas de solo contaminado e zonas periféricas onde o solo ainda é barato.

Desde os Códigos Florestais de 1934 e de 1965 já eram estabelecidas categorias de áreas protegidas, dentre as mais importantes estão as Unidades de Conservação (UCs). Depois, outras normativas estabeleceram uma diversidade de categorias de áreas protegidas⁶¹, as quais a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) viria a sistematizar no ano 2000.

As Unidades de Conservação (UCs) se destinam a preservação e conservação dos recursos naturais e podem ser de dois tipos: de Proteção Integral e de Uso Sustentável. O objetivo das UCs de Proteção Integral é preservar a natureza e admite apenas o uso indireto dos recursos naturais, enquanto nas UCs de Uso Sustentável são permitidos usos compatíveis com a conservação da natureza, ou seja, se pode utilizar parcelas dos seus recursos.

Dentre as categorias de áreas de conservação as que mais impactam no ordenamento territorial e urbano são as Reservas Legais (RL), os Corredores Ecológicos, as Áreas de Proteção Permanente (APPs) e as APAs. A RL corresponde ao percentual da gleba rural que deve ser destinada à preservação ambiental⁶². Os Corredores Ecológicos⁶³ são conectores de UCs importantes para a preservação de espécies endêmicas e ecossistemas, possibilitam o movimento da biota e o fluxo de genes. As APPs são áreas consideradas fundamentais para manter o equilíbrio ambiental, preservar as matas ciliares e áreas de risco e correspondem às encostas com declividade superior a 45°, topos de morro, montes e montanhas, nascentes e faixa lindeira de cursos de água⁶⁴. A APA, no entanto, é

⁶¹ Código Florestal de 1965: Santuário de Fauna e Flora Lei nº 6.902 de 1981, criou as categorias: Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Estações Ecológicas (ESECs). Decreto nº 89.336 de 1984 estabeleceu: Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIEs), EM 1987 foram criadas as Reservas Extrativistas (RESEX) em função da luta dos seringueiros pela permanência na terra. Em 1987 o INCRA instituiu o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE). Em 1996 surgiram as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPNs) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

⁶² Na Amazônia a Reserva Legal corresponde a 80% da propriedade rural.

⁶³ OS Corredores Ecológicos, instituídos na Lei do SNUC são diferentes de Corredores Biorregionais. Estes foram sistematizados no Projeto Corredores Ecológicos (PCE) desenvolvido no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e visam a proteção de unidades maiores de planejamento em âmbito regional.

⁶⁴ Segundo o Código Florestal Lei nº12.651 de 2012 essa faixa lindeira deve respeitar: desde a borda da calha do leito regular uma largura mínima de 30 metros, para cursos d'água de

a mais complexa em termos de gestão, por envolver vários atores, questões fundiárias conflitivas, e por possuírem, geralmente, grandes dimensões.

A criação da Lei do SNUC representou um marco nas políticas territoriais e de gestão ambiental no Brasil. O SNUC recomendou instrumentos de gestão e unificou, segundo critérios claros, as categorias de Unidades de Conservação (UCs) brasileiras.

A abordagem biorregional trouxe uma novidade no SNUC, a definição do conceito de Mosaicos de Áreas Protegidas (Artigo 26). Os mosaicos foram propostos como alternativa para solucionar conflitos entre UCs de proteção integral e populações residentes (ALMEIDA, 2014). Os Mosaicos possibilitam gerir um conjunto de UCS de categorias diferentes que estejam próximas ou justapostas, o que favorece a gestão conjunta. Abaixo o mapa do Mosaico de Unidades de Conservação Baixo Rio Negro (Figura 18), que compreende a áreas sujeita à pressão antrópica dos processos de expansão urbana de Manaus.

Na Amazônia, as áreas protegidas exercem um papel fundamental para o planejamento do território, uma vez que elas cobrem cerca de 28% do território (MMA, 2020).

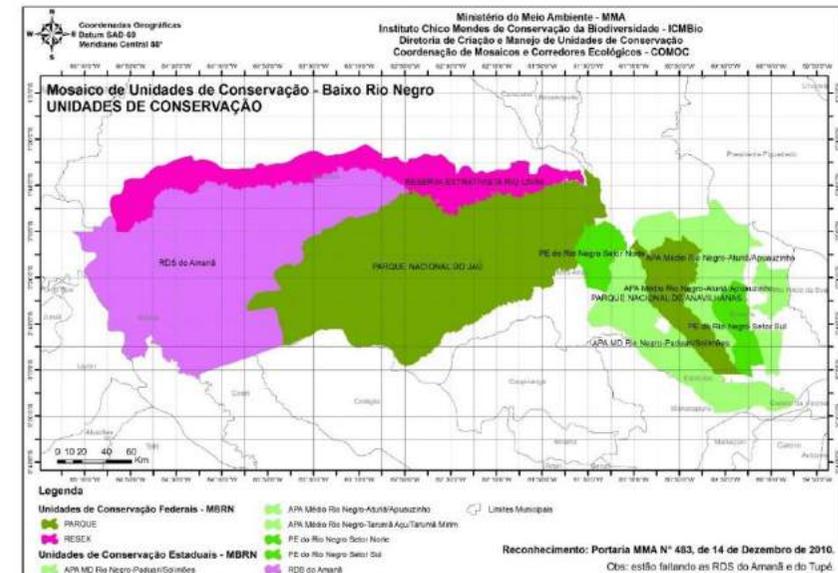


Figura 18: Mosaico de Unidades de Conservação Baixo Rio Negro
O Mosaico Baixo Rio Negro foi criado em 2010 e abrange parte da Região Metropolitana de Manaus.
Fonte: ICMBio, 2010.

f) A questão fundiária e terras de domínio público

O sistema fundiário brasileiro, tal como se apresenta hoje, é um resultado de um processo histórico de apropriação territorial. A origem jurídica do direito de propriedade no Brasil remete aos tempos do Brasil colônia, cujo sistema fundiário

menos de 10 metros de largura, 50 metros para cursos d'água que tenham entre 10 e 50 metros de largura; 100 metros, para os que tenham entre 50 e 200 metros de largura; 200 metros para os cursos d'água entre 200 e 600 metros de largura e 500 metros para largura

superior a 600 metros. Incluem-se como APPs o entorno de lagos, lagoas, restingas, manguezais e veredas.

brasileiro foi inicialmente ordenado por meio do regime de Sesmarias, que consistia na distribuição de terras aos portugueses cristãos interessados em ocupá-las e explorá-las. Havia duas formas de se obter terra. Uma, através de doação da coroa e outra, com passar do tempo, compra e posse de áreas devolutas. Só em 1850 a Lei de Terras⁶⁵ instituiu a terra como uma mercadoria. Apesar das inúmeras tentativas de sanar os problemas fundiários herdados da colonização, até os dias de hoje a identificação dos limites e titularidades das terras rurais, principalmente na Amazônia brasileira, é um problema.

A divisão do território e a distinção entre zonas urbanas e rurais passaram a ser atribuições dos municípios a partir de 1938⁶⁶ e em 1964, com a criação do Estatuto da Terra⁶⁷, o ordenamento do território ganhou espaço nos debates sobre políticas de desenvolvimento (PERES e CHIQUITO, 2012). Em 1972 foi instituído o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)⁶⁸, que teve como principal finalidade a integração e sistematização da coleta, pesquisa e tratamento de dados e informações descritivas jurídicas e geográficas sobre o uso e posse da terra.

Apesar de ser papel dos municípios estabelecer os limites das zonas urbanas, as relações que se estabelecem nas áreas de transição rural-urbana e nas

zonas rurais sujeitas à urbanização, são controversas, uma vez que a competência sobre a questão agrária é da União⁶⁹. Essa interface urbano/rural, quando em escala metropolitana e regional, tende a ser ainda mais conflitiva, tendo em vista a sobreposições normativas e conflitos de competência entre municípios⁷⁰. Nesse ponto cabe fazer referência ao papel do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Os imóveis rurais são classificados conforme a quantidade de módulos fiscais em: minifúndios, pequenas, médias e grandes propriedades. O módulo fiscal é definido pelo INCRA por uma unidade de medida fixado, em hectares, para cada município. Leva-se em conta para a definição dessa medida o tipo de exploração e a renda obtidas nas áreas dos imóveis, bem como o conceito de “propriedade familiar”. A propriedade familiar, é o imóvel rural explorado pelo agricultor e sua família, o qual garante a subsistência e o progresso social e econômico através da força de trabalho familiar e eventualmente com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964). Para a EMBRAPA (2018) o módulo fiscal expressa a área mínima necessária para que uma unidade produtiva seja economicamente viável. O tamanho do módulo

⁶⁵ Lei 601/1850 – Lei de Terras/ Decreto 1318/1854

⁶⁶ Decreto Lei n. 311, de 02.03.1938 - Dispõe sobre a **divisão territorial** do país, e dá outras providências.

⁶⁷ Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964

⁶⁸ Lei 5.868 de 12 de dezembro de 1972

⁶⁹ Constituição Federal, Art 22, I.

⁷⁰ Por exemplo, em uma região metropolitana macrocefálica como Manaus, os maiores impactos de processos de urbanização tendem a ser emanados da capital na direção de outra jurisdição municipal, que não tem a mesma capacidade administrativa e de arrecadação tributária que a capital, no entanto os impactos ambientais negativos da urbanização tendem a ser assumidos pelo município afetado.

fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. Na Amazônia os módulos fiscais tendem a ter as maiores dimensões.

No período do governo militar no Brasil, houve uma estratégia do governo federal e criar áreas de domínio da União ao longo das infraestruturas que eram instaladas na Amazônia. O fenômeno ficou conhecido como “federalização das terras públicas estaduais” e buscava reduzir a autonomia dos Estados sobre seus respectivos territórios⁷¹ (RIBEIRO, 2005). Os terrenos situados na faixa de 100 quilômetros das rodovias de integração nacional, construídas ou “projetadas”⁷², eram subtraídas dos Estados e União assumia o poder de decisão quanto ao uso e ocupação dessas parcelas.⁷³ Tal decisão foi revogada em 1987, permanecendo apenas a obrigatoriedade de faixa não edificável às margens de rodovias de 15m. No entanto, em 2019 foi flexibilizada essa faixa não edificável, que agora pode ser reduzida para até 5 metros de cada lado por lei municipal ou distrital.⁷⁴ Permanecem como bens da União: os terrenos de Marinha⁷⁵, Margens de rios, ilhas, Unidades de Conservação, terras rurais arrecadadas, terras indígenas⁷⁶ e outros bens alienados.

Interessa, para fins de leitura do território, compreender como se dá a gestão dos domínios federais em margens de cursos de água, áreas de várzea e

de ilhas, áreas essas administradas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Na região Amazônica é bastante delicada essa questão, uma vez ali se estabeleceram processos de ocupação antrópica nas margens de rios e nas várzeas há pelo menos 10 mil anos. Quando os europeus chegaram à Amazônia, a população indígena já se concentrava em ecossistemas de várzea, cultivando e habitando. Hoje, populações caboclas, vivem adaptadas ao ecossistema e à sazonalidade das cheias e vazantes. Na Região Metropolitana de Manaus os municípios de Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Silves e Autazes possuem território municipal em área de várzea e ilhas de várzea. Diante da vulnerabilidade social frente a informalidade da situação fundiária a que estão expostos os povos ribeirinhos, a SPU, gestora dessas terras, tem realizado a regularização de uso sustentável de modo a garantir o direito de moradia a essas populações⁷⁷ (BENATTI, 2016). Além das áreas ribeirinhas, as UCs, salvo as de Uso sustentável também são de domínio público (federal, estadual ou municipal).

⁷¹ Decreto-Lei nº 1164, de 1º de abril de 1971.

⁷² O termo “Projetadas” na realidade não correspondia a projetos existentes, uma vez que muitas dessas rodovias foram apenas traçados feitos em um mapa, aleatoriamente (RIBEIRO, 2005. p. 243).

⁷³ Esse Decreto-lei foi revogado pelo Decreto-Lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987.

⁷⁴ Lei nº 13.913, de 25 de novembro de 2019.

⁷⁵ Faixa do litoral, 33 m a partir do mar na direção do continente. Decreto-Lei nº 9.760, de 1946.

⁷⁶ Sob a competência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

⁷⁷ Portaria nº 264, normatiza os critérios para a emissão de Termos de Autorização de Uso Sustentável.

A DESCOLONIZAÇÃO DA IMAGINAÇÃO POR UMA UTOPIA DESDE O SUL-GLOBAL

Afirmo a necessidade de uma nova consciência que libere as imaginações do planejamento. Isso requer descolonizar a imaginação do planejamento questionando suas assumpções hegemônicas. (MIRAFTAB, 2016)

Faranak Miraftab, em conferência realizada no ano de 2016 no Rio de Janeiro, no IV *World Planning Schools Congress*, alertava sobre uma crise global, que não seria apenas do capitalismo, mas também do planejamento enquanto profissão e como uma ideia. Sua reflexão, em tom de denúncia, propunha repensar o planejamento por meio da reinvenção das práticas e ideias de futuro descolonizadas. “O futuro, inevitável, aberto e plural é também vazio”, por isso dependente de uma imaginação que possibilite sua invenção, em suas palavras “aberto por um horizonte de possibilidades”. No entanto, uma crise de identidade torna as práticas de planejamento urbano cada vez menos legítimas, desacreditadas e supérfluas.

Antonio Font (2003) alerta sobre a crise no planejamento urbanístico, enquanto tentativa de resolução de problemas de natureza física da cidade e ordenação do seu crescimento, frente ao distanciamento da realidade territorial. Afirma que esse quadro está abrindo cada vez mais espaço para os mecanismos e instrumentos de dominação do mercado imobiliário. Assim, o planejamento urbanístico, considerado “suficiente” para um projeto de cidade, atualmente estaria em “controvérsia”. Contribuem para esse cenário os atuais quadros de incertezas e imprevisibilidade e o projeto fragmentado do território, o modelo de “plano lei” que

descreve modelos urbanísticos presos a uma visão endógena do urbano e incapazes de dar respostas ao consumo do solo periférico, prover eficiência funcional e uma paisagem adequada para alcançar condições de justiça social e territorial (FONT, 2003. p. 2007-2008).

O planejamento urbano, ancorado em antigas ideias de progresso e racionalidade, se auto implodiu, deslegitimou-se, e hoje encontra-se no ápice de uma crise. Essa crise se deve ao que Miraftab (2016) define como: “esquizofrenia do planejamento”, onde prática e discurso não convergem. Ao que Ermínia Maricato (2013) se refere, no caso brasileiro, como “ideias fora do lugar e lugar fora das ideias”. Por um lado, o Estado e os especialistas, buscam “manter o *status quo* através da inclusão democrática liberal” (MIRAFTAB, 2016. p. 366), por outro lado, eles se contradizem. A função social do solo urbano, por exemplo, que deveria ser garantida pelas políticas públicas, manifesta-se especialmente como uma falsa promessa, basta observar processos de gentrificação, remoções urbanas para grandes projetos, priorização de investimentos públicos em áreas nobres das cidades, que abrigam a minoria da população, em detrimento de investimentos nas periferias pobres e bairros informais.

Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo transformou o capitalismo e a sociedade de maneira estruturante e nem as crises do século XXI, como a de 2008, teriam sido capazes de abalar a sua força. Nesse contexto no qual os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência, as ações coletivas tendem a ser difíceis. Tal mecanismo estaria favorecendo “mutações subjetivas” como “egoísmo social”, “negação da solidariedade e da redistribuição” e movimentos

reacionários e fascistas, onde a polarização entre “os que desistem” e “os bens sucedidos mina a solidariedade e a cidadania (DARDOT e LAVAL, 2016. P. 09).

[...] o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida. (DARDOT e LAVAL, 2016. p. 07)

Diante da necessidade de repensar o planejamento a partir do estágio histórico atual do neoliberalismo onde “a inclusão é um alibi para a exclusão e normalização da dominação neocolonial” (MIRAFTAB, 2016. p. 367), a sugestão é romper com as filosofias políticas que guiaram as construções epistemológicas e ontológicas do planejamento durante o século XX. Esse argumento sugere um movimento de insurgência que sinaliza na direção de novas práticas de planejamento de baixo-para-cima, baseado nas formas de ação coletivas e organizadas em contraposição aos grupos hegemônicos, Estado, corporações e sistemas financeiros internacionais. Contra a colonização das mentes, dos valores e das subjetividades.

[...] o futuro deve ser invocado como a última colônia – o futuro enquanto um território político, um “território” a ser “ocupado” para salvaguardar seu fechamento por imaginações totalitárias e pela aniquilação de alternativas. (MIRAFTAB, 2016. p.374)

Num momento histórico em que o “neoliberalismo global neoextrativista” está empenhado em finalizar o processo de colonização iniciado no século XVI (SANTOS, B.S., 2018), por meio da extração de recursos e submissão dos povos do sul aos mecanismos do Capitalismo Mundial Globalizado. Por isso, cabe alinhar aqui o “foco” sob a ótica das “epistemologias do Sul”, sugerida por Boaventura de Souza Santos (2018), que destaca, que a melhor forma de aprender, partindo de uma visão transcultural e transnacional, é submetendo relacionalmente ao crivo crítico “desde o sul” para, depois, propor interpretações possíveis submetidas às “necessidades políticas dos oprimidos na sua luta contra o colonialismo e o patriarcado.” À tese, interessa o posicionamento epistemológico de Boaventura De Souza Santos (2018) como “método e lógica de tradução intercultural”, primeiro, como alerta para necessária tomada de consciência sobre a linha abissal que separa o discurso e a prática do planejamento urbano no Brasil e suas formulações jurídicas-normativas, que excluem parcela significativa da sociedade do território urbano da cidade “formal”, e, conseqüentemente, negam-lhes o direito à cidade. Segundo, para conduzir-nos na direção de uma construção libertária e criativa de planejamento territorial, fundamentada no espaço vivido, no convívio sadio intergeracional, tanto com a natureza, quanto conosco mesmos enquanto seres humanos.

3. UMA PONTE PARA MANAUS...

[...] o saber local, que é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política [...] (SANTOS, 1994. p. 21)

Este capítulo é um exercício analítico que busca no território de Manaus estratégias implícitas para seu projeto de futuro, para isso, parte da leitura da paisagem para a interpretação da produção do espaço urbano da região de Manaus considerando três momentos históricos: a “paisagem da conquista”; a “paisagem da modernização” e a “paisagem da globalização”, obviamente que o suporte natural se funde a essas paisagens, ora, condicionando-as, ora sendo transformado pelos sistemas técnicos dando origem a novas paisagens. Dessa maneira, a análise parte da leitura do suporte natural para depois avançar na investigação das intenções que moveram os atores na produção territorial. A abordagem oscila entre a escala global, de onde emanam relações verticais de poder, e a escala local, na qual o lugar mantém relações de horizontalidade e as formas se cristalizam por meio da técnica no espaço do cotidiano. Na escala global busca-se articular as visões externas sobre a Amazônia e as intenções em ocupá-la ou simplesmente, dominá-la. Depois, aproximando da escala local, é realizada uma análise partindo dos atos territorializantes que deram origem ao espaço urbano de Manaus e sua atual configuração metropolitana.

A leitura da paisagem obedece à lógica do mapa, ou seja, uma cartografia construtivista, que opera por constantes movimentos de descrição, dobradura, montagem e remontagem, por adições e rupturas na direção aberta pelas

desterritorializações das linhas de fuga. A leitura privilegia a interpretação das fronteiras e bordas urbanas e, propositalmente, não vincula-se a um limite espacial oficial, mas às territorialidades em si.

Aqui, retomo o posicionamento de Milton Santos sobre a necessária revanche do lugar como último reduto de resistência às forças globalizantes. Logo, o lugar é considerado “a ponte” para a transição paradigmática na direção de uma descolonização do pensamento urbanístico. Para isso, assumo o posicionamento de Boaventura de Souza Santos sobre a importância dos *topoi* para interpretações do território partindo da ideia da Amazônia como “fronteira” para então propor a *ponte* como o *topos* necessário a novas abordagens de planejamento que tirem partido do lugar.

O LUGAR COMO PONTE

A construção de uma subjectividade individual e colectiva, suficientemente apta para enfrentar as futuras competições paradigmáticas e disposta a explorar as possibilidades emancipatórias por elas abertas, deve ser guiada [...] por três grandes *topoi*: a fronteira, o barroco e o Sul. (SANTOS, B. S., 1988. p.93)

O *topos* da fronteira, baseia-se na distinção entre centro e periferia, centro e margem. À fronteira cabe um forte potencial emancipatório, uma vez que é o lugar da invenção, da suspensão e do vazio, de “um tempo entre tempos” (SANTOS, B.

S., 1988. p. 93). Na fronteira se cria um novo mundo. Emigrantes ao chegarem nas fronteiras estabelecem relações de sociabilidade onde escolhem do passado o que querem reter para criar um novo futuro livre de amarras. Essa sensação de ser capaz de escolher, “pode trazer consigo uma inesperada sensação de poder” (CRONON, MILES e GITLIN, 1992. p. 910, Apud, SANTOS, B. S., 1988. p. 94).

A fronteira pressupõe a necessária existência das margens (SIMMEL, 1996) e sua propagação (SANTOS, B. S., 1988) explicita a “fenomenologia da vida na margem”, inerente ao paradigma emergente. “O paradigma emergente manifesta-se sobretudo na proliferação das margens e na multiplicação das escalas” (SANTOS, B. S., 1988. p. 99).

A subjectividade da transição paradigmática é também uma subjectividade barroca, no sentido cultural, quanto ao caráter aberto e inacabado e diversidade de formas. O barroco realiza-se na mestiçagem, no desconforto do movimento das subjectividades, do efêmero e do transitório. “[...] o local aspira antes a inventar um outro lugar, uma heterotopia” frente a uma sensação de vazio e desorientação “provocada pelo esgotamento dos cânones dominantes” (SANTOS, B. S., 1988. p.

107). O Sul⁷⁸, outra metáfora cultural, representa o símbolo de uma construção imperial sob a dupla dicotomia Norte/Sul e Ocidente/Oriente que orientaram as transformações capitalista da modernidade, onde o Sul é a expressão de “formas de subordinação, supressão, silenciamento e diferenciação desigual” (SANTOS, B. S., 1988. p. 122).

Aos *topoi* sugeridos por Boaventura de Souza Santos acrescento o da “*ponte*” inspirada no artigo de Georg Simmel: “A ponte e a porta” (1996 [1909]), como sendo uma ideia capaz de expressar relações entre margens. Simmel (1996 [1909]) utiliza as imagens da *ponte* e da *porta* como metáforas de ligação/separação e é nesse sentido que argumentarei sobre sua importância da *ponte* enquanto construção metafórica de ligação e superação de limites.

Num sentido imediato assim como simbólico, corporal e espiritual, a cada instante somos nós que separamos o que está ligado ou voltamos a unir o que está separado. [...] Superado o obstáculo, a ponte simboliza a extensão da nossa esfera volitiva no espaço. (SIMMEL, 1996 [1909]. p. 1 e 2).

A *ponte*, como elemento de superação de obstáculos reúne duas margens distintas e separadas e enquanto objeto e artefato, “obra de arte”⁷⁹, denota a junção

de termos dissociados e materializa a ligação e a mobilidade em si mesma. Mas a ponte depende de uma noção prévia, a de margem, que por sua vez, implica que tenhamos separado antecipadamente em nossa consciência dois lados distintos da mesma realidade. De fato, a *ponte* em Simmel, é mais do que a união pura e simples de elementos que foram separados pela percepção comum, ela é a negação dessa divisão. A porta, em oposição, ilustra “até que ponto separação e reaproximação nada mais são do que dois aspectos do mesmo ato” (SIMMEL, 1996 [1909]. p. 03). A porta remete não apenas à separação com o mundo exterior, quando fechada, e a comunicação, quando aberta, mas à liberdade que temos em romper as fronteiras e delimitar-se quando preciso por meio dela.

Nesse sentido, as *margens*, não apenas dos rios e da cidade de Manaus, mas também como a posição relativa de Manaus em uma rede de cidades globais, serão imagens metafóricas que remetem ao que está fora do centro, no limiar, o que também se aplica aos atores em atuação no território, indicando os que estão às margens da sociedade e da cidade formal. Logo, a análise busca contrapor o território como projeto de poder hegemônico, que se manifesta no Lugar como vetor das verticalidades, ao território como alteridade, que se manifesta no Lugar do cotidiano por meio das horizontalidades, que seriam as pontes para um pensamento urbanístico descolonizado desde o sul-global.

⁷⁸ O Sul de Boaventura de Souza Santos é o Sul epistemológico, o Sul anti-imperialista, não geográfico. O Sul é produzido onde ocorrem lutas de emancipação de grupos sociais oprimidos.

⁷⁹ Termo utilizado na engenharia para designar obras de infraestrutura grande vulto como pontes e viadutos.

Questiona-se, por fim, o papel da ponte sobre o rio Negro e a necessidade de uma outra “ponte” para Manaus, que conecte o território atual a um outro território possível: o território como projeto de futuro.

SUBSTRATO SUPORTE DA OCUPAÇÃO

El poder de la naturaleza se revela, por decirlo así, en la conexión de impresiones, en la unidad de emociones y de efectos que se producen en cierto modo de una sola vez. Si se quieren indicar sus fuentes parciales, es preciso descender por medio del análisis a la individualidad de las formas e a la diversidad de las fuerzas. (HUMBOLDT, 1875. p. 9)

O ecossistema complexo e heterogêneo da Amazônia foi determinado por processos geológicos, geomorfológicos, climatológicos, hidrográficos e biológicos que ocorreram na América do Sul por milhares de anos e que moldaram os padrões ambientais atuais bem como a cultura da região. Os blocos continentais da América do Sul e da África começaram a se separar há mais de 100 milhões de anos. Antes, esses dois continentes compartilhavam grupos de plantas e animais. De 4 milhões

de anos para cá, a América do Sul se uniu fisicamente à América do Norte (PNUMA, 2008).

A Amazônia é uma grande depressão entre dois antigos escudos: as Guianas e o Brasil Central. No paleozóico “achava-se coberta pelo mar, configurando um gigante golfo aberto para o pacífico” (SIOLI, 1985. p. 15). Durante o carbonífero e todo o mesozoico, houve uma regressão marinha e a Baixada Amazônica emergiu, induzindo os rios a fluírem para o Pacífico, ou seja, no sentido contrário do atual. No terciário, os Andes começaram a soerguer-se, bloqueando o escoamento fluvial amazônico para o Pacífico (SIOLI, 1985. p. 16). As massas de água permaneceram na depressão amazônica em um sistema pouco instável e alagado. A sedimentação de água doce, ocorrida naquele período, originou as formações “Barreiras” e “Alter do Chão”⁸⁰. Por fim, após o deslocamento das placas tectônicas de Nasca sob a Placa Continental Sul-Americana, teve início o processo de formação dos Andes e a água fluiu para o Atlântico, formando a atual bacia do Amazonas.

A temperatura na região é alta, com média anual entre 24° e 26°C. Há uma intensa atividade de evapotranspiração que “recicla” cerca de 60% das precipitações no próprio ecossistema. O ano tem duas estações: verão, quando chove menos, e inverno, quando chove mais.

⁸⁰ Estima-se que o aquífero subterrâneo da formação Alter do Chão detém a maior reserva de água doce do Mundo, mais de 86.400 km³, cerca de 86,4 trilhões de litros. O aquífero subterrâneo Guarani, por exemplo, tem as reservas estimadas em 45.00 km³ e era

considerado a maior reserva até os estudos dos pesquisadores da UFPA coordenados pelo geólogo Milton Matta.

[...] na Amazônia a geografia, para viver, andar, trabalhar e comer, é o rio, o traço físico-geográfico mais importante do rio é o seu regime de enchentes e vazantes que determina, com as suas oscilações, as transformações e mudanças econômicas na exploração, na ocupação da terra e no trabalho do homem. (BENCHIMOL, 2013 [1977]: 9353, 9357)

A água é o elemento estruturante da paisagem Amazônica.

Os rios são as principais vias de circulação de pessoas e mercadorias. Os primeiros habitantes se locomoviam pelas suas águas e a colonização dos europeus na região só foi possível graças à navegabilidade desses rios. Quando os espanhóis tiveram o primeiro contato com o rio Amazonas, lhe deram o nome de “Mar Dulce”, depois Marañon e por último Amazonas.

A Bacia Amazônica é formada por um conjunto de rios que somam cerca de 7 milhões de km² de extensão, formando a maior bacia hidrográfica do mundo. O principal rio da Bacia é o rio Amazonas, com extensão de 6.992,06 km. O rio Amazonas nasce na quebrada Apacheta, em Arequipa, Peru, nos pés dos montes da cordilheira de Chila, a 5.170 metros de altitude, e segue cerca de 7.000 km até o oceano Atlântico (PNUMA, 2008). O comportamento hídrico da bacia amazônica é condicionado pelo regime de chuvas e de estiagem que caracteriza a paisagem, a vida biológica e a cultura local pelos ciclos de cheia e vazante. Ao longo de seu

curso, o rio Amazonas transporta grande volume de sedimentos, o que lhe confere o aspecto barrento. Seus tributários são rios de águas brancas, ou barrentas, como o rio Madeira⁸¹; de águas pretas ou escuras, como o Rio Negro e o rio Urubu, e; de águas claras ou esverdeadas, como os rios Branco e Tapajós. Os principais rios que deságuam no Amazonas são, pela margem direita os rios Javari, Juruá, Jutai, Purús, Madeira, Tapajós e Xingu e, pela margem esquerda, os rios Japurá, Iça, Negro, Uatumã, Nhamundá, Trombetas e Jari.

A hidrovia do Amazonas é uma importante via de transporte e escoamento de cargas na região Norte (Ministério da Infraestrutura, 2018), considerada de ótima navegabilidade devido à boa profundidade da calha dos rios e pouca presença de corredeiras. A hidrovia atravessa as bacias dos rios Foz do Amazonas, Jatapu, Madeira, Negro, Paru, Tapajós, Trombetas e Xingu.

⁸¹ O rio Madeira é o rio que mais contribui em volume de água para o Amazonas.



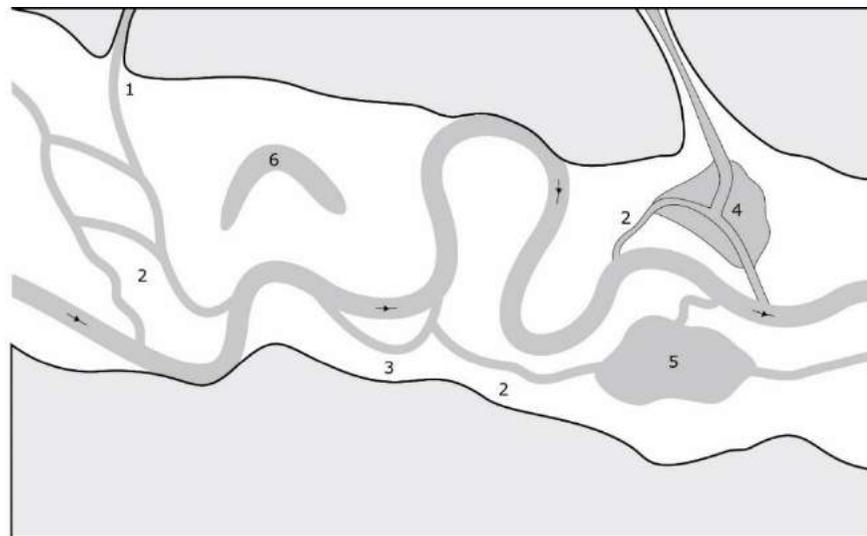
Figura 19: Principais hidroviáveis da América do Sul
Fonte: Elaboração própria

A hidrovia é fundamental para a comunicação da região central da Amazônia com outras regiões brasileiras e estrangeiras e favorece a relação com os países Andinos e Caribenhos. O rio Solimões permite acesso hidroviário entre Manaus e Tabatinga, fronteira com Peru e Colômbia. O rio Madeira, principal hidrovia da região, conecta o rio Amazonas, na altura do município de Tabatinga aos estados de Rondônia e Mato Grosso. No âmbito da Hiterlandia de Manaus a maior parte dos deslocamentos de pessoas e mercadorias é realizado via fluvial.



Figura 20: Localização das principais capitais latino-americanas e hidroviáveis brasileiras
Fonte: Elaboração própria

A hidrografia da Região Amazônica é formada por rios de grande monta, além do principal curso Amazonas/Solimões. Além dos rios, outros elementos compõem a rede hídrica, como uma densa malha de igarapés que drena o território. Os igarapés são rios menores com suas próprias nascentes e águas frias, graças ao sombreamento de sua lâmina d'água. Pequenos cursos d'água que unem os rios entre si e os lagos com os rios, são chamados "furos". Nessa malha de águas, principalmente dos grandes rios, é comum a ocorrência de ilhas, que são contornadas pelos "paraná".



- | | |
|------------------------------|---|
| 1 - Igarapé | 5 - Lago permanente |
| 2 - Furo | 6 - Lago meandro abandonado |
| 3 - Paranã | 7 - Lago de barragem em antiga ria fluvial. |
| 4 - Regos em lago temporário | |

Figura 21: Principais elementos da drenagem da várzea
Fonte: Elaboração própria adaptado de Soares, (1977)

Manaus localiza-se entre 2 sub-bacias, a do Negro e a do Madeira. Uma bacia hidrográfica é uma unidade natural de captação de água da chuva que esco para um ponto comum, no entanto, sua definição não deve ser atrelada apenas aos ciclos hidrológicos, mas à relações ecológicas ampliadas que envolvem os demais ciclos naturais e suas interações com atividades humanas como agricultura, urbanização e industrialização. Na imagem abaixo pode-se observar a usina hidrelétrica de Balbina (mancha negra acima à direita), construída no município de Presidente Figueiredo pelo represamento do rio Uatumã, considerada uma tragédia economia, ambiental e social (NASCIMENTO, 2017).

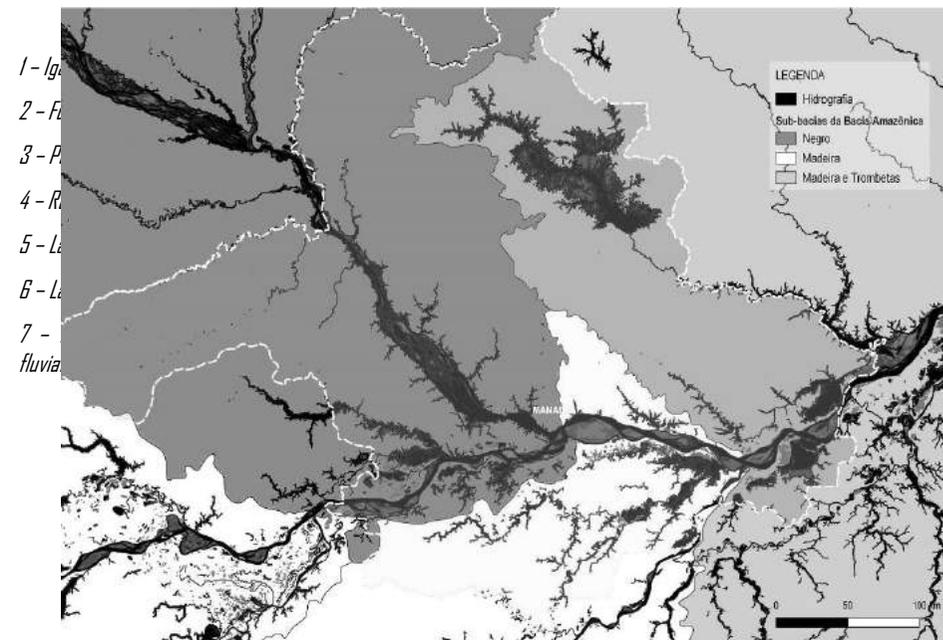


Figura 22: Sub-bacias da Bacia Amazônica na região Metropolitana de Manaus
Fonte: Elaboração própria, base shapefile ANA

As paisagens na bacia do Amazonas são transformadas anualmente pela alternância do nível das águas. A enchente é o momento que a água transborda dos leitos e a água invade áreas marginais, inundando-as, encobrendo ilhas, florestas e cidades. Considerando esse fenômeno, a várzea é entendida como sendo todo o terreno inundado periodicamente que compreende rios, lagos, igarapés, paranás e furos. Os movimentos anuais de cheia e vazante podem causar alterações nas margens dos rios, quando são arrastados pelas correntes fluviais grandes blocos de terra, o fenômeno é localmente conhecido como “terra caída”. Essa terra transportada, ao se depositar em outro ponto no curso do rio, dá origem

à formação de terraços, baixios ou praias. Essas áreas formadas pelo acúmulo de sedimento, conformam as férteis áreas de várzea onde, com o passar do tempo a vegetação é reestabelecida se tornando área de lavoura e pecuária.



Figura 23: Cidade de Careiro da Várzea debaixo d'água na enchente de 2012

Fonte: Fotografia de Maria Derzi e Jonas Santos, *Jornal A Crítica*, 05/05/2012



Figura 24: Fênomeno "Terras Caídas", Careiro da Várzea.

Fonte: *Fotografia de Adjalma Jaques, Agência IBGE de Notícias*, 01/01/2020

Entre os meses de setembro e outubro, as chuvas que caem nos Andes da Bolívia e do Peru e as do Planalto Central do Brasil, dão origem aos afluentes da margem direita do rio Amazonas, que continuam se avolumando e em fevereiro têm

a enchente máxima. Esse também é o período do ano que caem "os aguaceiros no planalto guianense e contrafortes andinos do hemisfério boreal" (SIOLI, 1985) e os afluentes da margem esquerda deságuam os excessos no Amazonas. Nos meses de maio e junho tem-se então a cota máxima de cheia no rio Amazonas e a mínima em dezembro.

Há uma variedade de tipos de rios segundo a tonalidade que apresentam. Eles podem ser de água barrenta amarelada (água branca), cristalina, negra e até esverdeada. As diferenças tipo-morfológicas se explicam por fatores que vão desde o tipo de nascente até a idade geológica de cada um deles. O rio Solimões, por exemplo, tem as águas barrentas devido a sua origem andina, onde maciços são talhados e escarpados pela ação das chuvas que remove o solo por processos erosivos. O material erodido é transportado em suspensão nas águas que, ao encontrar o rio Amazonas, dá origem à várzea. Os rios de águas claras, como o rio Branco, têm origem em antigos maciços cristalinos, como das Guianas ou do Planalto Central brasileiro. Os rios que se originam na própria floresta amazônica, também apresentam a água límpida em função da cobertura vegetal que protege os leitos do assoreamento (SIOLI, 1985).

O rio Negro, corre em uma "zona de falha⁸² normal" (SILVA e ROSSETI, 2009) que forma "grábens", ou áreas em depressão, que são locais propícios à

⁸² Falha, ou falha geológica é um termo utilizado pela tectônica, para denominar um tipo de deformação da crosta terrestres, que acontece como resultado da ruptura de uma rocha ou bloco rochoso ao longo de sua estrutura. A falha normal ocorre quando o bloco deslocado

se comporta como em um movimento de cisalhamento, numa analogia à teoria das estruturas.

sedimentação. Segundo Silva (2005), o “arquipélago das Anavilhanas”, localizado na confluência do rio Negro com o rio Branco, e os depósitos Cacau-Pirêra, ambos na região de Manaus, são resultado desses processos de sedimentação e fenômenos tectônicos. O rio Negro nasce na Colômbia na serra do Junai, região do escudo das Guianas, a cerca de 1.600 metros de altitude, como afloramento de água subterrânea, por isso na nascente suas águas são claras. Mas, no decorrer de seu percurso por conta da decomposição de folhas e galhos, a água adquire o tom escuro. A dinâmica anual de cheia e vazante do rio Negro está relacionada ao degelo dos Andes nas nascentes de seus afluentes e pode apresentar amplitude anual das cotas de até 11 metros. O rio Amazonas se inicia no território brasileiro no local de encontro entre os rios Solimões e Negro nas proximidades da cidade de Manaus, local conhecido como “Encontro das Águas”(Figura 25). Assim como outras confluências de rios, o local apresenta características morfológicas específicas, por conta da coalisão entre dois fluxos diferentes, com distintas concentrações de sedimentos, temperaturas e velocidades, que ali formam bancos de sedimentos com sulcos alinhados. O local de confluência tem sido objeto de proposta de proteção geológica (SIGEP, 054), que inclui a Ponta das Lajes, na margem esquerda do Rio-Negro Amazonas, as ilhas Xiborena e da Marchetaria,

que são “sucessões de bancos de sedimentos”, e a ilha do Careiro, formada sobre blocos da Formação Alter do Chão no local do encontro das águas.⁸³



Figura 25: Encontro das Águas
Fonte: AGECOM, 2014.

⁸³ O Encontro das águas é tombado pelo IPHAN desde 2010, devido a suas características geomorfológicas, geológica-paleobiológica, de biodiversidade, além de sua dimensão cênica.

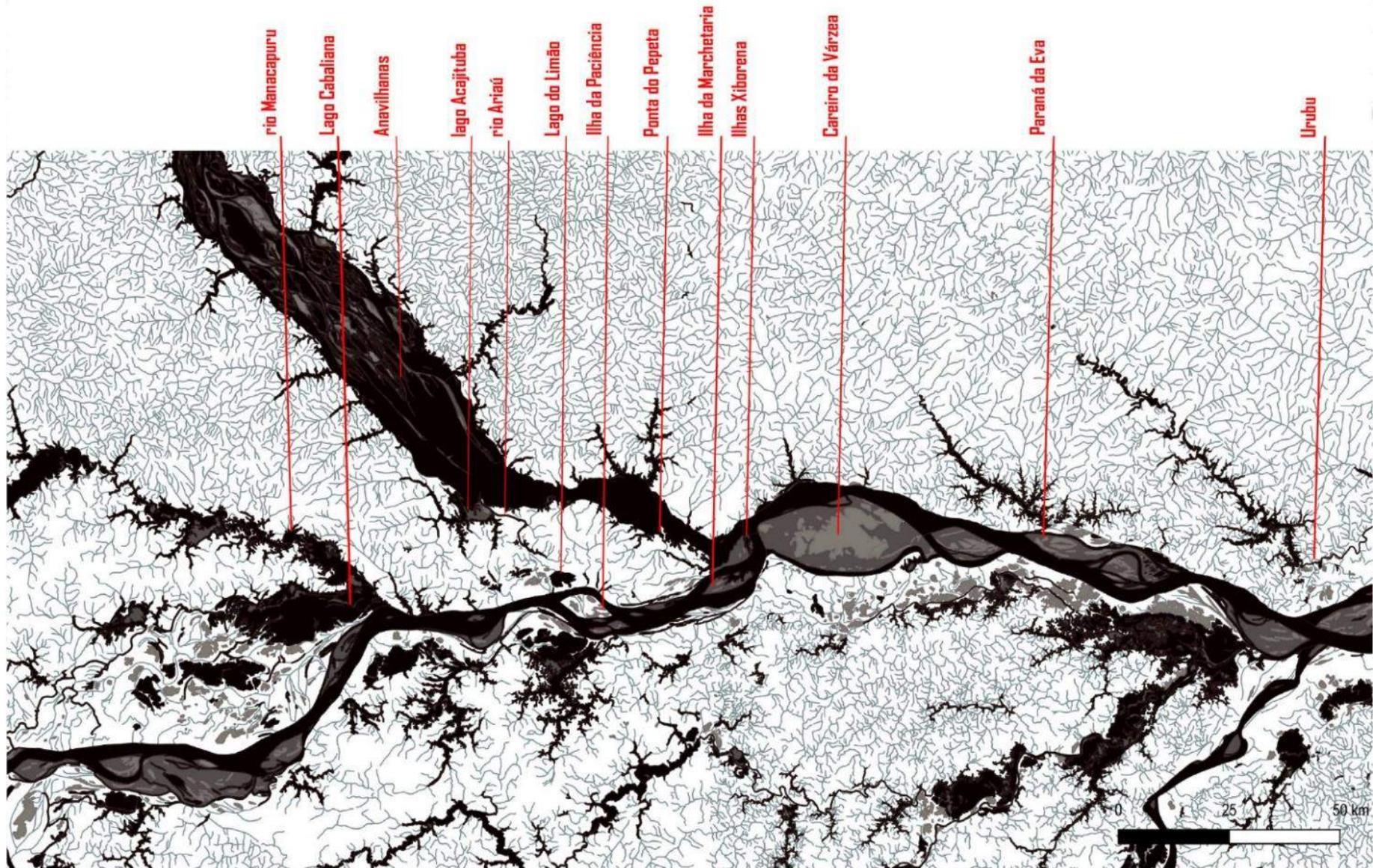


Figura 27: Rede de drenagem local
Fonte: Elaboração própria

O volume de água presente na atmosfera é ainda maior do que na superfície. Nobre e Quartas (NOBRE, 2014), usando dados de evapotranspiração, estimaram a “quantidade diária de água fluindo do solo para a atmosfera através das árvores” e concluíram que na bacia amazônica transpiram cerca de 20 bilhões de toneladas de água por dia⁸⁴. São os chamados “rios voadores”, responsáveis pela manutenção do regime de precipitações no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil e pela regulação do clima na América do Sul.

Depois que as nuvens precipitam seu precioso líquido sobre a floresta, grande parte da água se esgueira por entre o dossel e infiltra-se pelo permeável solo florestal, onde é armazenada no pacote poroso do solo, ou mais abaixo, em aquíferos gigantescos, verdadeiros oceanos subterrâneos de água doce. (NOBRE, 2014)

A Região de Manaus, localizada a 3° de latitude sul e 60° de longitude oeste, pertence ao domínio climático Equatorial, que mantém a umidade do ar alta na maior parte do ano, com elevados índices de evaporação e altas temperaturas. A imagem abaixo demonstra as massas de água na atmosférica na América do Sul evidenciando os efeitos dos Andes como barreira natural que direciona os rios voadores para a porção centro/sul e sudeste do Brasil.

⁸⁴ Comparativamente, o rio Amazonas despeja diariamente no Oceano Atlântico pouco mais de 17 bilhões de toneladas/dia.

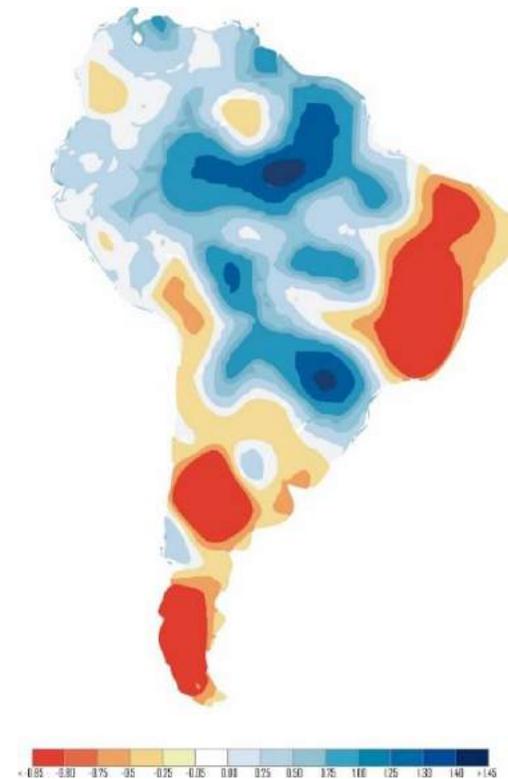


Figura 28: Tendência de recobrimento.

Fonte: Adaptado de Gravity Recovery and Climate Experiment (GRACE), derivado de indicadores de imagens de satélite - NASA.

Na Amazônia central a pluviosidade anual pode atingir entre 2.000 a 3.000 mm/ano e a média anual de umidade relativa do ar é de cerca de 90%. A temperatura média anual é de 26°C sujeita a baixa amplitude térmica. A velocidade média dos ventos ocorre entre 0,5 e 2,1 m/s, no entanto a região está sujeita a rajadas de vento que podem atingir até 11m/s. As direções predominantes dos ventos é leste e leste-nordeste (INMET, 2019).

A região caracteriza-se pela dualidade geomorfológica, considerando as formações Alter do Chão e Içá. Na primeira, há o predomínio da “terra firme” e influência do Rio Negro, “campinaranas”⁸⁵ e “igapós”⁸⁶. Na segunda, sob influência do rio Solimões, predomina a paisagem alagada, rios escondidos, lagos e a várzea.⁸⁷ A Formação Alter do Chão é constituída por arenito vermelho rico em caulim, com ocorrência de fácies⁸⁸ sedimentares: argilosa, areno-argilosa, arenosa e “Arenito Manaus”. Sobrepostos a essa camada é encontrado material argiloso-arenoso amarelado, conhecido como latossolo amarelo, que predomina nas cidades de Manaus, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo e Itacoatiara. O solo é pobre para a agricultura, pouco espesso e com baixo nível do material orgânico para desenvolvimento da vegetação (SIMAS, 2008, p. 53).

A região do rio Ariáú, entre Iranduba e Manacapuru, inclui uma superfície plana com níveis não superiores a 50m, frequentemente inundada e coberta por sedimentos quaternários. A região ao sul do rio Solimões, na área central, corresponde ao Planalto Inferior da Amazônia e compreende as cidades de Careiro e Manaquiri. Seu relevo é baixo (cerca de 50 m), com topos planos e dissecados e drenagem pouco desenvolvida. (SILVA et. al. 2007).

A terra firme, do latossolo amarelo e da campinarana, não é tão propícia para a agricultura quanto a várzea, terra que recebe finas partículas em suspensão que descem dos barrancos dos Andes e que fertilizam naturalmente a terra da várzea. Na várzea há campos e agricultura na metade do ano, na outra, a terra desaparece sob as águas dos rios, e, tanto a paisagem, como o cotidiano, alteram-se. Essas áreas estão sujeitas à instabilidade do solo e movimentação das margens e barrancas.

⁸⁵ Termo utilizado para denominar um tipo de ecossistema regional com vegetação baixa com característica campestre em solo arenoso.

⁸⁶ O igapó se caracteriza por áreas alagadas onde a vegetação é submersa. Observa-se a ocorrência de igapós nos igarapés do rio Negro. Os igapós podem permanecer alagados mesmo durante os períodos de estiagem.

⁸⁷ O contexto geológico da região de Manaus ocorre no domínio morfoestrutural do Planalto Dissecado Rio Trombetas - Rio Negro e a Planície Amazônica na Bacia Sedimentar do

Amazonas, emergem as Formações Alter do Chão (Cretáceo), Içá e sedimentos quaternários aluvionares (Radambrasil 1978 e 1978a).

⁸⁸ “Características específicas de uma rocha sedimentar ou de um sedimento e que se refere a processos de transporte, deposição e/ou diagênese próprios de determinado ambiente ou bacia geológico e seu estudo está ligado determinação de sistemas deposicionais” (CPRM, 2020).

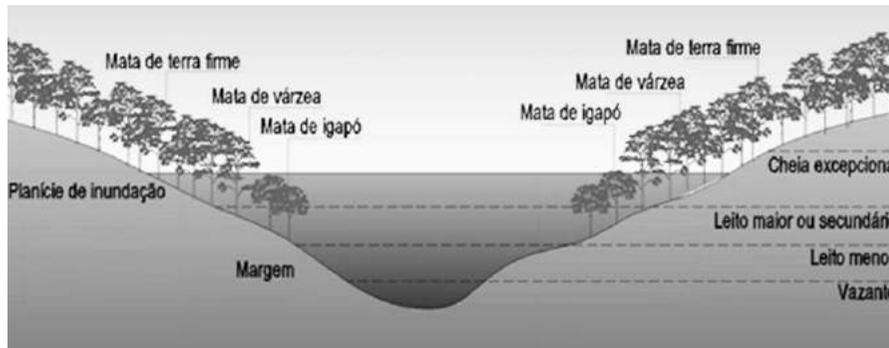


Figura 29: Esquema de tipos de leitos e planície de inundação
Fonte: Pinheiro e Cardoso (2019).

Uma reconstrução paleogeográfica, realizada por Silva et. al. (2007)⁸⁹, mostrou que a região de Iranduba fazia parte da margem esquerda do rio Negro (Figura 30 - A). O canal de comunicação provavelmente era mais estreito e fluía ao longo da depressão de Ariaú e, a partir daí, para o rio Solimões (Figura 30 - B). “O proto-canal do rio Negro” foi aberto por falhas normais que formaram o “rio Negro Graben.” Esse processo tornou possível o desenvolvimento de sedimentação na influência dos rios Negro e Solimões, onde o rio Ariaú está hoje situado. A falha normal gerou uma abertura, na qual o rio Negro foi capturado (Figura 30 - C), o que alterou a direção de fluxo de sul para leste e sudeste, abandonando o canal onde atualmente se encontra o rio Ariaú (Figura 30 - D). A presença de antigos depósitos

de barra indica que o rio Solimões tinha meandros e provavelmente estava orientado para E-W, como visto atualmente entre Manacapuru e Manaus (Figura 30 - E). A migração do rio Solimões para o sudeste seria o resultado de processos tectônicos, associados à formação e evolução da bacia do Manacapuru (Figura 30). As origens geomorfológicas do sítio, permitem que denominemos a área deslocada pela falha normal do rio Negro, de Ilha de Iranduba.

O esquema gráfico abaixo demonstra como Iranduba, que fazia parte do mesmo bloco tectônico de Manaus e foi separada por um processo de “captura” do rio Negro pela abertura de uma “falha normal”. O rio Negro, antes dessa falha geológica, fluía por onde é hoje a depressão do Ariaú.

⁸⁹ por meio de imagens de satélite e modelos digitais de elevação, analisou a estrutura geomorfológica das deformações tectônicas da bacia ocidental da Amazônia, perto de

Manaus (Figura 30), associando redes de drenagem, elementos estruturais da formação de canais, lagos, rios e vales da tectônica cenozoica

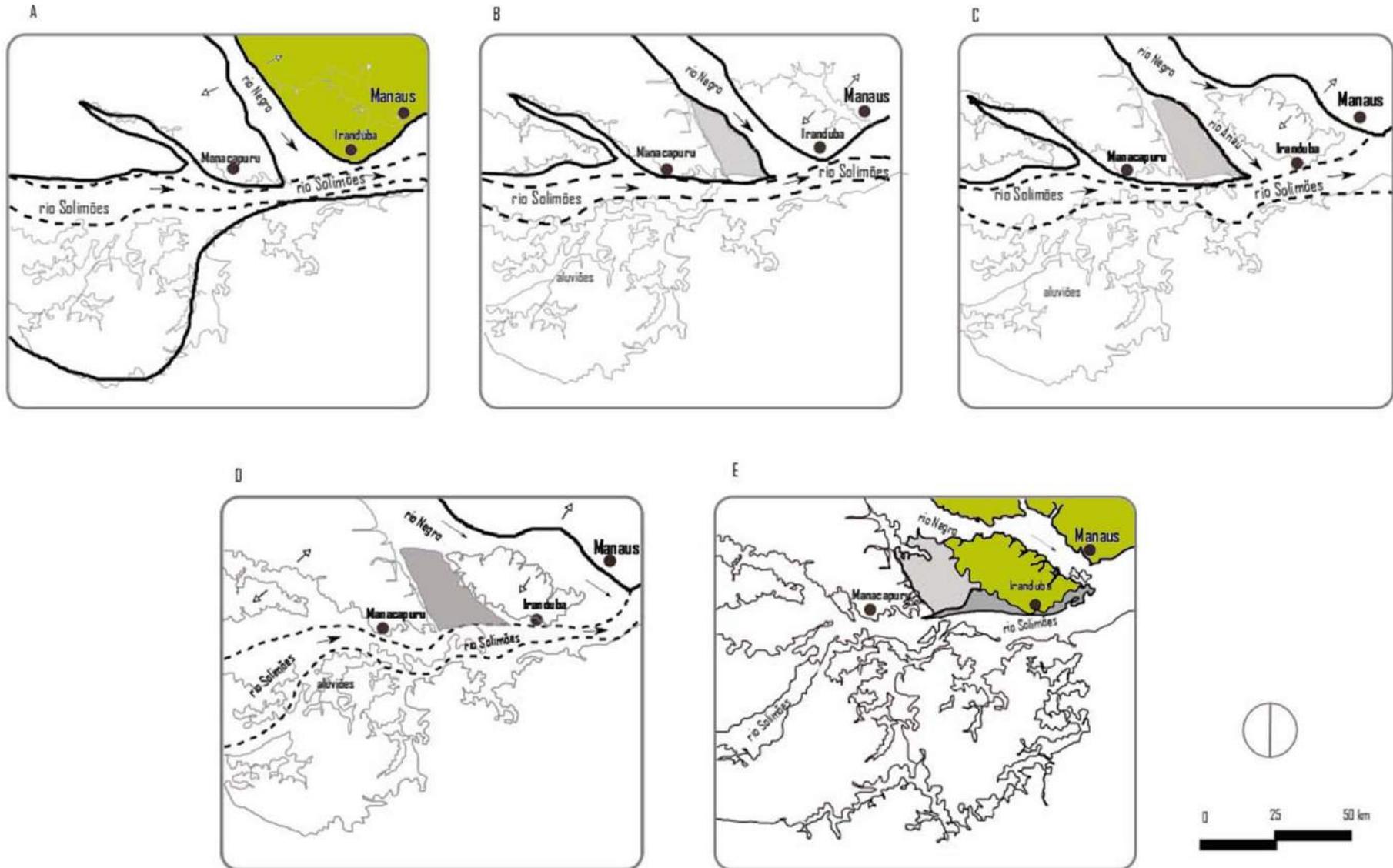


Figura 30: Estrutura geomorfológica da bacia ocidental da Amazônia, região de Manaus.
Fonte: Silva et. al. (2007)

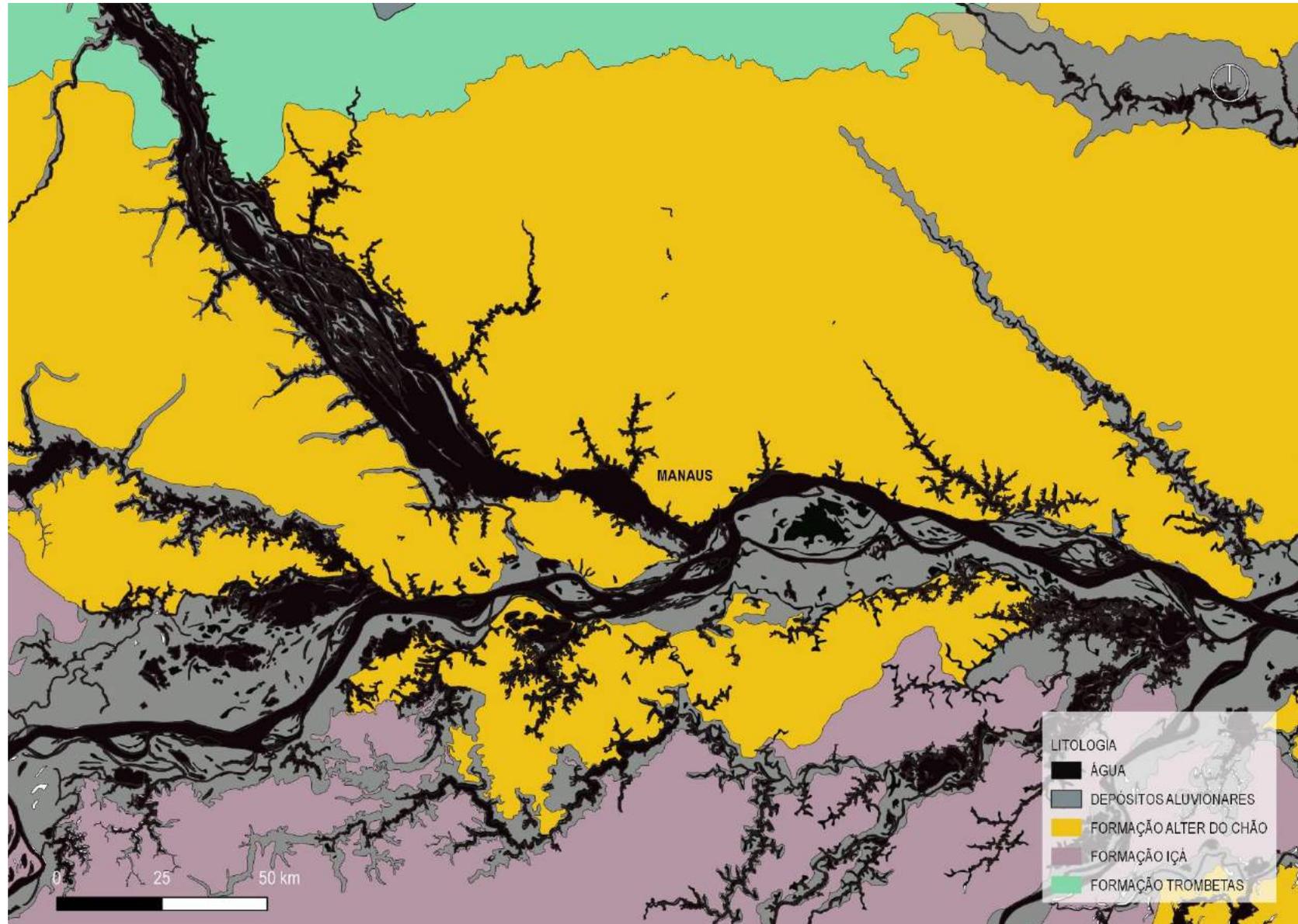


Figura 31: Formação geomorfológica da região de Manaus .
Fonte: Elaboração própria sob base CPRM

Nas cidades de Manaus, Iranduba e Manacapuru, o relevo é relativamente alto, até cerca de 110 metros de altitude. Perto dos rios, no entanto, o relevo muda para formas bem dissecadas (SILVA et. al., 2007). À medida que se avança na direção Norte da Região de Manaus, o relevo atinge cotas mais elevadas, até 200 metros. Dentro dos limites do município de Presidente Figueiredo há uma quantidade expressiva de nascentes de igarapés e rios que contribuem com o rio Negro e o Amazonas. A cidade inclusive se desenvolveu entorno da atividade turística voltada à visitação de cachoeiras e cavernas.

As áreas da região de Manaus localizadas na formação Alter do Chão, possuem maiores altitudes. As áreas localizadas na formação Içá são sujeitas a inundações devido ao regime de cheias e vazante. As áreas a oeste de Manacapuru e ao sul do rio Solimões são caracterizadas por afloramentos da Formação Içá. Esta unidade compreende depósitos formados em um sistema aluvial com predominância de sedimentos quaternários que consistem em areia e lama fluviais (SILVA et. al., 2007). As cidades de Manaus, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Iranduba, Manacapuru e Novo Airão localizam-se na formação Alter do Chão, onde predomina um relevo de colinas e vales drenados por uma densa rede de igarapés.

Na Figura 32 é possível observar no cotagrama o padrão anual de subida e descida das águas, que se repete com pequenas variações nas cotas máxima e mínima.

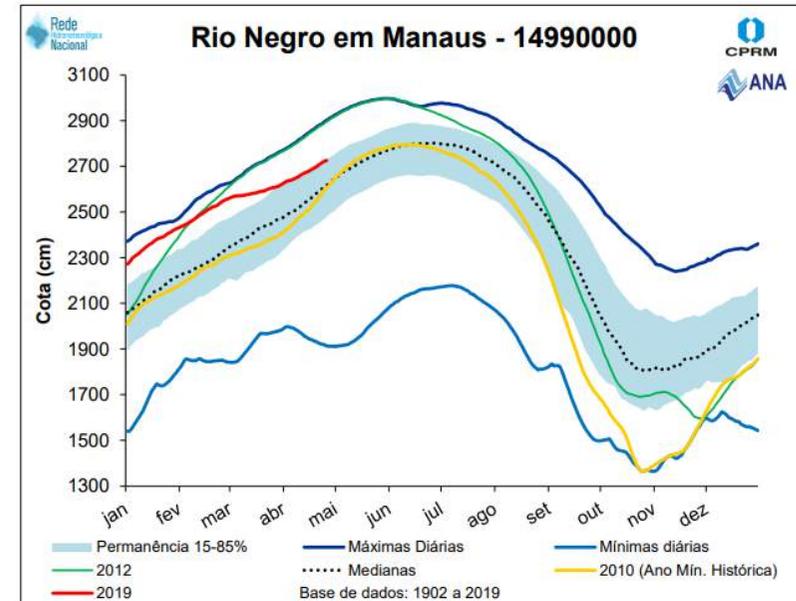


Figura 32: Cotagrama do Rio Negro em Manaus, abril de 2019.
Fonte: Boletim de Monitoramento Hidrometeorológico da Amazônia Ocidental, CPRM, abril de 2019.

Nos mapas hipsométricos elaborados com base em Modelos Digitais de Elevação (MDE)⁹⁰ (Figura 33 e Figura 34) é possível perceber a alteração na paisagem a que estão sujeitas as porções do território localizadas próximas à confluência do rio Solimões com o Negro, sendo a influência da cheia do rio Negro é mais sentida nas planícies aluvionares das margens disformes do Solimões. Variações anuais de 1 metro causam grandes impactos no modo de vida das populações de áreas alagáveis pois pode representar o alagamento de vias públicas, ou forçar decisões de elevar os pisos de madeiras das casas.

Na área de influência do Encontro das Águas, durante o ano são duas paisagens, uma de vazante e outra de cheia, conforme ilustrado nos mapas hipsométricos. O rio Negro atingiu sua cheia máxima anual em 29 de maio de 2012, quando alcançou a cota de 29,97m (ANA, 2019) e a cota mínima ocorreu em 24 de outubro de 2010 e foi de 13,63m (ANA, 2019). Quando a cota do Rio Negro diminui, em períodos de vazante, as terras da várzea aparecerem. O primeiro mapa ilustra o período de vazante onde é possível observar, na cor preta, o alcance das águas. Em azul, as terras mais baixas com altitude média de 30 metros, que compreende a várzea, os baixios das margens de igarapés e a depressão do Ariaú. Nos momentos de vazante as praias do rio Negro aparecem e atraem os turistas de Manaus, que já têm esses lugares como atrativos de finais de semana. Ademais, os igarapés que desaguam de Iranduba no rio Negro, hospedam os mais caros e

sofisticados *resorts* de luxo, que recebem turistas internacionais e de diversas partes do país. Na segunda imagem observa-se a paisagem alagada, quando as águas atingem a cota máxima, em torno de 29 metros. Nesses momentos alguns igarapés intraurbanos de Manaus tornam-se navegáveis por pequenas embarcações; outros, ocultos, ressurgem. Também, na península de Iranduba, os igarapés sob influência do rio Negro formam os igapós, florestas alagadas de alto potencial paisagístico e que nessa época do ano abrigam a vegetação aquática como a Vitória Régia. Quando a cheia máxima acontece, várias ruas são interditadas no centro de Manaus, como a rua dos Barés e imediações do porto. Nos bairros como Compensa, São Raimundo e Educandos, onde ainda permanecem moradias nos baixios e margens de igarapés, muitas residências são inundadas. Na várzea, desvelam-se os campos verdes, estradas e caminhos na terra. As casas de madeira, construídas suspensas do solo, mostram suas estruturas. O gado volta aos poucos para os campos e iniciam-se os trabalhos de preparo da roça para o cultivo de hortaliças e mandioca. A ilha do Careiro da Várzea, na época das cheias tem cerca de 80% de sua área inundada (NOGUEIRA, 2007).

Interessante notar como a península de Iranduba, na época de cheia, adquire feições de ilha, uma vez que a porção de seu território compreendida entre os rios Negro e Solimões e Ariaú se destaca do restante do bloco de terra firme.

⁹⁰ Imagens fornecidas pela USGS (U.S. Geological Survey), resultantes da missão SRTM (Shuttle Radar Topography Mission).

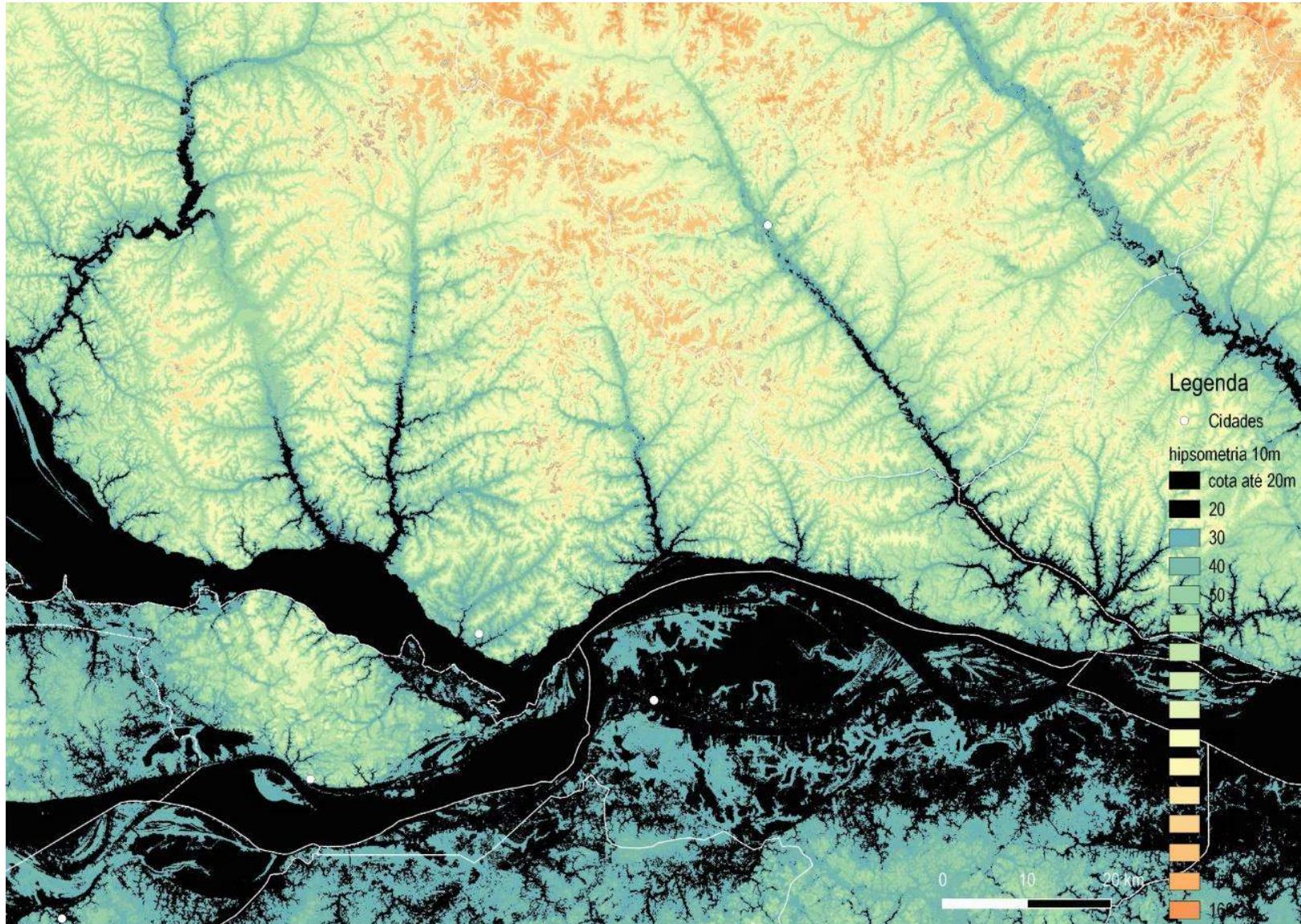


Figura 33: Mapa demonstra relevo da região de Manaus, segundo faixas hipsométricas quando a cota do rio Negro atinge 20m, momento de águas baixando, já próximo à cota mínima. Fonte: Elaboração própria sobre MDE (USGS, SRTM)

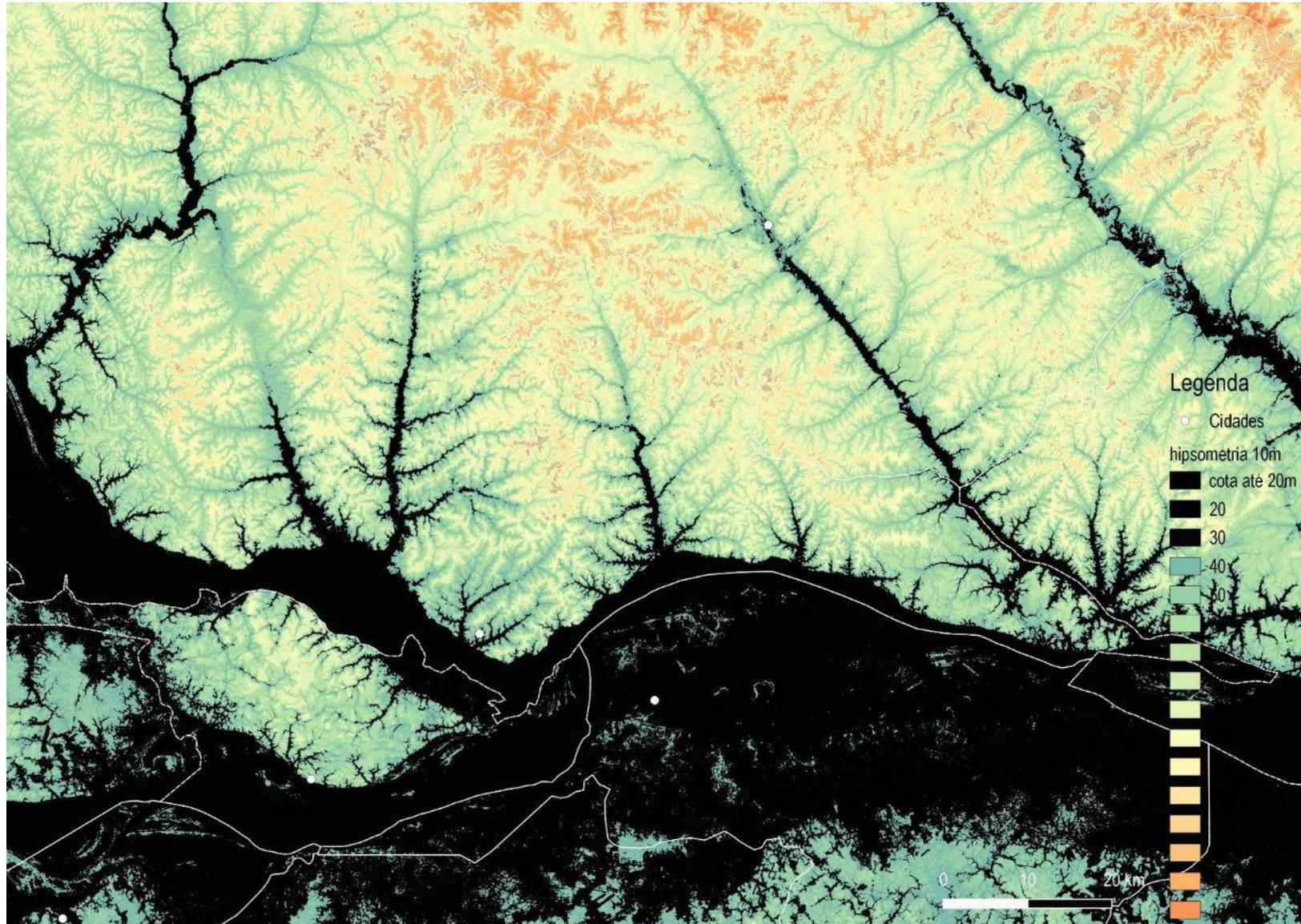


Figura 34: Mapa demonstra relevo da região de Manaus, segundo faixas hipsométricas – cota do rio Negro 30m (para fins de legenda foi usada a cota arredondada de 30m, mesmo sabendo que a cota máximo foi de 29,97m.

Fonte: Elaboração própria sobre MDE (USGS, SRTM)

No Rio Negro as praias de areia branca diminuem na cheia do rio e algumas desaparecem dando lugar aos igapós que passam a dominar a paisagem. As copas das árvores tomam aspectos de arbustos flutuantes e florestas inteiras ficam debaixo d'água. Os caminhos fluviais tendem a assumir feições diferentes devido ao deslocamento sazonal dos bancos de areia, depósitos flutuantes de galhos e copas de árvores, que redesenham a paisagem que adquire a cada ano novas formas, flexíveis e transitórias.

Comunidades inteiras convivem com esse regime de cheia e vazante de maneira peculiar, adotando estratégias de adaptação com relação às águas nas planícies de inundação. Um exemplo é a comunidade do Lago Catalão, localizada na ponta da península do município de Iranduba, em frente à margem do Distrito Industrial de Manaus na ilha Xiborena. A Comunidade, ocupada por tipologias e habitação flutuante em arranjos espaciais sobre as águas se reestrutura constantemente conforme o regime das cheias e vazantes (PINHEIRO e CARDOSO, 2019).⁹¹ A Ponta do Pepêta e o Porto do Cacaupirêra, que até 2011 eram os principais pontos de acesso para Manaus⁹², também ficam submersos nas águas do Negro. No rio Solimões, o Careiro da Várzea, com suas casas de madeira elevadas do solo, tem sua praça central

tomada pelas águas entre os meses de maio de julho. Lá são construídas passarelas temporárias de madeira que permitem a locomoção das pessoas no centro urbano. É possível, na época de grandes cheias, transitar na cidade usando canoas, inclusive há relatos de missas celebradas na igreja com fiéis em canoas⁹³(Figura 35).



Figura 35: Careiro da Várzea, junho de 2014. As ruas são tomadas anualmente pelas águas do rio Solimões, que sobe de maneira gradual e possibilita a adaptação dos moradores à paisagem natural.

Fonte: Acervo pessoal

⁹¹ Pinheiro e Cardoso (2019) analisando morfologicamente esses processos adaptativos, identificaram que o principal Parará, espécie de hidrovía, denominada localmente de “Avenida” concentra a maior parte das habitações e que as edificações se movimentam periodicamente formando uma diversidade de “séries tipológicas possíveis”, aglutinando-se ou expandindo-se sobre as águas.

⁹² Antes da construção da ponte, durante a gradual subida das águas alternavam-se como portos de embarcações. Depois de alagado Cacaupirêra, a Ponta do Pipeta passava a ponto de acesso.

⁹³ Relatos de moradores e familiares da cidade.

Os perfis esquemáticos abaixo ilustram as complexas relações terra-água que acontecem na região de Manaus. Por um lado, Manaus, localizada no alto platô de terra firme, tem grande parte de seu território protegido do regime de cheia e vazante. O perfil “a” secciona a Zona Leste de Manaus, aproximadamente onde localiza-se o Aeroporto de Ponta Pelada, local conhecido como “Paredão”. Em frente está o Lago Catalão, na Ilha Xiborena, um sistema flúvio-lacustre na confluência dos rios Negro e Solimões. Entre a ilha Xiborena e a ilha do Careiro da Várzea passa o rio Solimões que, como visto, não tem margens definidas durante a cheia, alterando a paisagem de maneira fluida. A linha tracejada indica o nível dos rios na cheia. O perfil “b,” que secciona Manaus na altura da Ponta das Lajes, ilustra esquematicamente as formações em falésias e a altitude mais elevada dessa porção do território. Nesse perfil é possível observar como a área de influência do rio Amazonas é formada por uma variação de níveis de solo sedimentado, que tende a mudar de posição com o tempo. Vê-se também a formação lacustre no interior da ilha do Careiro da Várzea. No perfil “c” percebe-se as relações entre Manaus e Iranduba e como esta possui duas dinâmicas distintas com relação ao sistema hídrico. Por um lado, as margens banhadas pelo rio Negro que possuem praias, igapós e altos platôs, por outro, as margens banhadas pelo rio Solimões, que estão sujeitas às alagações da várzea, terras caídas, suas ilhas e canais lacustres, furos e paranás.

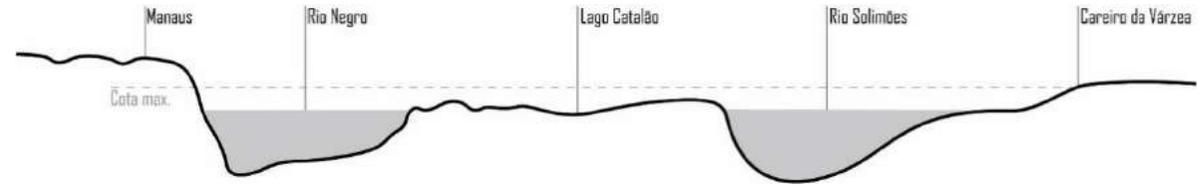
O mapa da Figura 37 ilustra as áreas de várzea nas bordas de Iranduba até o município de Manacapuru. Na margem do rio Negro, até a Ponta do Pepêta

um banco de sedimentos resultante do encontro entre os rios se acumula de frente para Cacau-Pirêra e mais a sudeste, na localidade de Janauari.

No mapa hipsométrico em tons de cinza da Figura 38 é possível compreender as feições do relevo de Iranduba. As partes claras demonstram as porções colinares de terra firme. As zonas em cinza mais escuro são áreas sujeitas a alagação. Em branco, os platôs, zonas privilegiadas para a ocupação. Nos mapas da Figura 39 e Figura 40 que comparam os períodos de vazante, e de cheia, é curioso observar como na cheia torna-se evidente o caráter insular de Iranduba, graças à alagação da depressão do Ariaú que destaca as porções colinares da terra firme. Na época da vazante, Figura 36, um sistema lacustre destaca-se na paisagem, formam-se os lagos do Limão,

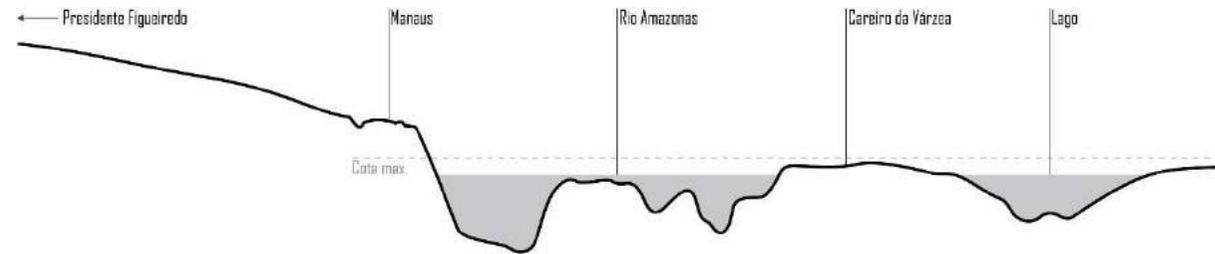
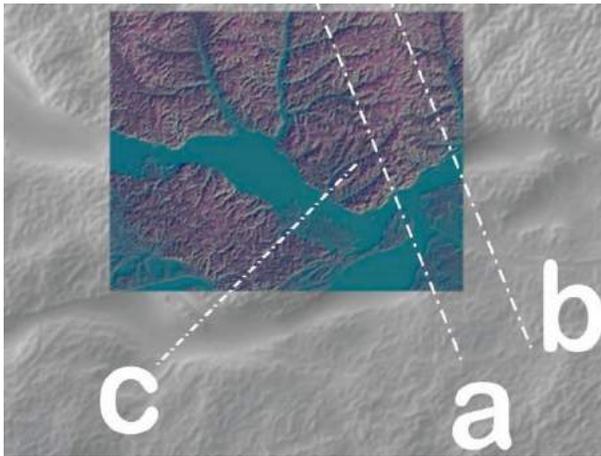
Na margem do rio Negro as áreas de floresta alagada ao longo dos igarapés de águas pretas, ácidas e pobres em nutrientes, denominadas de igapós, caracterizam-se por vegetação submersa, onde as árvores com raízes exteriores e trançadas, configuram um sistema híbrido: terrestre e aquático.

A margem das várzeas do Solimões, no período de cheia é alagada. As ilhas da Paciência, do Barroso e da Marchataria, têm suas terras cobertas pelas águas e as casas construídas sobre palafitas altas, permitem a coexistência homem-natureza sem a necessidade de inserção de grandes objetos técnicos à paisagem. Estradas desaparecem e formam-se os furos, que são como ruas de água, estreitos canais navegáveis que permitem o acesso nas áreas alagadas.



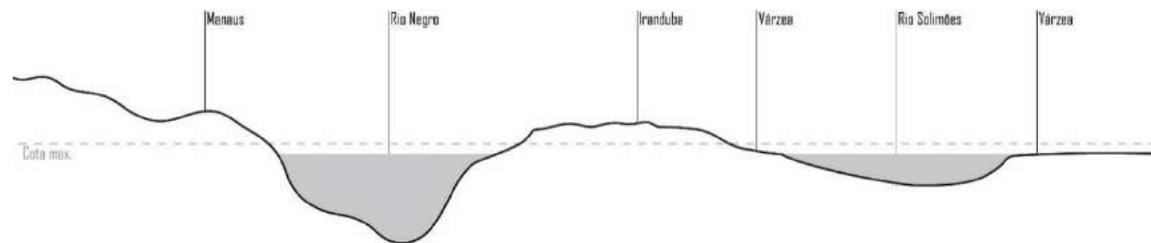
Perfil esquemático "a"

Ilustra Manaus, zona leste ("paredão"), onde é possível observar a feição de tipo falésia; rio Negro e tracejada a cota máxima (29,97m); Lago Catalão na Ilha Xiborena que submerge no período da cheia; e a Ilha do Careiro da Várzea.



Perfil esquemático "b"

Ilustra Presidente figueiredo, situado a norte de Manaus em cota mais elevada (até 200m); Manaus, zona leste ("paredão"); rio Amazonas e tracejada a cota máxima (29,97m); Careiro da Várzea e Lagos interiores à ilha.



Perfil esquemático "c"

Ilustra Manaus (S. Raimundo); rio Negro (falha normal); Iranduba margem do rio Negro, terra firme e várzea no rio Solimões.

Figura 36: Perfis esquemáticos Região de Manaus

Fonte: Elaboração própria

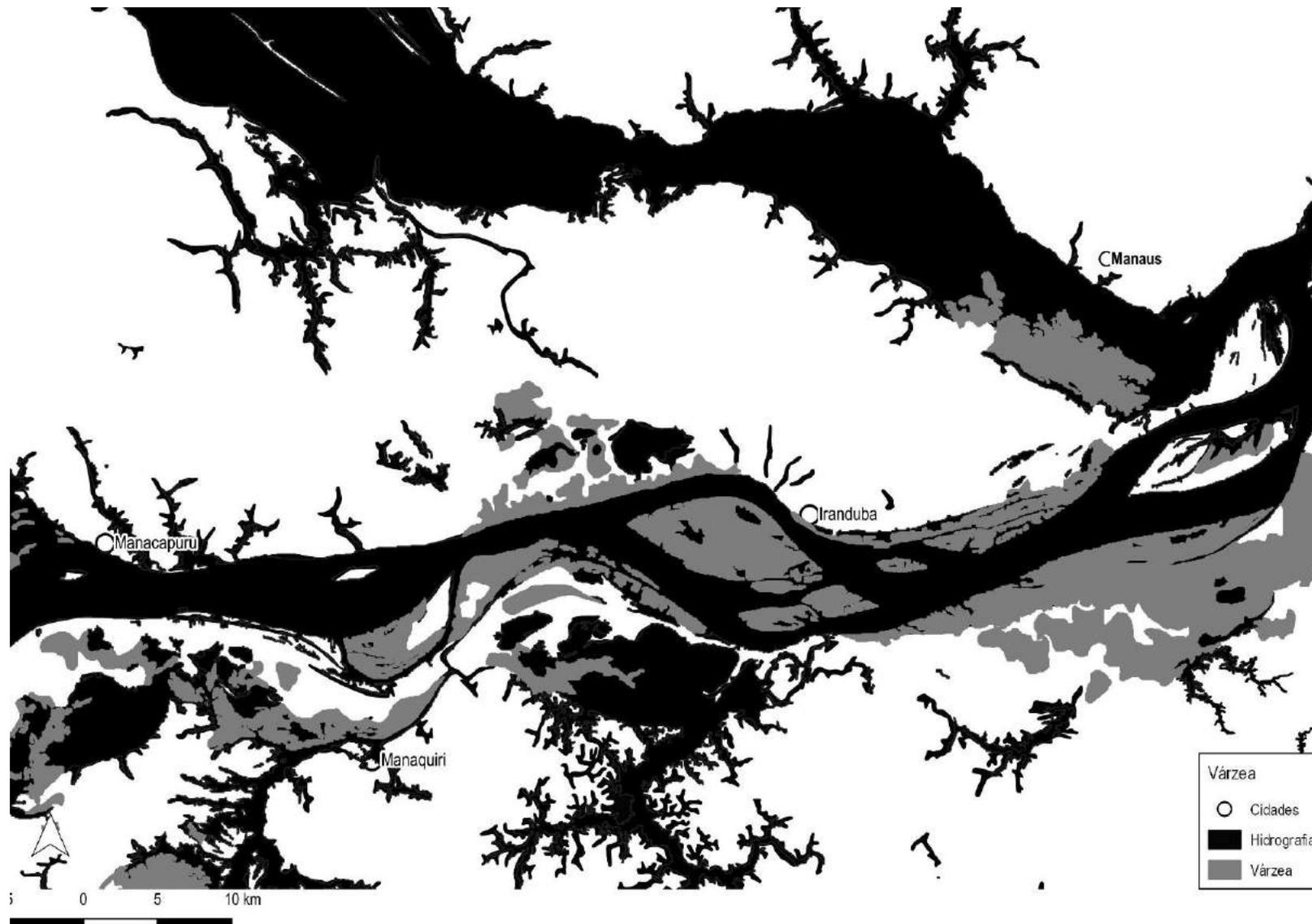


Figura 37: Hidrografia e Várzea na Península de Iranduba e Manacapuru
Fonte: Elaboração própria

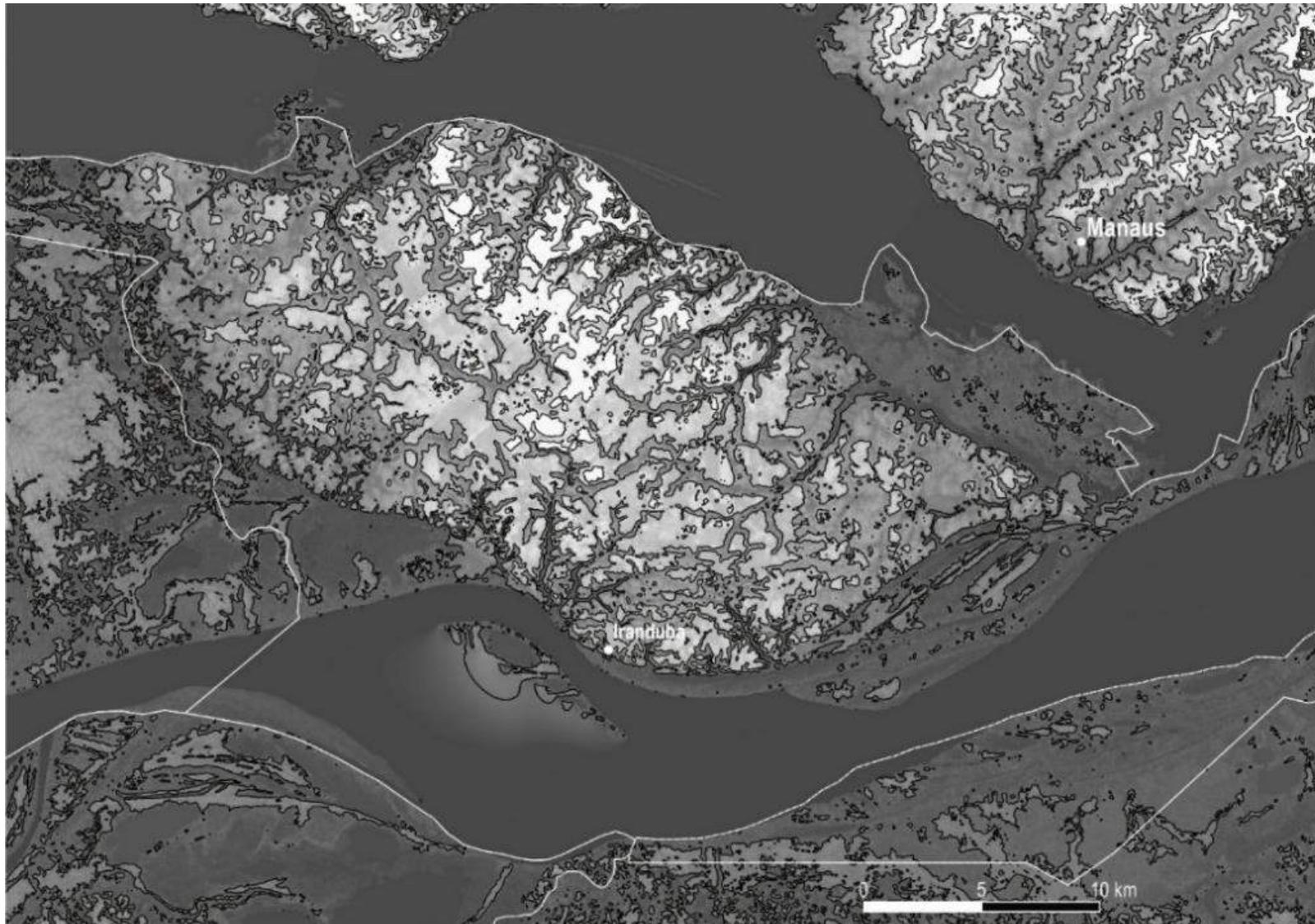


Figura 38: Mapa hipsométrico - curvas de nível da Ilha de Iranduba. Em branco, as terras mais altas, acima de 120m, em cinza mais escuro, áreas de influência das águas das cheias. Fonte: Elaboração própria

No Mapa abaixo é possível observar em uma escala mais aproximada, a presença de lagos que se formam na poção da península na época da vazante. Nas bordas a leste evidenciam-se as poções de solo aluvial, que dá origem à várzea. As feições de borda de Iranduba alteram-se consideravelmente nos dois cenários.

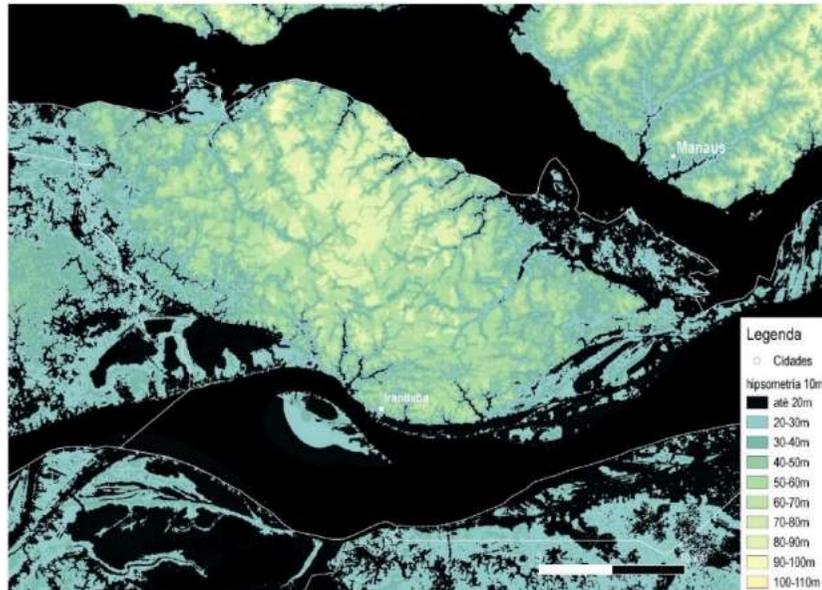


Figura 39:Hipsometria ilha de Iranduba, vazante, água atingindo a cota de 20m
Fonte: Elaboração própria. Base MDE/SRTM

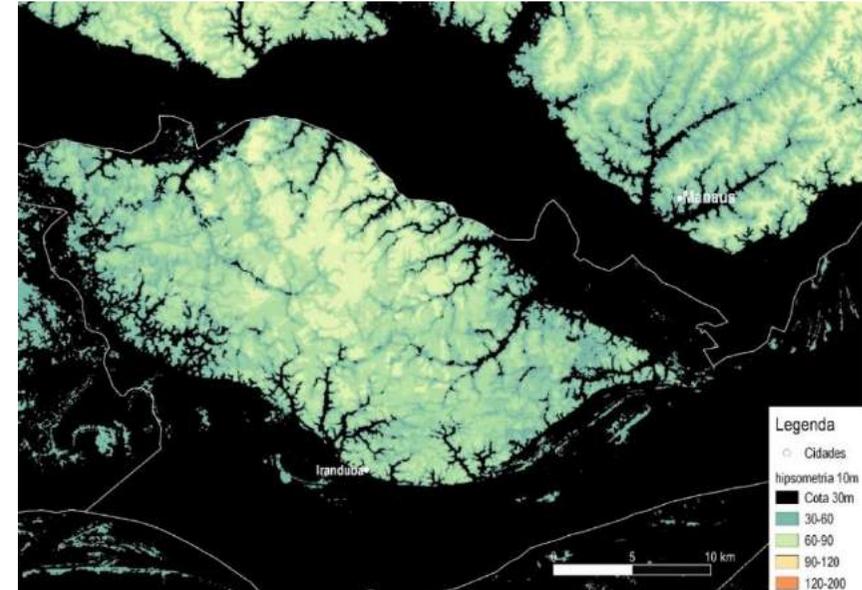


Figura 40:Hipsometria ilha de Iranduba, cheia, água atingindo a cota de 30m
Fonte: Elaboração própria. Base MDE/SRTM

A PAISAGEM DA CONQUISTA

Desde as primeiras incursões europeias pelo Rio Amazonas, mitos, imaginários distorcidos e percepções fantasiosas operaram a construção do território. A representação da Amazônia, enquanto fronteira norte do Brasil, foi elaborada pelos primeiros viajantes que se referiam à região como “Eldorado”, “País das Amazonas”, “inferno verde”, “paraíso perdido” e “Hiléia” (BUENO, 2002; CAMILO, 2008).

Até o final do século XV, quando teve início a colonização europeia nas Américas, a bacia Amazônica era densamente ocupada por diferentes povos indígenas com modos de vida distintos, que ali estavam há mais de 10 mil anos (NEVES, 2006). Por meio de vestígios arqueológicos das ocupações pretéritas, foi possível identificar que houve uma explosão cultural na região há cerca de 2000 anos, identificável não apenas nos padrões de assentamento, mas também na difusão dos artefatos líticos e cerâmicos (NEVES, 2006). Algumas tribos eram nômades, enquanto outras se agrupavam em núcleos. Viviam em sociedades hierarquizadas com economia baseada na pesca, caça e coleta e mantinham relações entre si formando redes de aglomerados. Mesmo considerando que o

conhecimento que se tem sobre a população, registrada desde o ano 1500 até pouco tempo atrás, é baseada em estimativas, pode-se afirmar que após a colonização o número de indígenas decresceu absurdamente.⁹⁴

O conhecimento que se tem sobre o desenvolvimento das culturas nativas da América do Sul e Caribe, é construído em torno de duas principais correntes de argumentação. A primeira, inaugurada por Steward (1902-1972) no “Handbook of South American Indians” (1940-1947). Julian Steward (1948) elaborou o conceito de cultura de “floresta tropical”, e defendeu a tese de que os condicionantes ecológicos do ambiente tropical teriam definido traços culturais dos índios da bacia amazônica e de que teria acontecido um movimento migratório de populações subandinas de nível cultural denominado “*circum-caribe*”, que saíram do noroeste da América do Sul em direção ao litoral Atlântico. O determinismo em que sustenta o seu argumento, o fez acreditar que o ambiente tropical teria impossibilitado que esses índios migrados praticassem a agricultura intensiva e abandonassem as características complexas das populações de origem. A linha de abordagem de Steward foi aceita por muito tempo e aplicada pelo casal Meggers (1921-2012) e Evans (1912-1985).⁹⁵ Essa corrente, que utiliza premissas do determinismo ecológico, atribui dois padrões distintos de assentamentos conforme o ambiente da

⁹⁴ Segundo estimativas da FUNAI, em 1500 haviam cerca de 3 milhões de indígenas no Brasil, sendo que 1 milhão estavam no interior e 2 milhões no litoral. Hoje, a estimativa é de que a população indígena brasileira tenha cerca de 800 mil indivíduos declarados. OS indígenas só foram incluídos no Censo pelo IBGE no ano de 1991. <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao?limitstart=0#>

⁹⁵ Casal de arqueólogos norte-americanos que vieram ao Brasil na década de 1950 explorar a foz do rio Amazonas. As contribuições do casal quanto à cerâmica Marajoara são importantes pontos para debate, no entanto, por se ancorarem no determinismo ecológico, que sugere que as civilizações da Amazônia eram menos desenvolvidas do que as subandinas em função de condicionantes ambientais, muitas de suas hipóteses vêm sendo refutadas atualmente (MORAES, 2006).

floresta tropical: o ambiente de terra firme e o ambiente de várzea (MORAES, 2006. p. 8). As condições ambientais favoráveis da várzea teriam favorecido o estabelecimento de grandes aldeias com padrões de organização hierarquizado.

A segunda corrente inaugurada por Donald Lathrap (1927-1990), era um modelo explicativo oposto ao de Meggers e Evans. O modelo de Lathrap, conhecido como “modelo cardíaco”, se baseia no argumento de que os sistemas agrícolas da América do Sul “teriam se derivado de um sistema antigo de cultivo de mandioca, centrado nas várzeas da Amazônia ou norte da América do Sul” (MORAES, 2006. p. 9), além disso a fartura de alimentos, proteína animal e terra fértil para cultivo, teriam favorecido o crescimento demográfico de populações sedentárias nessa região. Essa tese de Lathrap inverteu o centro geográfico da cultura americana, sugerindo que “o centro de desenvolvimento cultural da América do Sul estaria localizado nas proximidades da cidade de Manaus (LATHRAP, 1970. p. 74 apud MORAES, 2006. p. 9) e não nos Andes ou Caribe, como defendido por Meggers. Na década de 1980, Ana Roosevelt (1946-) fortaleceu o argumento de Lathrap com dados empíricos segundo a hipótese de que sociedades complexas e sedentárias haveriam se territorializado nas planícies aluviais amazônicas.

Apesar dos avanços das duas correntes, a crença de que o meio era o fator determinante para o desenvolvimento das sociedades da bacia amazônica,

menosprezou a capacidade transformadora que o ser humano pode exercer sobre o meio ambiente. Nesse sentido, uma nova corrente argumentativa sugere que as relações complexas que aconteceram entre essas populações originárias e o sistema florestal foi caracterizado por um processo de domesticação de espécies vegetais. Essa hipótese contribui para a reflexão sobre um modelo de territorialização das sociedades pré-colombianas amazônicas assumindo o indígena como ator principal além de oferecer elementos para a compreensão da floresta Amazônica atual (NEVES, 2006; CLEMENT et. al..2019)⁹⁶.

Essa nova corrente de investigação (NEVES, 1999-2000, 2006; CLEMENT et al. 2019; MORAES, 2006) põe abaixo o mito da Amazônia como natureza intocada, defendendo a tese de que a paisagem atual da Amazônia foi alterada profundamente por milhares de pessoas que habitaram a região há pelo menos dois mil anos. Nesse sentido, a tese corrobora com a de Lathrap, ao reconhecer traços de domesticação agrícola do sistema florestal e vestígios e civilizações organizadas em torno da cultura da mandioca na região de Iranduba e Manaus.

⁹⁶ Pesquisas arqueológicas têm sido realizadas desde 1995 no contexto do Projeto Amazônia Central (PAC), criado em 1995 por Eduardo Góes Neves (Universidade de São Paulo), James Petersen (Universidade de Vermont) e Michael Heckenberger (Universidade

da Flórida). Os principais locais de pesquisa do PAC são os municípios de Manaus e Iranduba, no entanto há desdobramentos da pesquisa na calha do rio Madeira (MORAES, 2012).

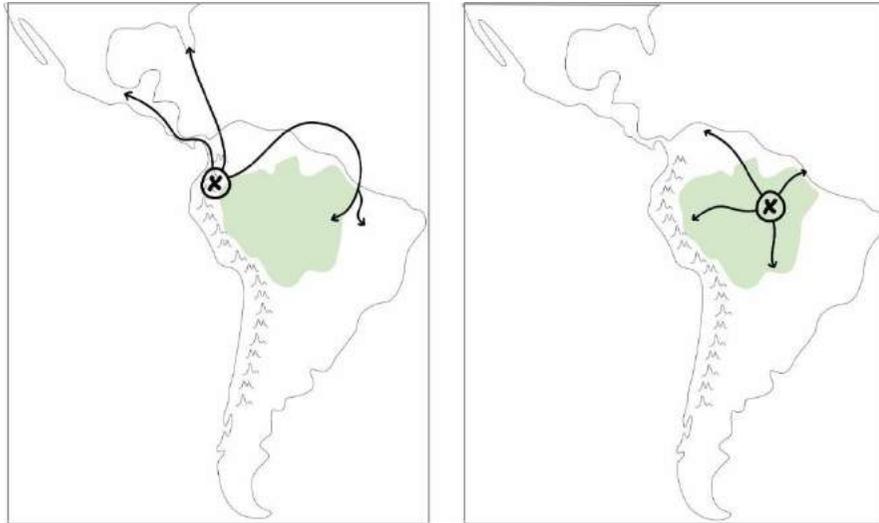


Figura 41 (esquerda): Diagrama do modelo da década de 1950 que representa uma perspectiva comum na antropologia do período, colocando a Amazônia em um contexto periférico na história cultural da América do Sul.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Neves (2006)

Figura 42 (direita): Diagrama inspirado na hipótese de disseminação da cultura e civilização no Norte da América do Sul a partir da região de Manaus/Iranduba, conhecido como “modelo cardíaco”

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Lapthap (1970) e Moraes (2006).

Pelo tamanho das aldeias identificadas pelos arqueólogos, foi possível estimar que viviam na região entre oito e dez milhões pessoas na época da chegada de Colombo. Essa sociedade teria domesticado dezenas de espécies de plantas

como mandioca, abacaxi, castanha e pupunha, formando verdadeiros sistemas agrícolas para coleta das aldeias. Nos locais onde se localizavam as aldeias hoje aparecem os solos férteis chamados de “terra preta”, resultado da decomposição e incorporação de matéria orgânica ao solo, ou solo antropogênico. Vestígios encontrados no município de Iranduba⁹⁷ testemunham a existência de habitantes na região há mais de 8 mil anos, em contínuos processos de adaptação e substituição da tecnologia cerâmica (NEVES, 2006; MORAES, 2006).

Mesmo reconhecendo que muitas das hipóteses levantadas pelos arqueólogos ainda carecem de dados (vestígios) para serem testadas, existem fortes evidências de que a rede de cidades atual da região amazônica seja o produto de desterritorializações e reterritorializações de diferentes sociedades que se ocuparam os mesmos sítios. Neves (2006), no livro “Arqueologia da Amazônia” observa correspondências entre ocupações ancestrais, que, apesar de exterminadas, são coincidentes com locais de ocupação no presente, como as cidades de Santarém, Manaus, Manacapuru, Iranduba, Tefé, entre outras. Outra pista vem dos relatos de Gaspar de Carvajal, que acompanhou a primeira expedição pelo rio Amazonas capitaneada por Francisco Orellana (1546). A narrativa de Carvajal sugere que a população local era numerosa no alto Amazonas e no Solimões, e que viviam em grandes aldeias localizadas nas desembocaduras dos grandes rios. Algumas dessas aldeias eram formadas por milhares de pessoas e

⁹⁷ Em 2001 e 2002, foi iniciado trabalho de pesquisa no sítio Dona Stella, no município e Iranduba, onde foram prospectados indícios de ocupações pré-ceramistas, por cerca de 6.00

anos antes da chegada dos ceramistas, com datações entre 9.460 e 4.500 AP (COSTA, 2009).

governadas por “chefes supremos”, que comandavam também outras aldeias de grande porte, esses grupos mantinham relações de comércio com outros mais distantes.⁹⁸

Todo este rio das Amazonas, nas ilhas, nas margens e terra adentro, está povoado de índios e tantos em número, que para dar ideia da sua multidão disse o piloto-mor desta armada, Bento da Costa, [...] que são tantos e sem número os índios, que se do ar deixassem cair uma agulha, há de dar na cabeça de índio e não no solo. Tal a sua quantidade, que não podendo caber em terra firme, se arrojam para as ilhas. (CARVAJAL, p. 107-108)

Relatos de Carvajal sobre as tribos da Amazônia central que viviam entre os rios Negro e Madeira, nas proximidades de onde hoje é Manaus, favorecem a hipótese de sedentarismo e não nomadismo, do modo de vida dos índios que cultivavam a várzea e que estavam ao mesmo tempo em contato com a terra firme e a areia das campinaranas. Denevan (1996 apud MORAES, 2006), buscando referências em etnohistórias de viajantes do século VI, mostrou evidências de grandes assentamentos localizados nas barrancas (*Bluffs*) na várzea e na terra

firme, todos interligados. Essa localização mantinha-os estrategicamente livres da água na época de cheia e ao mesmo tempo perto da várzea, na vazante. Ademais, estavam às margens da água, rota de comunicação e fonte de produtos aquáticos.

Outra hipótese, é sobre o deslocamento da população indígena, que era mais concentrada nas margens do rio Amazonas até o século XVI e que depois haveria se deslocado para a periferia da bacia, como para o alto rio Negro, alto Xingu, planalto das Guianas e alto Madeira⁹⁹, sugerindo esvaziamento causado por extermínio, doenças, guerra e escravidão, e possivelmente, por um movimento de fuga dos indígenas, em processos de desterritorialização.

A definição das fronteiras na Amazônia e no Brasil, de maneira geral, foi influenciada pelo tratamento jurídico herdado dos Romanos, de *ager publicus*, traduzido no Tratado de Madri para *Uti Possidetis*¹⁰⁰. No direito romano não havia a compreensão de fronteira como o fim da linha, sendo considerada com o limite sempre fluido, “que se exauria na esfera privada” (CAMILO, 2008. p. 44) e era definida pelo uso “de fato” do território pelo sujeito. Daí a tradição romana do centuriato, onde se esquadrejava e demarcava o território para uso agrícola e urbano, estabelecendo uma sede administrativa fortificada. As definições das

⁹⁸ Os artefatos conhecidos como Muraquitãs produzidos na Região do Rio Trombetas-Nhanmunda foram encontrados em vários outros locais, desde o Marajó até ilhas do Caribe, sugerindo que existia uma rede de comércio ou de influência entre as populações e que elas não estariam isoladas (NEVES, 2006).

⁹⁹ Hoje, grandes sítios arqueológicos são encontrados às margens dos rios Amazonas, Solimões e na ilha de Marajó (NEVES, 2006).

¹⁰⁰ Princípio que considera que o direito sobre determinado território é de quem o ocupa de fato. Direito fundado segundo a ocupação efetiva e prolongada e independentemente de qualquer outro título (JUSBRASIL, 2020)

fronteiras se baseavam nas barreiras físicas, acidentes geográficos, ou “sinais” criados pela natureza.

Uma marca do Estado moderno foi a instituição de uma soberania territorial única em paralelo ao desenvolvimento de teorias científicas comprometidas com a necessidade de materializar as fronteiras, nesse caso, das colônias. A partir das grandes navegações as técnicas de álgebra, geometria, astrologia, arquitetura¹⁰¹, engenharia militar, ciências náuticas, bélicas, agrimensura e cartografia, puderam ser testadas na prática e foram fundamentais para a construção de fortificações e para a produção de argumentos científicos dos planos de expansão de fronteiras de Portugal. Camilo (2008) destaca que o incentivo do reino de Portugal ao desenvolvimento da ciência,¹⁰² por D. João V, tinha por objetivo passar à frente dos espanhóis para a demarcação do território brasileiro, especificamente, a Amazônia.

Paradoxalmente, em paralelo aos avanços técnicos e científicos, o “recurso lendário” que envolvia mitos sobre o Brasil e o Amazonas, era amplamente utilizado e guiavam muitas das incursões no imenso território desconhecido. Os mitos que dominavam o imaginário do colonizador eram traduzidos na cartografia e nas

paisagens. Um dos mitos, relativos à geografia do Brasil, era o da “Ilha Brasil”, que partia da crença de que o Brasil era uma ilha rodeada pelos rios Amazonas e Prata. Outra lenda que ganhou fôlego na cultura oral indígena e no imaginário dos viajantes era o das guerreiras Amazonas, que constituiriam uma nação de mulheres que não compartilhavam a vida com homens. Muitos dos mapas e narrativas produzidos à época (CARVAJAL¹⁰³, 1941) registravam as Amazonas como mulheres altas, fortes de pele clara¹⁰⁴. Mas, o mito que exerceu maior força no imaginário fantástico dos conquistadores, foi o do “El Dorado”. O lugar, narrado pelos indígenas, seria rico em metais preciosos, fato que impulsionou o alargamento das fronteiras em busca do “El Dorado”.

Os discursos da dominação da bacia Amazônica foram mediatizados por imagens e mapas que eram vendidos na Europa. No mapa da Figura 40 é possível observar a utilização de recursos figurativos como a representação de figuras mitológicas e paisagens que complementavam as cartas, esse tipo de recurso discursivo ajudava a consolidar a imagem do território além de agradar aos compradores dos mapas.

¹⁰¹ O Tratado de Vitruvius, por exemplo é de 1541.

¹⁰² Curioso que à época da União Ibérica (1580-1640) houve um incentivo à criação de cursos voltados para técnicas de construção e arquitetura. Em Lisboa, 1562, Felipe II institucionalizou o ensino de arquitetura, com a criação da Aula de Riscar, com sede no Paço da Ribeira, em Lisboa. Em Madri, também no mesmo período foi criada a Academia de Matemática y Arquitectura (1582).

¹⁰³ Gaspar de Carvajal era um frade dominicano, da Estremadura espanhola, que acompanhou Francisco Orellana na descida desde Quito, no Peru, pelo rio Amazonas em 1540.

¹⁰⁴ Recorria-se à mitologia greco-romana nas narrativas das Amazonas, elas não teriam um dos seios, para melhor adaptarem o arco. Reza a lenda que elas não toleravam a presença masculina na sua nação. Os homens seriam recebidos uma vez ao ano pelas Amazonas para a fecundação. As crianças nascidas meninas eram criadas pelas mães, os meninos, eram devolvidos ao pai ou mortos.

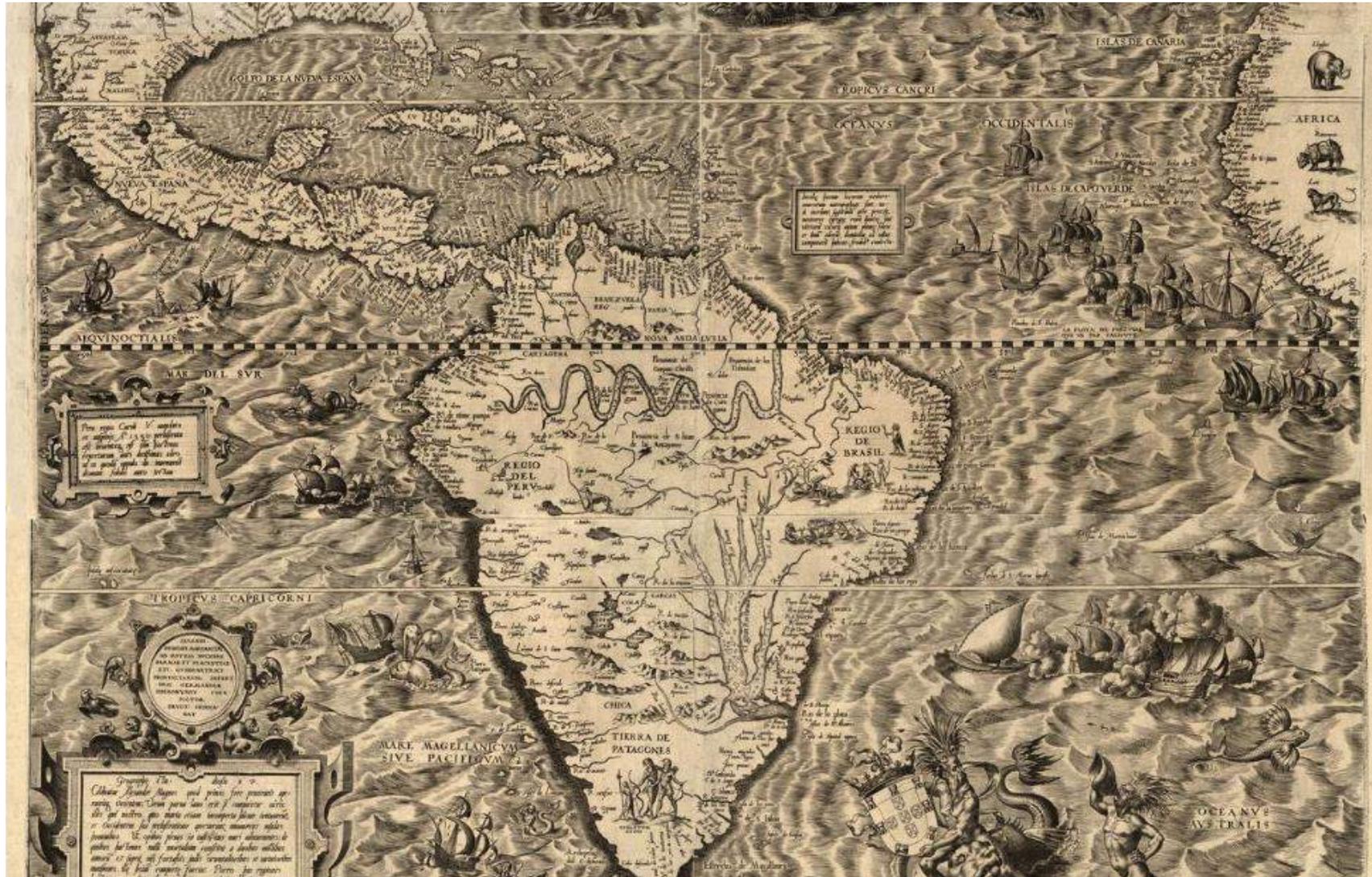


Figura 43: Mapa da “Quarta parte do Mundo”

Estampado pelo gravador antuérpio Hieronymus Cock, faz uma descrição da “quarta parte do mundo”, segundo a Casa de la Contratación da Espanha, 1554. O objetivo do mapa era confirmar o direito de posse da Espanha quanto aos novos territórios descobertos contra as reivindicações rivais de Portugal e da França. No mapa, o Rio Amazonas serpenteia e atravessa o norte da América do Sul, onde lendárias sereias, monstros e animais africanos, amedrontaram os viajantes.

Fonte: Biblioteca do congresso.

Desde a colonização europeia até o Império, a Amazônia foi um território separado do Brasil como uma unidade administrativa. Ela fazia parte estado do Grão-Pará e do Maranhão, que se relacionava diretamente com Lisboa. Esse período, que durou aproximadamente 250 anos, foi marcado por muitos conflitos entre europeus e nativos e entre os próprios europeus, portugueses, espanhóis, franceses e holandeses. Márcio Souza (2019) defende a tese de que a Amazônia foi inventada nesse tempo, com incessantes massacres de indígenas, em meio ao horror, se destruiu um mundo e outro começou. A Amazônia, portanto, não teria sido descoberta, tão pouco construída, mas a sua invenção seria uma história fabricada com base na historiografia de origem greco-romana pelos missionários, viajantes e comerciantes.

Crônicas de viajantes são os testemunhos dos primeiros contatos dos europeus com a planície amazônica e seus habitantes. A narrativa do frei Gaspar de Carvajal, da expedição partindo de Quito até o oceano Atlântico, revelou pela primeira vez a Amazônia aos europeus. O mundo revelado por Carvajal, segundo Souza (2019):

É uma paisagem que não contém apenas novidades surpreendentes, coisas portentosas, bizarras alimárias, mas também, e, sobretudo, uma limitação que não pode ultrapassar os dogmas da fé. Descendo o grande rio, enfrentando duras provações, a paisagem não é senão paisagem para o destino maior do cristianismo sobre a terra. (SOUZA, 2019: 1257-1259)

Esse “ascetismo retórico” do cristianismo, nas palavras de Márcio Souza (2019), impôs deformações óticas na descrição da paisagem e dos habitantes feitas por Carvajal. Muito das suas narrativas são mais voltadas a argumentar suas convicções e amplificar os mistérios, ficando o relato do meio geográfico e dos habitantes em um segundo plano.

Segundo o relato de Carvajal (CARVAJAL, ROJAS, ALCUÑA, 1941), enquanto desciam o rio, aproximadamente onde hoje é o rio Purus, estiveram em uma “terra muito habitada”, onde passaram por mais de 20 aldeias em um só dia. Em muitas aldeias existiam caminhos largos, para comunicação com outros núcleos de terra firme. Carvajal também descreve a chegada ao rio Negro e a quantidade assustadora de moradores indígenas a partir de então. Relata a existência de bairros nesses “países” ao longo das margens dos rios.

Ao chegarem nas proximidades de onde hoje é Manaquiri e Manacapuru, Carvajal relatou a presença de índios que “faziam guerra incessante [...]era gente meã de corpo, muito bem tratada com seus pavese de pau e que defendem as suas pessoas com bravura.” (CARVAJAL, ROJAS, ALCUÑA, 1941. p. 50).

[...] nesse mesmo dia [...] vimos uma boca de outro grande rio, à mão esquerda, que entrava no que navegávamos, e de água negra como tinta, e por isso lhe puzemos o nome de Rio Negro. (CARVAJAL, ROJAS, ALCUÑA, 1941. p. 50)

Ainda nesse dia, cerca de 2 horas abaixo do Encontro das Águas, Carvajal registrou a existência de uma povoação fortificada “por uma muralha de troncos

grossos”¹⁰⁵. E, em outra aldeia próxima, apreciaram o que seria uma paisagem esculpida e pintada em uma peça de madeira, que retratava uma cidade murada com duas torres, a qual os índios se referiam como sendo a cidade comandada apenas por mulheres. Tal artefato de madeira ilustrando paisagem semelhante teria sido visto em outras aldeias pelo caminho, segundo seu relato.

Durante a viagem outros índios contaram sobre a existência de uma nação de mulheres guerreiras, que viviam em cidades de pedra e dominavam várias tribos, cobrando-lhes tributos. Ao escutarem esses relatos dos indígenas, Orellana e Carvajal os relacionaram ao mito grego das Amazonas, mulheres guerreiras que não tinham um dos seios, o que rendeu novo nome ao rio, até então chamado de Santa Maria de La Mar Dulce pelos espanhóis¹⁰⁶. A história das Amazonas foi constantemente evocada pelos viajantes que mencionavam a mesma narrativa dos indígenas com algumas variações (CAMILO, 2008).

Apesar de os espanhóis terem sido os primeiros a navegar pelo rio Amazonas, foram os portugueses que o anexaram os seus domínios. Para empreender tal feito, portugueses e colonos do Grão-Pará expulsaram Holandeses e Franceses que ocupavam a região. Os Franceses foram expulsos de São Luiz do Maranhão em 1615, enquanto os Holandeses, infiltrados na planície amazônica,

que já haviam estabelecido relações comerciais com nativos, foram insistentemente perseguidos até sua posterior expulsão.

A expansão das fronteiras e o Lugar da Barra como expressão de domínio

A heterogeneidade do território amazônico e as dificuldades que envolviam seu domínio, como grandes distâncias a serem percorridas via fluvial desde o litoral, levaram a “intermitentes” tentativas de controle (MACHADO, 1997). Essas tentativas, muitas vezes violentas, foram persistentes e repetitivas, até causar a exaustão dos nativos que fugiam, ou se incorporavam aos costumes do homem branco. Tais movimentos de desterritorialização dos nativos foi amplamente justificado por argumentos religiosos, fantasiosos e místicos.

A invenção de um território amazônico empreendida pelos europeus entre os séculos XVII e XVIII, foi dominada pelo imaginário utópico alimentado por arquétipos como o El Dorado e o País das Amazonas que sustentaram ações e pressupostos dos tratados internacionais posteriores (CAMILO, 2006). Camilo (2006) questiona o papel do Mito na formação das fronteiras da Amazônia partindo do argumento de que a formação da fronteira moderna na Amazônia, não dependeu apenas dos avanços científicos, que permitiam aos europeus o empreendimento

¹⁰⁵ Arqueólogos acreditam que essa muralha descrita por Carvajal estava localizada na foz do rio Urubu, mas nunca foram encontrados vestígios da existência além de escavações profundas como limitando uma área (NEVES, 2006).

¹⁰⁶ Antes de Orellana, outro espanhol já havia chegado na foz do rio Amazonas, ViCente Yañes Pinzon, em fevereiro de 1500 (SOUZA, 2019).

das conquistas, mas de questões mitológicas que justificaram a caça ao índio e alimentaram os objetivos das bandeiras ocasionando o alargamento dos limites que hoje conformam o Brasil (CAMILO, 2006. p. 68-69).

Em narrativas, como as de Cristobal de Acuña (1941 [1641])¹⁰⁷ predomina o discurso de “escárnio” com relação ao índio, que é descrito como primitivo, pecador e afeitos às artes da feitiçaria. Esse tipo de discurso justificou a prática do saque de aldeias e escravização de índios. Padre Daniel, em 1776, em “Tesouro Descoberto no Rio Amazonas”, denunciava que os portugueses haviam assassinado mais de dois milhões de índios. Dessa estimativa podia-se inferir o tamanho da população que ali vivia e quão juntas eram as aldeias (SOUZA, 2019: 1663-1664), das quais à época não se encontraram nem relíquias.

O mito do El Dorado, alimentava ambições dos exploradores em busca de ouro e fornecia argumentos, mesmo que fictícios, para financiamento de expedições pela Amazônia. Outra ideia de território, que era mais uma invenção geográfica, foi a “ilha Brasil”, que dominou a produção cartográfica sobre a região entre os séculos XV e XVII. A Ilha Brasil estaria rodeada pelos rios Amazonas e Prata, ambos ligados por um grande lago (CAMILO, 2006). Data dessa época o Tratado de Tordesilhas (1494).¹⁰⁸

Portugal começou a protagonizar o domínio da região Norte após a expulsão dos Franceses em 1615 de São Luiz do Maranhão, onde haviam fundado um forte. Então, frente a iminência de um ataque francês, Portugal guarneceu o Norte do Brasil, ocupando as terras do Pará. Em 1616 foi fundado o Forte do Presépio de Santa Maria de Belém. A partir de então teria início um processo de aculturação e extermínio gradativo da sociedade indígena (SOUZA, 2019).

O rio Amazonas viria a se tornar definitivamente conhecido dos portugueses após a viagem de Pedro Teixeira, que partiu no sentido contrário da expedição de Orellana, subindo do Pará com destino a Quito em 1637. Na volta de Quito acompanhou-lhe os padres Cristovão de Acuña e Alonso de Rojas que foram os responsáveis por narrar a viagem, tomar notas da geografia, topografia e costumes dos nativos. A expedição de Pedro Teixeira tinha o propósito de ampliar as fronteiras de Portugal na direção Oeste, assim, quando reencontrou com parte da sua tripulação abaixo do rio Napo, Pedro Teixeira declarou perante os representantes da Real Audiência, que tomava posse daquele sítio em nome da Coroa de Portugal. Os Autos de Posse foram registrados na Câmara de Belém. Essa atitude de Pedro Teixeira ampliou o domínio português que passou a se

¹⁰⁷ Cristóbal de Acuña foi um missionário Jesuíta que acompanhou Pedro Teixeira na viagem pelo Amazonas em 1639. Seu relato de viagem foi publicado em 1641 em Madrid com o título: “Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas”.

¹⁰⁸ Quando o Tratado de Tordesilhas foi assinado, os europeus ainda não dominavam a mensuração geodésica e a longitude.

estender 6 mil quilômetros a oeste desde a capital Belém, contrariando o Tratado de Tordesilhas (SOUZA, 2019).¹⁰⁹

Pouco depois, em 1648, Raposo Tavares, bandeirante paulista, empreendeu uma expedição saindo de São Paulo na direção Norte¹¹⁰, entrando pelo território mato-grossense até atingir o curso do rio Madeira e depois o Amazonas. Raposo Tavares chegou a Belém, revelando acessos do sul do Brasil para a Amazônia e confirmando os domínios portugueses a oeste da linha de Tordesilhas.

Joaquim Nabuco (1949) acredita que “nada nas conquistas de Portugal é mais extraordinário do que a conquista do Amazonas” (NABUCO, 1949. p. 08). Portugal, pôde conquistar a região sem a desconfiança dos espanhóis no período de vigência da União Ibérica¹¹¹ e o próprio Rei Felipe IV teria anexado ao Brasil a margem esquerda do rio Amazonas, de modo a manter a individualidade portuguesa dentro da monarquia espanhola. Mas essa posse de Portugal não foi garantida “por nenhuma bula; foi toda ela conquistada [...] uma posse conquistada” (NABUCO, 1949. p. 11). A conquista se deu pela expulsão de outras nações europeias do litoral e da bacia amazônica além da neutralização dos moradores nativos. A conquista e posse foram gradativas, iniciando-se no litoral e adentrando o Amazonas, sendo o

último episódio de conquista no estuário do Amazonas a posse definitiva do Rio Branco, que contribuiu com o Rio Negro, fato que definitivamente estabeleceu os limites ao norte.

A ocupação efetiva das margens do rio Amazonas e do rio Negro acontecia em 3 frentes. Primeiro chegavam as incursões missionárias religiosas, preparavam os nativos a fim de (des)envolvê-los através da fé cristã; depois, vinham as tropas de resgate, que escravizavam índios, e; por fim eram construídas fortificações nos rios para defesa dos domínios¹¹². Joaquim Nabuco acredita que as tropas de resgate foram os principais instrumentos de exploração do Rio Negro até o século XVIII, quando a apropriação dos territórios passaria a ser efetivada pela fortificação dos rios. A partir de 1657, as Missões Jesuítas e as tropas de resgate avançaram na direção do Rio Negro e estabeleceram as bases do que viriam a ser as vilas. Em carta à rainha Dona Luiza Francisca de Gusmão, em 1660, padre Bettendorff escreveu:

Ao arripio da correnteza pelo Amazonas, os dois missionários foram desembocar no Negro. Entraram em boas relações com os Tarumãs, que habitavam o rio Negro,

¹⁰⁹ A expedição de Pedro Teixeira até Quito (1637-1639) demarcou um padrão de ocupação portuguesa ao longo do rio Juruá, Amazonas, Negro, Tapajós e Madeira, inaugurando a exploração das drogas do sertão (CINTRA, 2014).

¹¹⁰ O objetivo da expedição era escravizar índios e limitar fronteiras para a coroa portuguesa, que acabava de sair da União Ibérica e necessitava reaver judicialmente suas fronteiras.

¹¹¹ A União Ibérica (1580 e 1640) foi o resultado político da união dos reinos de Portugal e da Espanha, em decorrência da falta de sucessores ao reino de Portugal. No período de

vigência da União Ibérica ocorreriam diversas tentativas de ataque holandeses, franceses e ingleses às colônias portuguesas nas Américas. As denominadas “Dezessete Repúblicas”, antes aliadas de Portugal, eram inimigas da Coroa Espanhola, e as sucessivas tentativas de ocupação do território brasileiro faziam parte de uma represália.

¹¹² Os espanhóis efetivavam o domínio territorial por meio da construção de cidades. Os portugueses, desenvolviam suas conquistas por meio do sistema de feitorias e doação de capitãncias a donatários.

logrando reuni-los em missão perto da boca do rio Tarumã.
(apud REIS, 1935. p. 29)

Depois desse episódio vieram outras tropas de resgate “sedentas por mercadoria indígena”. Ao mesmo tempo os Batavos desciam das Guianas, no Suriname, entrando na Amazônia pelo Rio Branco, em cooperação com os Caraíbas (REIS, 1935). Segundo Artur Reis, o vale do Rio Negro era dominado pelo povo Manáo que tinha como principal inimigo o povo Caraíba. Logo, os Manáos se uniram aos portugueses por meio do casamento entre a filha do líder indígena com um branco português. O fato contribuiu para o êxito das incursões dos portugueses para a dominação do Rio Branco.

Entre 1706 e 1750, Dom João V, priorizou a definição das fronteiras coloniais com o propósito de revisar o Tratado de Tordesilhas (1494)¹¹³. Portugal negociou as fronteiras, mais tarde tais acordos resultariam no Tratado de Madrid (1750), o qual legalizava a posse e os limites portugueses pelo argumento de “posse da terra”, ou “*uti possidetis*”, e pelas fronteiras naturais, estabelecendo os novos limites do Brasil.

Esse processo de ocupação baseada na lógica de dominação de território durou até meados do século XVIII quando foi instaurada a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755) como resultado de nova estratégia de ocupação interior

administrada pelo Marquês de Pombal.¹¹⁴ Tal período de curta duração (1750 a 1780), conhecido como período Pombalino (CORREA, 1987), marcou profundamente a configuração territorial com a incorporação de novas áreas à economia colonial e equipamento de funções urbanas em núcleos novos e preexistentes. Alguns fatos importantes do período foram listados por Roberto Lobato Correa (1987), como: a transferência da capital do Estado do Grão-Pará de São Luís para Belém e a separação dos estados de Grão-Pará e do Maranhão; fim do poder eclesiástico sobre as aldeias com estímulo da miscigenação entre colonos e indígenas; a doação de sesmarias para colonos e soldados para cultivo da terra com a introdução de escravos africanos; a intensificação da ocupação interior e a criação de fortes.

Em 1755, por carta-régia de Dom José I, foi então criada a Capitania de São José do Rio Negro, como uma primeira estratégia de descentralização do poder político do Pará para o interior da região. Mas, só em 1765 a Espanha reconheceria a posse portuguesa quanto ao Rio Negro e Rio Branco (NABUCO, 1949).

¹¹³ Pelo Tratado de Tordesilhas, a partilha das terras descobertas entre Portugal e Espanha - se baseava na contagem de 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde.

¹¹⁴ Portugal já iniciava seu declínio econômico, ficando atrás de países como a Inglaterra, que já aprofundavam o espírito liberal e economia baseada na industrialização.



Figura 44: Prospecto da Fortaleza do Rio Negro. Autor: João André Schwebel - coleção dos prospectos das aldeias e lugares notáveis - 1756
Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Real da Biblioteca – manuscrito

Em 1669¹¹⁵ foi erguida uma fortaleza na barra de Rio Negro, a eleição do sítio levou em consideração a possibilidade de defesa da boca do rio Negro, por onde desciam

os Batavos pelo Rio Branco, ademais a localização era próxima da embocadura do rio Amazonas, que garantia um ponto de apoio às tropas de resgate (REIS, 1935. p. 36). Segundo Sampaio (1825 [1775]), na região da fortaleza viviam índios Baniba, Baré, Passé e moradores brancos, no entanto a implantação do posto não logrou o objetivo de defesa, uma vez que os holandeses, com a ajuda dos índios, desciam pelo rio Branco e usavam os furos para penetrarem no rio Amazonas sem passar pelo Lugar da Barra¹¹⁶. Por isso, no ano de 1720, o Conselho Ultramarino propôs a desativação do forte.

A etnia Mura, que não aceitava a dominação europeia, estava presente nas vizinhanças do Lugar da Barra¹¹⁷. Eles eram exímios remadores e se deslocavam com facilidade. Uma vez enganados pelos colonos se tornaram os adversários mais temidos dos Portugueses. Como viviam na “região de igapós, furos e pântanos, entre os rios Solimões e Madeira, tornaram-se invencíveis” (SOUZA, 2019: 2238). Eles dominavam as técnicas de navegação e habitavam nas próprias canoas, por isso eram conhecidos como “corsários do caminho fluvial” (PEQUENO 2006).

Os Manaós, ao contrário dos Mura, fizeram acordo com os conquistadores portugueses como forma de pacificar a matança indígena e de combater seus

¹¹⁵ A data exata da construção e sobre quem deu a ordem de construí-las foi uma inquietação de Arthur Reis, que aponta uma diversidade de fontes e datas.

¹¹⁶ Analisando os escritos dos historiadores, é possível considerar a hipótese de que os holandeses desviavam o percurso na Ilha de Iranduba, provavelmente na altura do rio Ariaú, que na época de cheia, torna-se navegável até o rio Solimões. Com ajuda de conhecedores da região, seria possível cruzar a península sem passar pelo local do encontro dos rios.

¹¹⁷ O grupo indígena Mura é originário da região compreendida pelo baixo Amazonas, Solimões, Madeira, Autaz, Baetas, Marmelos, Maturá, Aripuanã e Canumã. Atualmente estão estabelecidos na região das bacias hidrográficas dos rios Solimões, Amazonas e Madeira (PEQUENO, 2006)

inimigos da etnia Caraíba. Em 1720 surgiu a figura do tuxaua Ajuricaba, personalidade indígena que viria a unir diversas tribos contra os portugueses.^{118,119}

A população dos índios Tarumã, que vivia na região, contava com mais de 800 guerreiros e, depois de ter uma grande parte da população dizimada, migrou para a região do Ayrão. Segundo Sampaio:

As nações de índios, que habitão a povoação, são Banibá, Baré e Passé. Os Muras infestam as suas vizinhanças, pelo que he perigosa a passagem para a margem opposta, que, sendo em terras mais férteis, ficão sem cultura por causa daquele gentio. (SAMPAIO, 1825 [1775]. p. 95)

Frente ao relato de Sampaio, pode-se inferir que os Muras habitavam a península uma extensa região à frente de Manaus, ou seja, áreas onde hoje estão os municípios de Iranduba, Manacapuru, Manaquiri e Autazes. Logo, a atividade agrícola nas terras férteis da várzea não era recomendável por conta do risco de ataques eminentes dos Mura.

A coroa portuguesa se preocupava em fixar o território amazônico por meio de uma atividade lucrativa, como havia conseguido em Minas Gerais com o ouro e em Pernambuco com a cana-de-açúcar. Ao concluir que na Amazônia somente

seria possível uma economia com base extrativista, que não era suficiente para fixar uma sociedade permanente, apelaram para os modos de integração de natureza militar (SOUZA, 2019).

A criação da Capitania de São José do Rio Negro em 1755, com sede em Barcelos, foi a primeira tentativa de estruturar os domínios portugueses no rio Negro. Em 1778 o Lugar da Barra, contava com uma população de 34 brancos, 220 índios e dois escravos (SAMPAIO, 1907 apud REIS, 1935. P. 35) e não havia sido elevado à categoria de vila.

Em princípios do século XIX a capitania do Grão-Pará e Rio Negro era um estado colonial separado do Brasil. A cidade de Belém era uma próspera capital que mantinha relações estreitas com Lisboa, enquanto o Lugar da Barra era um povoado bucólico e pouco estruturado em um sítio não muito adequado ao assentamento humano, tendo em vista a quantidade de igarapés e colinas que formavam um terreno sinuoso e fragmentado à beira de uma barranca (Figura 45).

munição e pólvora. Ajuricaba foi preso pelos portugueses e terminou sua vida num ato heróico ao se jogar ao mar antes de ser preso no Pará.

¹¹⁸ A estrutura social das tribos da Amazônia rechaçava qualquer tipo de centralização, por isso a pulverização dos indígenas.

¹¹⁹ Ajuricaba conseguiu reunir mais de trinta nações indígenas, por saber distinguir os colonizadores, e atacou os portugueses com a ajuda dos holandeses, que forneceram

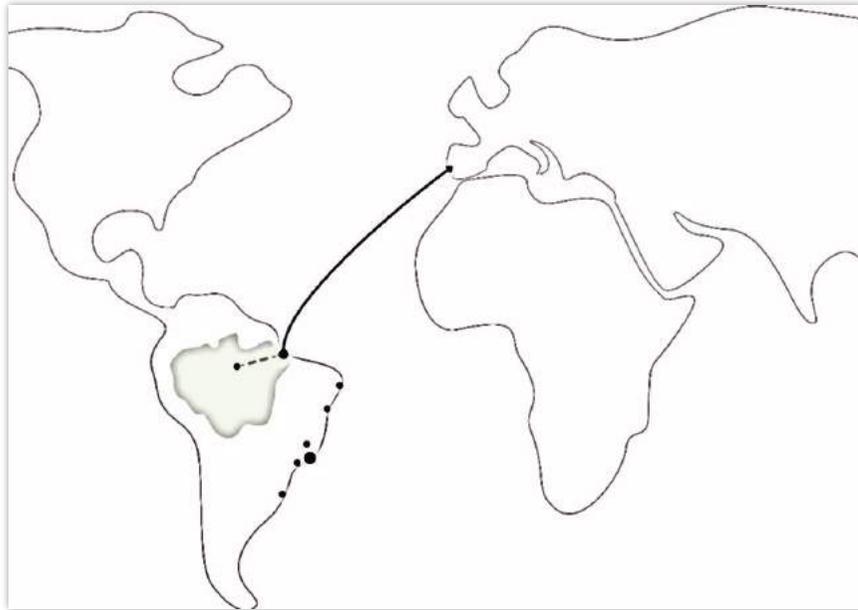


Figura 45: Eixo colonial: Belém-Lisboa. Manaus, núcleo secundário na rede
Fonte: Elaboração própria

Aquele tempo da independência do Brasil do reino de Portugal foi marcado por uma cena de extrema violência na Amazônia, onde imperavam confrontos, levantes militares, choques entre caboclos e portugueses, que levaram à morte de cerca de 30% da população da região (SOUZA, 2019) episódios relacionados à revolta da Cabanagem, que deixaram profundas marcas na região.

A capitania de São José do Rio Negro permanecia no limbo da independência¹²⁰, entre o Brasil e o Pará, até ser elevada à categoria de província em 05 de setembro de 1850 deixando de pertencer à Província do Grão-Pará para ser incorporada ao Brasil. Sem um projeto ou reconhecimento notável de seu imenso espaço e das iniciativas políticas caboclas que foram sufocadas na tragédia da Cabanagem, Márcio Souza (2019) considera que esse “silêncio imposto” matou, no nascedouro, uma cultura solidária, meio portuguesa e meio indígena de uma civilização cabocla. E nesse ambiente esterilizado, nasceu uma cultura pragmática e oportunista, onde os políticos desde então formam suas bases.

[...] o império do Brasil via a Amazônia apenas como um espaço geopolítico, demonstrando incapacidade para superar o tradicional relacionamento colonial por algo mais condizente com o estatuto de região. (SOUZA, 2019: 3295-3296)

Para Benchimol (1999) começava uma “Amazônia Lusíndia, mais índia que lusa”, depois de desintegrada a identidade cultural indígena, “pelos tropas de resgates, aldeias, missões, reduções, catequeses, queima de malocas, dízimos e trabalho servil” (BENCHIMOL, 1999: 308-310).

¹²⁰ A notícia da independência do Brasil só chegou à capitania do Rio Negro um ano após a sua Proclamação, por Pedro I, em novembro de 1823 (SOUZA, 2019).

A velha Amazônia milenar dos povos indígenas terminou nesse vendaval de pólvora e orações que durou dois séculos e meio de sofrimentos indescritíveis. (SOUZA, 2019: 2555)



Figura 46: Paisagem de Manaus início do século XIX por Franz Keller
Fonte: Biblioteca Nacional - Desenho, grafite e aguada. Impresso em Manaus, AM: [s.n.], Dez.
Disponível em: <1867. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/diviconografia/icon303712/icon303712.jpg>. Acesso 2019.

Em 1825 a população do Lugar da Barra era de 1.118 habitantes distribuídas em 232 fogos nos bairros do Centro e Remédios. Em 1832 o Lugar da Barra foi elevado à categoria de Vila e em 1848 foi reconhecida como cidade cujo nome era Cidade da Barra do Rio Negro. Em 1856 passaria a se chamar Manaus.

Até então cidade de Manaus ia se expandindo, segundo Reis (1935) sem uma estrutura ordenada de logradouros, as casas iam-se distribuindo de maneira aleatória (Figura 47). As roças e sítios se localizavam nos arredores da cidade, onde hoje é o bairro da Cachoeirinha e a praça da Saudade. Cultivava-se ali na terra firme e não na várzea, onde a terra é naturalmente fértil, segundo Reis, por medo da violência indígena.

Raros se atreviam, por essa época, a aventurar-se para o lado fronteiro ao Negro. Os Mura, em correrias, em bandos desordenados, punha os ousados em perigo de vida. (REIS, 1935. p. 35)

Em função da densa malha de igarapés, os bairros em Manaus eram fragmentados e possuíam poucas ligações com o centro, inclusive a praça dos Remédios. O desenvolvimento da malha relacionava-se diretamente com o Rio Negro, rota primordial que estabeleceu a gênese do núcleo urbano e que, a princípio, induzia a distribuição da malha no sentido leste-oeste. No entanto, o sítio, considerado por alguns como inapropriado para a fundação de um núcleo urbano em função da topografia acidentada recortada por igarapés (AGASSIZ, 1872), sempre se mostrou interessante enquanto estratégia de ocupação territorial mais ampla. Na figura abaixo é possível identificar as duas primeiras pontes, uma no

Igarapé Espírito Santo e outra no Igarapé do Aterro, que ligava o Centro ao bairro de Remédios. Ambas pontes tornaram possível a comunicação entre as penínsulas, da direita para a esquerda: 1) Centro, onde se localizavam o hospital, a igreja Matriz e pelourinho; 2) área central com residências; e bairro dos Remédios. A avenida longitudinal, hoje Sete de Setembro já estruturava a organização dos edifícios (Figura 47).

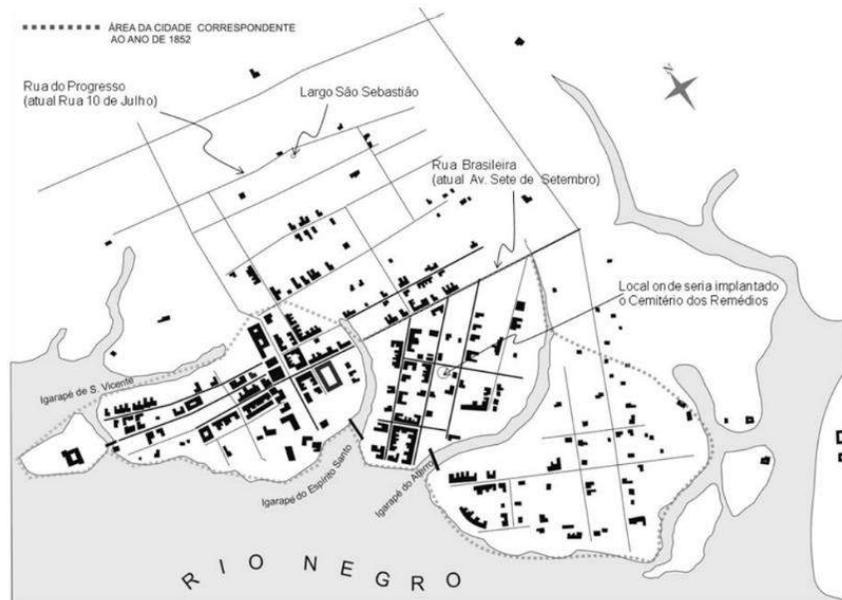


Figura 47: Croqui esquemático, Manaus em 1853.
Fonte: Silva (2013).

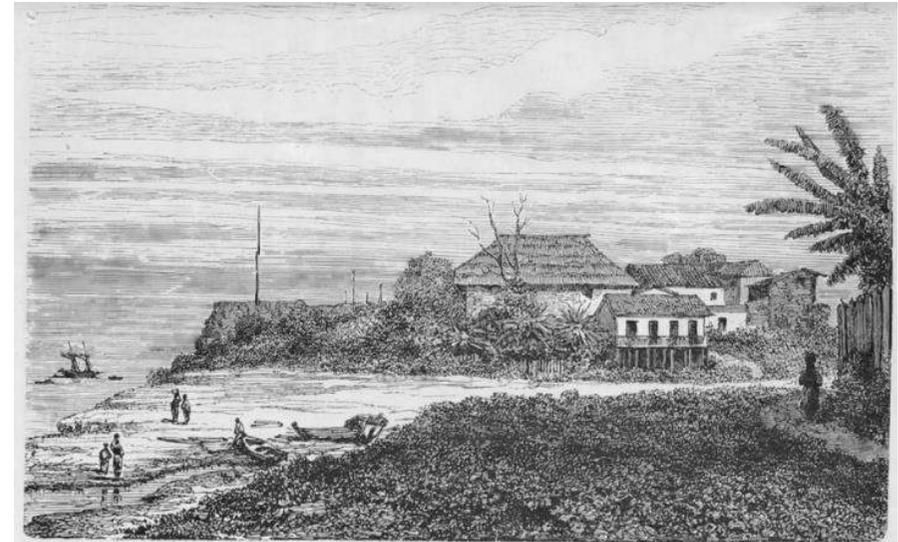


Figura 48: Paisagem da vila de Manaus entre 1817 e 1820. À direita, a moradia elevada do solo aponta que sua localização é nas bordas de um curso de água e que a paisagem foi observada na época da vazante.

Fonte: Agassiz (1872. P. 144).

Apesar de o Lugar da Barra ter se afirmado como núcleo urbano no interior da Amazônia, outras vilas e cidades participaram da gênese da rede urbana regional como pode ser observado no mapa da Figura 49.

Barcelos, uma antiga aldeia indígena dos índios Manáos, foi transformada em um núcleo missionário a partir de 1728 pela Missão de Nossa Senhora de Mariuá, e instituída como Município e sede da capitania de São José do Rio Negro em 1758. Em 1791 a sede seria transferida para o Lugar da Barra, considerado um local de melhor acesso a partir de Belém e bem posicionado na embocadura dos rios Negro e Solimões (IBGE, 2020).

Serpa, hoje Itacoatiara, foi elevada à categoria de Vila em 1759 e foi a terceira vila criada no Amazonas, depois de Borba e Barcelos. Em 1874 a Vila de Serpa recebeu foros de cidade, e teve seu nome alterado para Itacoatiara. Sua localização foi escolhida em 1755 pelo então governador Capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que determinou a transferência do povoado de Abacaxis para o local, onde hoje é a sede do município. A escolha do sítio foi determinada pela localização, no entroncamento do rio Madeira com o rio Amazonas, e pela qualidade da terra, propícia ao cultivo agrícola (IBGE, 2020). Não seria por mera coincidência que as cidades e vilas da época estivessem todas nas confluências de rotas de rios navegáveis. Esses assentamentos, com exceção de Manacapuru,¹²¹ foram criados estrategicamente nos locais de antigas para marcar o domínio sobre o território, de modo que fosse possível estabelecer pontos de defesa e obstrução contra os navegantes de outras nações e principalmente como maneira de garantir a jurisdição portuguesa sobre as fronteiras ao Norte do Brasil.

¹²¹ Coube aos índios Mura a ocupação da área da atual cidade de Manacapuru. Eles foram os primeiros habitantes do lugar, segundo Braga (1978) e viviam nas proximidades de onde é hoje a sede do município. Uma aldeia Mura ali se estabeleceu em 1786, no local hoje

conhecido como Caldeirão, às margens do rio Solimões e proximidades do rio Manacapuru. Em 1894 Manacapuru foi elevada categoria de Vila.

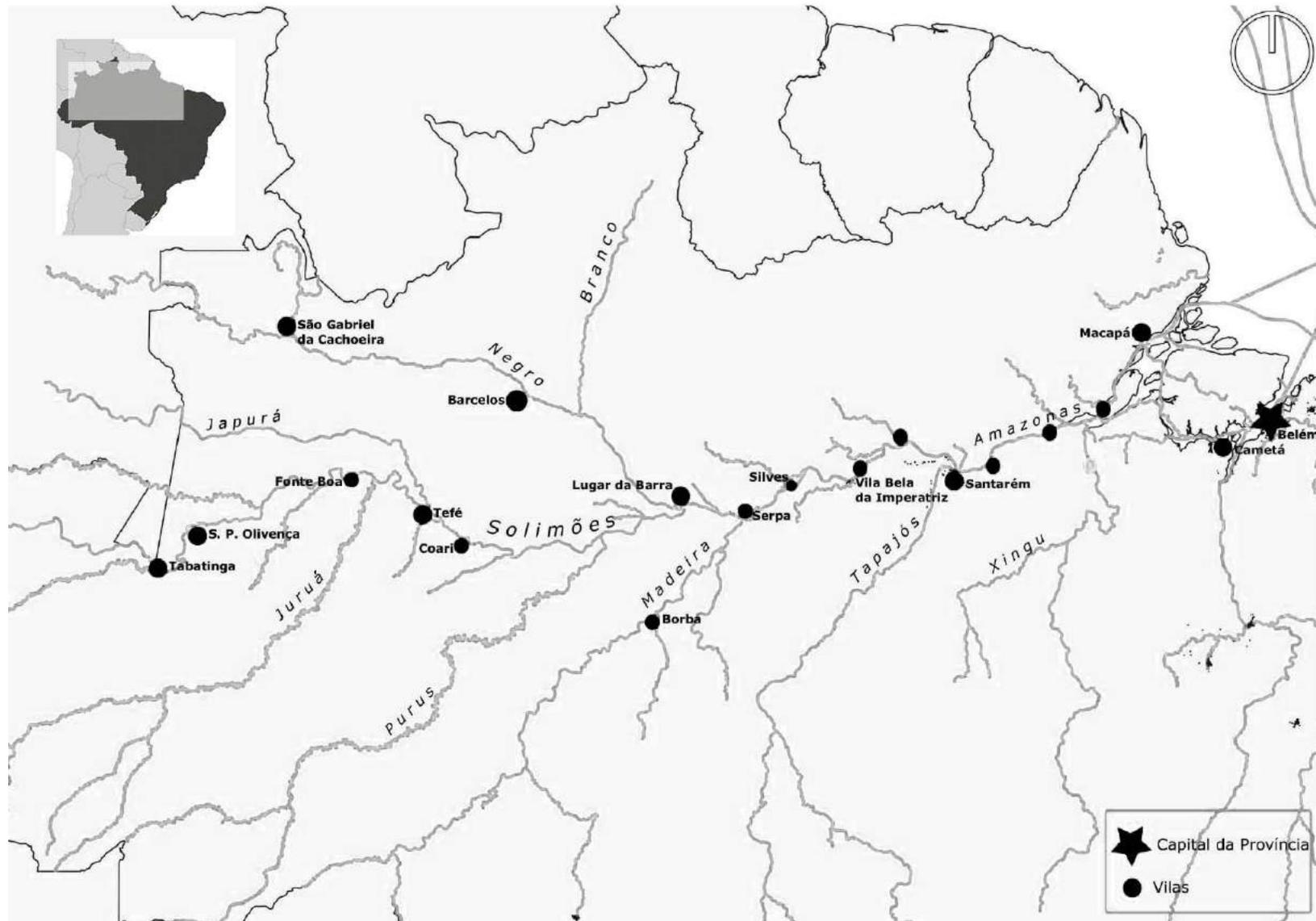


Figura 49: Principais Vilas no século XVIII
Fonte: Elaboração própria adaptado de CORREA (1987)

PAISAGEM DA MODERNIZAÇÃO

No contexto Europeu, em fins do século XIX, as nações ibéricas perdiam o domínio econômico e político enquanto Inglaterra e França se consolidavam como novo eixo econômico-cultural movido pela industrialização. As Américas espanholas e inglesas eram tomadas por ideias independentistas e a classe dominante crioula encabeçava processos de libertação dos países amazônicos, sem planos ou expectativas para a região da Amazônia que lhes dizia respeito (SOUZA, 2019).

A conquista territorial da Amazônia pelo Império brasileiro se consolidou graças ao *boom* do extrativismo da borracha, que se caracterizou pela modernização do território pela introdução de novas formas espaciais e reestruturação da rede urbana. No entanto, o evento não fora financiado, tão pouco planejado pela Coroa, mas empreendido pelo capital privado vinculado ao mercado externo. Como afirma Becker (2004), a Amazônia era, e ainda é, percebida como “uma das mais antigas periferias da economia-mundo capitalista” (BECKER, 2004: 24), “sempre dominada pelo monopólio econômico e pelo poder político das grandes cidades da economia-mundo” (BECKER, 2013: 39). Manaus foi a expressão dessa dinâmica entre 1850 e 1920, e a “modernização” de seu território foi fundamental

para estabelecer um novo polo interior na rede de cidades da Amazônia, até então dominada por Belém.

O Brasil passava por um período de transição entre o Império e a República, que viria a consolidar mudanças institucionais fundamentais para um novo regime político (VIEIRA et. al. 2014). No ano de 1889, a monarquia deu lugar ao poder republicano, de matriz liberal, fato que desencadearia na Amazônia um processo de insurgência revolucionária, que emanou de Belém, conhecida como a Revolta dos Cabanos, ou Cabanagem. A revolta popular foi duramente reprimida para a incorporação da região ao Brasil republicano.

Aquele período, denominado de Primeira República, foi de relativa autonomia dos entes federados, coordenados por um Estado central fraco¹²² e por uma série de negociações diplomáticas para a definição das fronteiras brasileiras ao norte do país¹²³.

Tribos indígenas se localizavam dispersas pelo interior¹²⁴ sendo que algumas tiveram estabelecidos os primeiros territórios, pelo princípio da ocupação efetiva, mas as fronteiras não foram definidas. A economia brasileira agroexportadora cafeeira se concentrava em São Paulo e agroextrativista do látex na Amazônia.

¹²² Em 1891 é instituída a Constituição Liberal que entregou aos estados todas as terras públicas, com exceção daquelas necessárias à manutenção das fronteiras e defesa nacional.

¹²³ O atual estado do Acre ainda era um “território livre” para exploração, até posterior militarização pelo governo brasileiro (MACHADO, 1997).

¹²⁴ Rondon estimou uma população de cerca de 1.200.000 indivíduos indígenas dispersos pelos vales dos rios (GOMES e VERGOLINO, 1997)

O momento do boom da exploração da borracha foi marcado pela inversão do eixo do principal mercado consumidor dos produtos brasileiros, que deixou de ser exclusivamente europeu (Inglaterra-França) e passou a ser comandado também pelos Estados Unidos. O antigo eixo Belém-Lisboa foi substituído pelos eixos Manaus-Liverpool, Manaus-Londres, Manaus/Nova York¹²⁵ (Figura 50).

A Amazônia, que mantinha mais vínculos com o exterior do que com a rede urbana brasileira, teve seu processo de modernização marcado por dois eventos: a “abertura do rio Amazonas para a navegação internacional” (Figura 51) e a dinamização da economia pela exploração do látex, que permitiram a consolidação de Manaus como centro regional.

A criação de novas instituições administrativas em núcleos sem expressividade teria sido uma estratégia para fortalecer a ocupação e garantir a exploração futura do território. Esses núcleos urbanos amazônicos tiveram um papel fundamental para a manutenção do poder do Estado na região. Manaus, por se localizar em posição estratégica em relação ao fluxo de mercadorias e recursos naturais e no entroncamento de dois rios estruturantes, assumiu o *status* de entreposto comercial o que favoreceu a acumulação de capital no núcleo urbano.

Dentre os *atos territorializantes*, um dos mais importantes foi a instalação da rede telegráfica na Amazônia (SÁ et. al., 2008), infraestrutura essencial para a integração nacional do território (Figura 52).

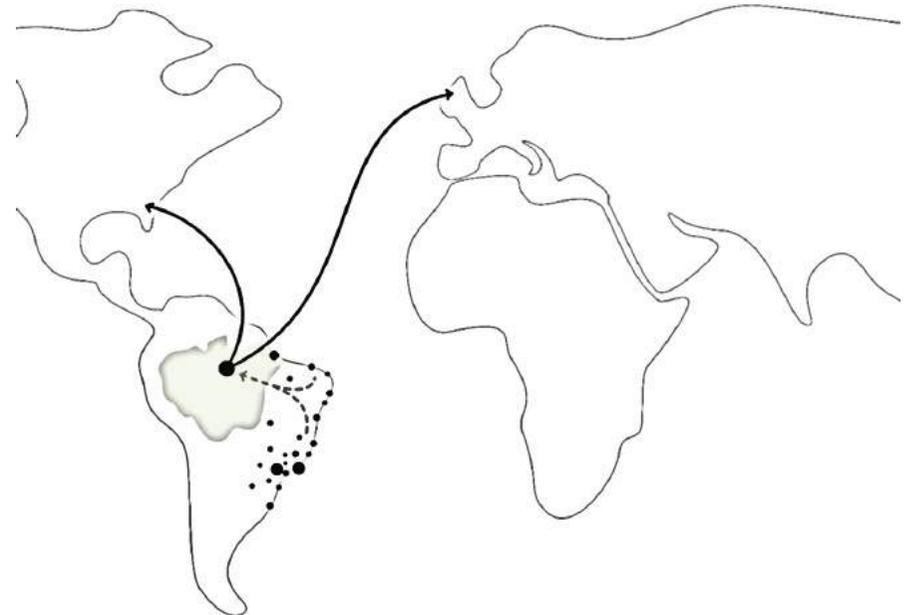


Figura 50: Diagrama - Novos Eixos comerciais Manaus-Inglaterra, Manaus-EUA. Linha tracejada, diáspora, migrantes nordestinos para Amazônia
Fonte: Elaboração própria

¹²⁵ Manaus estava ligada à Europa pela linha de vapores *Red Cross* e com os Estados-
Unidos pelos vapores da *Booth Line*, ambos de Liverpool.

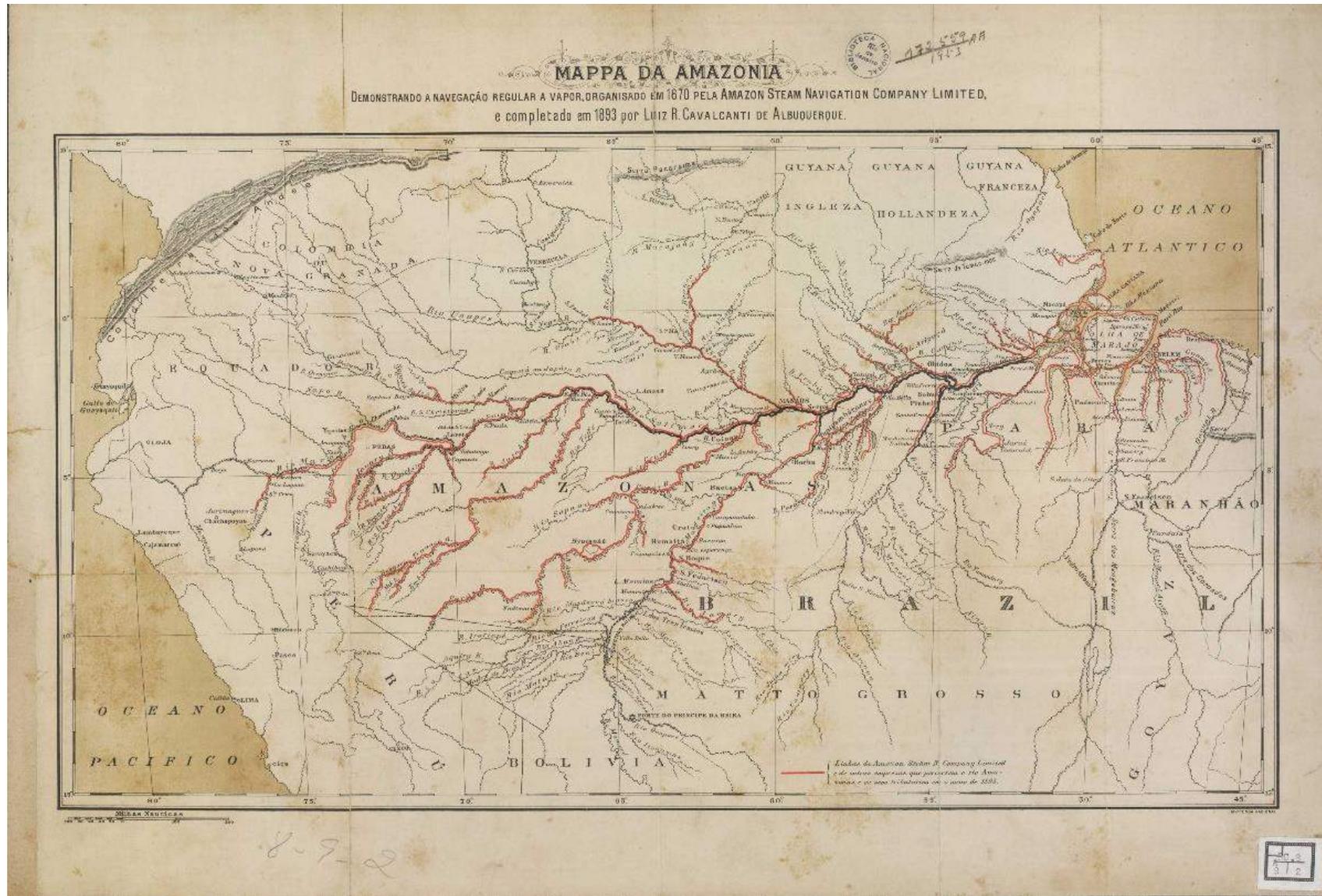


Figura 51: Mapa das rotas de navegação a vapor na Amazônia, 1893.
Fonte: Biblioteca Nacional

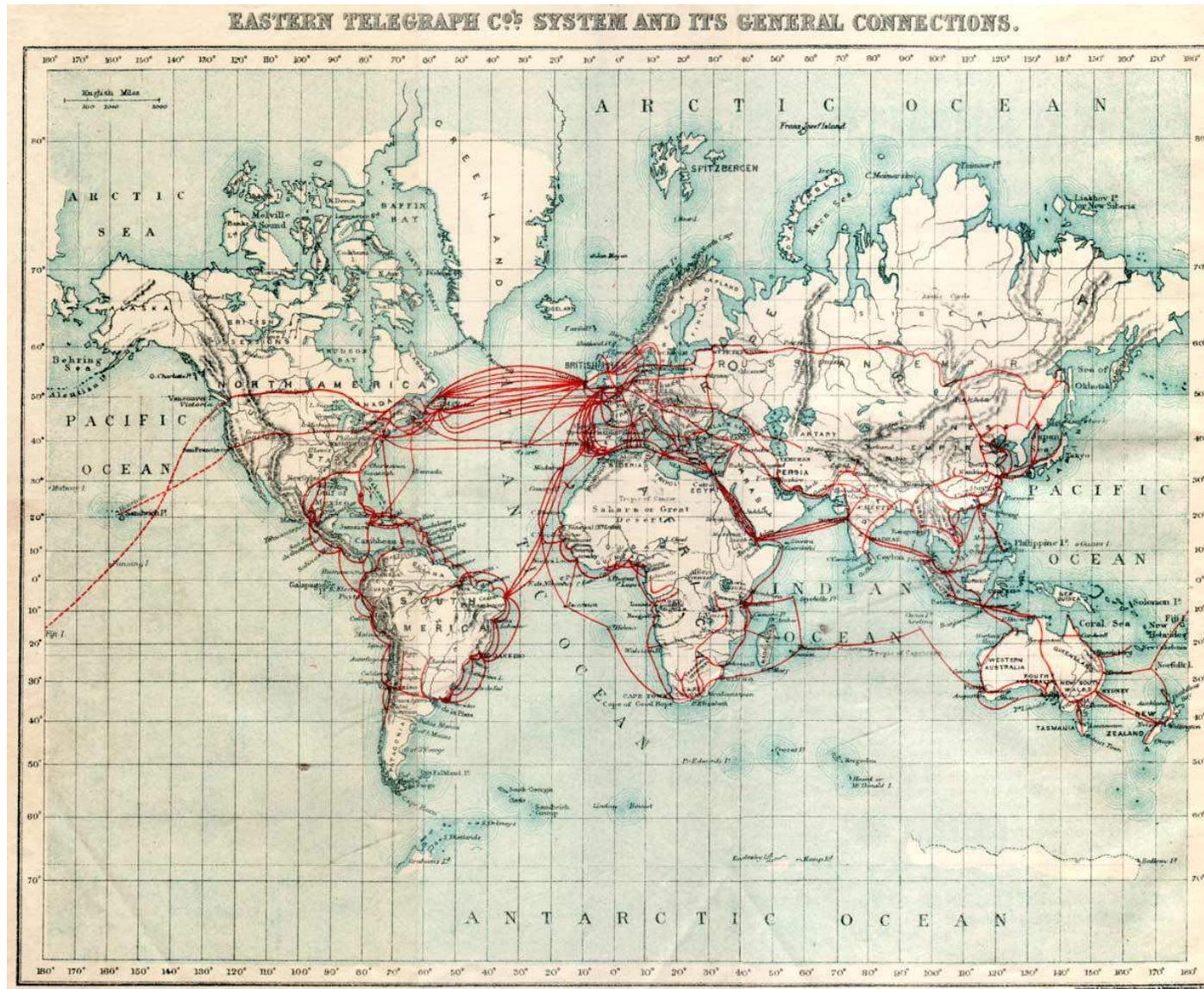


Figura 52: Rede de cabos de telégrafo 1901.
Fonte: <https://atlantic-cable.com/Maps/1901EasternTelegraph.jpg>

O funcionamento do sistema extrativista da borracha era capitaneado por quatro atores principais: os comerciantes¹²⁶, os que financiavam os comerciantes¹²⁷, o governo e os seringueiros¹²⁸ (GOMES e VERGOLINO, 1997). A extração do látex, inicialmente realizada pelos índios locais, a partir de 1878 passou a contar com um contingente de “retirantes” cearenses.

Em 1890 foi registrada a produção de 16.590 toneladas de látex na Amazônia (VERÍSSIMO, 1892), sendo que o Amazonas era responsável por cerca de 70% dessa produção. O acúmulo de capital na cidade de Manaus foi revertido em processos de modernização que culminou na reforma urbana de Eduardo Ribeiro em 1896, aos moldes das intervenções de Haussmann em Paris. Ottoni Mesquita (2005) se refere à introdução dessas novas ideias no espaço urbano de Manaus, como a consolidação de um processo de ocidentalização que se vinha tentando implantar e também como uma ruptura, ou “refundação” da cidade, que, para ter seu traçado regular implantado sobre um sítio acidentado lançava mão de práticas de transformação do substrato natural para implantar o projeto modernizante, que a transformaria em uma cidade moderna.

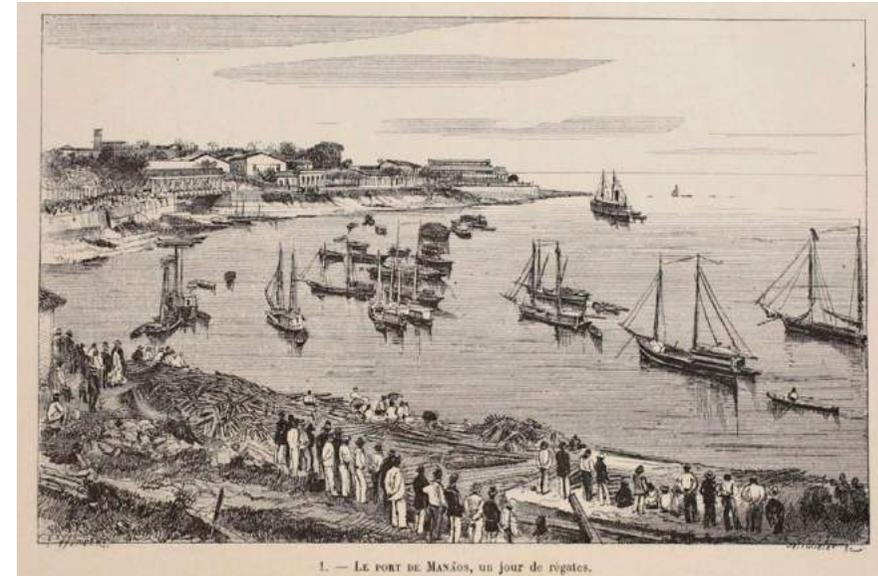


Figura 53: Paisagem do Porto de Manaus em dia de regata, 1885.

Fonte: Ilustração de Robert Kemp do livro de F-J de Santa-Anna Nery “Le Pays des Amazones. L’El-Dorado, Les Terres a Caoutchouc”. Paris: Bibliothèque des Deux-Mones, 1885.

Na imagem acima é possível observar a introdução de costumes ditos “civilizados”, como os esportes náuticos, praticados pela elite local. Assim como os costumes estrangeiros iam sendo inseridos na realidade local, também elementos da cultura local de origem indígena, como a rede e a sesta, eram incorporados ao

¹²⁶ Os comerciantes, geralmente na figura do aviador, segundo Veríssimo (p. 35): “o aviador [...] fornece de tudo ao seringueiro: vestuário, alimento e quanto há mister à sua profissão.”

¹²⁷ Correa (1987) destaca a importância do capital privado, internacional e nacional, no sistema de financiamento local denominado como “aviamento”, que consistia em fonte de adiantamentos e crédito à produção no complexo circuito mercantil da cadeia produtiva da borracha.

¹²⁸ Os primeiros seringueiros eram exclusivamente os indígenas amazônicos, o caboclo ou tapuio e o mameluco (VERÍSSIMO, 1962. p. 29), mesmo que a escravidão não houvesse sido abolida no Brasil, a mão-de-obra escrava não era utilizada na extração do látex no Amazonas. Mas, como afirma Veríssimo, o índio era tratado quase como escravo, podia ser vendido, doado e explorado. A escravidão do índio continuou muito depois da abolição dos negros, principalmente nas regiões afastadas da borracha.

modo de vida do “branco” (BRAGA, 2016). A população local passava a ser composta não apenas por índios, portugueses e negros, mas também por franceses, ingleses, italianos e sírio-libaneses. Segundo Braga (2016) o primeiro ímpeto desses imigrantes era de romper com os traços da cultura indígena no ambiente urbano e doméstico, o que induziu o surgimento de regras e estratégias de detenção e de decoro no espaço público.

Os igarapés, antes condicionantes da morfologia urbana, tornavam-se empecilho para a implantação do projeto de traçado regulador de Eduardo Ribeiro e, por isso, foram adotadas práticas de aterramento e regulação dos cursos d’água bem como a implantação de pontes metálicas nos igarapés com maior volume de água. A cidade passou a se expandir, consolidando aos poucos os antigos bairros (Remédios e Cachoeirinha) e recebendo uma moderna estrutura portuária, Alfândega, Mercado, Teatro, palacetes e rede de transporte coletivo por bondes elétricos. O bonde de Manaus se estendia para o norte, e tinha seu traçado Sul-norte acompanhando ao atual Av. Constantino Nery. Essa infraestrutura viária, associada à construção de ponte metálicas, ensaiaram a gênese do eixo de ocupação norte de Manaus (Figura 54).



Figura 54: Fotografia da Ponte dos Remédios de 1890.
Fonte: George Huebner. *Álbum Vistas de Manaus*, Instituto Moreira Salles.

Adentrando o século XX, encerrou-se um ciclo histórico de definição de fronteiras. Em 1903 o Acre foi incorporado ao Brasil, graças à implantação das *Company Towns*¹²⁹ para a exploração dos seringais e migração de nordestinos para exploração do látex. Entre 1907 e 1912 foi concluída a obra da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), que permitiu a definição das fronteiras com a Bolívia e a colonização de grandes extensões de terra no atual estado de Rondônia.

Em 1912, a borracha era o segundo maior produto de exportação nacional depois do café. No entanto, a partir daquele momento o mercado da borracha da Amazônia entraria em franca decadência. A população na Amazônia havia passado de 8.500 em 1852 para 50.300 em 1890 e em 1900 era de 61.000. Manaus permaneceu crescendo demograficamente, mesmo no período de decadência econômica. Ao crescimento da população não foram compatíveis as infraestruturas urbanas e habitacionais, ao contrário, sem receita e com baixa oferta de moradia, desempregados provenientes dos seringais habitavam nas margens dos rios, beiradas de igarapés, favelas e no centro de Manaus (HEIMBECKER, 2014; BENCHIMOL, 2013 [1977]). Em 1925 a cidade contava com 75.000 habitantes, em 1940, 106.399 (BENCHIMOL, 1977) e em 1960 com 152.432 (MELO e MOURA, 1990). O fato de o crescimento da população não ter sido acompanhado por iniciativas governamentais para fornecimento de infraestrutura de urbanização e

moradias, repercutiu na precarização dos modos de vida urbano e na disseminação de tipologias construtivas insurgentes de cortiços, palafitas e flutuantes. Segundo Heimbecker (2014), em 1940, foram identificados os bairros: Cachoeirinha, Educandos, Aparecida (antigo bairro dos Tocos), São Raimundo, Presidente Vargas, Mocó e Vila Municipal, todos no entorno da área central.

Na figura abaixo, à esquerda acima, planta de Manaus em 1852, ainda sem traçado regulador, mas com bairros entrecortados por igarapés. À esquerda abaixo, planta da cidade de 1896, plano de embelezamento de Eduardo Ribeiro, nota-se a ênfase no espaço livre como elemento articulador da trama reticular, que é conduzida para praças, representadas em branco, em contraste com as áreas ocupadas. À direita acima, duas paisagens, a primeira com o navio a vapor em primeiro plano e a cidade de Manaus, com a igreja de Nossa Senhora da Conceição aos fundos, na segunda paisagem a frente para o rio dos armazéns do Porto de Manaus, *Rodway*. À direita abaixo, mapa da cidade de 1930 onde é possível observar uma primeira expansão urbana na direção norte, Vila Amazônia e Vila Municipal, com clara redução dos tamanhos dos lotes, mas ainda seguindo um traçado regular, na representação é notável a omissão do ambiente, em contraste com o mapa de 1896, ademais a indiferenciação dos espaços públicos que não são reconhecíveis em meio ao traçado técnico de sistema viário.

¹²⁹ As *Company Towns* eram cidades fundadas por empresas para apoio à atividade de extração do látex. Nessas cidades no meio da floresta os equipamentos como casas, escolas, hospitais e outros, eram de propriedade de uma empresa. Ainda hoje existem

Company Towns pela Amazônia para apoio de grandes mineradoras, por exemplo, Núcleo Carajás e Porto Trombetas.

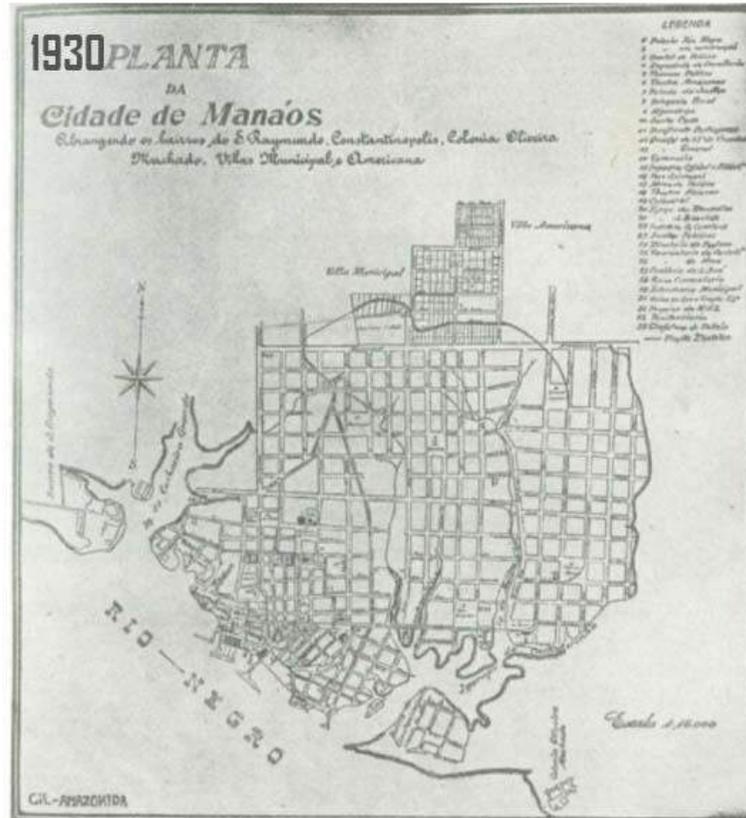
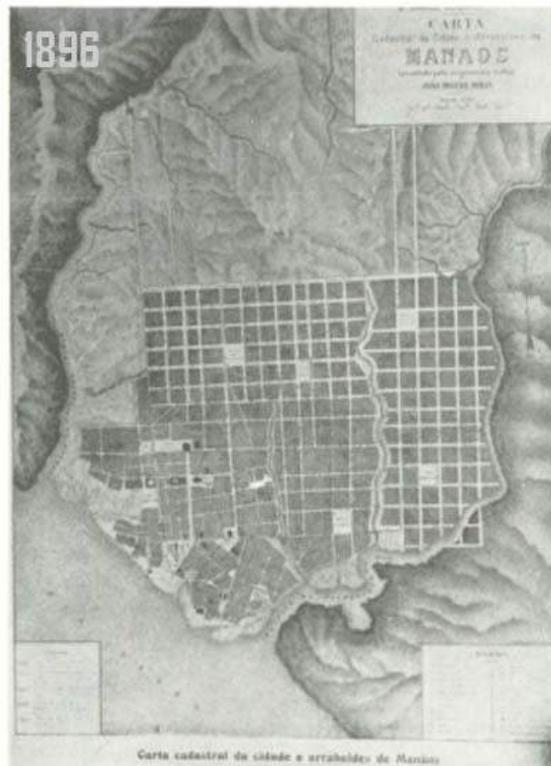


Figura 55: Plantas de Manaus 1852, 1896 e 1930 e registro de paisagens zonas portuária fins do século XIX.

Fonte: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. *Manaus: memória fotográfica*. Manaus, SUFRAMA, 1985. Disponível em: <https://issuu.com/bibliovirtualec/docs/>. Acesso dezembro de 2019.

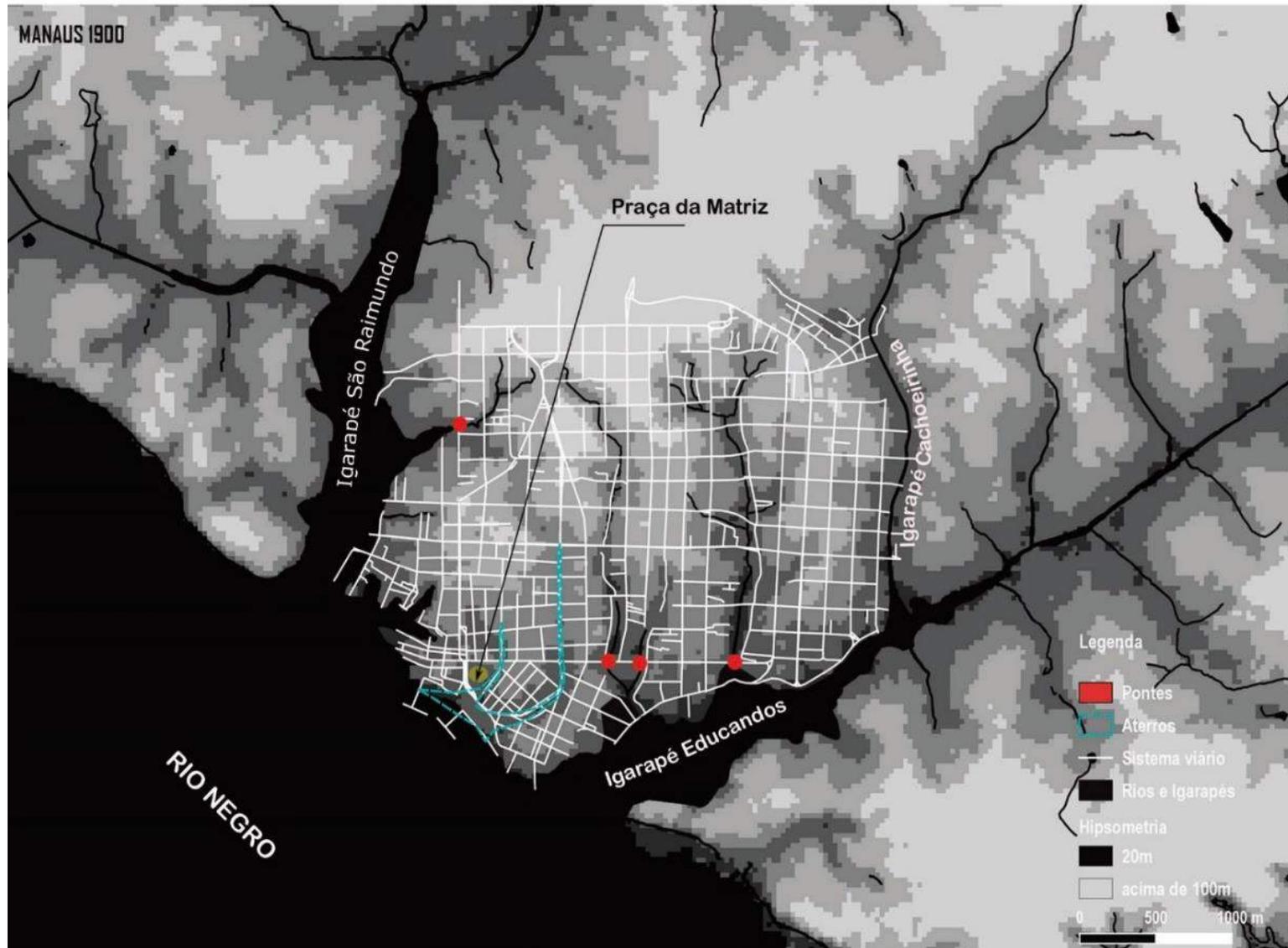


Figura 56: Traçado viário de Manaus em 1900, igarapés aterrados e pontes.

Fonte: *Elaboração própria. Hipsometria a partir de Modelo Digital de Elevação (SRTM); traçado regulador a partir do georreferenciamento de planta da cidade de Manaus de 1896; Cursos d'água a partir de arquivos Shapefile do IBGE (2018) e Implurb/Prefeitura de Manaus (2015).*

O Estado desenvolvimentista do pós-1930, consolidou as principais infraestruturas estratégicas nacionais, por temor ao debate de redivisão do Brasil. Essa preocupação passou a conduzir iniciativas estatais na direção da integração nacional, que foi o fermento de uma política nacionalista, intervencionista e de um embrionário planejamento estatal do espaço nacional. Berta Becker (2004) remete ao Estado Novo de Getúlio Vargas (1930-1966) a inauguração do Planejamento regional, de natureza “mais discursiva do que ativa” (BECKER, 2004. p. 25). A criação do Fundação Brasil Central (1944), a inserção do Programa de Desenvolvimento para a Amazônia na constituição de 1946 e a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1943, por exemplo, apesar de não resultarem em alterações no território e sua estrutura socioeconômica, fomentaram o debate sobre a necessidade de planejamento regional. Outro destaque deve ser dado à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)¹³⁰, que legitimou a corrente desenvolvimentista nacionalista e a expansão industrial e intervenção estatal no Brasil entre 1950 e início da década de 1960.

Essa fase, que se iniciou com a implantação do Estado Novo (1937-1946) por Getúlio Vargas, passando pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), culminou com a aceleração da ocupação regional durante o governo militar (1964-1985). A ocupação regional, promovida pelo Estado, se baseava na constituição de conexões e redes que fossem capazes de “controlar os fluxos e estoques, tendo as cidades como base logística” (BECKER, 2004. p. 26). No entanto o modelo de ocupação da região, com exceção de Manaus, não foi suficiente para gerar emprego e renda no interior dos núcleos (BECKER, 2013).

Durante a Segunda Guerra Mundial os aliados perderam acesso à borracha Asiática, em decorrência, Getúlio Vargas assumiria o fornecimento do produto diretamente aos EUA. Para operacionalizar o acordo comercial, houve de novo o recrutamento de mão-de-obra nordestina para a exploração da borracha nos seringais da Amazônia. Benchimol (2013 [1977]) denomina os eventos regionais decorrentes dessa estratégia de “2ª Batalha da Borracha”.¹³¹

¹³⁰ CEPAL foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948 em Santiago do Chile, em resposta à insatisfação dos países latino-americanos com as dificuldades em promover a industrialização e desenvolvimento técnico. Era proposta da CEPAL a substituição de importações, desenvolvimento voltado ao mercado interno.

¹³¹ No ano de 1941, os Estados Unidos entraram na II Guerra Mundial e em 1942 foram assinados os Acordos de Washington, nos quais o Brasil assumia o compromisso com os Aliados para o fornecimento de borracha e minério para os EUA. Com o compromisso de

reativar a extração de borracha amazônica, o governo criou em 1943 o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) com objetivo de recrutar nordestinos para a extração da borracha. No entanto, essa segunda “batalha da borracha” não resultou em transações comerciais lucrativas para a Amazônia, ficando a maior parte dos investimentos americanos concentrados na região sudeste, que recebeu investimentos voltados à alavancar a indústria siderúrgica.

Pode-se considerar que a variante política desse evento, foi o discurso do Presidente Getúlio Vargas proferido em Manaus em 10 de novembro de 1940: o “Discurso do Rio Amazonas”.

Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta, foram as nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória. A cidade de Manaus não é a menor delas. Outras muitas nos reserva a constância do esforço e a persistente coragem de realizar. [...] Necessitais adensar o povoamento, acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes. (VARGAS, 1942 [1940]: 04)

No discurso, Vargas alertava para a necessidade de concentrar o povoamento disperso pelo território amazônico para vencer o principal desafio para o progresso amazonense, a imensidão de espaço vazio e desocupado¹³². Citava também o nomadismo do seringueiro como uma base instável para o desenvolvimento propondo a substituição dos povoados ribeirinhos por núcleos de cultura agrária, “onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra, desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça” (VARGAS, 1942 [1940]: 04).

Em tom profético ele sinalizava o que se seguiria nas políticas territoriais do período de governo militar voltadas à uma reconstrução nacional.

A defesa da borracha e a retomada de sua exploração na Amazônia após a crise é considerada por Arthur Cezar Ferreira Reis como a primeira operação planejada na região (REIS, 1958: 349). O planejamento do Governo Federal de valorização da borracha extrativa consistia em promover a cultura da *hevea brasiliensis* para a manutenção do monopólio da goma. Vislumbrava-se a criação de mercado de consumo interno para aproveitamento do produto pela indústria, a qual deveria ser incentivada. Segundo Reis (1958) o plano era vasto e incluía incentivos, prêmio e isenção de impostos a quem estivesse interessado em plantar as árvores ou ainda em instalar fábricas de artefatos de borracha em Manaus, Belém, Recife, Bahia e Rio de Janeiro.

Interessa observar a diferença no discurso e na atuação dos atores nas duas batalhas da borracha, sendo a primeira o boom da borracha, entre 1850 e 1910, alavancada prioritariamente pelo mercado externo de capital privado e pouco influenciado pelo Estado nacional. Já a 2ª Batalha da Borracha, com o viés nacional-desenvolvimentista, explícito na matriz discursiva, que comandaria o surgimento de uma nova tecnocracia. Na 2ª batalha houve a montagem de um dispositivo logístico-

¹³² De alguma maneira, a dizimação das nações indígenas na época da conquista colonial, que foi uma “catástrofe demográfica”, favoreceu o argumento de “vazio demográfico” que

seria sustentáculo ideológico de projetos de ocupação na região amazônica (CHAVES, 1990: 38).

institucional como a criação do Banco da Borracha (1942),¹³³ a construção do aeroporto de Ponta Pelada em Manaus e a ampliação do aeroporto de Val-de-Cães de Belém, como bases operacionais de apoio aos aviões americanos (BENCHIMOL, 2013 [1977]), além disso, a instituição da Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (Sava) e do Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (Semta) serviram de apoio para a reativação das frentes de trabalho nos seringais.

A criação dos territórios Federais do Guaporé (Rondônia), Rio Branco (Acre) e Amapá, em 1943, juntamente com a atuação da Semta, foram eventos importantes para entendermos a magnitude dos planos regionais que começariam a ser traçados a partir de então e que comandariam novas territorializações, des-territorializações e reterritorializações de nordestinos, índios e caboclos na Amazônia, seja na cidade de Manaus, nos núcleos e povoados do interior, nos seringais, depois tornados cidades ou nas cidades novas que surgiam às margens das *Company towns*.

Dando continuidade ao projeto nacional-desenvolvimentista, Juscelino Kubitschek (1956-1961) estabeleceu durante seu mandato o “Plano de Metas” com o lema “cinquenta anos em cinco”. Fazia parte do plano a realização de ambicioso plano econômico que incluía desenvolver a indústria automobilística, o setor

energético e dinamizar o interior do país. Essa última meta culminaria na transferência da capital federal para o Centro-Oeste (1960) e na construção das rodovias Belém-Brasília e Acre-Cuiabá-São Paulo. O aumento da migração para a Amazônia, a partir de então, ocasionou um crescimento da população regional que passou de 1 para 5 milhões entre 1950 e 1960 (Becker, 2004). p. 25).

À época despontariam as primeiras preocupações com o planejamento espacial em escala nacional e regional. A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada por Getúlio Vargas em 1953, buscando promover o desenvolvimento econômico e a “valorização” da Região Amazônica, consolidou-se como aparato institucional e fomentou ações voltadas ao planejamento regional. Entre outubro de 1955 e 1956, por exemplo, John Friedman, recém doutor pela Universidade de Chicago, foi convidado a compor o quadro de instrutores do Curso de Planejamento Regional, organizado pela SPVEA e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que tinha como objetivo preparar técnicos e especialistas da administração pública para o planejamento regional que seria encabeçado para a Amazônia. No curso “Introdução do Planejamento Regional”, Friedmann buscou fundamentar um repertório mínimo de planejamento e técnicas fundamentais para a elaboração de planos¹³⁴. Ele acreditava que mais importante do que produzir planos acabados, era raciocinar como planejador, uma vez que o

¹³³ Mais tarde Banco do Crédito da Amazônia, e depois se tornaria o Banco da Amazônia S/A.

¹³⁴ Em 1959 foi editado outro trabalho mais extenso e completo: FRIEDMANN, John R. P. Introdução ao Planejamento Democrático. Rio de Janeiro, FGV/EBAP, 1959.

planejamento é um processo no qual se enfrenta um problema de maneira criativa à medida que se depara com situações concretas da realidade (FRIEDMANN, 1959)¹³⁵.

Em contraponto às iniciativas da SPVEA voltadas ao planejamento regional, seriam as intervenções estatais os fatores determinantes para a construção do território amazônico, que se efetivaria como projeto geopolítico com o Plano de Integração Nacional de 1960 (BECKER, 2013), fortemente marcado pela atuação do Estado Nacional, tanto na indução da economia, quanto no planejamento territorial na região amazônica. As estratégias planejadas uniam urbanização, criação de novas cidades, ampliação da fronteira agrícola e a criação de um enclave industrial na Amazônia Ocidental¹³⁶, tudo isso sob o modelo de incentivos fiscais e linhas de financiamento de Bancos regionais¹³⁷.

O Estado toma para si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernização acelerada da sociedade e do território nacionais. (BECKER, 2004: 26)

Ajustando a lente para Manaus

Antes de avançarmos no ciclo de modernização que culminou no processo de industrialização de Manaus e na Zona Franca, abriremos um parêntese para análise dos processos de territorialização que ocorreram até então em Manaus, especialmente a expansão das margens urbanas e a formação de novos povoamentos no seu entorno. Para isso, considerando os sub-períodos: i) o boom da borracha, como um primeiro ciclo de desenvolvimento; ii) o declínio dessa economia; iii) a Segunda Batalha da Borracha, ou segundo ciclo de desenvolvimento.

A “Primeira batalha da borracha” (BENCHIMOL, 1997) borracha, a extração do látex promoveu uma diáspora de nordestinos para o interior da Amazônia com a finalidade de trabalhar nos seringais, onde se estabelecia um quadro de tensão socioespacial. Por um lado, os migrantes seringueiros, privados da posse da terra e impossibilitados de desenvolver outra atividade que não fosse a extração do látex, viviam em extrema pobreza com saldo negativo com o dono da terra, em geral um “Coronel de barranco”. Por outro lado, os indígenas originários, eram expropriados de suas terras nos domínios dos seringais. Além da promessa de enriquecimento rápido nos seringais, outros fatores influenciaram a migração

¹³⁵ Os desdobramentos desse processo de capacitação ainda não foram estudados e não cabe no contexto da tese o aprofundamento no tema, mas sim pontuar a importância daquele momento onde as atenções da política federal se voltaram ao planejamento regional.

¹³⁶ A Amazônia Ocidental é a região formada pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

¹³⁷ Em 1959, foi criada a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste)

nordestina para a Amazônia, como as grandes secas que atingiram o nordeste e subsídios governamentais concedidos para o transporte de imigrantes para os programas de colonização agrícola.

Com a queda da economia da borracha, a partir de 1912, houve um esvaziamento dos seringais, e o destino de muitos desses trabalhadores foi o núcleo urbano de Manaus. O retorno dos seringueiros à produção de subsistência¹³⁸ também deu origem aos núcleos populacionais que se formaram nas terras próximas a Manaus. Nesses pequenos povoados eram desenvolvidas atividades de pesca, caça, criação e lavoura por uma população cabocla, resultante das relações estabelecidas entre os nordestinos e os nativos indígenas (CHAVES, 1990). Assim, fora do núcleo urbano de Manaus, a várzea ia aos poucos sendo repovoada pelos seringueiros que chegavam na região (CHAVES, 1990) e estabeleciam-se às margens do médio Amazonas, juntamente com índios remanescentes, formando pequenos povoados e comunidades agro-fluviais. Segundo Benchimol (2019, [1999]), entre 1877 e 1920, aproximadamente 300.000 nordestinos vieram “fazer a Amazônia”. Entre 1941 e 1945, teriam sido enviados mais cerca de 75.000 imigrantes.

Benchimol (2019, [1999]), considerando as contribuições índio-cabocla na ocupação e desenvolvimento da Amazônia, cita entre as heranças culturais o conhecimento dos rios, furos, paranás e lagos, que são fundamentais para o manejo

do transporte fluvial, que depende dos regimes de cheias e vazantes e das alterações da paisagem. Outros legados foram o conhecimento das várzeas, das águas barrentas, terras caídas, remansos e praias (2019, [1999]). A prática agrícola da mandioca para o seu preparo na casa de farinha e extração do tucupí, da goma e do tipiti. Os sistemas construtivos de casas de paxiúba e palha de buçu, de pau-apique para vencer as enchentes, flutuantes, tapiris, marombas, palafitas e malocas (BENCHIMOL, 2019, [1999]). Esse era o perfil da sociedade ribeirinha que ocupava os “baixos rios e beiradão da calha central” em pequenos povoados, vilarejos ou cidades. Na cidade de Manaus, a face da ocupação cabocla se expressou na cidade flutuante, no beiradão, nas palafitas e na periferia (Figura 58).

Em 1940, o Censo (IBGE, 1940) encontrou vivendo, ainda, no interior da Amazônia uma população rural de 76,99% contra 23% da população urbana. Essa migração urbana seria acelerada nos anos 50, 60, 70, 80, 90, e 96, quando as cidades passaram a deter 26,1; 29,3; 37,3; 44,9; 54,5 e 61% da população regional. (BENCHIMOL, 2019, [1999]).

Em 1940, Manaus tinha 106.399 habitantes, dos quais 75.765 moravam no distrito de Manaus, 27.949 no Distrito do Careiro e 2.685 no Distrito de Airão (IBGE, 1940). Os subúrbios rurais iam paulatinamente se transformando em áreas urbanas e em 1940, já agrupavam 38% da população da cidade (HEIMBECKER, 2014. P. 49). A construção de novas vias ligando a área central, Vila Municipal e os

¹³⁸ Importante colocar que nos seringais era proibido aos trabalhadores se dedicarem a qualquer outra atividade complementar, como agricultura. Esses lugares eram comandados

por um “Coronel de Barranco” que era a elite dos seringais, envolvidos muitas vezes com a política da capital (BENCHIMOL, 2013 [1977]).

subúrbios rurais, inclusive com serviço de bondes elétricos, como a linha que levava à região de Flores, localizada na porção norte do território de Manaus, favoreceriam a ampliação da mancha urbana. Por outro lado, a ocupação das beiras de Igarapé e do rio Negro, ampliavam a ocupação de tipologia flutuante e palafítica na cidade. Esses territórios insurgentes foram constantemente negados como parte da cidade formal, fato verificável pela ausência dessas territorialidades nos mapas oficiais do município.

A introdução dos ônibus no final dos anos 1940 favoreceu a ampliação da malha urbana de Manaus. Inicialmente os veículos funcionavam precariamente, mas a partir da década de 1950 passaram a operar como transporte coletivo urbano da cidade, conhecidos por lotação ou expressos (MAGALHÃES, 2014). Manaus nos anos de 1950 haveria expandido sua ocupação urbana e já era possível identificar os bairros Vila Municipal, localizado no alto platô e ocupado pela população de mais alta renda que ali construíam chácaras e palacetes desde a década de 1910; Aparecida e São Raimundo, à sudoeste do centro; Educandos, antigo Constantinópolis, que havia se expandido consideravelmente após a instalação de indústrias e novas avenidas (Paredão) ligando ao aeroporto de Ponta Pelada; Bairros da Chapada, Adrianópolis e Flores, que se desenvolveram ao longo das estradas e da linha de bonde que ligavam a Vila Municipal à área rural de Flores; São Francisco, Santa Luzia, Bairro da Raiz, Beco do Macedo e Colônia Antônio Aleixo, esta destinada ao abrigo de hansenianos (MAGALHÃES, 2014: 120)

A Ponte Presidente Dutra, inaugurada em sobre Igarapé Cachoeira Grande ligando o Boulevard Amazonas no sentido dos bairros São Raimundo, ainda hoje

estrutura fundamental de acesso da porção oeste ao centro da cidade e a ponte ligando o bairro da Cachoeirinha ao Educandos. As pontes construídas à época tiveram um importante papel de “conectores de espaços sociais urbanos historicamente periféricos da cidade” (HEIMBECKER, 2014: 60).

Quadro 1: Principais pontes implantadas entre 1881-1957

Ponte	Data	Localização	Relação
Remédios	1881	Remédios	Ligava bairros Remédios-Centro
Benjamim Constant (ponte da Cachoeirinha)	1895	Av. Sete de Setembro	Liga Centro ao bairro Cachoeirinha
Ponte Romana I (Floriano Peixoto)	1896	Av. sete de Setembro	Garantiu continuidade do eixo Leste/Oeste
Ponte Romana II (Deodoro da Fonseca)	1896	Av. sete de Setembro	Garantiu continuidade do eixo Leste/Oeste
Bilhares (Cachoeira Grande)	1895	Av. Constantino Nery	Centro/Chapada/Flores (antigo Bosque Municipal)
Educandos/Ephigênio Sales e Juscelino Kubistchek	1928	Hoje - Só pedestres	Educandos/Cachoeirinha
Engenheiro Lopes Braga	1952	São Jorge	São Geraldo a São Jorge
Presidente Dutra	1951	São Raimundo/Av. Brasil	Boulevard Amazonas – São Raimundo/Glória e Santo Antônio/COMPENSA
Ponte da Bolívia (Antônio Vidal de Mendonça)	1957/58		Estrada Torquato Tapajós, AM-010, BR-174

Fonte: Elaboração própria

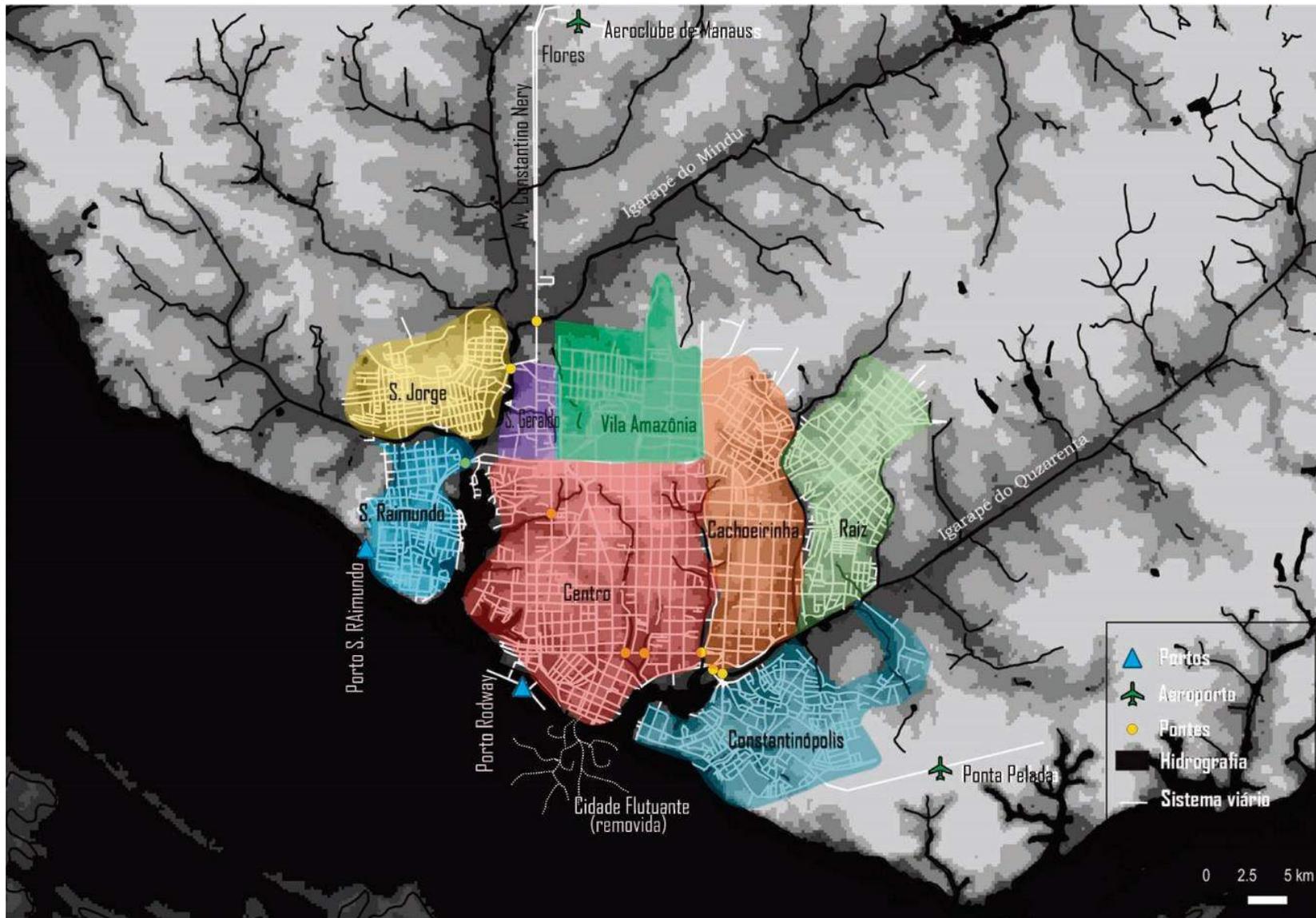


Figura 57: Cidade de Manaus 1969, sistema viário, porto e pontes
Fonte: Elaboração própria segundo mapa da Prefeitura de Manaus



Cidade Flutuante

Figura 58: Cidade flutuante, 1960

Fonte: Cartão postal, 1957. Skyscanner

Durante toda a década de 1950 e início da década de 1960, a política brasileira apresentou sinais de crise, com o aumento do ritmo de crescimento inflacionários e falência do processo denominado de “substituição de importações”, que foi argumento para o “golpe de 1964”. A partir de então as estratégias de integração nacional, com o fomento de iniciativas para induzir a modernização do país, se tornaram mais enérgicas, no sentido de redimensionamento de instrumentos jurídicos e político-institucionais. Em 1966, no governo militar, sob a administração do então Presidente da República Castelo Branco, a SPVEA foi extinta e imediatamente criada a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia)¹³⁹. A SUDAM inaugurava uma política mais agressiva de apropriação física do espaço regional da Amazônia, sob um modelo de incentivos fiscais que conformaria um novo padrão de planejamento regional.

A partir de então o Estado passaria a conduzir uma política antagônica, onde, por um lado, agia de maneira repressiva no campo social, e por outro, modernizador no âmbito administrativo e das organizações burocráticas. O procedimento de planejamento funcionalista se apoiava em bases tecnicistas para o tratamento tanto de questões econômicas quanto socioespaciais e foi solo fértil para a atuação centralizada e setorializada do poder público sobre o território.

O planejamento regional que se vislumbrava tinha forte influência da experiência do Tennessee Valley Authority (TVA)¹⁴⁰ dos Estados Unidos, da qual

¹³⁹ Decreto lei 5.173 de 27 de outubro de 1966

¹⁴⁰ Tennessee Valley Authority – autarquia criada na década de 1930 no EUA, como parte dos programas “New Deal” do presidente Roosevelt com o objetivo de desenvolver uma

John Friedmann fez parte antes de vir ao Brasil a convite da SPVEA em 1955. Segundo Friedmann (2009), a experiência do (TVA) teria funcionado como um laboratório onde pôde testar interpretações e experiências sobre o que viria a ser planejamento. O TVA, foi um projeto voltado à utilização dos recursos fornecidos pelo rio para navegação, controle de enchentes, recreação e uso da terra e pela floresta, em uma ideia de “desenvolvimento integrado de recursos” (FRIEDMANN, 2009).¹⁴¹

Embora existissem estratégias de interiorização da rede urbana brasileira, os processos de urbanização continuaram marcados por desequilíbrios regionais. O planejamento regional continuava controverso, ao não concentrar os esforços na consolidação de uma rede de cidades com dinâmica econômica e territorial, mas insistindo em inversões em enclaves.

A carência de planejamento territorial que considerasse as diferenças regionais numa visão endógena,¹⁴² favoreceu a concentração e a desarticulação das cidades da Região Norte com relação à rede urbana brasileira.

Como exemplo de política territorial foi adotado o modelo de polos de desenvolvimento, com a criação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA - data), que tinha por finalidade promover atividades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em áreas prioritárias da Amazônia¹⁴³. O POLAMAZONIA promoveu a criação de enclaves e não de uma rede de polos articulados para o desenvolvimento da região. O mapa com a localização dos investimentos (Figura 59) demonstra a desarticulação dos projetos a rede urbana regional e uma leitura da Amazônia como um depósito de recursos minerais e energéticos, áreas predefinidas foram selecionadas e representadas como manchas sob um substrato neutralizado. Nota-se o espaço regional como uma grande área homogênea onde são definidos enclaves (em territórios-zona), que ignorando territorializações pretéritas e saberes localmente

vasta extensão do país, abrangendo os estados de Tennessee, Alabama, Mississippi, Kentucky, Georgia, Carolina do Norte e Virgínia. As políticas e projetos eram voltadas ao potencial dos recursos hídricos e florestais. Nesse sentido, foram implantadas barragens, reservatórios para geração de eletricidade e obras para controle da vazão, programas para controle da erosão do solo como a restauração florestal e introdução de técnicas agrícolas, incremento da navegação e do comércio ao longo do rio Tennessee (TVA. History.com editors. <<https://www.history.com/topics/great-depression/history-of-the-tva>>)

¹⁴¹ A tese de doutorado desenvolvida por Friedmann sobre sua experiência no TVA, defendia a hipótese de que “[...] o desenvolvimento econômico requer que as cidades tenham papel ativo como lugar” (FRIEDMANN, 2009. p. 83)

¹⁴² Para Berta Becker (2004) os modelos de ocupação territorial no Vale do Amazonas foram historicamente desagregadores, resultado da dicotômica entre uma visão externa e outra interna do território. A primeira, baseada na afirmação da soberania privilegiou as relações com a Metrópole (Marquês de Pombal, durante a Colônia) e o mercado exportador de produtos extrativos (até os dias atuais); outra, uma visão interna do território que fomentou o crescimento endógeno e a autonomia local, como exemplo os movimentos Missionários e hoje projetos de colonização, povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos.

¹⁴³ Xingu-Araguaia; Carajás; Araguaia-Tocantins; Trombetas; Altamira; Pré-Amazônia Maranhense; Rondônia; Acre; Juruá Solimões; Roraima; Tapajós; Amapá; Juruena; Aripuanã; e Marajó.

construídos, simplifica uma realidade complexa em nome de uma estratégia de poder que reafirmava o papel da Amazônia como fronteira de recursos.

Projetar uma estratégia territorial em linhas e manchas abstratas sob uma superfície plana e vazia, denominada “equivocadamente” de território, expõe uma questão que é cara a Lefebvre (1972): o procedimento de projeto como estratégia de poder. Ao buscar coincidir as necessidades, as funções, os lugares e os objetivos sociais em um espaço “supostamente neutro”, utilizando para isso de um discurso de racionalidade, impõe-se um projeto de poder. Esse tipo de estratégia demonstra uma intenção de fragmentação do espaço social, evidenciando por meio de análises truncadas um plano para o território onde o “desenho redutor” não incorpora a forma à estrutura do território, desvinculando qualquer relação significante-significado. Em seguida, definia-se um conjunto de códigos, abrindo possibilidades sobre a forma textual para a subdivisão acidental do espaço e sua setorização operacional. Reforçando a tese de Berta Becker (2013), mesmo que as cidades fossem elementos fundamentais para a consolidação de um modelo político-econômico, os núcleos urbanos não foram considerados como dinamizadores do projeto de território amazônico.

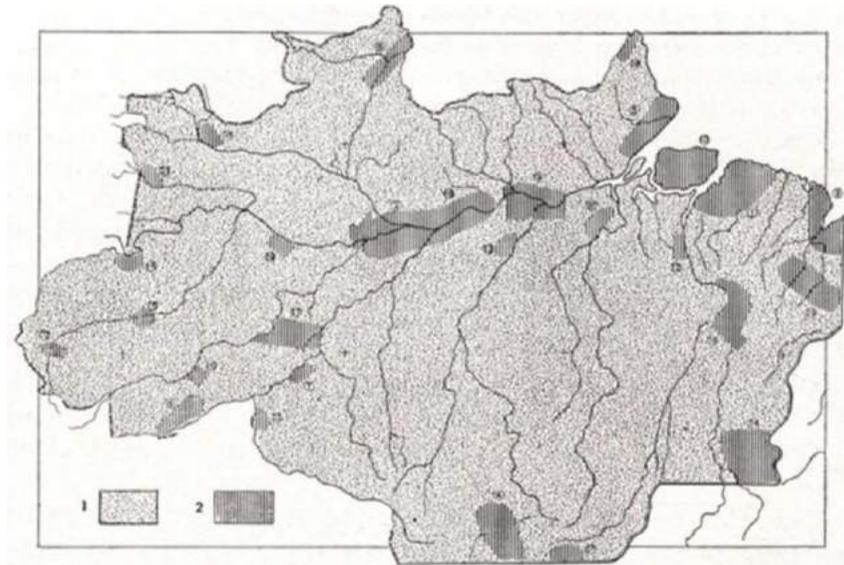


Figura 59: POLAMAZON
Fonte: Reis (1958)

Irlanduba

Para entender a ocupação da península de Irlanduba é importante contextualizar a imigração japonesa no Amazonas, uma vez que os japoneses foram, e ainda são, atores importantes na dinamização da margem direita do rio Negro. Além da migração nordestina, foi também incentivada a migração japonesa para a Amazônia, primeiro, pelo governo federal, como forma de promover a introdução de novas técnicas de cultivo agrícola na região e depois pelo governo do estado do Amazonas.

Em 1930 os primeiros colonos japoneses chegaram ao estado do Amazonas nas regiões das cidades de Maués e Parintins, onde o governo federal

havia concedido terras para uso agrícola. Os colonos japoneses só alcançariam a região de Manaus em 1953. As colônias japonesas de Manaus se instalaram no pós-segunda Guerra mundial e tiveram um caráter diferente da colonização japonesa no Baixo Amazonas, ou Juto-mirim. Chegando no encontro dos rios Negro e Solimões, os japoneses instalaram-se em duas colônias de iniciativa pública, a colônia Bela Vista (Área 1, Figura 60), sob administração federal, e na Colônia Efigênio Sales, AM-010 (km 40 a 54) no município de Manaus, essa sob administração estadual. Posteriormente, instalaram-se na Colônia Água Fria, no Cacau-Pirêra (Área 2, Figura 60), à época, pertencente a Manaus. Em 1962 chegaram mais cem famílias japonesas para se estabelecer na Colônia Bela Vista e em 1967, mais uma colônia japonesa foi implantada em Manaus, no Parque Dez de Novembro, dessa vez em terras adquiridas pelos japoneses (DUARTE, 2019).

Segundo Linda Nishikito (2018) a Colônia Bela Vista foi fundada pelo governo federal através da Colônia Nacional Agrícola do Amazonas (CANA)¹⁴⁴. As terras doadas pela União abrangiam 200 a 300 hectares nos municípios de Manaus, Manacapuru e Codajás. A colônia possuía sede no município de Manacapuru. A Colônia Bela Vista era composta por 5 regiões por onde adentraram-se os japoneses. Primeiramente foram construídas as hospedarias ou “barracões” localizados no local denominado Água Fria.

As áreas de terra firme da Colônia Bela Vista eram entrecortadas pelos rios Negro e Solimões, e as áreas do Caldeirão, Ariaú, Água fria e Cacau Pirêra, eram ligadas por estradas e tinham acesos a Manaus por meio de embarcação, que demorava cerca de quarenta minutos para realizar a travessia do Rio Negro; a sede da colônia Bela Vista, isolada das demais áreas era acessível apenas via fluvial pelo rio Solimões. A dificuldade de locomoção entre a sede da colônia Bela Vista e Manaus fez com que fosse grande a evasão de famílias do local. A partir da criação da Zona Franca de Manaus houve uma melhoria nas condições de infraestrutura e dos meios de transporte, como a disposição de balsas no trecho Manaus-Cacau Pirêra e a implantação da rodovia Manoel Urbano, hoje rodovia

A Zona Franca de Manaus representou para os japoneses do Amazonas um divisor de águas. Primeiro, porque facilitou a aquisição de artigos orientais importados, muito caros aos imigrantes; segundo, porque suas colônias agrícolas desenvolveram-se em razão do aumento da demanda por produtos alimentícios na cidade de Manaus; e, por último, a forte presença de empresas japonesas multinacionais diversificou as frentes de trabalhos para a comunidade *nikkei* (NISHIKITO, 2018).

¹⁴⁴ Decreto de criação nº 8.506 de 30 de dezembro de 1941.

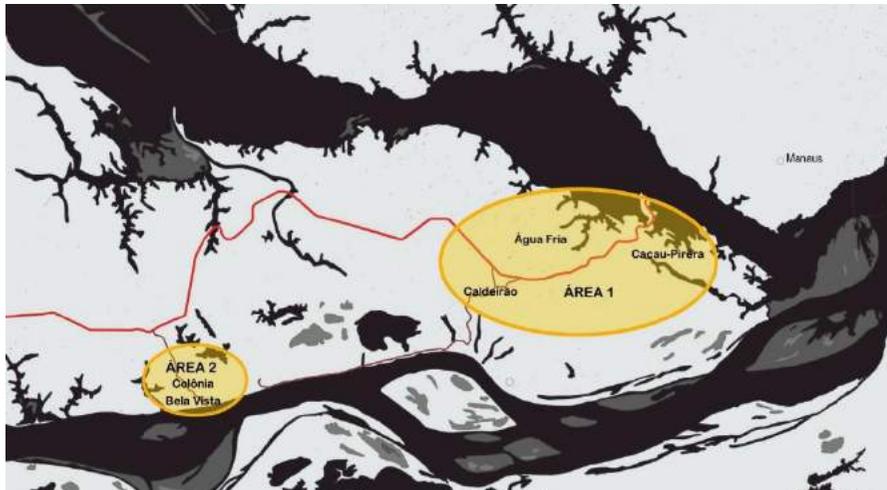


Figura 60: Localização geográfica das Colônias japonesas do pós-guerra na península de Iranduba. À esquerda a Área 1: Colônia Bela Vista, à direita Área 2: região de Cacaú-Pirêra
Fonte: Elaboração própria adaptado de Nishikito (2018: 82)

A integração do espaço regional

Com a ascensão dos militares ao poder em 1964 e a implantação de um regime totalitário de governo, interesses geopolíticos se voltaram para a Amazônia, frente as preocupações com a soberania nacional. A integração física da Amazônia com o restante do país era uma ideia dominante, bem como a noção de que se devia ocupar um “vazio demográfico”. Daí o lema do discurso oficial do governo: “integrar para não entregar” (RIBEIRO, 2005). Esse ideal foi traduzido em projetos

de “Integração física”. Primeiro foram priorizadas as obras de consolidação das estradas já iniciadas: BR-010 (Belém-Brasília) e BR-364 (Cuiabá-Porto Velho-São Paulo). No Governo do Presidente Castelo Branco, um sistema de ação foi institucionalizado para a região Amazônica, lançado em 1966 como “Operação Amazônia”.¹⁴⁵ Dentre as estratégias do sistema de ação foi criada a Zona Franca de Manaus¹⁴⁶ e um sistema institucional que incluía: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Conselho de Desenvolvimento da Amazônia (CODAM); Banco da Amazônia S.A (BASA), SUFRAMA, entidade criada para administrar a Zona Franca de Manaus; e entidades de pesquisa: Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém; o Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA) em Manaus e o Centro de Pesquisa Agroflorestal do Trópico Úmido (CPATU), em Belém.

Após a queda do presidente Castelo Branco, o governo militar assumiu em caráter mais repressivo em termos político-ideológico e ampliou agressivamente as linhas de ação do governo anterior. O Ministério do Interior adotou a postura de que a Amazônia deveria ser ocupada, não apenas economicamente, mas socialmente, ou seja, a Amazônia devia ser povoada. Assim, a estratégia era abrir canais de acesso para que a população de outras regiões do país pudesse povoá-la (RIBEIRO, 2005). Tais objetivos foram as bases do *Programa de Integração Nacional* (PIN)¹⁴⁷ que definiu outros eixos de integração: BR-010; BR-163; BR-319;

¹⁴⁵ Decreto nº 59.455, de 4 de novembro de 1966.
¹⁴⁶ Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

¹⁴⁷ Decreto lei nº 1106, de 11 de junho de 1970.

BR-364 e BR-316. No entanto, essas rodovias não davam conta da “necessária” ocupação da porção norte da Amazônia, nesse sentido, foi aventada a construção da estrada “Perimentral Norte”, que ligaria o Amapá ao Oeste do Amazonas passando nas proximidades da fronteira da Colômbia, no entanto tal projeto não foi executável.¹⁴⁸ A Ligação de Manaus a Boa Vista e um posterior prolongamento até a Venezuela (BR-174) foi idealizada, mas só seria executada anos mais tarde.

No contexto do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND, 1972-1974)¹⁴⁹, foi implementado o Programa de Promoção de Grandes Empreendimentos Nacionais cujas ações eram financiadas com recursos do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e de outros órgãos financeiros da União. Redes de circulação rodoviária, de telecomunicações e estruturas urbanas, inclusive cidades novas, foram implantadas. A obra da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, que estava andamento desde 1968, foi inaugurada em 1976.

Para a ocupação da Amazônia, além da abertura de rodovias, o governo federal mobilizou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para projeto e implantação de assentamentos agrários ao longo dos eixos de

estrada, a começar pela Transamazônica, no Estado do Pará, no trecho entre os rios Xingu e Tapajós.¹⁵⁰ Muitos foram os que migraram para esses eixos, não só população do nordeste e centro-oeste, mas muitos vieram do sul do Brasil interessados em aproveitar as políticas de incentivo fiscal e a fartura de terras para projetos pecuários e exploração madeireira.

A devastação da floresta promovida pela atividade da pecuária e pela exploração madeireira ao longo das principais infraestruturas instaladas nos estados do Pará e Rondônia, associados a projetos de colonização não efetivados não promoveram a integração da região ao mercado mundial, como planejado, ao contrário, por desencadear processos de desterritorialização de indígenas, conflitos fundiários e devastação florestal, tornaram-se um problema de degradação ambiental e ecológica (KOHLHEPP, 2002).

A concepção de Manaus como uma Zona Franca, começou a ser ensaiada com a instituição do Porto Livre de Manaus em 1957¹⁵¹ criado com a finalidade de impulsionar o comércio de importações frente a uma depressão econômica. Em 1967 foi criada Zona Franca de Manaus (ZFM) e o Polo Industrial de Manaus (PIM) industrial em meio a uma economia predominantemente extrativista, estabelecendo

¹⁴⁸ Ribeiro (2005) refere-se a o projeto coo “delírio”.

¹⁴⁹ O I PND tinha por objetivo elevar o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) entre 8% e 10% (FGV, 2019). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/v_erbete-tematico/programa-de-metas-e-bases-para-a-acao-do-governo>

¹⁵⁰ O INCRA implantou um novo modelo de assentamentos segundo duas tipologias: os PICs (Projetos Integrados de Colonização) e os PADs (Projetos de Assentamentos Dirigidos).

¹⁵¹ Em 1957 foi criada como Porto Livre pela Lei nº 3.173 de 06 de junho de 1957 e regulamentada em 1967 pelo Governo federal, por meio do decreto nº 288 de 28 de fevereiro de 1967, que ampliou a legislação e reformulou o modelo para abarcar toda a Amazônia Ocidental.

incentivos fiscais para a implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário. Esse enclave acelerou processos de modernização da estrutura urbana de Manaus amplificando sua atratividade como polo regional ao mesmo tempo que favorecia a expansão da mancha urbana.

A SUFRAMA responsável pela gestão da Zona Franca, estabeleceu um modelo de desenvolvimento territorial dividido em duas zonas de concentração funcional: o Distrito Industrial, na cidade de Manaus, e o Distrito Agropecuário da SUFRAMA (DAS) (Figura 61), criado como estratégia para produção de alimentos para Manaus, com 40% da área no município de Manaus e 60% no município de Rio Preto da Eva (SUFRAMA, 2019). As estratégias cabeceadas pela SUFRAMA e pelo governo federal repercutiram espacialmente nas bordas de Manaus e nos limites urbanos. Primeiro, a área reservada ao Distrito Industrial foi o alto platô do “paredão”, avançando a área militar do Aeroporto de Ponta Pelada. A localização, destinada ao uso exclusivamente industrial, criou uma barreira à expansão da ocupação residencial no vetor leste às margens do Rio Amazonas.¹⁵² Nessa área foi implantada ampla infraestrutura viária e energética, destinada a abastecer as plantas industriais. A área destinada à agricultura impõe uma série de restrições ao uso urbano.¹⁵³

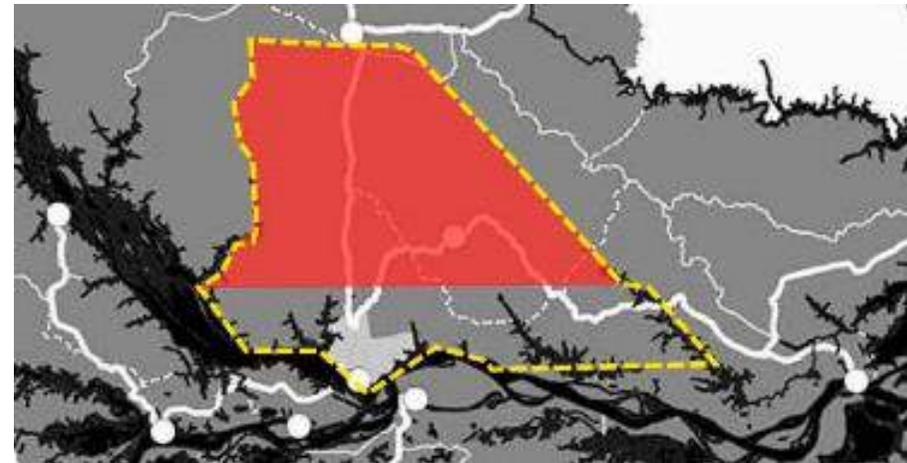


Figura 61: RMM – área da SUFRAMA. Em Amarelo área da SUFRAMA, em vermelho área destinada a uso agropecuário.

Fonte: Elaboração própria. Base IBGE e SUFRAMA

A população de Manaus quase dobrou entre 1950 e 1970 (Quadro 2) e a cidade se transformava em um canteiro de obras onde conviviam conjuntos habitacionais, bairros populares e invasões.

A ação dos agentes sobre o território podia ser percebida na paisagem urbana que cristalizava intenções do Estado, de promotores imobiliários e da sociedade, essa cada vez mais complexa, gente a crescente migração de população de todas as regiões do país atraída pela oferta de empregos e

¹⁵² Já margem do Amazonas, pois o “Encontro das Águas” dos rios Negro e Solimões acontece de frente ao “paredão”, região do Puraquequara.

¹⁵³ À época o polígono do Distrito Agropecuário era muito distante do núcleo urbano de Manaus. Hoje, a cidade já se expande na direção dessa área e a cidade de Rio Preto da Eva, consolidou sua área urbana inteiramente dentro do polígono.

oportunidades de negócio no contexto da Zona Franca. O Estado agia tanto em nível federal, como financiador imobiliário através do Banco Nacional de Habitação (BNH), quanto pela via da normatização e legislação urbanas, a nível de município. O mercado imobiliário do solo urbano se dividia em mercado formal e informal, o primeiro, atendia a parcela da população apta a participar das linhas de crédito federais concedidas para a aquisição de moradia, e o segundo, os habitantes excluídos desse mercado formal que, movidos pela necessidade de moradia, agiam conformando seus territórios irregulares nas áreas onde o solo urbano não apto a construção de moradias.

Quadro 2: Recenseamentos Gerais Estado do Amazonas entre 1872 e 1970.

Fonte: IBGE, *Recenseamento 1970*

Recenseamentos	População
1872	57.610
1890	147.915
1900	249.756
1920	363.166
1940	438.008
1950	514.099
1960	721.215
1970	960.934

Fonte: IBGE (1971)

É sabido¹⁵⁴, que o sítio eleito para a fundação da cidade de Manaus é de aspecto colinar, drenado por uma densa rede hídrica de igarapés, cujas margens estão sujeitas a alagação. Assim, as ocupações que foram implantadas por iniciativa de construtoras financiadas pelo BNH ocuparam os platôs ou áreas de declividade baixa, o que configurou um arquipélago de bairros conectados por vias estruturantes e desconectados entre si.

Entre esses fragmentos, uma parcela da população, excluída do mercado de créditos imobiliários e movida pela necessidade de acesso às atividades urbanas e empregos, paulatinamente ocupou os interstícios entre bairros¹⁵⁵ e as margens do rio Negro próximas ao centro¹⁵⁶. Tais assentamentos, localmente denominados “invasões”, foram as responsáveis por conformar muitos bairros densamente ocupados de Manaus.

Sem uma estrutura adequada ao crescimento, a introdução de elementos técnicos de infraestrutura viária favoreceu a reestruturação da morfologia urbana, até então consolidada. A inserção da rodovia estadual AM-010 no ano de 1964, favoreceu a ocupação não apenas urbana, mas também rural ao longo do eixo e a expansão periférica. Por outro lado, a implantação de pontes favoreceu a interligação do tecido fragmentado de origem, ampliando também as condições de acessibilidade.

¹⁵⁴ Subcapítulo 5.1- Substrato suporte da ocupação

¹⁵⁵ Alvorada, São Geraldo, São Jorge, São Francisco, entre outros.

¹⁵⁶ Bairro da Compensa, Santo Antônio, Ampliação do São Raimundo, entre outros.

Após 1967, a construção da Estrada Torquato Tapajós consolidou o eixo de expansão Norte, dando continuidade aos eixos viários Av. Epaminondas e Av. Constantino Nery. À Leste, antigos bairros como Educandos foram consolidados e foi implantado um primeiro conjunto habitacional no bairro da Raiz. Nessa mesma década foi construída a nova avenida de ligação Leste-Oeste, marginal ao Rio Negro, nomeada de “Manaus Moderna”, com a finalidade de possibilitar o escoamento da produção do Distrito Industrial via Porto de Manaus. A oeste a ocupação urbana teve como limites o bairro de São Jorge e o Hotel Tropical, localizado às margens do rio Negro, a 13 km do centro.

Nesse processo de expansão urbana, grandes áreas foram destinadas aos militares, a instituições públicas e ao parque industrial. Assim surgiram fragmentos de espaços livres “hiatos urbanos”, manchas de áreas verdes ou vazias intercaladas na mancha urbana (PONTES e HEIMBECKER, 2017). Dessas áreas não ocupadas, são destacadas as institucionais, implantadas entre 1960 e 1980, que hoje são importantes fragmentos florestais urbanos, entre elas, o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGs) localizado no bairro São Jorge, o Campus da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no bairro do Coroado, e a Sede do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), no bairro Aleixo e Petrópolis.¹⁵⁷ Além destas, a área da atual Reserva Florestal Adolpho Duke, com 10.000 ha, é outro importante

fragmento de floresta tropical úmida, doada ao INPA pelo Governo do Estado do Amazonas em 1962.¹⁵⁸

A classe operária foi se acomodada nas Zonas Leste e Norte, pela proximidade com o Distrito Industrial. A implantação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes no eixo Norte atraiu o crescimento urbano ao longo da Estrada Torquato Tapajós no bairro de Flores.

Em 1967 foi instituído o Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Município de Manaus (PDLI)¹⁵⁹, que seria o primeiro plano a estabelecer diretrizes para o crescimento urbano, regulamentando por meio do zoneamento a distribuição dos loteamentos e parâmetros urbanísticos em função de um plano viário estruturante. Tal plano, diante dos efeitos espaciais decorrentes da Zona Franca, precisou ser revisto de modo que em 1965 um novo plano foi aprovado, o qual considerava a implantação de um Distrito Industrial e um plano viário estruturante. Em 1975, no mandato do então prefeito Jorge Teixeira de Oliveira foi aprovado o Plano Diretor Local Integrado PDLI, conhecido por PLAMAN (Figura 62).

Mesmo que as diretrizes de expansão urbana do PDLI/PLANAM (1975) apontassem que a malha urbana não deveria se expandir para as bordas com ocupações de baixa densidade, para evitar os altos custos de infraestrutura, a cidade continuava se expandindo sem controle. O PLANAM estabelecia diretrizes

¹⁵⁷ O CIGs e o INPA mantêm um parque aberto à visitação pública e pequenos zoológicos que incluem espécies em extinção. A UFAM não oferece no Campus o uso recreativo ao público e ao longo dos anos perdeu % de sua área.

¹⁵⁸ Quando foi criada, a Reserva Ducke era distante da zona urbana, hoje, configura-se como uma barreira ao crescimento no vetor norte, que exerce pressão sobre o fragmento florestal.

¹⁵⁹ Lei 1.033

de zoneamento, a infraestrutura viária, loteamento e regulamentação de edificações, no entanto, não fixava o gabarito máximo para a construção de empreendimentos verticais nem regras de contenção da expansão urbana e coordenação de assentamentos irregulares e informais. A cidade fora então zoneada por funções: comércio, residência e indústria (PLANAM, 1975).

No mandato do governador Plínio Coelho (1955-1959) foi iniciada a obra da Estrada Torquato Tapajós, hoje AM-010, objetivo de ligar Manaus à Itacoatiara.¹⁶⁰ O governo federal, levando adiante o projeto de integração nacional, levou a cabo as obras das rodovias: BR-174¹⁶¹ e BR-319¹⁶². A primeira, que liga Manaus à Boa Vista/RR e Venezuela, só teve a obra concluída na década de 1990, e a segunda, de Manaus a Porto Velho/RO, foi concluída em 1976.



Figura 62: à esquerda, esquema viário proposto no PDLI 1975; à direita, sistema viário do Distrito Industrial, zona leste.
Fonte: à esquerda, ABA N. 1, Revista Arquitetura Brasileira do Ano. Rio de Janeiro, 1967-68; à direita,

A BR-319, embora construída para conectar Manaus ao “Brasil” central, não é uma estrada contínua até Manaus, ela tem o quilômetro zero no Distrito Industrial de Manaus, mas, não tem uma ponte que permita sua continuidade sobre o rio Amazonas, assim, sua rota é interrompida no porto da Ceasa¹⁶³ em Manaus e os veículos atravessam de balsa até a margem oposta, onde a estrada continua a partir do porto do Gutierrez. Em decorrência da presença desse porto, conformou-

¹⁶⁰ A obra passaria pelo governo de Gilberto Mestrinho (1959-1963) sem ser concluída, e seria finalizada no mandato de Artur Reis, em 1964.

¹⁶¹ Antes da construção da estrada, o percurso até Boa Vista era realizado pelo Rio Branco, que não é completamente navegável, pela presença de cachoeiras. A construção dessa estrada foi marcada por mais um episódio de massacre de povos originários, com a chacina de indígenas nas terras Waimiri-Atroari.

¹⁶² A BR-319 foi fechada em 1988 e depois reaberta parcialmente. Hoje ela não apresenta condições de trafegabilidade, apenas em trechos curtos. O atual presidente Jair Bolsonaro,

licitou recentemente o projeto de asfaltamento da estrada. O projeto, apesar de controverso do ponto de vista ambiental, encontrou no atual governo condições favoráveis para ser levado adiante.

¹⁶³ O Porto da Ceasa, construído em 1975, é classificado pela Antaq como Ponto de Travessia. Ele a princípio era constituído por rampas de madeira e piers de embarque, no ano de 2010, foi adaptado para abrigar a feira informal que localizava-se no local e os passageiros em trânsito.

se um núcleo habitacional espontâneo no município do Careiro da Várzea, a localidade de nome “Gutierrez”¹⁶⁴, que hoje adquiriu o status de distrito e se iguala, ou ultrapassa, a sede “Vila do Careiro”, em termos de movimentação comercial (informal), serviços e movimento de pessoas e embarcações.

Observa-se a importância das infraestruturas viárias, portuárias e aeroportuárias na condução de vetores de expansão urbana e consolidação do tecido urbano fragmentado pelos igarapés, no caso das pontes. A implantação dos aeroportos, primeiro o de Ponta Pelada, em 1954, no então bairro de Constantinópolis (hoje Educandos), sobre um platô de terra firme, às margens do Rio Negro, foi uma escolha estratégica, que garantia uma base militar com acesso aéreo, próximo ao centro urbano de Manaus e junto ao Rio Amazonas, o que permitia a utilização de hidroaviões. Em 1975, a construção do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes ao norte do núcleo central da cidade, à época fora dos limites urbanos, impulsionou a consolidação do eixo de expansão no sentido Sul-Norte, induzido pelo traçado do plano de Eduardo Ribeiro.¹⁶⁵

No entorno de Manaus, a inserção de objetos técnicos de infraestrutura se refletiram em processos de territorialização que deram origem a novos núcleos e

povoados que viriam a se emancipar como municípios anos mais tarde, como Iranduba, Careiro da Várzea e Rio Preto da Eva.

A construção da rodovia estadual AM-010, então Estrada Torquato Tapajós¹⁶⁶, não apenas consolidou um eixo de crescimento urbano, mas também criou uma nova frente para projetos de colonização agrária e implantação de Vicinais da Zona Franca (ZFs), necessárias para a implementação de projetos do Distrito Agropecuário da SUFRAMA.

Na outra margem do Rio Negro, em 1965 foi implantada a estrada Manoel Urbano, conhecida posteriormente como “Estrada da Juta” (hoje AM-070), que ligava a margem do rio Negro, desde a localidade de Cacau-Pirêra até o município de Manacapuru e servia para o escoamento não só da juta produzida nas colônias japonesas, mas também à produção agrícola. A estrada foi traçada sobre a cota alta do platô de terra firme e foi fundamental para a consolidação da ocupação do local pelos japoneses e caboclos que ali viviam. Na localidade de Cacau-Pirêra era necessário atravessar o rio Negro em embarcações e balsas.

A BR 319 favoreceu a consolidação dos municípios do Careiro e Manaquiri, antes pequenos povoados. A localização desses povoados nas proximidades da rodovia atraiu operários que trabalhavam na obra e que por lá se estabeleceram.

¹⁶⁴ A toponímia remete à construtora Andrade Gutierrez, responsável pela obra da estrada à época.

¹⁶⁵ Artificialmente porque veio a romper com o sentido do crescimento leste-oeste do núcleo original de Lugar da Barra.

¹⁶⁶ Iniciada pelo governo do Estado do Amazonas durante o mandato de Plínio Coelho (1955-1959) e concluída no ano de 1964 pelo então governador Artur César Ferreira dos Reis

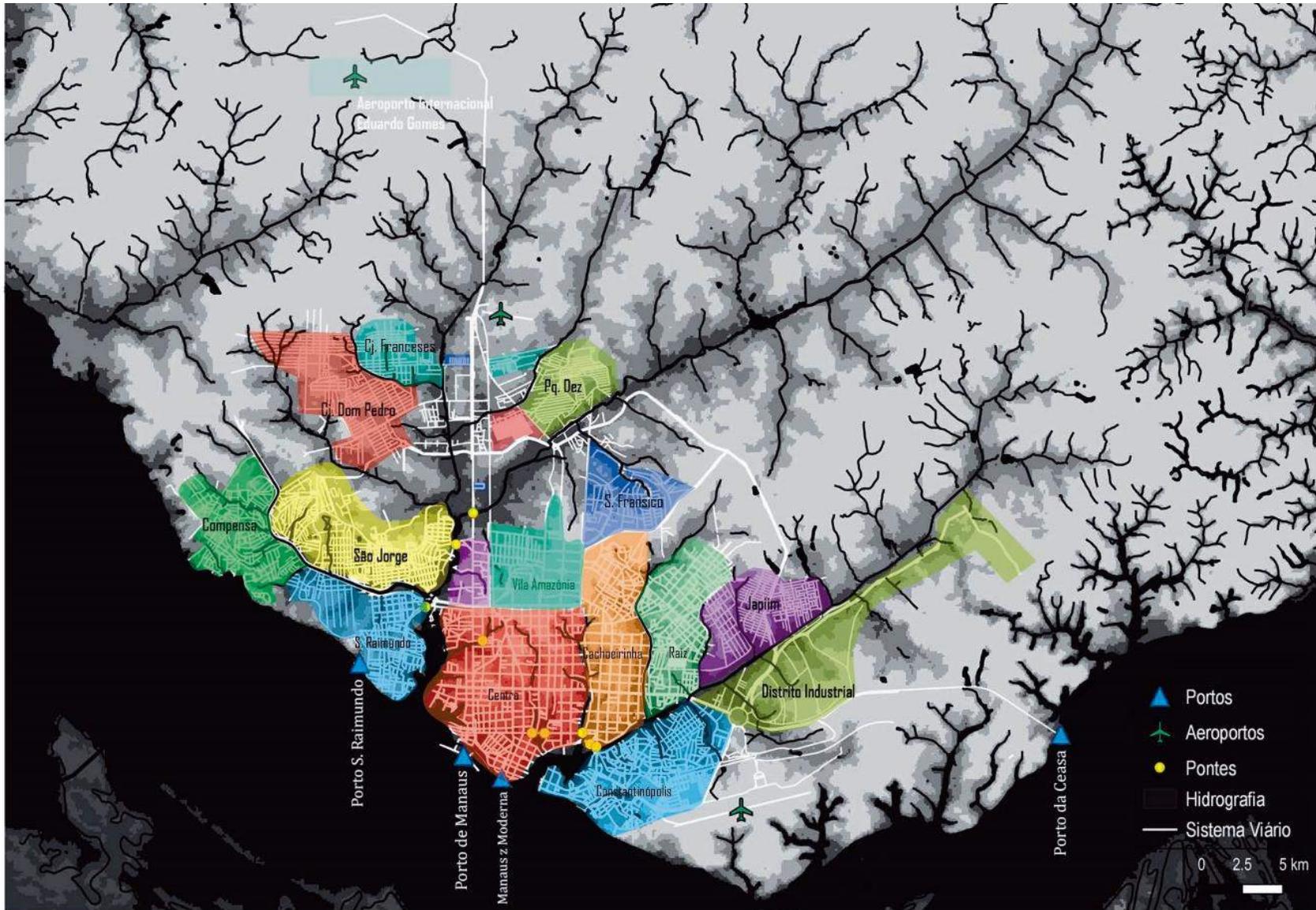


Figura 63: Cidade de Manaus 1976, sistema viário, pontes, portos e aeroportos

Fonte: Elaboração própria sobre mapas de Manaus 1975, Imagens aéreas recentes e dados cronológicos sobre implantação de infraestruturas

A PAISAGEM GLOBALIZAÇÃO

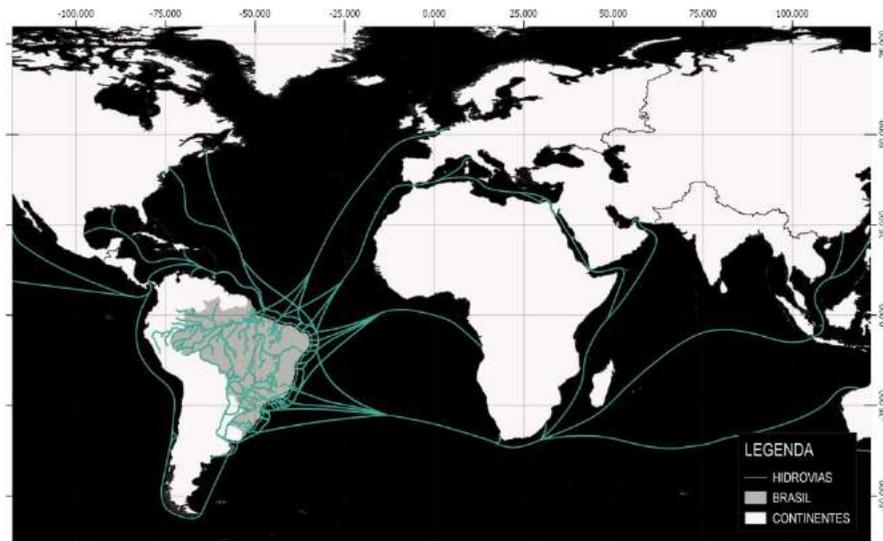


Figura 64: Brasil Relações hidroviárias Brasil-Global
Fonte: Elaboração própria, Base Agência Nacional de Águas (ANA)

Entre 1980 e 2010 Manaus foi a capital brasileira que mais cresceu em termos demográficos. Enquanto a população urbana do país em 1991, alcançava 76% e em 2008 atingiu a marca de 81,2% (IBGE). Na Amazônia, o padrão foi de crescimento demográfico com concentração urbana. A Região Norte registrava

aumento populacional enquanto no Brasil, as taxas de crescimento total da população eram decrescentes desde a década de 1960.¹⁶⁷ Movimentos de migração de fronteira poderiam explicar tal crescimento.¹⁶⁸ Curiosamente, apesar de haver uma intensa migração rural-rural, dominou nas últimas décadas na Amazônia o crescimento urbano.¹⁶⁹ Em 1980 50% da população da Amazônia era urbana e em 2009, 70% já vivia em áreas ditas urbanas.

Em 1980 Manaus tinha uma população de 642.492 habitantes, no ano 2000 eram 1.403.796 e em 2010 a população alcançou a marca de 1.802.014. O IBGE estima que em 2019 a população tenha chegado a 2.182.763 habitantes. O crescimento da cidade entre 1980 e 2010 foi de 280%. Uma particularidade de Manaus é o perfil urbano de sua população, cerca de 99% de seus habitantes vivem em áreas urbanas e a cidade concentra aproximadamente 50% da população do estado do Amazonas.

Segundo o estudo REGIC (IBGE, 2007) Manaus se caracterizava já em 2007 como uma metrópole¹⁷⁰, não apenas pelo grande porte do seu centro urbano, mas pela extensão da área na qual exerce influência direta. Dentre as metrópoles brasileiras, Manaus controla a maior rede urbana em termos de área, 19% da área do País, e a menos densa em termos demográficos, 2,2 hab./km. Manaus concentra

¹⁶⁷ 2,99 em 1950/60 para 2,48 em 1970/80 e 1,61 em 1991/2000 (MONTE-MOR, 2004)

¹⁶⁸ Média anual total as taxas de crescimento populacional variaram de 3,34 em 1950/60 a 5,02 em 1970/80, passando para 3,85 em 1980/1991 e 2,57 em 1991/2000 (MONTE-MOR, 2004)

¹⁶⁹ 5,44 em 1960/70; 6,44 em 1970/80; 5,37 em 1980/91; 4,75 em 1991/2000.

¹⁷⁰ As Regiões Metropolitanas (RMs) no Brasil desde a década de 1970 foram instituídas por legislação federal, mas a partir da Constituição de 1988 a competência para a criação das RMs passou a ser dos estados federados. Desde então muitas RMs foram instituídas, seja por inchaço dos núcleos urbanos, seja à revelia da configuração espacial por mera conveniência política.

cerca de 82% da população da RMM e cerca de 75,5% do PIB de sua rede de influência o que resulta em alta disparidade de PIB per capita, onde Manaus concentra 16,5 mil em seu centro urbano enquanto nos demais municípios é de cerca de 4,8 mil.

A institucionalização de Manaus como Região Metropolitana aconteceu em 2007¹⁷¹ e, apesar de sua criação ter sido questionada, pelo fato da não existência de um Aglomerado Urbano, o estudo do IBGE, sobre as regiões de influências das cidades Brasileiras (REGIC, 2007) considerava que, além das nove metrópoles criadas na década de 1970, apenas Brasília, Goiânia e Manaus apresentavam características metropolitanas de fato. O estudo, que se fundamentou na análise do papel das cidades na rede urbana brasileira segundo uma hierarquia baseada na capacidade do aglomerado em exercer controle e comando, propagar decisões e definir relações regionais (IBGE, 2007), aponta para uma legitimidade da Região Metropolitana de Manaus (Figura 65).

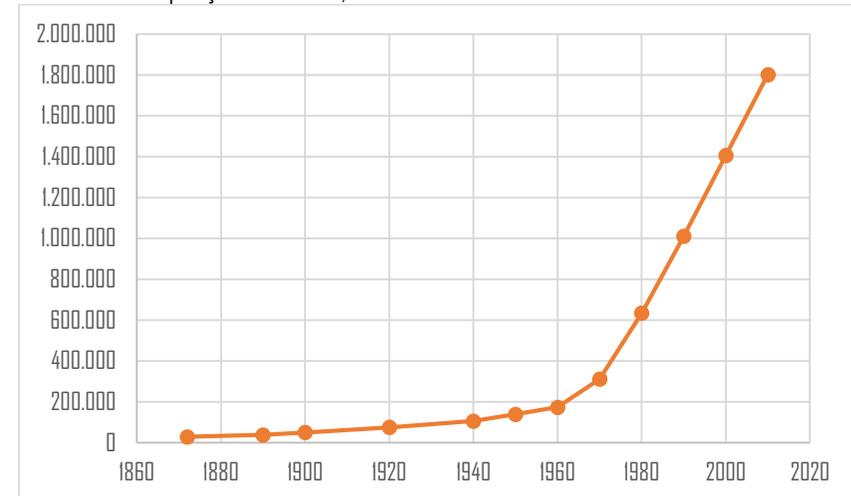
Apesar de parecer uma vastidão pouco ocupada, quando comparada a outras regiões metropolitanas brasileiras (Quadro 3), a Região Metropolitana de Manaus representa hoje o principal polo regional no coração da Amazônia (REGIC).

Quadro 3: Regiões Metropolitanas - população e densidade

Região Metropolitana	População	Densidade
São Paulo	21 242 939	2 653,98
Rio de Janeiro	12 330 186	1 507,32
Belo Horizonte	5 873 841	615,76
RIDE DF e Entorno	4 291 577	74,45
Manaus	2 568 817	20,21
Belém	2 422 481	673,66
Goiânia	2 458 504	331,07

Fonte: IBGE estimativa 2016.

Gráfico 1: População de Manaus, série histórica desde 1872.



Fonte: IBGE, Recenseamentos por ano, série histórica.

¹⁷¹ Lei Complementar nº 52, de 30 de maio de 2007. Artigo 1º, alterado pela Lei Promulgada nº64, de 30 de abril de 2009.

As características morfológicas da capital amazonense e de seu entorno imediato são muito distintas de qualquer outro aglomerado urbano brasileiro. Primeiro, pela dispersão dos assentamentos, segundo, pela rede hidrográfica que estrutura o território como eixo de acesso entre municípios, complementado pela rede rodoviária. Tais aspectos produzem uma paisagem onde há o predomínio da água e das massas florestais e onde os municípios estão localizados a grandes distâncias da capital. Enquanto Manaus cresceu e se tornou maior cidade da região, o mesmo não se refletiu nas cidades do seu entorno.

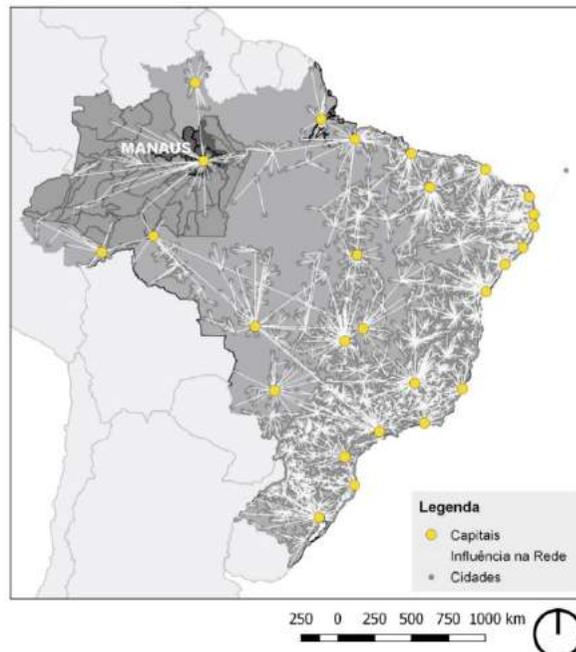
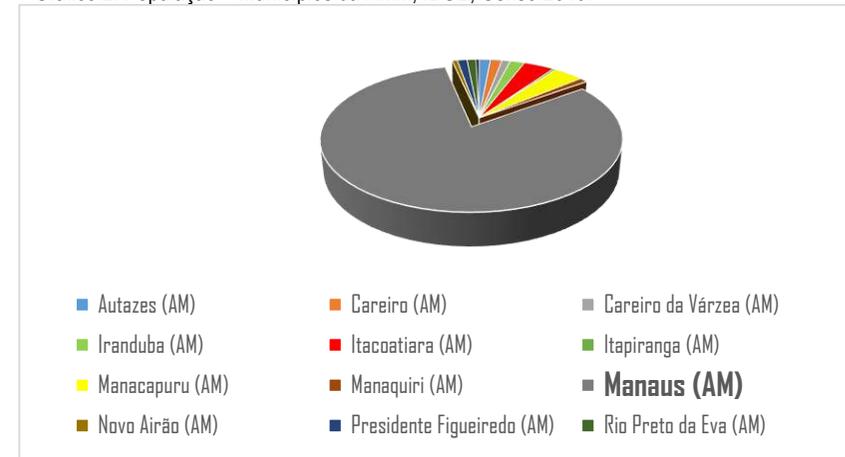


Figura 65: Rede de influência das cidades brasileiras, Regic (IBGE, 2007)
Fonte: Elaboração própria. Base REGIC (IBGE, 2007)

Gráfico 2: População – Municípios da RMM, IBGE, Censo 2010.

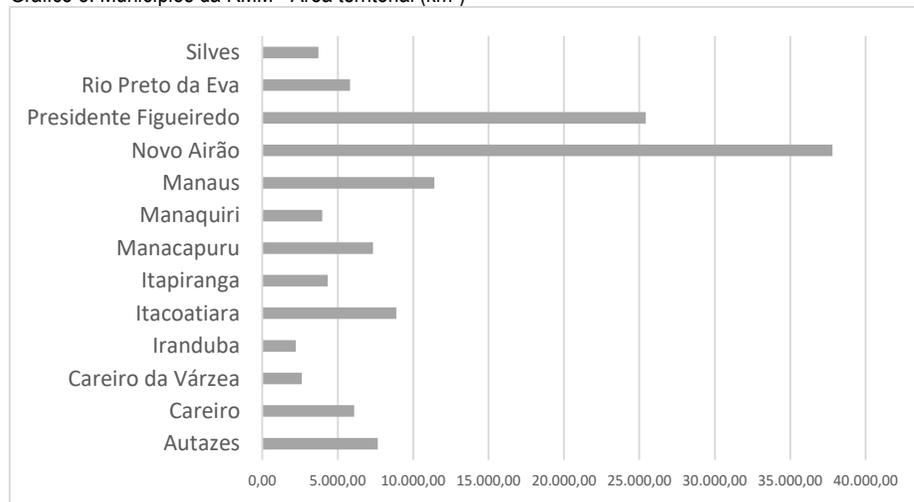


Fonte: Censo (IBGE, 2010).

Manaus, consolidou um modelo de urbanização intensivo, quando comparada a Belém, por exemplo. À época em que se implantava a Zona Franca em Manaus e de consolidava o polo industrial, no Estado do Pará os investimentos foram conduzidos para a implantação de rodovias para a exploração mineral e energética, o que induziu a urbanização do tipo extensivo naquele estado (MONTE-MÓR, 1994, 2004; MONTE-MÓR e LINHARES, 2009), e a urbanização do rural, conduzida por programas de colonização agrícola do INCRA (RUA, 2006). Manaus, por outro lado, concentrou a produção industrial, serviços, equipamentos e população no núcleo urbano, pouco acessível a outras capitais por via terrestre. A pouca conectividade por rodovias, favoreceu essa concentração. Ao longo dos rios, as cidades, mesmo muito próximas a Manaus, mantém até hoje um sistema produtivo baseado na agricultura, pesca e serviços e ainda mantém modos de vida

bastante distintos da capital amazonense. A baixa dinâmica urbana nos municípios e o gigantismo de seus territórios, compostos fundamentalmente por áreas matas e áreas florestais, também favoreceu um modelo de urbanização mais concentrado em Manaus onde grandes distâncias separam as sedes municipais. No entanto, é inegável a dependência dos municípios com relação a Manaus, que concentra serviços, equipamentos e empregos. Obviamente que as grandes distâncias que separam os núcleos da capital é uma variável que influencia na dinâmica comercial e produtiva, dificulta o escoamento da produção agrícola e o acesso s serviços e equipamentos públicos concentrados em Manaus (Figura 66), bem como ocasiona a desvalorização das terras (INCRA, 2015).

Gráfico 3: Municípios da RMM - Área territorial (km²)



Fonte: IBGE

Para Lima (2014) a região metropolitana de Manaus foi produzida pelo Estado segundo interesses do capital, por meio da imbricação de ações nas esferas política-jurídica-ideológica a fim de legitimar um território metropolitano que de fato não “existia”. Nogueira (2010), na mesma linha, argumenta que a criação da RMM teria sido uma “invenção geográfica” do poder político local, como forma de ampliar a capacidade de intervenção do governo do Estado nos municípios do entorno de Manaus. Isaque Sousa (2014), considera que a implantação da ponte sobre o rio Negro teria favorecido a reprodução do capital no espaço urbano-regional. Ambos concordam que a institucionalização da RMM favoreceu o acesso a recursos federais para fortalecer uma nova configuração metropolitana para Manaus. Acrescento que, tanto a criação da Região Metropolitana, quanto a construção da ponte, que são eventos interdependentes, dão continuidade ao projeto de modernização do território, no sentido atribuído por Brito (2001), no qual o Estado empreende uma *modernização de superfície*, que supõe que os princípios de ordenamento ou elementos organizadores inseridos pelo Estado no espaço social, não são capazes de engendrar mudanças profundas na estrutura da sociedade, tendo essas tentativas de modernização efeitos parciais.

No caso da ponte, amplia-se o território de Manaus segundo intenções do ator privilegiado: o Estado, de modo a atender aos interesses do mercado na comercialização e especulação do solo urbanizado ou acessível ao grande centro: Manaus. Enquanto os atores sintagmáticos operam inserindo uma estrutura técnica (ponte) sob o discurso da racionalidade de um “pseudo plano” para impor um novo uso do solo mais viável ao capital, os atores paradigmáticos (populações rurais e

urbanas de Iranduba) são “engolidos” pelo processo de metropolização forçada, operando por desterritorializações e reterritorializações, impulsionadas pela alta dos preços dos imóveis no entorno de Manaus ou por perderem sua fonte original de renda, seja no meio rural, na pesca ou no transporte hidroviário.

Durante o processo de elaboração do projeto da ponte, o Governo do Estado chegou a contratar a consultoria Valente/Vetec para elaboração do Plano de Ocupação da Margem Direita do Rio Negro, o que fez acreditar, ou ao menos iludiu a sociedade, de que a outra margem teria seu crescimento orientado por diretrizes de um projeto dito sustentável, que evitaria que se repetisse acontecera no crescimento descontrolado em Manaus.

Vislumbra-se que a consolidação do projeto de integração do território da Amazônia central ao Brasil por rodovia seja parte da “estratégia ponte”, no entanto, não foi possível relacionar o projeto da ponte rio Negro a nenhuma das iniciativas governamentais empreendidas desde a década de 1980, como a carteira de projetos do IIRSA ou os PNDRs. Vislumbra-se que possa ser construída outra ponte, ligando a Colônia Bela Vista, em Manacapuru, à Manaquiri, na outra margem do Solimões. No entanto, as condições geomorfológicas nas quais se inseriria esse projeto impõe obstáculos para sua materialização. Ademais, são conjecturas que não constam em planos de governo, leis ou similares, tão pouco são pautas de debate político. Assim, a metrópole manauara seria um ato simbólico, de afirmação de Manaus enquanto projeto de poder, tanto do Estado como do capital. Ambos eventos: ponte e RMM, são atos territorializantes que expressam, tanto relações de poder, quanto tentativas de modernização de superfície, causando o efeito de

ruptura e abrindo mais uma linha de fuga para novas territorializações na Amazônia Central.

A introdução de infraestruturas rodoviárias, ou a possibilidade de articulação rodoviária com Manaus, num contexto onde muitas cidades são dependentes do transporte fluvial, contribui para o desenvolvimento desigual no contexto da RMM. Por um lado, a implantação dessas infraestruturas favorece as condições de acesso a Manaus, por outro lado, os custos para mantê-las são elevados, tendo em vista as condições climáticas, alta pluviosidade, as grandes distâncias e as condições geomorfológicas, como a presença de terrenos alagadiços.

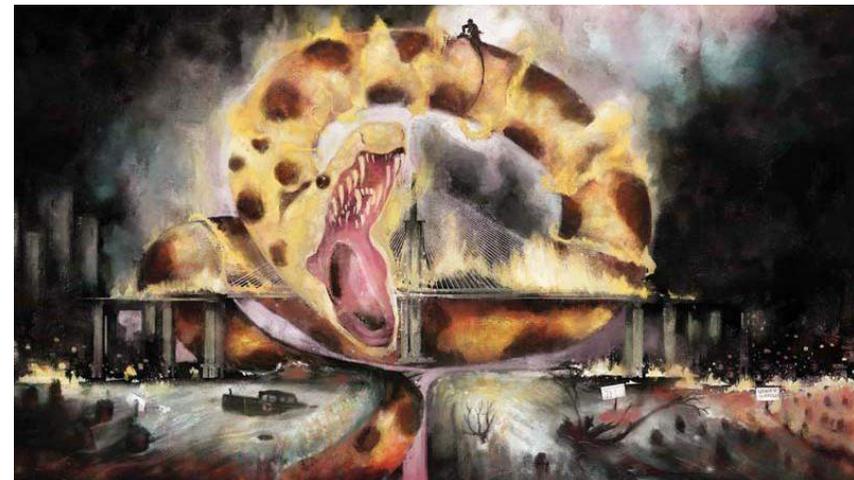
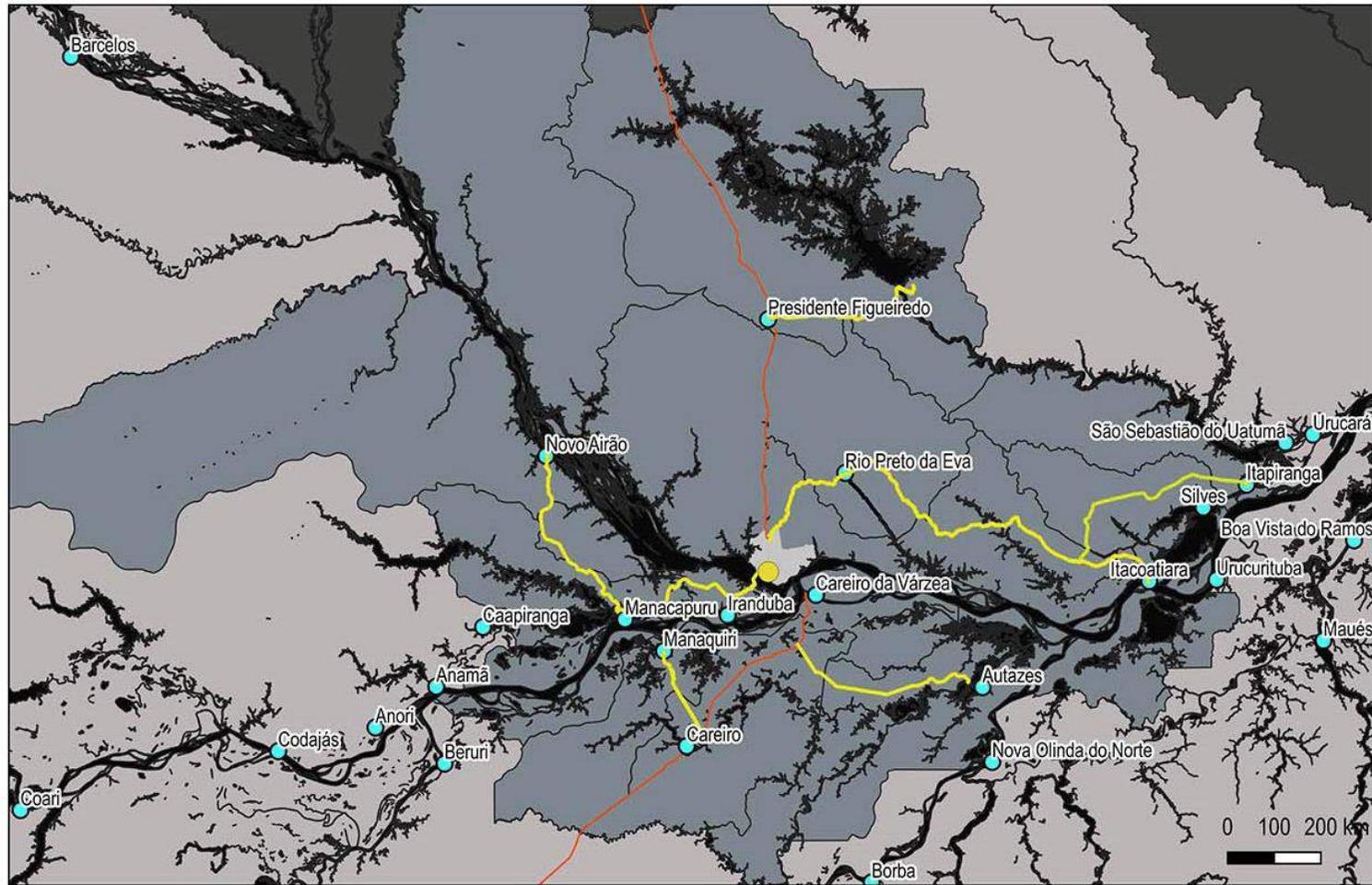


Imagem de capa da reportagem de Leandro Prazeres, Rolling Stones, 2010: “A Ponte da Discórdia. Cercada por polêmicas, a colossal obra que interliga duas cidades no Amazonas evidencia um problema da região: nos megaprojetos de infraestrutura da Amazônia, a regra é superestimar os benefícios e omitir os prejuízos”

Fonte: Rolling Stones, <https://rollingstone.uol.com.br/edicao/edicao-62/ponte-da-discordia/>



Legenda

— Rodovias Estaduais

● Cidades

— Rodovias Federais

■ Zona Urbana Manaus

— Hidrovias

■ RMM

Figura 66: RMM - Infraestrutura Rodoviária e núcleos urbanos
Fonte: Elaboração própria segundo IBGE (2019)

A questão energética é outro gargalo para o desenvolvimento da RMM, até pouco tempo atrás a matriz energética era predominantemente composta por termoeletricas. Em muitos núcleos urbanos, inclusive próximos a Manaus e em áreas lindeiras ao Linhão de Tucuruí, o abastecimento energético ainda é realizado por meio de sistemas isolados, abastecidos a diesel e óleo combustível, com custos elevados para a geração e distribuição¹⁷², além da instabilidade na constância do abastecimento.

A partir de 1989 teve início um processo de transição da matriz energética em Manaus, com a inauguração de Hidrelétrica de Balbina. Outro marco dessa transição foi a implantação do gasoduto Coari-Manaus no ano de 2009, com a finalidade de promover a substituição gradativa do óleo combustível nas usinas termoeletricas de modo a complementar a interligação de Manaus ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que vem acontecendo desde 2013 (NASCIMENTO, 2017). A interligação de Manaus ao SIN por meio do “Linhão de Tucuruí” é parte do Plano de Aceleração de Crescimento (PAC) do governo federal. A linha de transmissão tem mais de 1.800 km de extensão e liga a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins (PA), a Macapá (AP) e Manaus (AM) (Figura 68). O Linhão é a promessa, há muito aguardada, de barateamento do custo de energia e possibilidade de ampliação do acesso à internet banda larga nos estados do

Amazonas, Amapá e Pará, com a promessa de atender também o Estado de Roraima (linha projetada)¹⁷³ (). Estudo da Fiocruz¹⁷⁴ alerta para os conflitos que a introdução da linha de transmissão vem ocasionando pelo seu trajeto, desde impactos socioambientais, desmatamento, conflitos com Terras Indígenas. Em Manaus, a proximidade com a Reserva Adolpho Ducke tem ampliado as pressões para o desmatamento do fragmento florestal urbano.

Áreas protegidas

A presença de áreas protegidas na RMM conforma um sistema maciço de espaços livres de grandes proporções, que contribui para manter um padrão de preservação ambiental além de configurar barreiras ao crescimento urbano. Na porção oeste da RMM, sub-bacia do rio Negro, áreas protegidas garantem a preservação da paisagem das Anavilhanas, de fundamental interesse ecológico. O território do município de Iranduba é uma APA de uso sustentável, no entanto, isso não tem impedido a antropização do ambiente, seja por vias da atividade agropecuária, ou pelos processos de urbanização em curso (Figura 70, Figura 72).

No Município de Manaus, a reserva Adolpho Ducke, antes uma barreira, está assumindo uma posição de hiato, um fragmento florestal urbano que vem

¹⁷² Os custos para geração e distribuição de energia elétrica pelo sistema de Termoeletricas pode chegar a ser 4 vezes mais alto do que em sistemas interligados de hidrelétricas (ELETROBRÁS).

¹⁷³ O maior empecilho à continuidade do Linhão em Roraima é o conflito com as Terras Indígenas da etnia Waimiri-Atroari.

¹⁷⁴ FIOCRUZ (2020). “Mapas de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil”. <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=linha-de-transmissao-de-tucuru-i-e-foco-de-conflitos-impactos-e-problemas-que-chegam-a-tres-estados>

sendo circundado pelo tecido da Zona Norte de Manaus, considerada pelo Plano Diretor e Ambiental de Manaus como pertencente à Zona de Transição Urbana. Na zona Oeste, A APA Tarumã é alvo de constantes pressões por ocupação, e explicita os conflitos que existem por trás da questão ambiental. Por um lado, nas margens do igarapé do Tarumã, há pressão do mercado imobiliário para construção de condomínios de luxo e flutuantes de lazer, ademais, empreendimentos como o Alpha Ville atestam a tendência a ocupação de alta renda. Por outro lado, populações excluídas do acesso ao solo urbanizado, vêm na APA uma oferta de terra nas proximidades de Manaus e empreendem constantes movimentos de territorialização insurgentes (Figura 72).

Tipologia de ocupação urbana metropolitana

As aglomerações do espaço urbano-regional de Manaus apresentam o padrão disperso e os núcleos ditos urbanos, nem sempre possuem dinâmicas urbanas, mas sim rurais. As zonas rurais são pontuadas por uma série de comunidades e distritos que configuram pequenos enclaves urbanos no meio rural. Essas comunidades rurais se localizam tanto às margens dos rios quanto das estradas de terra firme, muitas delas foram projetos de colonização e assentamentos do INCRA, ou comunidades ligadas a iniciativas da igreja católica e

mantém seus nomes relacionados a santidades da igreja. A extensão territorial dos municípios e a rede viária fluvial podem explicar esse padrão de ocupação disperso, onde cada porto toma feições urbanas, como é o caso de Cacau-Pirêra e inúmeras comunidades ao longo dos rios. Essa forma espacial dificulta a implantação de infraestrutura básicas e oferta de serviços, o que ocasiona os altos preços dos produtos e serviços nessas localidades¹⁷⁵.

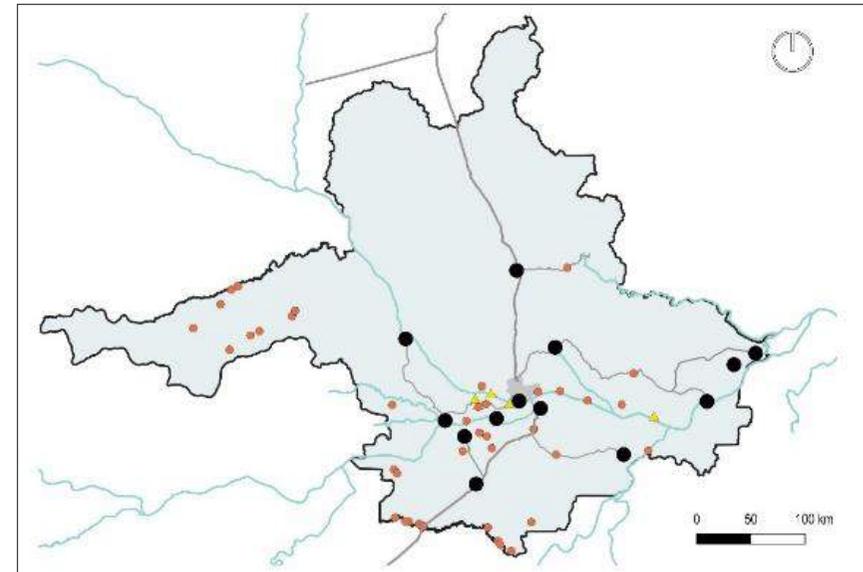


Figura 67: Principais assentamentos: Em preto, as cidades; em amarelo os distritos, e; em laranja, comunidades rurais.

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE (2019)

¹⁷⁵ Há na região a cultura comercial dos prestamistas, a cidade do Careiro da Várzea, segundo relatos de moradores, teria assumido esse nome em função dos altos preços cobrados pelo comércio local e prestamistas.

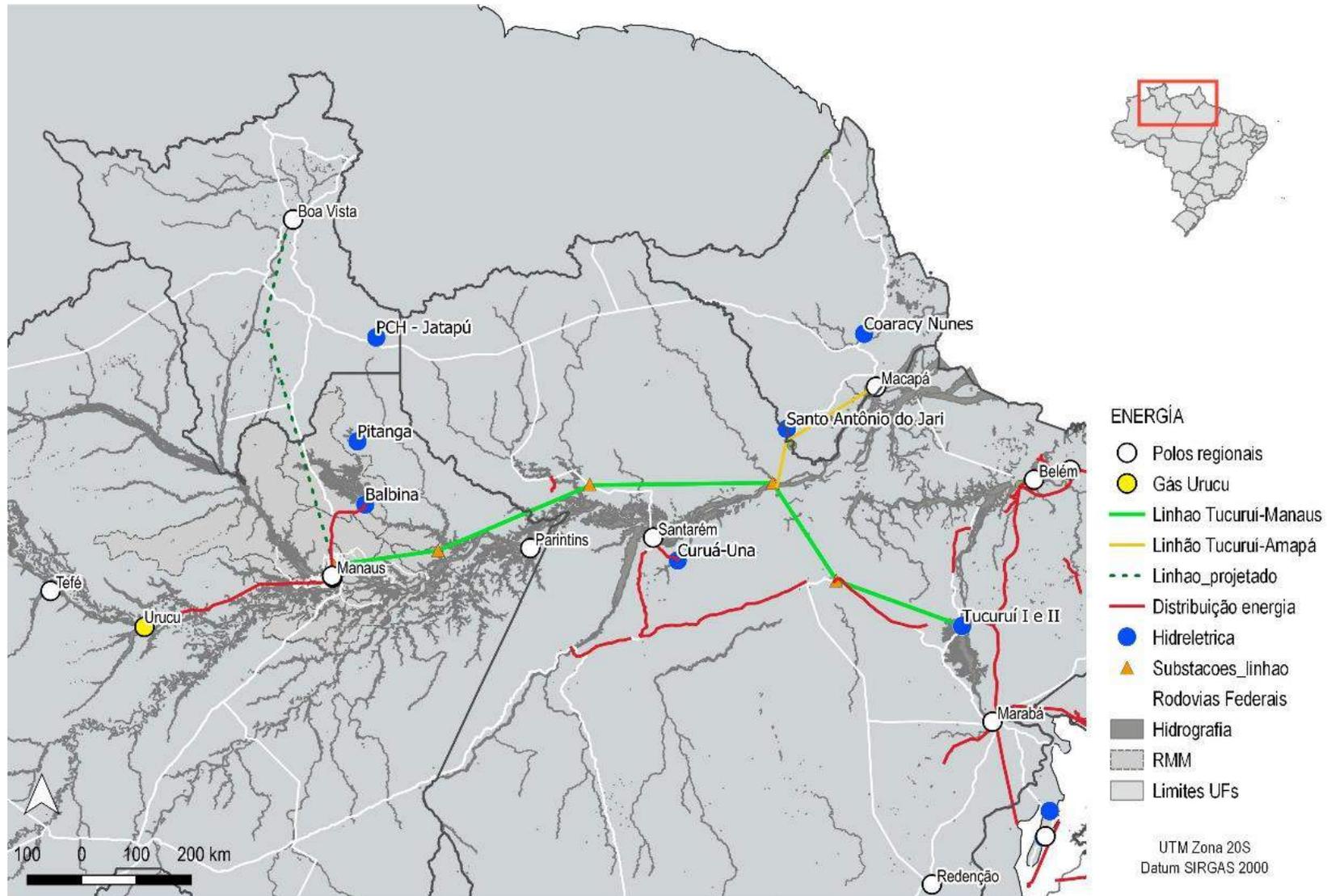


Figura 68: Rede de distribuição de energia para Manaus, abrangência regional
Fonte: Elaboração própria. Base IBGE e ANEEL

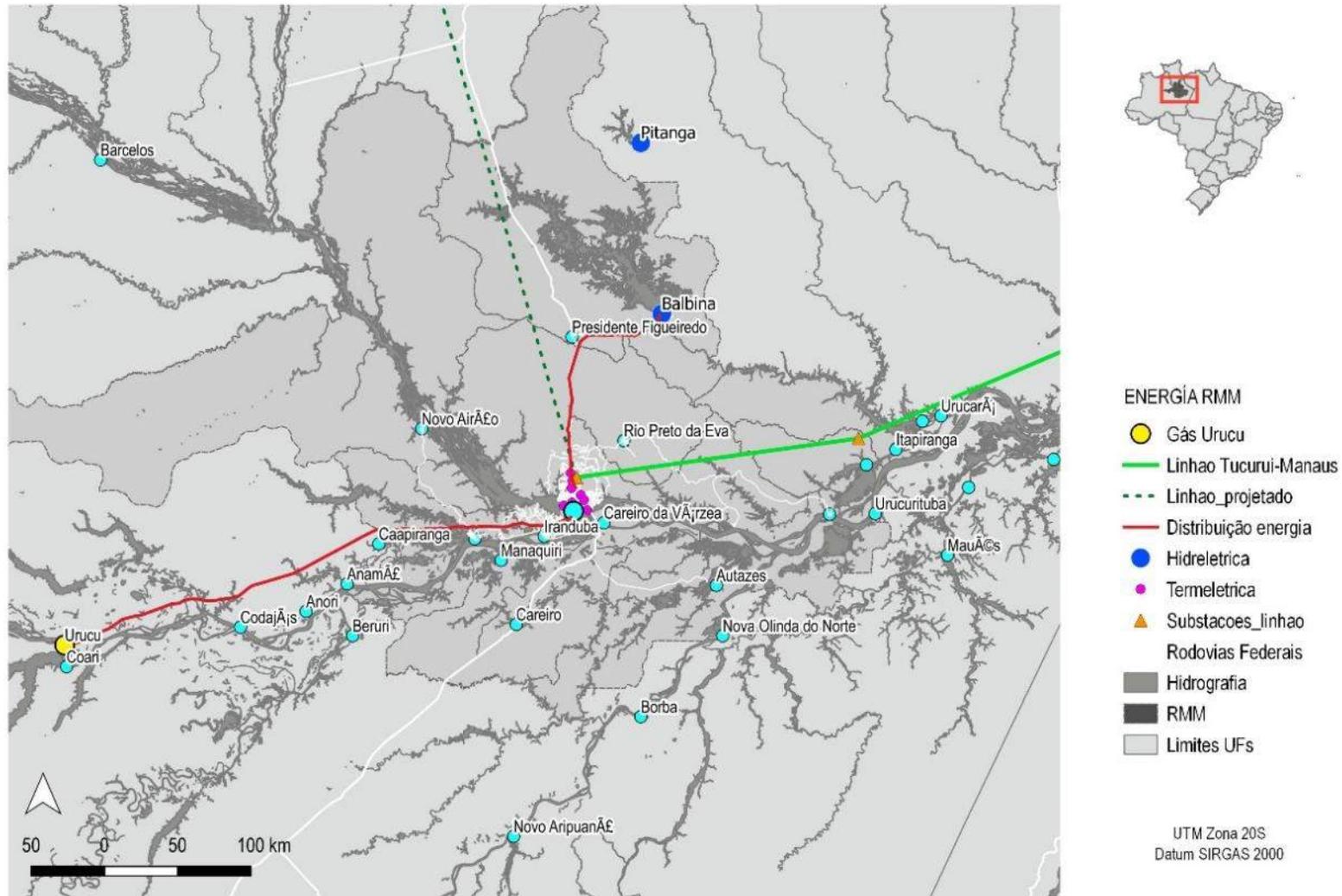


Figura 69: Rede de distribuição de energia para Manaus, abrangência metropolitana
Fonte: Elaboração própria. Base IBGE e ANEEL

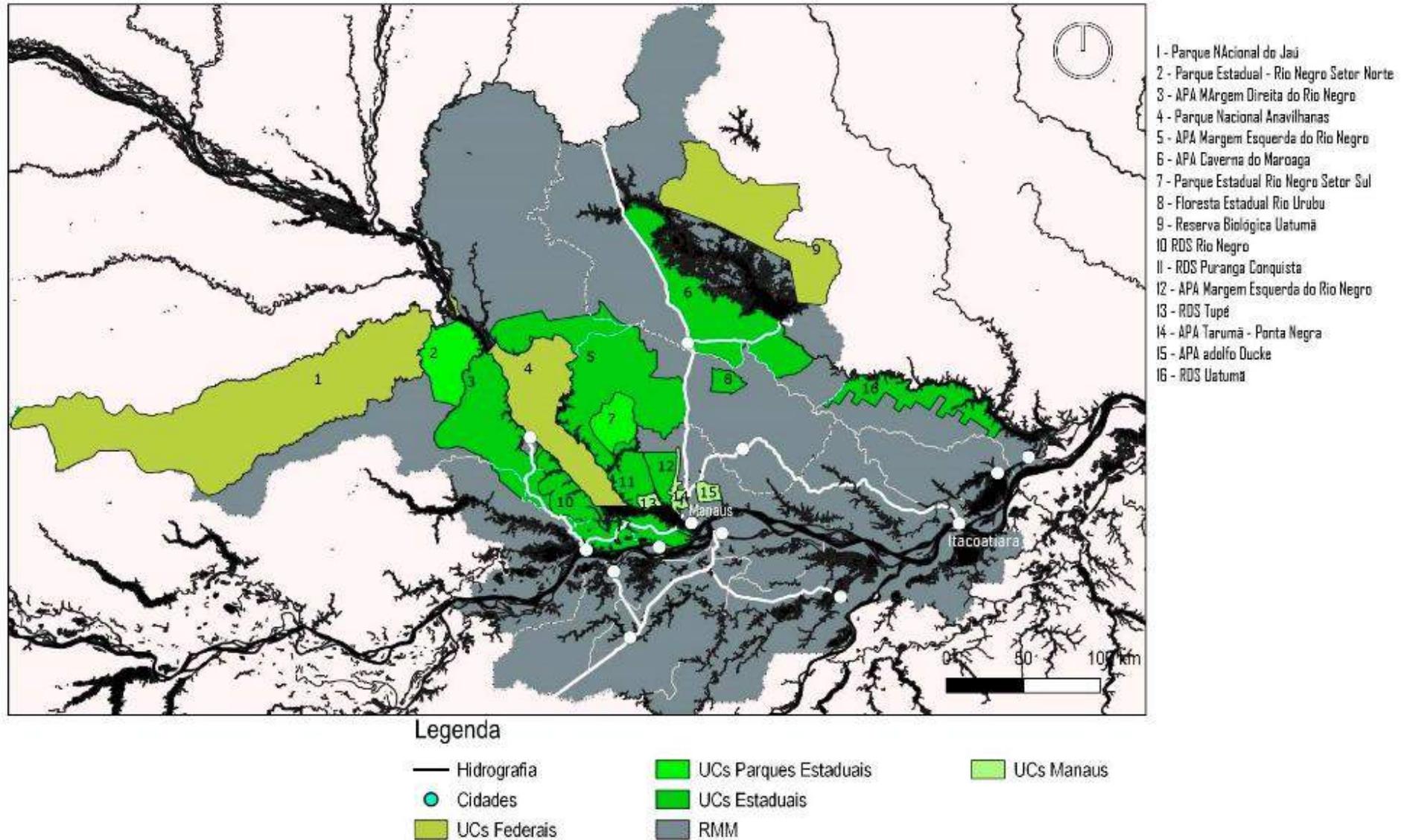


Figura 70: RMM - Áreas protegidas da RMM

Fonte: Elaboração própria. Bases: IBGE, MMA e Prefeitura de Manaus

O município de Iranduba está dentro do polígono da "APA Margem Direita do Rio Negro", que compõe o Mosaico do Baixo Rio Negro.

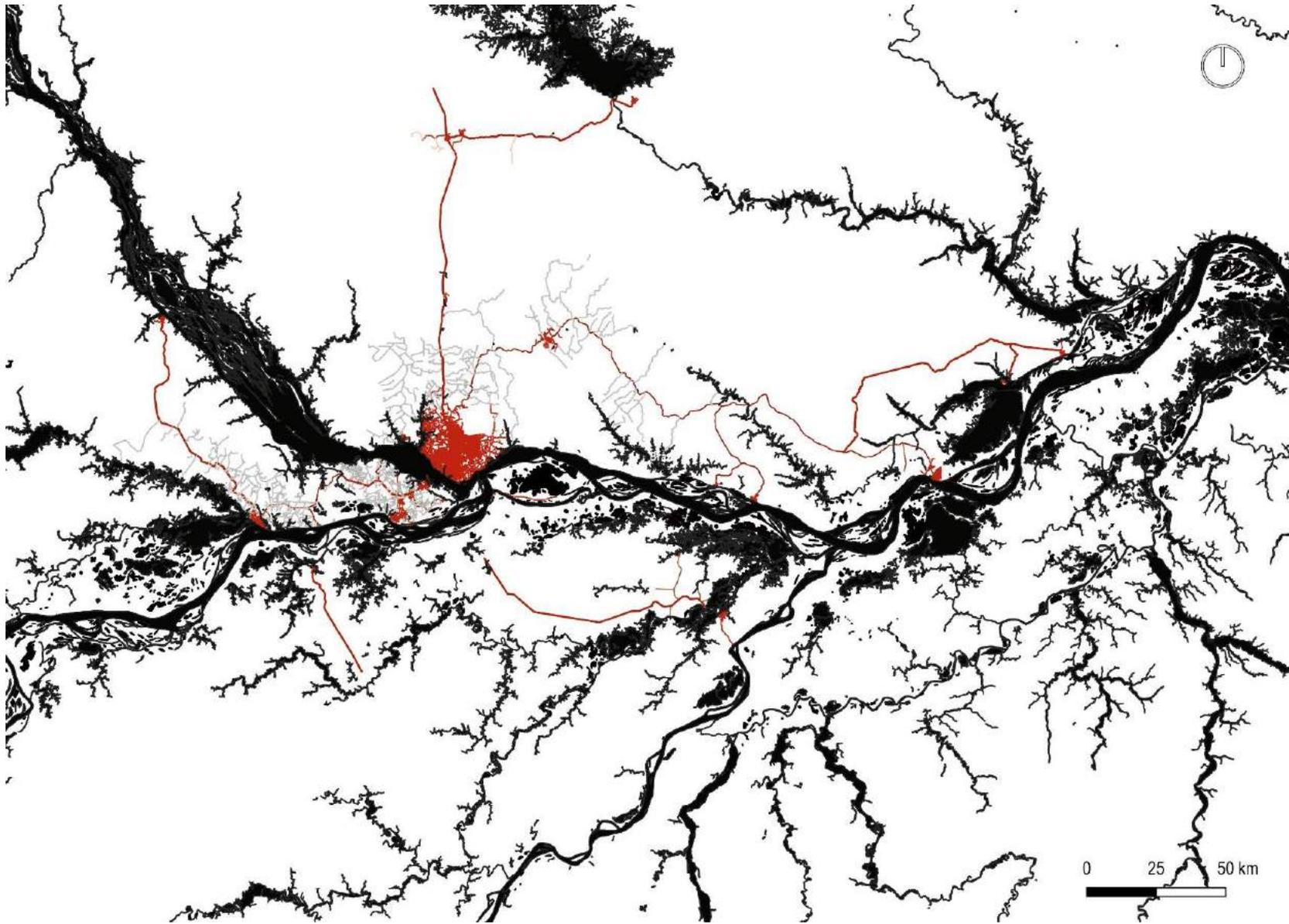


Figura 71: Infraestrutura viária da região de Manaus
Fonte: Elaboração própria com dados do INPE, IBGE (2019)

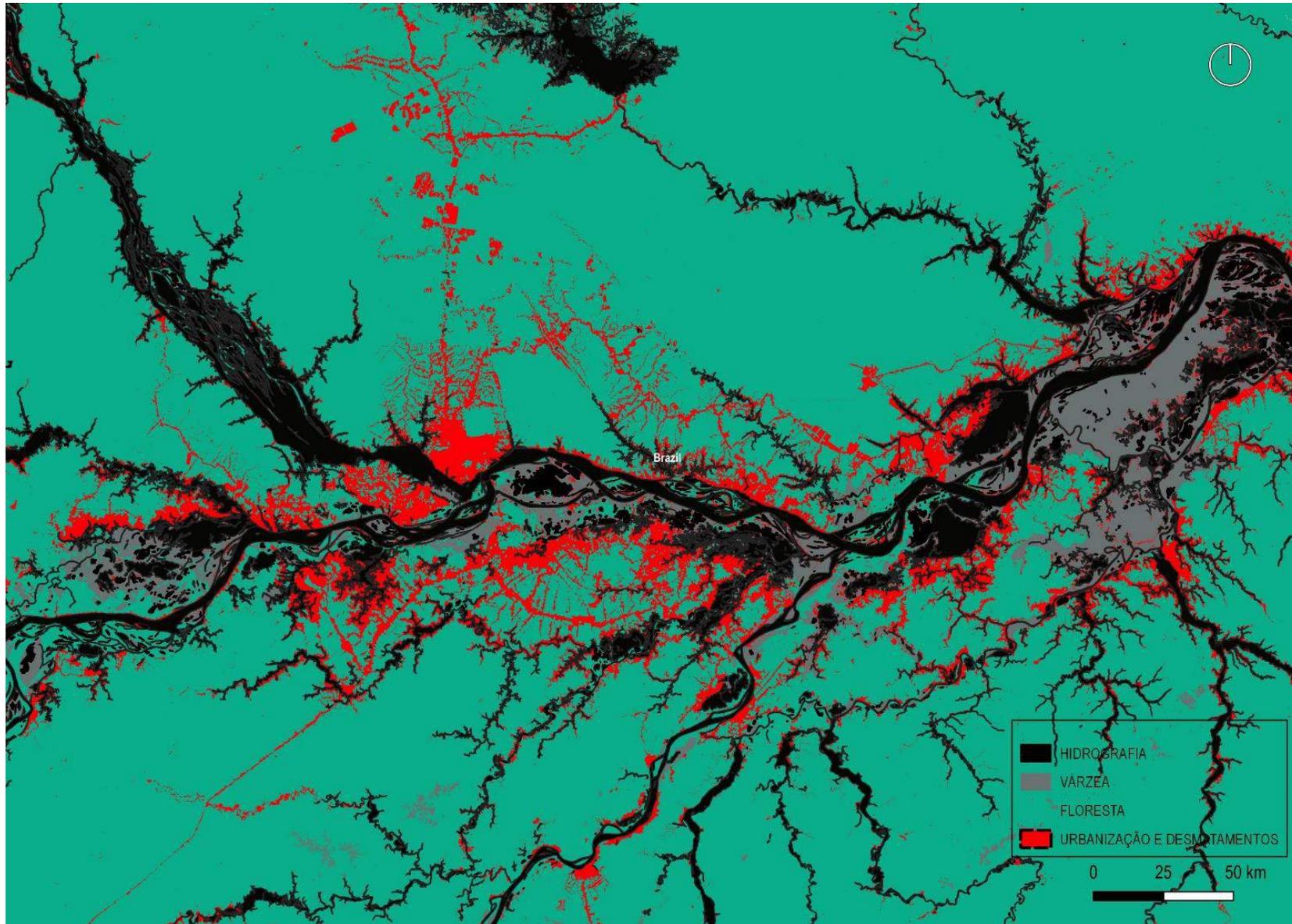


Figura 72: Áreas desmatadas e antropizadas, região de Manaus
Fonte: Elaboração própria com dados do INPE, IBGE (2019)

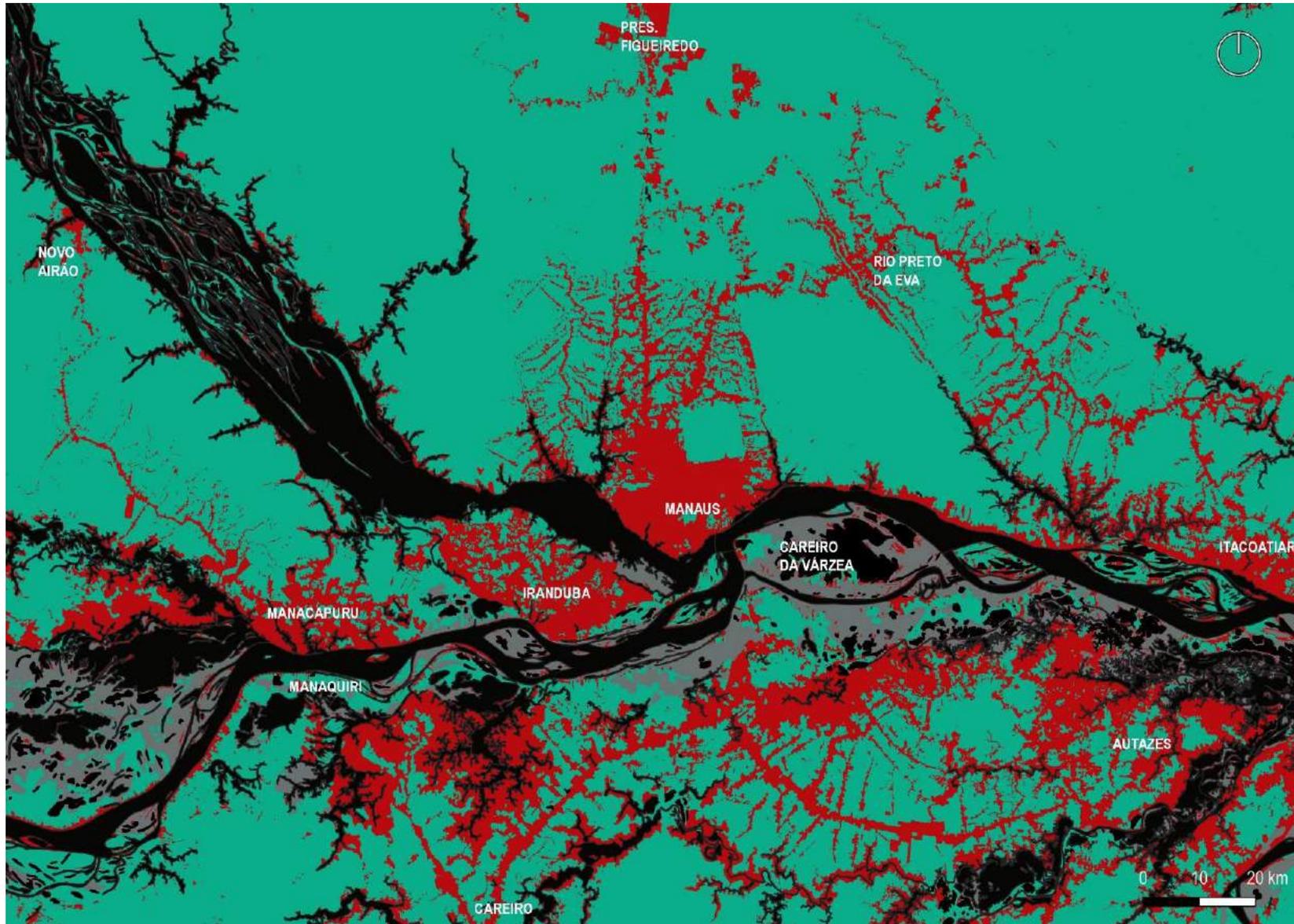


Figura 73: Áreas desmatadas e antropizadas, região de Manaus - aproximação
Fonte: Elaboração própria com dados do INPE, IBGE (2019)

Vestígios arqueológicos apontam que a ocupação progressiva se deu em toda a extensão da RMM. A presença de inúmeros sítios arqueológicos na região atesta os relatos dos primeiros viajantes quanto à presença pretérita de uma civilização numerosa de indígenas na região e corrobora também hipóteses de recentes pesquisas arqueológicas (NEVES, 2006 CLEMENT et. al., 2019). A maioria desses sítios arqueológicos estão localizados ao longo do sistema viário, não por acaso, pois são as áreas de mais fácil acesso para os pesquisadores, no entanto, no município de Iranduba, a presença de sítios arqueológicos e “montículos” é surpreendentemente numerosa havendo certa concentração no Lago do Limão e nas proximidades de onde é hoje a sede do município, ademais, há uma distribuição nos cursos de igarapés e na várzea.

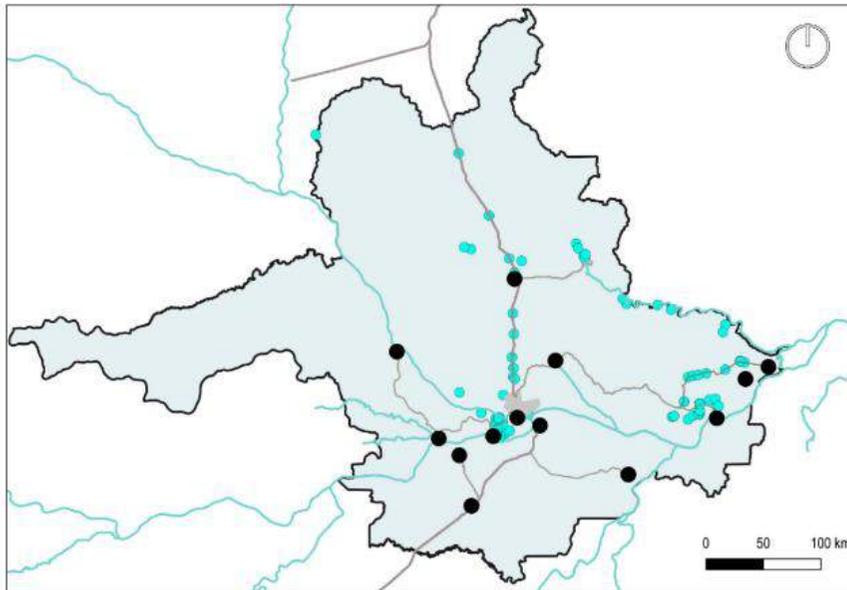


Figura 74: Principais sítios arqueológicos na RMM (Sítios IPHAN)
Fonte: Elaboração própria segundo dados do IPHAN (2019)

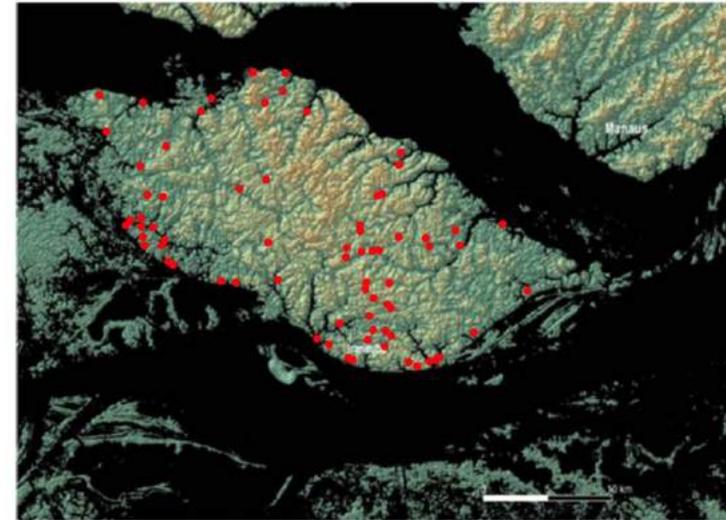


Figura 75: Localização de sítios arqueológicos em Iranduba.
Fonte: Elaboração própria, sobre Modelo Digital de Elevação/SRTM, dados IPHAN e campo

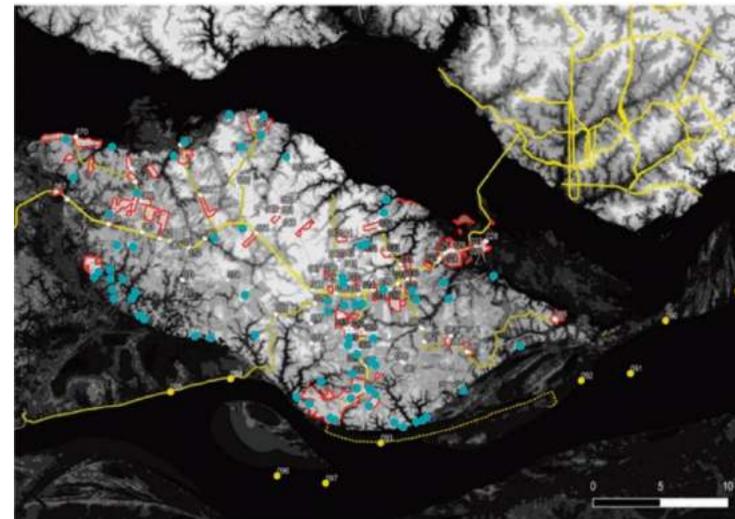


Figura 76: Localização de sítios arqueológicos e assentamentos – sobreposição de camadas
Fonte: Elaboração própria sobre Modelo Digital de Elevação/SRTM, Google Earth, Google Street view e dados de campo

A região metropolitana de Manaus concentra algumas jazidas minerais, que são elementos importantes para a compreensão do lugar, uma vez que a presença de determinados recursos naturais pode contribuir para determinados tipos de assentamento e atividades econômicas. Por exemplo, a presença de areia e caulim em áreas no entorno imediato de Manaus, favorecem atividades econômicas à sua exploração pela construção civil e indústria.

A presença de jazidas de argila (tabatinga) em Iranduba, é o motivo da concentração de olarias, o que permite a denominação do local como “polo cerâmico”. Acredita-se que o local também era procurado pelos indígenas ceramistas, em função do material disponível para a elaboração de artefatos.

A região de Autazes vem sendo amplamente prospectada para a exploração de potássio (silvinita), o que está se refletindo localmente em conflitos entre empresa, Estado e populações indígenas. Comunidade de índios Mura que vive na região, que mesmo não tendo suas terras demarcadas vivem no local e dependem da caça e pesca para sobreviver, acusam a empresa responsável por prospecções ilegais nas Terras Indígenas de Jauary e nas outras áreas não demarcadas (Figura 77).

Além das ocorrências citadas acima, reconhecidas e em amplo debate para a exploração, outras jazidas foram identificadas pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e estão ilustradas nos mapas das Figura 78.

A Terra indígena dos índios Waimiri-Atroari abriga grandes jazidas minerais. Esse território demarcado depois de inúmeros conflitos com o “homem branco”¹⁷⁶ nas últimas décadas vem sendo alvo de disputas associadas à exploração mineral, hidrelétrica e mais recentemente, pressões da bancada ruralista no Congresso Nacional contra a resistência dos povos indígenas à instalação da linha de transmissão “Linhão de Tucuruí”. Dentro das terras demarcadas dos Waimiri-Atroari, foi implantado na década de 1980 a Mineração pelo grupo Paranapanema, hoje, Taboca, para a exploração de cassiterita, tântalo e mica na Mina de Pitinga. Hoje, a Taboca trabalha na identificação de terras raras pesadas descobertas na região e na ampliação da exploração. Tudo indica que nos próximos anos os Waimiri-Atroari continuarão sua luta pela integridade do território e resistência ao avanço das frentes de mineração.

¹⁷⁶ Para entender os conflitos do povo Waimiri-Atroari ver: Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp>

fiocruz.br/?conflito=am-rr-direitos-indigenas-e-territoriais-do-povo-waimiri-atroari-seguem-sendo-desrespeitados-e-violados>. Acesso em junho de 2020.

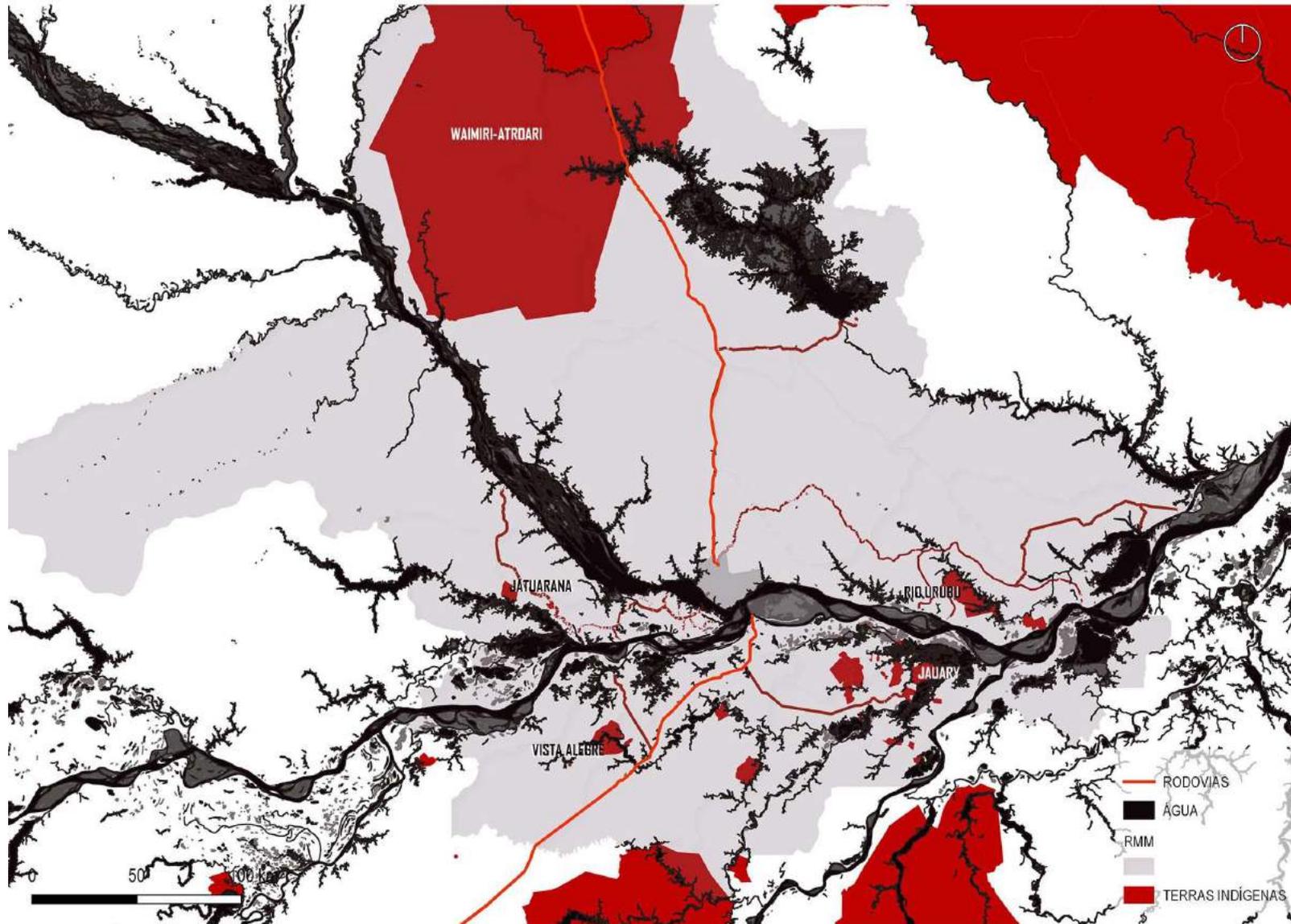


Figura 77: Terras indígenas delimitadas e RMM.
Fonte: Elaboração própria sobre base Do IBGE e RAISG (2020)

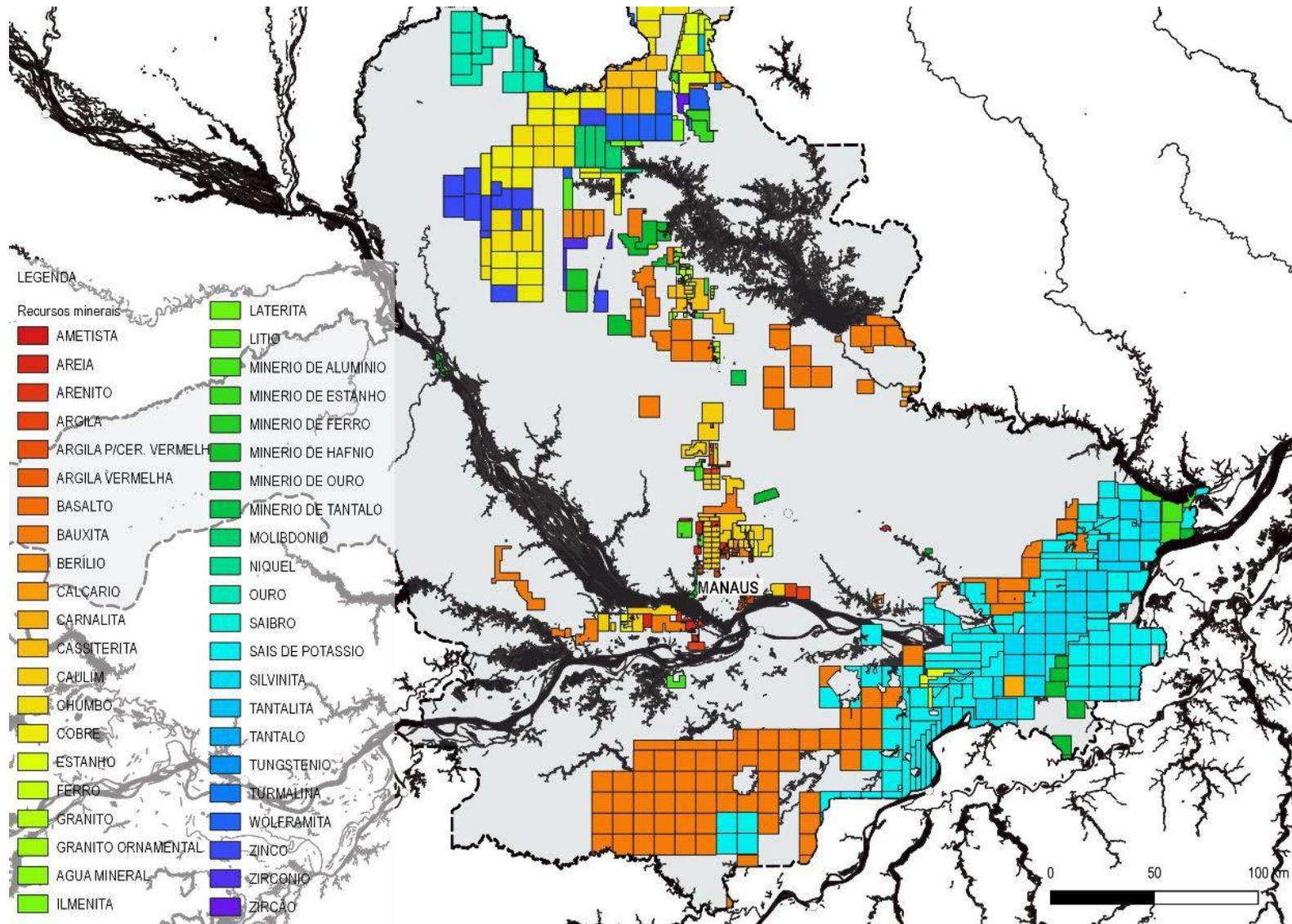


Figura 78: Jazidas minerais na Região Metropolitana de Manaus
Fonte: Elaboração própria sobre base da AMN (2020)

Manaus século XXI, grandes projetos e a ponte sobre rio Negro

Manaus cresceu segundo a tipologia zonal, contígua condicionada pelo rio (IBGE, 2007b). Quanto à distribuição, sua mancha ainda é relativamente isolada dos outros municípios, embora a paisagem urbana contemporânea evidencie uma tendência à alteração do modelo, com o acréscimo de um novo vetor de crescimento: a ponte sobre o rio Negro. Do outro lado da ponte a urbanização vem acontecendo em zonas, como em Manaus, talvez pela similaridade do terreno de terra firme. Estima-se que 53,4% da população urbana viva em áreas ditas “subnormais” (IBGE, 2020)¹⁷⁷. O número expressivo, considerando que mais de 99% da população do município está concentrada no núcleo urbano (IBGE, 2010). Esses dados fornecem pistas sobre como os agentes atuam na produção do território e sua inserção nos mercados formal e informal do solo urbano.

O ano de 2007 pode ser considerado um ano de inflexão para a Região Metropolitana de Manaus, não apenas sua instituição jurídico-política, mas pelo fato de que eventos importantes marcaram rupturas significativas com o direcionamento de investimentos em infraestruturas e grandes projetos em Manaus. Em decorrência da escolha de Manaus como uma das sedes da Copa do Mundo, projetos e planos de intervenção arquitetônica e urbanística foram aventados, alguns deles materializados, como a Arena da Amazônia, outros apenas projetados, como o

¹⁷⁷ Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais

Monotrilho e o BRT (*Bus Rapid Transport*). O projeto da ponte despontou no mesmo cenário dos Grandes Eventos.

Em 2007 Manaus foi escolhida como uma das 12 “host cities” ou cidades anfitriãs dos jogos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014. No mesmo ano o Governo do Estado anunciava a construção da ponte sobre o rio Negro que foi inaugurada em outubro de 2011. Como parte da estratégia “ponte”, foi instituída a Região Metropolitana de Manaus em 2007.



Figura 79: Arena da Amazônia; fundos, ponte rio Negro
Fonte: Durango Duarte, 2014.

e localização em áreas com restrição à ocupação (IBGE, 2019). No caso de Manaus, incluem-se as áreas de palafitas.

Coincidentemente ou não, por volta de 2007 os ensaios de uma política nacional de ordenamento territorial (PNOT) foram abandonados e o governo federal direcionou os investimentos aos Programas de Aceleração do Crescimento, Programa habitacional Minha Casa Minha Vida e Projetos hidrelétricos. Mas uma vez, sem a coordenação de um plano territorial de ordenamento ou planos e projetos urbanos dos municípios, a implantação de projetos setoriais era descolada de uma coordenação espacial abrangente ou mesmo em nível de desenho local. Conjuntos habitacionais do MCMV foram implantados segundo decisões precipitadas, pressionadas pelo agente financiador e construtoras, em zonas periféricas e sem infraestrutura o que estimulou processos de expansão das malhas urbanas em diversas cidades da RMM¹⁷⁸, isso muitas vezes coordenado com projetos rodoviários, programas de remoção de favelas e programa de saneamento, em outros, conformaram-se grandes guetos murados onde a população residente ficou sujeita à falta de acesso e aos sistemas de transporte¹⁷⁹. Fato é que, o PAC e o MCMV produziram alterações profundas nas grandes cidades e regiões metropolitanas no Brasil e em Manaus não foi diferente. No contexto dos projetos do PAC, foram implantadas as Avenidas das Torres e das Flores em Manaus, fortalecendo a tendência de expansão e consolidação da mancha urbana à Norte da cidade. As avenidas favoreceram um movimento centrífugo na direção da AM-010 e a implantação de Conjuntos do PMCMV na periferia norte (Figura 80).

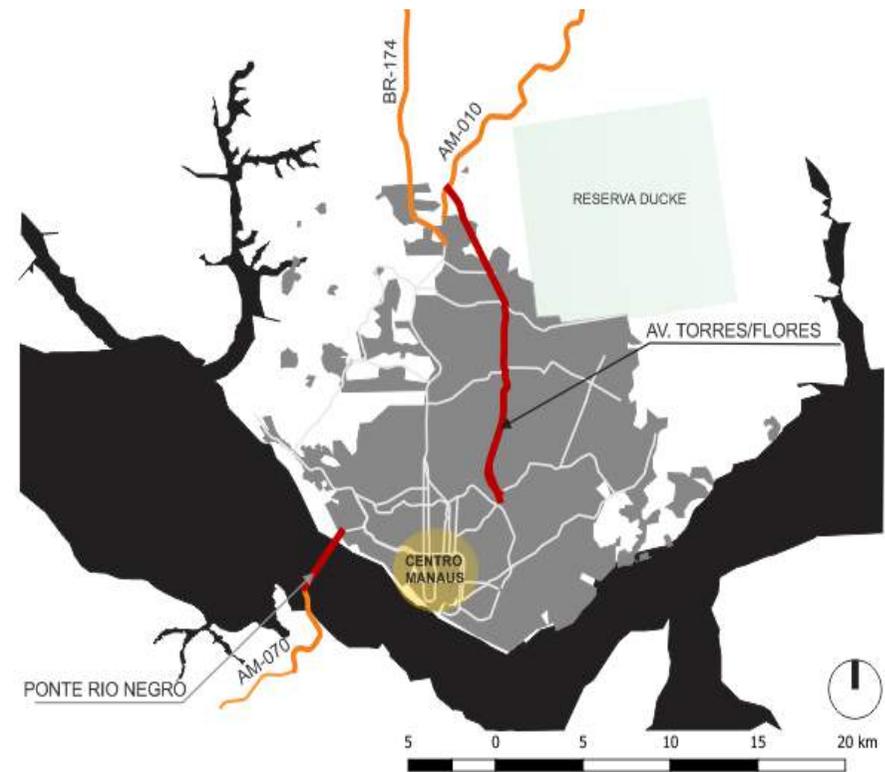


Figura 80: Localização das infraestruturas viárias implantadas após 2007 – novos eixos de expansão metropolitana.

Fonte: Elaboração própria

¹⁷⁸ Manaus, Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo.

¹⁷⁹ Para mais informações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, consultar: <http://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/livro%20PDF.pdf>. Acesso abril de 2019.

A ponte sobre o rio Negro inaugurada em 2011 legitima a Região Metropolitana instituída por lei. O objetivo de sua construção, segundo o Governo do Estado, seria permitir a integração entre a Região Metropolitana de Manaus (RMM) e demais regiões como Purus e Médio e Alto Solimões, com intuito de favorecer o deslocamento de pessoas e produção agrícola dos Municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão.

Concomitante à implantação da ponte foi elaborado um plano diretor para a RMM, o qual não foi levado à votação na Assembleia legislativa do Estado do Amazonas. Foi elaborado também um Plano Urbanístico para a ocupação da Margem Direita, que definia o uso e ocupação do solo no município de Iranduba. Esse plano foi enviado para votação na câmara dos vereadores do município de Iranduba, no entanto sua aprovação até hoje não se efetivou.

Às margens de qualquer normativa municipal sobre o seu território e tendo a ponte como símbolo de desenvolvimento, Iranduba se tornou palco de novas formas de ocupação movidas pelo mercado formal e informal do solo. A dinamização desse mercado do solo desponta hoje na paisagem em grandes loteamentos e conjuntos habitacionais, ocupações subnormais e fracionamento de propriedades rurais. A proposta de implantação de um novo campus da

Universidade Estadual do Amazonas – UEA¹⁸⁰ pelo governo estadual catalisa ainda mais essa dinâmica e impulsiona a ocupação especulativa no seu entorno.

Até a inauguração da ponte o trajeto Manaus-Iranduba era feito por balsa e transporte rodoviário - ônibus ou carro. Após a ponte o deslocamento é realizado em poucos minutos entre o centro e a outra margem do rio (3,5 km). Assim, o que se vende nos loteamentos da AM-070 é o acesso fácil à Manaus, ou o tempo, mercadoria valorizada na era dos fluxos. O território rural de Iranduba e o distrito de Cacau Pirêra, agora são quase um bairro central de Manaus.

Para a construção da ponte, o Governo Estadual lançou mão do argumento de que havia a necessidade de “propor alternativas para a expansão urbana da cidade de Manaus”¹⁸¹ alegando a falta de espaço disponível para o crescimento da mancha urbana. No EIA/RIMA da Ponte a geração de novos espaços habitacionais foram justificados pelos fatos: i) de que a Zona Leste possui limitações à ocupação em função da localização do Distrito Industrial e do curso do igarapé do Puraquequara, além disso abriga áreas de uso exclusivamente militar; ii) à limitação ao crescimento na Zona Norte em função da existência da Reserva Adolfo Ducke e propriedades de chácaras e sítios ao longo da AM-010¹⁸²; iii) O crescimento para Oeste ser dificultado pelo igarapé do Tarumã-Açu e Área de Proteção Ambiental (APA), mas principalmente, por ali se localizarem terrenos de alto valor imobiliário.

¹⁸⁰ O projeto do campus contempla 120 mil hectares às margens do rio Negro e, além das dependências da Universidade, abrigará outros usos como residencial e de apoio ao turismo como hotéis e resort.

¹⁸¹ EIA RIMA da Ponte Rio Negro

¹⁸² Nesse ponto o argumento diverge do Plano Diretor e Ambiental de Manaus que prevê a Zona Norte como área prioritária para expansão urbana, em virtude da presença de infraestruturas urbanas.

Tais argumentos entram em conflito com o Plano Diretor de Manaus, segundo este, o crescimento da cidade tenderia ao vetor Norte, bem como o plano é favorável ao adensamento e ocupação de terrenos vazios servidos por infraestrutura. Contradiz outros investimentos do governo do estado à época e expõe um conflito entre discurso enquanto estratégia de poder e as territorializações que estavam em curso. Em 2010, foi inaugurado o Porto São Raimundo, de onde saíam as balsas para Iranduba e contraditoriamente e paralelamente a ponte ia sendo construída. Depois de um ano de utilização, com a inauguração da ponte, a estrutura do novo Porto foi abandonada.

O centro de Manaus, apesar da consolidação de outros subcentros nas Zonas Leste e Norte, é ainda o centro primaz, concentrando empregos, comércio e serviços, além de ser a principal porta de entrada para embarcações de passageiros e produtos do interior do estado. O centro de Manaus e os bairros que o circundam, apresentam alta densidade construída, o que faz com que o solo em suas proximidades seja cada dia mais valorizado. Compensa, um bairro popular de Manaus nas proximidades do centro, é resultado de um tipo de ocupação urbana conhecida localmente por “invasão”, alguns dos primeiros moradores eram da Cidade Flutuante, desmanchada em 1960, e outros eram ex-seringalistas

desterritorializados após a “Segunda Batalha da Borracha”.¹⁸³ Até 2007 foi um bairro de moradias precárias e de pouco interesse para o capital imobiliário (Figura 81).

A ponte tem transformado a paisagem nas duas margens. O bairro da Compensa, antes ocupado por casas de madeira, palafitas e poucas casas de alvenaria, hoje abriga equipamentos públicos, inclusive o Palácio do Governo do Estado. Edifícios e conjuntos habitacionais de classe média já acusam a mudança no perfil dos habitantes do bairro onde uma avenida duplicada com canteiro central e 3 faixas por sentido, antiga travessa Estanave, faz as vezes da porta para a outra margem (Figura 81).

Cacau-Pirêra, na margem direita, cresceu ao redor do porto em uma área sujeita a alagamento, por isso pertencente à União, e até hoje preserva uma população urbana em casas flutuantes, ambientes híbridos onde predomina o comércio informal e serviços. Mutirão e Nova Veneza, outros dois bairros populares, também estão em áreas sujeitas à alagação anual. Essa população, apesar de viver nas proximidades de Manaus, agora mais favorecida pela ponte, ainda está às margens das vantagens que o espaço capitalista oferece. Muitos deles perderam a fonte de renda, a venda de peixe no Cacau Pirêra, a venda ambulante e os serviços que eram prestados no entorno dos portos (Figura 82) (PRAZERES, 2011).

¹⁸³ BENCHIMOL (1997) se refere à Primeira Guerra da Borracha, nos fins do século XIX até 1920, e à Segunda Batalha da Borracha, empreendida após a assinatura do Tratado de Washington, que acordava a colaboração do Brasil no fornecimento do látex para os Estados

Unidos, para isso o estado brasileiro estimulou uma nova corrente de migração nordestina para a Amazônia, os seringueiros que se aventuraram foram chamados dos “soldados da borracha”.

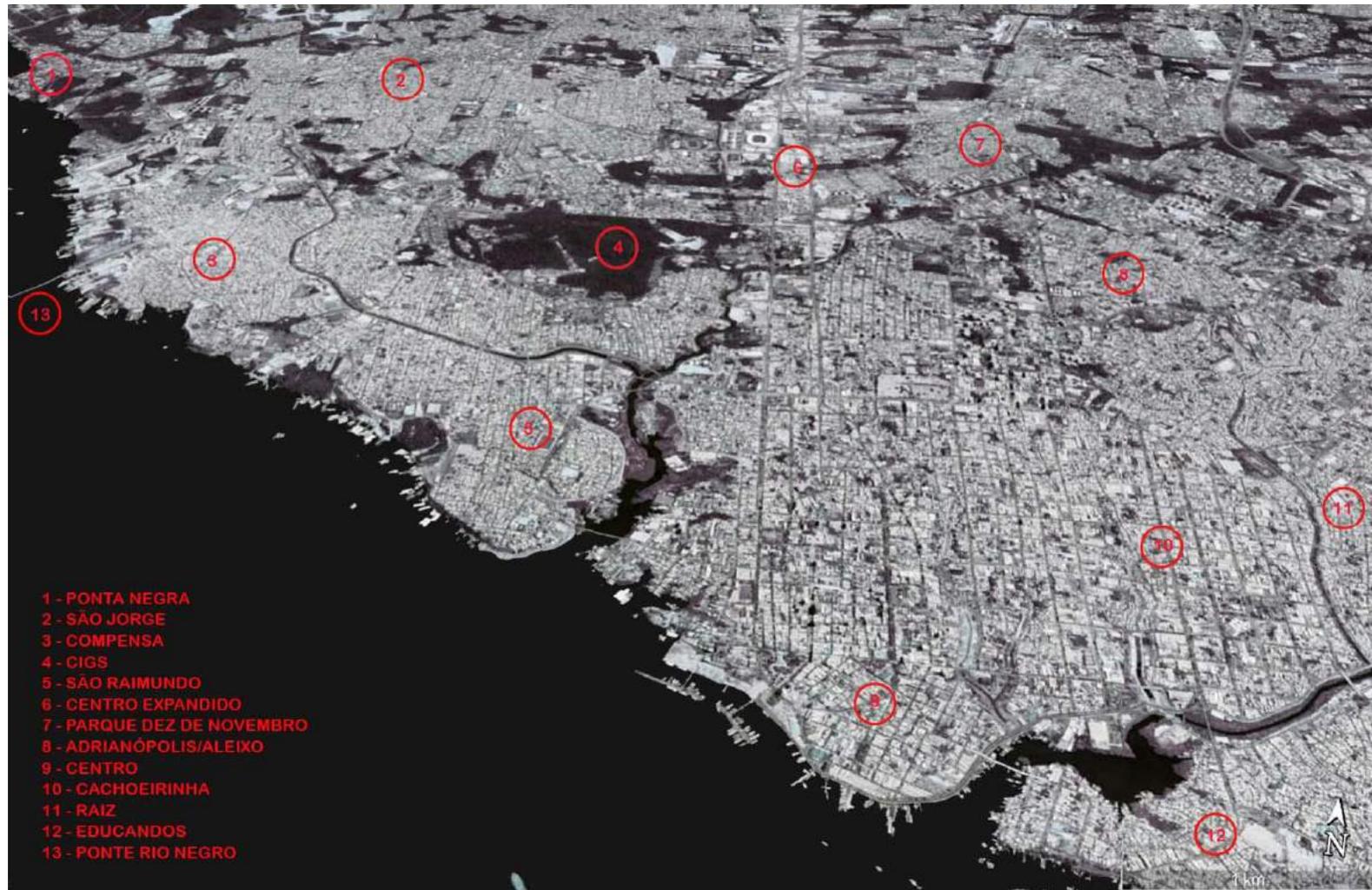


Figura 81: Paisagem panorâmica do Centro de Manaus "Beira rio"
Fonte: Elaboração própria sobre imagem do Google Earth



Figura 82: Paisagem panorâmica da outra margem direita da ponte.
Fonte: Elaboração própria sobre imagem do Google Earth (2019)

A cidade de Manaus se expande para a outra margem do rio Negro após ocupar seus altos platôs de terra firme na zona urbana e vencer as inúmeras barreiras físicas como a rede de drenagem e as florestas. As transformações no território são perceptíveis a partir de intentos de modernização e artificialização do ambiente. Nos mapas elaborados por meio da sobreposição das camadas de relevo e de infraestruturas viária (Figura 83 e Figura 84) fica evidente a força do projeto urbanístico de Eduardo Ribeiro enquanto ato territorializante, que se mantém como rugosidade na paisagem até os dias de hoje. O eixo Sul/Norte, ensaiado desde então, a partir da brutal implantação da av. Eduardo Ribeiro sobre o igarapé aterrado, estendeu a linha de fuga para novas territorializações, que começaram pela ocupação de chácaras e sítios na primeira franja urbana, Vila Amazônia e Adrianópolis. A partir da Zona Franca de Manaus, reafirmou-se a tendência do eixo Sul/Norte e novas linhas de fuga surgiram na direção Leste/Oeste, graças à incorporação de pontes nos igarapés do São Raimundo e Educandos, que possibilitaram a expansão dos bairros como mesmo nome. Em 1985, já era possível observar a expansão expressiva na direção Centro-Oeste ao longo do eixo Sul/Norte (av. Constantino Nery e Djalma Batista). Grandes avenidas abriam novas frentes de expansão da mancha urbana e o Distrito Industrial já ocupava o platô Leste, área de importância estratégica, território produzido segundo interesses do Estado (Aeroporto de Ponta Pelada) e do Capital (implantação do Distrito Industrial). No mapa de 2015 observa-se a expansão da borda periférica de maneira mais efetiva, não homogênea, tendendo a se espalhar a partir das infraestruturas viárias. A ponte, inserida na paisagem em 2011 acarretou uma ruptura e abriu um novo eixo de crescimento na direção sudoeste.

Na outra margem, o município de Iranduba com a sua sede na margem do rio Solimões, se torna a nova fronteira urbana de Manaus, porém, não em posição periférica, como o Norte da mancha urbana continental de Manaus, mas quase um bairro central de Manaus pela facilidade de acesso. Assim, a sede do município, localizada às margens do rio Solimões, assume uma posição privilegiada com relação a capital do estado, e todo o território rural da península assiste o incremento nos preços do solo (SOUZA, 2013). O solo acessível e com promessas de urbanização, é uma mercadoria de alto valor, o que predispõe os produtores rurais a lotear suas propriedades, alguns o fazem seguindo os ritos de maneira legal, outros, às margens do mercado formal, subdividem e comercializam terras de uso rural para fins urbanos. Localidades tradicionais, antes praias desertas e acessíveis somente pelo rio Negro, passam a ter acesso por estradas vicinais, o que favorece a expansão de loteamentos de chácaras de fim de semana e segunda residência, como acontece em Paricatuba, Açutuba e Cachoeira do Castanho. Até mesmo nas estradas que dão acesso à várzea, como a Estrada de Januari, é possível observar a subdivisão de propriedades para fins de loteamentos urbanos (Figura 85). Rumores sobre a “segunda ponte”, desta vez sobre o rio Solimões, abrem possibilidades para a expansão urbana de Manaus. Tal ponte permitiria que Manaus se torne acessível via BR -319, conferindo sentido assim à ponte sobre o rio Negro como parte de um projeto de dominação do território e de afirmação de estratégias de poder sobre o território. Uma perspectiva de paisagem-futura para esse território urbano-regional é ao mesmo tempo uma linha de fuga para o devir, para pensar alternativas para o território partindo do lugar, como uma ocasião apropriada para questionar o território enquanto projeto de poder (Figura 86)

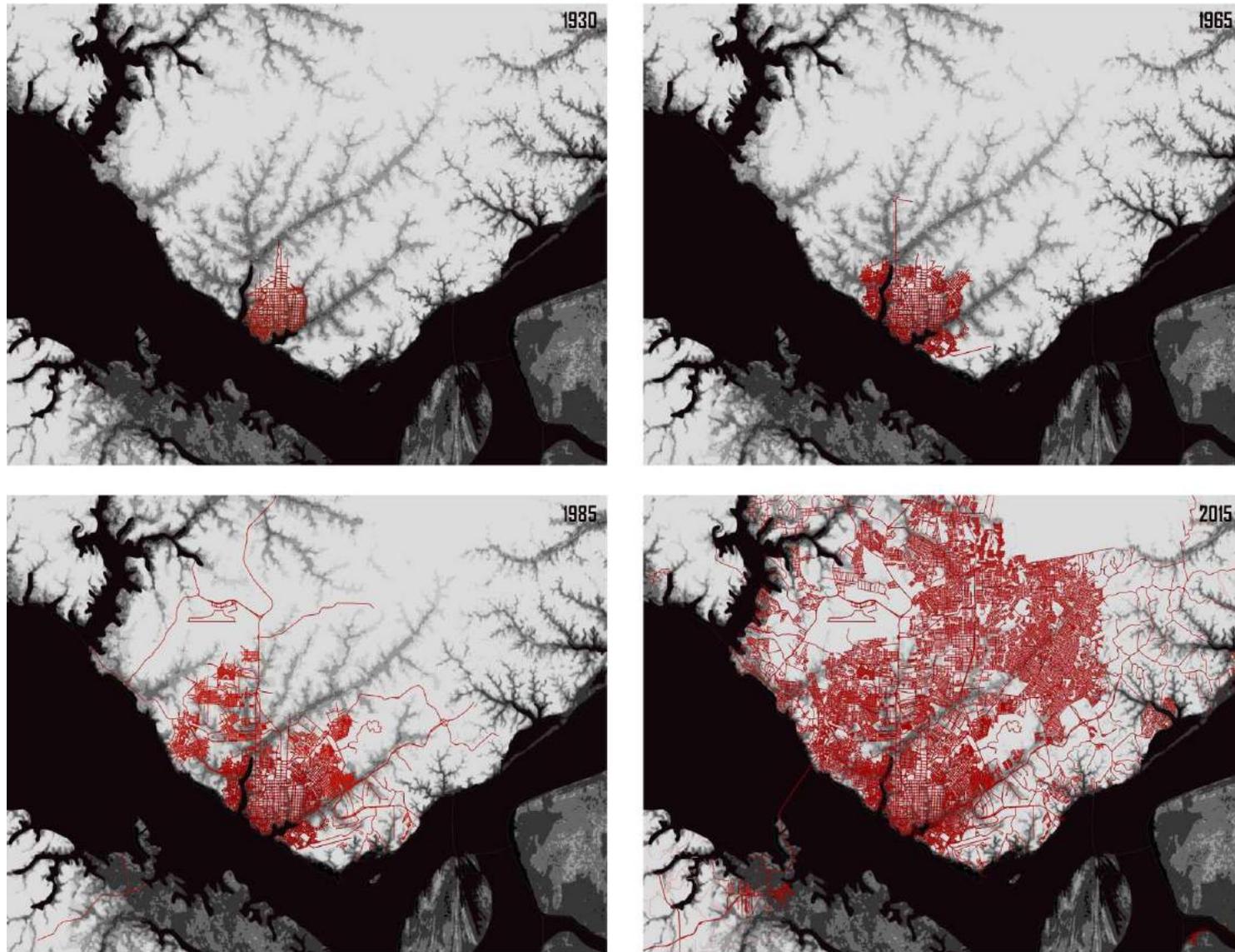


Figura 83 Malha viária de Manaus nos anos de 1930, 1965, 1985, 2015

A mancha urbana se expandiu condicionada pela topografia e pela rede hídrica, e em 2015 observa-se que a mancha avança na direção de Iranduba. Fonte: Elaboração própria sobre mapas oficiais do município e MDE/SRTM.

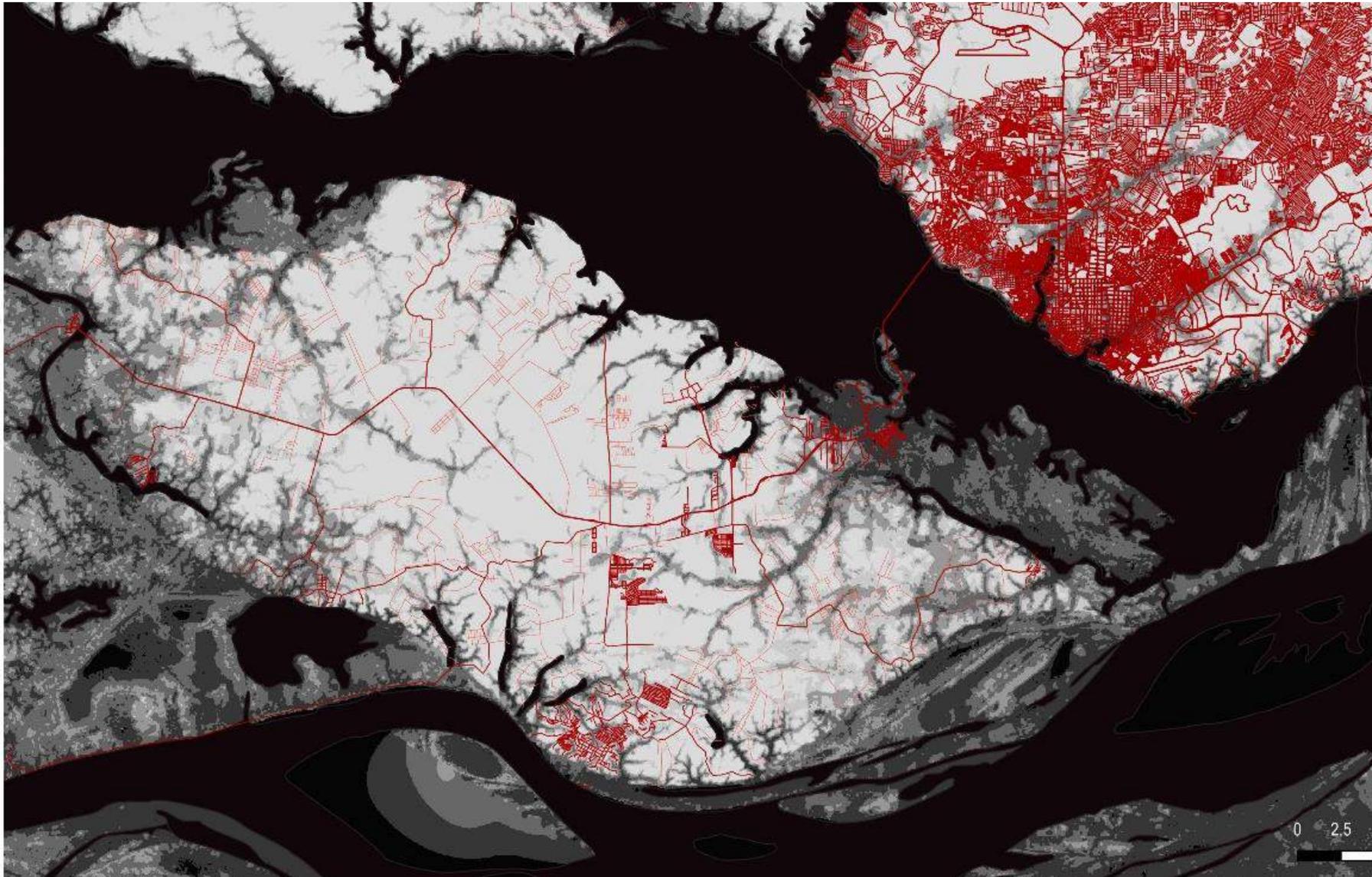


Figura 84: Malha viária de Manaus Manaus-Iranduba

Fonte: Elaboração própria sobre imagens do Google Earth, Open Street View e Modelo Digital de Elevação/SRTM.

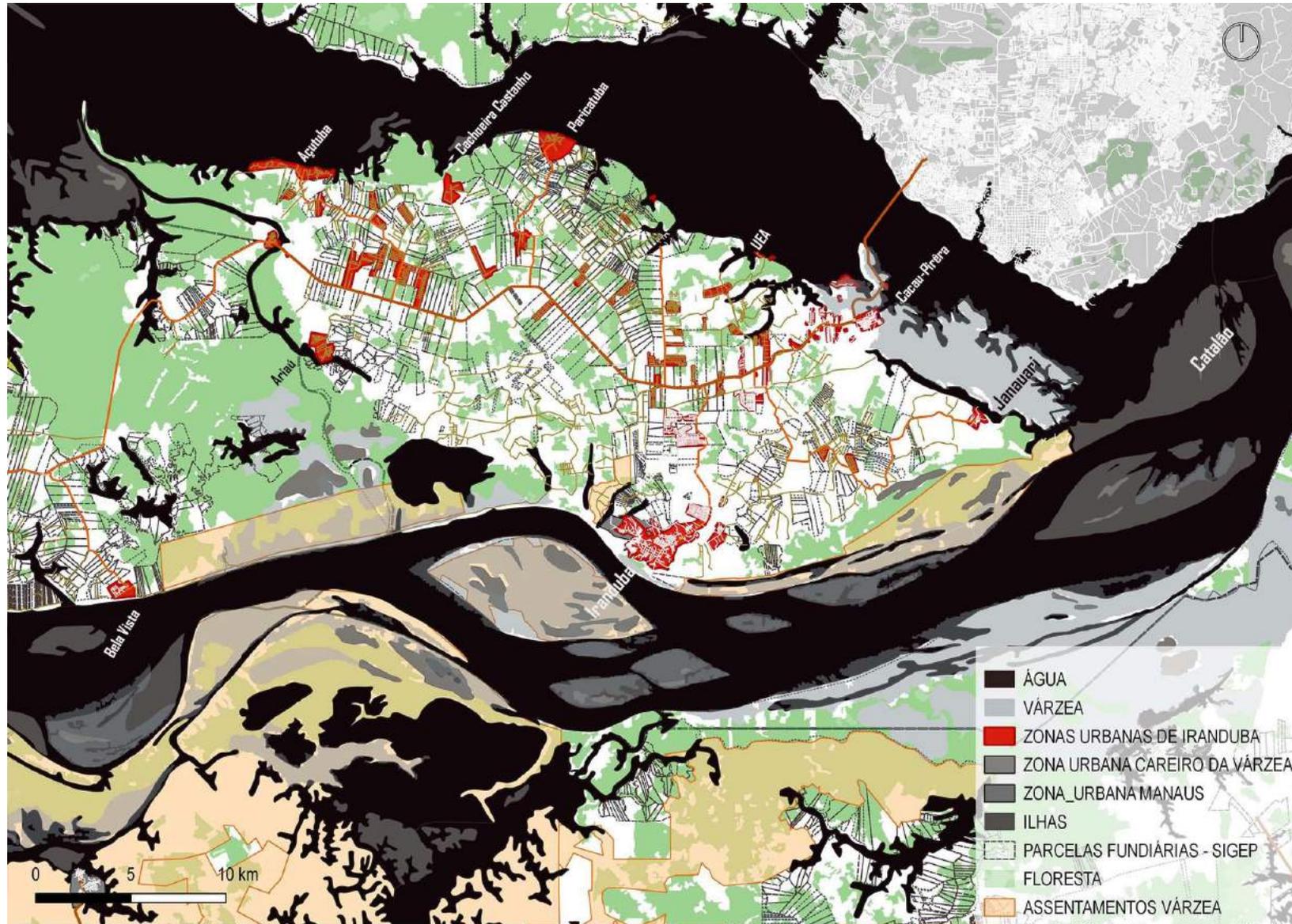


Figura 85: Estrutura fundiária – Iranduba

Fonte: Elaboração própria sobre bases IBGE, TERRABRASILIS (INPE), CAR (INCRA) e levantamento de campo

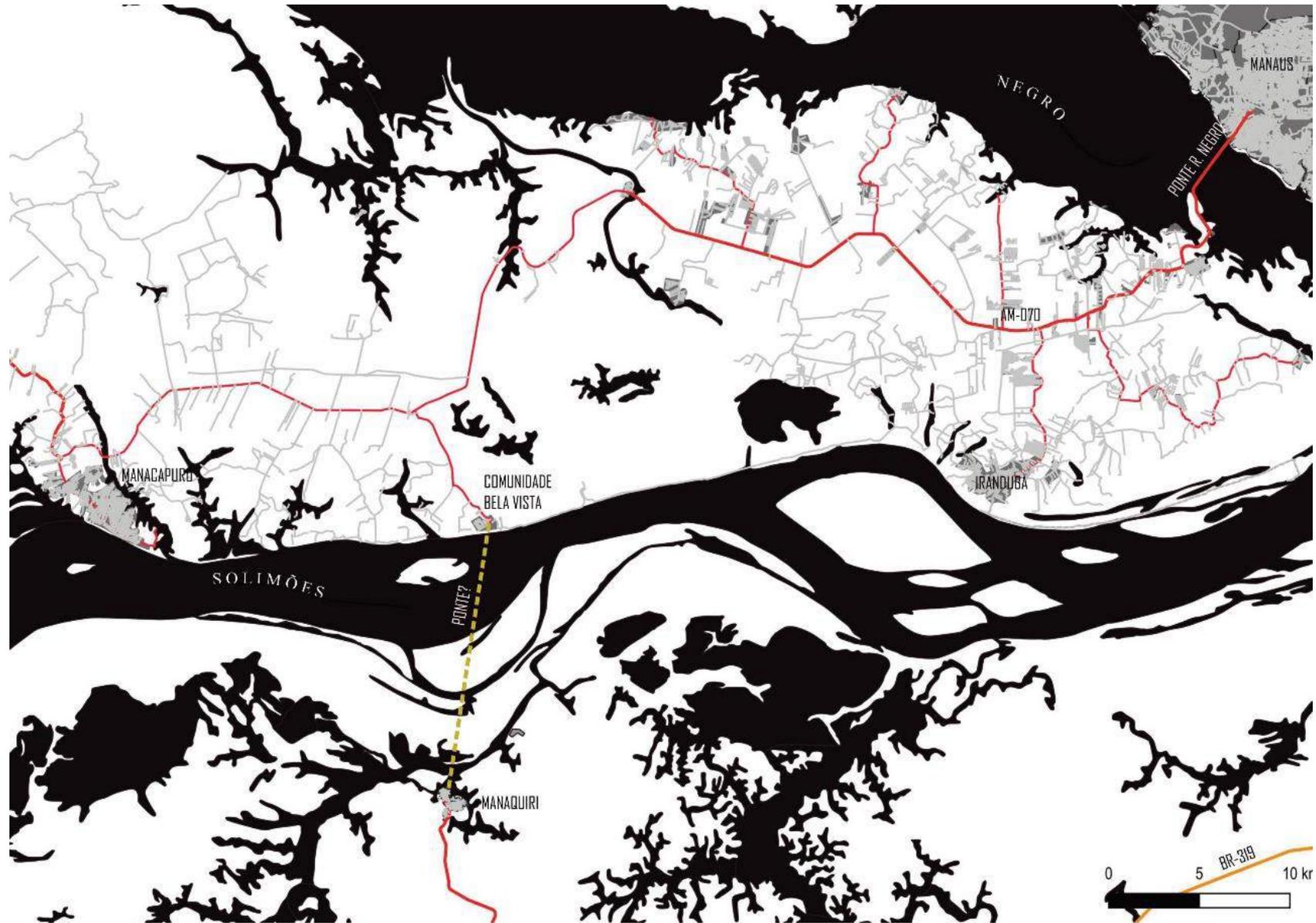


Figura 86: Sistema viário Iraduba-Manacapuru e possível localização de uma ponte ligando Manaus à BR-319
Fonte: Elaboração própria sobre base IBGE

SÍNTESE ANALÍTICA DA PAISAGEM

Quadro 4: Quadro síntese - escala Global/Regional – Amazônia

<i>Camadas</i>	<i>Pré-colonial</i>	<i>Conquista 1500 - séc XIX</i>	<i>Modernização (metade do séc XIX até 1980)</i>	<i>Globalização (1980-até hoje)</i>
<i>Ambiente</i>	<i>Formação da Bacia do Amazonas Meio ambiente domesticado pelos índios</i>	<i>Grandes rios – estrutura invariante</i>	<i>Devastação promovida pelo Estado colonização agrícola, hidrelétricas e agronegócio, mineral e madeira</i>	<i>Devastação promovida pelo mercado e Estado Mudanças nos regimes dos rios voadores, riscos climáticos, ápice das queimadas</i>
<i>Atores Intencões</i>	<i>Variedade de etnias indígenas Nômades e sedentários</i>	<i>Dominação colonial Branco e índios Exploração mercantil drogas do sertão Expansão fronteiras</i>	<i>Paradigma modernidade Borracha Zona Franca de Manaus Defesa de fronteiras e ampliação das redes técnicas</i>	<i>Constituição 1988 Conflito paradigmático Preservação x urbanização Agricultura Integração sul-Americana IIRSA, ZEE, PAS, PNOT, PNDRs</i>
<i>Infraestruturas</i>	<i>Rios</i>	<i>Rios</i>	<i>Rios e rodovias, comunicação telégrafo, telefone e TV e avião</i>	<i>Rios, rodovias, aeroportos, redes de comunicação, internet, energia e hidrelétricas</i>
<i>Assentamentos</i>	<i>Numerosas aldeias espalhadas</i>	<i>Aldeias, fortins e missões, vilas e poucas cidades</i>	<i>Núcleos urbanos, cidades novas</i>	<i>Metropolização, floresta urbanizada, urbanização extensiva Cidades médias</i>

Quadro 5: Quadro síntese - escala Urbano/regional – Manaus

	CONQUISTA (até metade do séc XIX)	MODERNIZAÇÃO (metade do séc XIX até 1980)	GLOBALIZAÇÃO (1980-até hoje)
Substrato	<i>Alterações no curso do Rio Negro no platô de Manaus (paleoceno), Relevo, clima, solo, vegetação e água</i>	<i>-Alteração antrópica dos igarapés urbanos Negação do substrato Tentativas de dominá-lo A natureza como recurso: a seringa A natureza e ser vencida, dominada e "Amazônia vazia a ser ocupado"</i>	<i>Explosão urbana sob substrato Antagonismo: Discurso da sustentabilidade X Negação da paisagem e do substrato natural A natureza como um negócio VTE</i>
Infraestrutura	<i>Água - Rios - canoas Rios - Barcos Terra - a pé Pontes</i>	<i>Introdução de sistemas técnicos Rio - vapor, motor, diesel Rodovias - automóvel Bondes, ônibus Aéreo Abastecimento, Pontes SUFRAMA</i>	<i>Sistema técnico-científico-informacional Híbrido Internet, Água-terra Expansão de infraestruturas Ponte - rio Negro PAC/ grandes empreendimentos particulares</i>
Assentamentos	<i>Lugar da Barra - Manaus Serpa - Itacoatiara Barcelos, como sede da província</i>	<i>BNH, Conjuntos, invasões, Novos bairros Cidades interior - criação de municípios Colônias agrícolas</i>	<i>MCMV, loteamentos, condomínios, Verticalização Metropolização Crescimento das cidades imediatas - cidades médias Incorporação de novas cidades à RMM.</i>

Quanto ao substrato, geomorfologicamente Iranduba e Manaus, formavam um só bloco, mas este foi deslocado pela abertura da falha normal do rio Negro, que alterou seu leito. Antes, o rio fluía por onde é a depressão do Ariaú. O fragmento seccionado pela falha corresponde à atual península do município de Iranduba. A formação litológica dual expõe um dos contrastes marcantes da região, uma região de terra firme (formação Alter do Chão) e outra mais alagadiça, líquida e disforme (Formação Içá). Entre as duas formações litológicas distintas, depósitos aluvionares dão a dimensão da mutação da paisagem, ora de aparência alagada quando submersa pelas águas, ora verde, quando as águas descem e exibem os campos verdes e vibrantes das várzeas.

A localização de Manaus no encontro de duas importantes rotas fluviais favoreceu seu papel de polo regional desde os tempos da conquista colonial. O eixo do Amazonas/Solimões é o principal acesso aos países andinos, à fronteira Peru/Colômbia e ao Oceano Atlântico. O rio Negro, representa um eixo interior, que recebe a contribuição do rio Branco, principal rio do estado de Roraima e se relaciona ao eixo Leste-Oeste, porém não possui a mesma capilaridade. A introdução das rodovias BR-174 e BR-319 deu origem a um novo eixo na direção Norte-Sul, complementando a lógica estrutural dos caminhos fluviais. Esse eixo, hoje trafegável apenas na BR-174, permite o acesso de Manaus à capital do estado de Roraima, Boa Vista, e à Venezuela. O Rio Madeira, o mais importante afluente do Amazonas, depois do Solimões, favorece a relação da RMM com o Centro Oeste brasileiro. Hoje, principal canal de escoamento da soja de Rondônia e Mato-Grosso.

Itacoatiara é a cidade polo desse eixo e recebe no porto graneleiro essa produção que é depois escoada via Amazonas-Atlântico.

O posicionamento dos municípios da RMM obedece, por um lado, uma lógica de fundação ancestral, os que se originaram de antigas aldeias e missões religiosas (Itacoatiara, Silves, Airão), os que tiveram sua gênese cabocla, no período de estagnação da economia da borracha (Careiro da Várzea, Manaquiri, Itapiranga e Autazes) e os que foram posteriormente criados em decorrência de projetos de colonização, exploração mineral e infraestruturas rodoviárias (Rio Preto da Eva, Iranduba, Careiro e Presidente Figueiredo). Manacapuru pode ser considerado um território insurgente, que se originou de um contexto de resistência indígena. Manaus, por sua vez, tem em seu DNA um projeto de dominação territorial e já nasceu como estratégia de defesa e como “ponte” entre dois mundos: o europeu-ocidental e o “País das Amazonas”.

No período pré-colombiano, antigas civilizações organizadas em multiterritorialidades, línguas e etnias já viviam na área de estudo. A presença de sítios arqueológicos, atesta que: i) houve uma ocupação maciça de população que desenvolvia a agricultura, não só da mandioca, mas domesticava a floresta enriquecendo-a com espécies vegetais e alimentícias; ii) as margens de igarapé, como apontam as localizações de sítios arqueológicos, eram os locais de ocupação indígena. iii) os índios, teriam se refugiado nos igarapés interiores. iv) Houve resistência indígena, e, vencidos pela exaustão, foram pacificados, os Mura, os “corsários” dos rios, que deram origem ao núcleo urbano de Manacapuru; v) as áreas da península de Iranduba e da várzea deixaram de ser cultivadas na época

da conquista, por causa da ameaça Mura. Mas existia um desejo de domínio do outro lado do rio.

Antes da chegada dos colonizadores, a região de Manaus e Iranduba era densamente ocupada pela população indígena, segundo relatos dos primeiros viajantes. No entanto, com o avanço dos colonizadores, foram se desterritorializando seguindo pelos rios e igarapés secundários na direção da terra firme.

Na conquista, as missões religiosas se fixaram em aldeias indígenas, por isso alguns núcleos atuais que se originaram dessas aldeias missionárias, guardam uma memória, mesmo que hoje silenciada ou oculta por outras territorialidades. Data desse período a concepção estratégica do forte localizado na Barra do rio Negro, ou Lugar da Barra. O nome insinua a situação geográfica e o caráter do lugar, uma “barra”, um alto platô localizado no encontro entre os dois principais rios, principais rotas navegáveis e eixos estruturantes de um vasto território.

Os colonizadores vieram munidos de um sofisticado aparato jurídico, no momento de uma crise política entre as coroas de Portugal e Espanha, e com a intenção de aumentar o contingente de mão de obra escrava para trabalhar nas lavouras e exploração de drogas do sertão, e também para servirem de contingente humano necessário para a produção de um novo território.

À medida que o colonizador ampliava as interações com as populações culturalmente heterogêneas da Amazônia, missionários religiosos faziam o trabalho de recondução dos índios por meio da catequese, inclusive buscando homogeneizá-los culturalmente¹⁸⁴. As primeiras vilas coincidem, portanto, com as aldeias indígenas onde esses missionários exerceram influência cultural e religiosa. Por isso, a presença indígena na região deixou indelévels marcas nos territórios posteriormente produzidos. A estrutura invariante configura-se pelo posicionamento da rede urbana de “Primeira Geração”, e desvela intenções de posicionamento geográfico, estratégias ambientais de uma cultura estreitamente relacionada ao meio, fato que se revela na eleição dos sítios para o estabelecimento de assentamentos.

Com a instalação do Forte de São José da Barra, o Lugar da Barra começou a tomar feições de vila. O Forte, elemento simbólico da dominação, não logrou atingir seus objetivos de defesa contra a invasão e trânsito de estrangeiros entre os rios Negro e Solimões. O local da Barra era um ponto de apoio logisticamente bem posicionado entre os dois principais rios navegáveis e eixos de penetração da floresta Amazônica. Ali, no encontro de rotas se desenvolveria então um núcleo, no entorno do forte, onde residia maioria indígena entre soldados da coroa portuguesa e religiosos.

¹⁸⁴ Foi criada uma língua geral para os índios, de modo a facilitar a comunicação para os conquistadores.

A vila de Serpa, antiga aldeia dos índios Abacaxis, atual Itacoatiara, também se posicionava em um importante cruzamento de rotas, na foz do Rio Madeira. O núcleo foi elevado à categoria de vila antes que o “Lugar da Barra”. Manacapuru, com localização estratégica no rio Solimões, com terras férteis de várzea, só viria a ser considerada administrativamente como um território com sede administrativa, após a “pacificação” dos Mura.

Com a independência do Brasil teve início outro episódio de desterritorialização e extermínio de população indígena e cabocla, na tentativa de silenciamento de movimentos de resistência da chamada “Revolução Cabana” ou “Cabanagem”. Desde então o Amazonas foi incorporado, de fato, ao Brasil.

A abertura dos rios à navegação estrangeira e a inserção de elementos técnicos e de informação como a rede de telégrafos – ferrovias, navegação a vapor, foram os principais eventos de ruptura na construção do território urbano de Manaus.

A economia local desenvolveu-se a partir de fins do séc XIX por conta do comércio do látex para abastecimento do parque industrial inglês, o que estimulou um processo de migração nordestina para os seringais que ficavam no interior da floresta. Esse foi um processo importante de diáspora onde milhares de nordestinos desterritorializados pela seca e pela miséria se re-territorializaram na Amazônia.

Nesse “período áureo da borracha” a cidade de Manaus perdeu a configuração espontânea de origem, de morfologia orgânica onde os elementos construídos acompanhavam a topografia acidentada, cortada por igarapés, com edificações isoladas, muitas ainda de madeira e palha. O traçado regulador de

Eduardo Ribeiro viria impor o domínio humano sobre a natureza, estabelecendo uma malha viária que se mantém até hoje, caracterizando-se como uma invariante estrutural na morfologia urbana. O traçado regulador só foi possível de ser implantado graças aos avanços da engenharia estrutural, desenvolvida na Europa e importada para Manaus, que possibilitaram a construção de pontes com peças metálicas desmontáveis que chegavam pela hidrovia do rio Amazonas, no eixo Manaus-Liverpool, que era um rompimento com o antigo eixo colonial, Belém-Lisboa.

Com a queda da economia gomífera, os seringueiros foram novamente desterritorializados, expulsos dos seringais, sobre os quais não possuíam direito de uso nem posse, e migraram então através dos rios navegando em canoas e pequenas embarcações até núcleos urbanos e rurais nos quais pudessem sobreviver. Essas diásporas engendraram processos de reterritorialização observáveis na estrutura de núcleos urbanos e comunidades rurais, aqui denominados de núcleos urbanos da “Segunda Geração”.

A cidade de Manaus foi o local que mais recebeu seringueiros desterritorializados após 1912, que, ao chegarem pelos rios, iam estabelecendo suas moradias às margens da cidade. Desde a década de 1920 até o novo surto de crescimento provocado pela Zona Franca na década de 1960, Manaus cresceu em população mas não economicamente, o que favoreceu o aparecimento de bairros inteiros nas margens de igarapés urbanos com moradias em palafitas; bairros flutuantes e outros que mesclavam ambas tipologias. Tal forma de ocupação do

território fluvio-terrestre se explica pela possibilidade de acesso e proximidade do centro urbano.

Os condicionantes naturais, até o início do século XX haviam direcionado o crescimento e coordenado a adaptação orgânica do assentamento ao ambiente natural. A partir da década de 1960, decisões políticas voltadas à integração da Amazônia ao resto do país, encarregaram-se de colocar em ação um projeto geopolítico para a região com o objetivo de atrair investimentos internacionais e estruturar aparato para a exploração dos recursos naturais e minerais da Amazônia. Manaus era a ponte para a Amazônia central, a partir de então denominada Amazônia Ocidental.

A partir da década de 1960 Manaus passaria por um novo ciclo de crescimento, com a implantação da Zona Franca de Manaus. A dinamização econômica da região foi um projeto político no contexto nacional-desenvolvimentista, que buscava ampliar as ramificações internas da rede urbana brasileira e a consolidação de cidades estratégicas para o desenvolvimento regional. Fizeram parte desde contexto a transferência da capital para o Planalto Central e a inserção de rodovias como eixos de integração nacional. A implantação da rodovia BR-319 era uma promessa de integração de Manaus ao restante do Brasil por terra. A consolidação do Polo Industrial em Manaus e as inovações tecnológicas da indústria de eletrônicos chegavam ao Brasil por Manaus, que se tornara uma ponte de modernização.

Desde então houve um incremento da população urbana de Manaus, concomitantemente o governo federal lançava um sistema de financiamento de

moradia, agenciado via BNH. A cidade, em processo de industrialização, passou a abrigar um mosaico de conjuntos habitacionais destinados à classe média que, forçaram um segundo movimento de expansão da mancha urbana sobre os platôs de terra firme. Entre os platôs habitáveis e conectados por estradas e rodovias e servidos por ônibus, instalou-se a população excluída desse mercado imobiliário. A cidade flutuante, outra tipologia de ocupação insurgente, localizada na margem frontal de Manaus, foi retirada em 1960. Parte da população que ali residia se viu forçada a ocupar esses trechos intersticiais entre conjuntos, ou bairros populares nas proximidades do centro de Manaus, como o bairro da Compensa e São Raimundo (à época já consolidado).

Naquele momento surgiram as colônias agrícolas na margem direita do rio Negro e foi construída a estrada Manoel Urbano, hoje AM-070, que mais tarde daria origem ao município de Iranduba. Projetos de colonização agrícola também foram implantados na terra firme, ao longo da recém construída estrada Torquato Tapajós, hoje AM-010, que liga Manaus a Itacoatiara, teve origem o município de Rio Preto da Eva. Migrantes japoneses, nordestinos e brasileiros de outras partes do país fizeram parte da formação dessas colônias e hoje forma a sociedade desses núcleos urbanos, com a economia baseada na produção agrícola. áreas destinadas à colonização

A construção de BR-174 iria coroar de maneira brutal o projeto de domínio da fronteira norte do território amazônico. A estrada ligando Manaus à Venezuela foi uma estratégia do governo militar para acessar as terras sob influência do rio Branco e do planalto das Guianas. A implantação da cidade de Boa Vista, fez parte

dessa estratégia e o genocídio de etnias indígenas, principalmente Wamiri-Atroari, foi um triste episódio desse projeto nacional na década de 1970. A paisagem da modernização demonstra, portanto, a consolidação e reafirmação de Manaus como polo primaz na rede urbana amazônica.

Para a modernização do território de Manaus, enquanto estratégia de poder, os núcleos urbanos foram fundamentais para a concentração de capitais fixos e serviços. As pequenas cidades e povoados não foram incluídos nesse projeto de (des)envolvimento. Tal situação favoreceu a consolidação de uma rede urbana de trama suave e fluida que se desenvolveu ao longo das rotas dos rios e que, pelas distâncias impostas pela natureza e o ritmo dos deslocamentos fluviais, mantiveram-se em um tempo mais lento.

Iranduba pertencia a Manaus até 1982, quando foi criado o município. Até então era terra de colônias agrícolas. A artificialidade que representou a criação do município é perceptível pela paisagem que expõe a baixa centralidade de sua sede, a existência pretérita dos hoje denominados distritos de Cacau-Pirêra, Ariaú, Bela Vista e Caldeirão, esses dois hoje pertencentes ao município de Manacapuru, foram colônias japonesas desde 1958.

A partir dos anos 2000, mesmo após diversos marcos institucionais e legais incidirem sobre a cidade de Manaus, como Planos Diretores, Estatuto da Cidade, entre outros, o as maiores alterações na paisagem foram ocasionadas pelos grandes projetos, dentre eles os projetos financiados pelos programas do PAC e “Minha Casa Minha Vida”, e pelo BID, o PROSAMIM. Mas a ponte sobre o rio Negro, financiada pelo BNDES, foi o elemento técnico que ocasionou maiores alterações

na paisagem metropolitana. As maiores barreiras à expansão periférica do município de Manaus são elementos naturais como igarapés e rios, rio negro ao sul e a densa rede hídrica; áreas de proteção ambiental como a APA Tarumã-Açu, a oeste, a Reserva Ducke, a norte, e; zonas de uso exclusivo, como o Distrito Industrial, a leste. A maior e mais intensa das barreiras ao crescimento de Manaus, o rio Negro, foi rompida pela ponte.

Apesar de a gênese da ocupação urbana de Iranduba e Manacapuru se relacionar diretamente com o acesso via fluvial pelo rio Solimões, às margens do qual os núcleos urbanos se desenvolveram. A ponte rio Negro estimula uma nova configuração espacial à medida que favorece o acesso rodoviário ao centro de Manaus. Assim, sob a influência da ponte e da duplicação da rodovia AM-070, são engendrados processo de ocupação urbana nas áreas que fornecem melhor acesso a Manaus. Esse movimento introduz dois eixos de expansão urbana, um com origem em Manaus e outro de Iranduba, que, em sentidos opostos se complementam. Em médio e longo prazos, tendem a favorecer processos de ocupação urbana nas zonas rurais localizadas entre a sede de Iranduba e Manaus. O primeiro eixo, no sentido Manaus-Iranduba, exerce influência sobre a nova franja periférica nas proximidades de Cacau Pirêra e Mutirão, onde se localizam indústrias de cerâmica (Olarias) e outros empreendimentos comerciais e industriais. o outro eixo, força uma tendência de ocupação urbana em movimento centrífugo a partir do da sede do município de Iranduba na direção da AM-070, sentido Iranduba-Manaus. Como consequência da valorização das terras, ocorre um forte processo de desmatamento e de desmembramento de unidades agrárias para uso urbano.

Uma vez que a margem direita não foi objeto de um plano específico, a livre atuação do mercado imobiliário formal e dos agentes sociais tende a consolidar uma paisagem fragmentada sem coerência morfológica e sem possibilidade de garantia da função social do solo, onde o sistema de espaços livres não articula espaços públicos e áreas protegidas, tão pouco é possível preservar a memória ancestral dos territórios silenciados pelo tempo. As consequências da implantação da infraestrutura expõe intenções do capital hegemônico por meio da valorização de determinadas porções do território, a redução da cobertura vegetal, a divisão indiscriminada do solo rural para uso urbano e a perda da identidade cultural historicamente construída.

A atuação do Estado como agente privilegiado na construção territorial na Amazônia e o papel de políticas setoriais e projetos pontuais na configuração metropolitana atual demonstra como as verticalidades predominam no jogo de forças atuantes na produção social do espaço enquanto território urbano-regional. Tais verticalidades se operam de duas maneiras, primeiro, através da introdução de elementos técnicos como infraestruturas viárias, estradas, rodovias, portos, aeroportos, cidades novas, habitações populares, colônias agrícolas, rede de energia, entre outros. Por outro lado, o Estado atua enquanto planejador, ou seja, faz as apostas para o futuro, define objetivos e estabelece estratégias econômicas e institucionais para atingi-los.

A urbanização recente de Manaus reflete a cultura de planejamento brasileira, desarticulada e setorializada, que permite que a cidade seja construída aos pedaços e se expanda para zonas periféricas e rurais, onde a regulação é

deficitária. Depois da implantação da ponte sobre o rio Negro, territorializações produzidas pela lógica do capital imobiliário, da informalidade dos serviços e comércio, predominam configuram a paisagem urbana à revelia de planos ou projetos territoriais e urbanos.

Como perspectiva de paisagem nas duas margens de Manaus, são necessários mecanismos para frear a especulação imobiliária que favoreçam não apenas a participação de camadas hegemônicas da sociedade, mas também a grande parcela da população excluída das possibilidades de direito à cidade.

Na margem direita, no município de Iranduba, a forte especulação e valor da terra nas proximidades da ponte, demonstra uma tendência de consolidação de um modelo morfológico de ocupação dispersa ao longo da AM-070. Enquanto, a valorização das áreas com amenidades da paisagem (praias e rio Negro) deve ser cuidadosamente analisada para estabelecer limites ao turismo predatório e à elitização da paisagem natural, bem como favorecer a cultura local e a manutenção do patrimônio cultural e natural.

Nas porções de terra firme de Iranduba há uma tendência de urbanização do rural, em tipologias de loteamentos e condomínios de formação de núcleos informais decorrentes de comunidades rurais, loteamentos clandestinos e invasões. Nas áreas de várzea a regularização fundiária é um caminho necessário mais não suficiente para ordenamento do território. As áreas de várzea devem ser objeto de projeto, que permita a manutenção de modos de vida adaptados ao ambiente garantindo a segurança alimentar e de moradia à população dessas áreas em época de cheia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo da pesquisa foi reivindicar o papel do lugar no planejamento territorial buscando instrumentos pistas que pudessem indicar metodologias analítico-propositivas capazes de articular conceitos e paradigmas de sustentabilidade e justiça social, operacionalizando-os em nível de projeto. Para tal, foi adotado como ponto de partida a hipótese de que tais subsídios para o projeto estariam disponíveis no próprio território. De modo a colocar em movimento a argumentação foi elaborada uma reflexão acerca da noção de território partindo de contribuições da geografia e da urbanística.

A noção de território, enquanto produto social, projeto de poder e como forma, levou à segunda hipótese da tese, de que a leitura da forma visível do território, ou da paisagem, ofereceria uma perspectiva metodológica para o projeto territorial. Para a verificação dessa hipótese, recorreu-se a uma revisão conceitual, complementada por uma análise de culturas de planejamento que lançam mão da leitura e manipulação analítica-propositiva da paisagem para a elaboração de planos de abrangência regional. A leitura analítica da substância paisagística resultante dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) permitiu situar a paisagem como uma manifestação empírica do território enquanto constructo socialmente produzido no tempo.

A premissa do espaço social de Milton Santos, como um sistema de ações e objetos produzido segundo intenções (programas) dos atores em relações coletivas ou individuais, aproxima-nos da noção de território como expressão de poder. O território como projeto de poder, é entendido por Raffestin em termos

relacionais. Nesse sentido, as interações dos atores no ambiente e com o ambiente, passam por relações de simetria e dissimetria, entendidas em termos de expressão de poder. Tal visão relacional e dialética das relações é complementada pela noção de multiterritorialidade de Haesbaert. Pensar em termos de multiterritorialidade permitiu uma aproximação aos espaços urbano-regionais produzidos pela sociedade pós-moderna e perceptível em termos de paisagem. Essas paisagens expõem a natureza aleatória das relações que se estabelecem no território, colocando em cheque a capacidade do planejamento racional-funcionalista em dar respostas aos problemas urbanos frente a um cenário distópico de crise ambiental e riscos sociais associados a um modelo de (des)envolvimento onde predomina o código econômico.

Os códigos são territorializados no lugar, o qual se transforma em um arquivo de signos, ambiente de trabalho dos urbanistas, que operam por meio da organização de unidades visíveis, ou parcelas desses processos de territorialização. Tais operações permitem traçar trajetórias históricas articulando os planos simbólico e material da estrutura territorial. Logo, constatou-se que a leitura da paisagem, através do desenho e o mapeamento do território por operações de descrição, narração, montagem e interpretação fornece argumentos para assumir o processo como método analítico e também propositivo, pois, à medida que se desenha um território se está projetando um novo território, que é comunicado em cartografias, imagens e narrativas, produzidas pelo mapeamento rizomático.

A paisagem pode ser considerada um meio de expressão de intenções e programas dos atores no tempo. Portanto, não é apenas um caminho analítico, mas

também um meio, tanto de interpretação e proposição quanto de projeto, no qual o lugar passa ser o ponto de partida.

O método, inspirado nos textos de Deleuze e Guattari (1997), requer romper com as noções científicas baseadas em modelos, padrões e relações determinísticas e assumir o devir como uma perspectiva de expansão por rupturas, propagação e povoamento, típicos do rizoma. Ao reconhecer o devir como um contraponto ao modelo estruturalista, o mapa-rizoma assume o status de base teórica e metodológica para as leituras multiescalares da paisagem em uma perspectiva histórica de modo a apreender o território enquanto forma mutante e produto de uma sociedade em rede.

Tal reflexão teórica induziu a uma busca por alternativas para o problema de método - como intervir nesses territórios urbano-regionais em constante mutação? A pergunta foi respondida, parcialmente, tanto pela análise crítica de casos internacionais que lançam mão da paisagem e do design do território como fundamento de projeto, quanto pela recapitulação da cultura de planejamento urbano e territorial brasileira.

Apesar do forte componente subjetivo relacionado aos aspectos cognitivos, a paisagem é uma alternativa analítica para a decomposição do território que permite a interpretação por descrição, narração, desenho, cartografia, imagens, fotografias e matrizes discursivas, por isso, fornece imagens do território sempre abertas à novas perspectivas de futuro. Dessa maneira, a elaboração de mapas, não como cartografias normatizadas e tecnicistas, mas como mapas-rizomas, permite novas formas de interpretar os movimentos de territorialização,

desterritorialização e reterritorialização a que estão sujeitas as paisagens. O que se mostra como uma alternativa metodológica, se não eficaz, certamente fundamental, para o rompimento com paradigmas imobilizantes herdados do pensamento urbanístico racional-funcionalistas que dominou durante o século XX.

Tendo em vista o argumento de que o lugar, ou o território vivido, deve ser uma ponte para pensar o território numa perspectiva de futuro, a interpretação rizomática do território de Manaus desvelou alternativas para ampliar o debate a nível local. A leitura por mapa-rizoma é intencionalmente uma leitura que abre possibilidades, não uma interpretação que se esgota em si mesma. Por isso, a tese não pretende ser um documento fechado que dá por terminada a leitura da paisagem de Manaus, mas uma ruptura no rizoma, uma abertura para possibilidades de novas territorializações, agenciamentos e pesquisas. Assim, aponto adiante algumas recomendações para trabalhos futuros.

Numa perspectiva de continuidade dessa pesquisa, faz-se necessário incluir outros atores envolvidos na produção territorial no processo de mapeamento e interpretação da paisagem, como apontado pela metodologia da cartografia social. Não foi possível, no âmbito dessa tese, recorrer a visões e narrativas ampliadas de todos os atores envolvidos no feito territorial de modo a promover um mapeamento participante. Nesse sentido, acredito que seja enriquecedor a elaboração de um acervo de registros, narrativas, imagens e vestígios do passado, que contribuam à construção de novos mapas e desvelem paisagens outras, que não as que aqui consegui elaborar com as poucas informações e instrumentos limitados de mapeamento e imagens.

Na tese, a paisagem pretérita de Manaus foi interpretada com base nos materiais produzidos pelos atores hegemônicos, dentre eles o mais privilegiado dos atores: o Estado. Foram os documentos oficiais e os registros históricos das elites, que forneceram os subsídios necessários ao desenvolvimento da pesquisa dentro das limitações que já citei. Portanto, é de suma importância que a paisagem seja interpretada segundo outros pontos de vista, principalmente dos atores excluídos das narrativas oficiais, e que representam no sul-global, a maior parcela da população. Logo, para promover maior consistência na direção de uma transição paradigmática no planejamento territorial é necessário incluir a visão desses atores, por meio de uma história contada a “contra-pelo” (BENJAMIM, 1987 [1940]). Este seria, portanto, um outro viés analítico possível e desejável para compreensão dos processos de construção do território de Manaus.

A análise da produção do território urbano-regional de Manaus, segundo o método de interpretação rizomático, foi primeiramente conduzida por um mapeamento da forma do território começando pelo substrato natural de modo a desvelar os aspectos fluidos, híbridos e disformes da paisagem das águas. Depois recorreu-se a uma periodização, não no sentido de definição de períodos estanques, mas segundo a ocorrência de *eventos* que ocasionaram *rupturas significativas* na paisagem. Desse modo, foram identificados três momentos de análise: i) a “paisagem da conquista”, momento de choque cultural entre habitantes originários e os colonizadores europeus, no qual ocorreram tentativas intermitentes de dominação do território da bacia amazônica pelos portugueses; ii) a “paisagem da modernização”, que se iniciou com a introdução de novos sistemas sócio-

técnicos no espaço colonial. Esse período foi marcado por dois eventos, um primeiro, o *boom* da borracha e, um segundo, a implantação da Zona Franca de Manaus, que a reafirma como polo regional; iii) “a paisagem da globalização”, que compreende o momento atual de desregulação e flexibilização dos lugares frente a cenários de incertezas, riscos climáticos e crise humanitária, tornando urgente uma transição paradigmática desde o sul-global.

A reflexão sobre a produção territorial, desde uma perspectiva do sul global, partiu do alerta de Milton Santos sobre uma necessária “revanche do território” e a importância do “Saber Local” para o planejamento do território, sugerindo “o *evento*” como categoria analítica que permite relacionar as escalas: mundo e lugar, e os tempos da história: o passado e o presente. A noção de evento forneceu uma chave para pensar o futuro como projeto e operacionalizar, analítica e propositivamente, as noções de tempo e espaço reunindo-os em uma categoria única que acontece no lugar. Tais contribuições de Milton Santos foram fundamentais para a proposta de se partir do lugar em busca de alternativas para o futuro.

A noção de desterritorialização de Deleuze e Guattari, operacionalizada no campo epistemológico pelos geógrafos Raffestin e Haesbaert, foram fundamentais para a compreensão do território como um palimpsesto e contribuíram para a análise da paisagem enquanto construção histórica, descortinando não só origens, mas uma lógica organizativa do território de Manaus em suas contínuas reconfigurações.

As noções de horizontalidades e verticalidades foram fundamentais para as análises espaciais partindo do lugar, uma vez que permitiram articular escalas de ação em termos de vetores, e assim, compreender como as transformações que ocorrem na escala local resultaram do cruzamento de forças que emanam do global/nacional (verticalidades) e daquelas exercidas pelo Saber Local, construídas por meio da interação dos agentes no lugar (horizontalidades).

É possível afirmar que a leitura analítica-propositiva da paisagem é um instrumento válido para a análise da forma do território e de sua materialidade enquanto construção histórica, além de ser adequada enquanto subsídio para ações prospectivas de projeto e planejamento territorial. As permanências e persistências, de processos históricos de territorialização, desterritorialização e re-territorialização decifráveis por meio da paisagem, podem fundamentar modelos para a interpretação de sistemas urbano-regionais, redes, paisagens agrícolas e florestais, desvelando códigos genéticos capazes de orientar a formulação de políticas públicas voltadas à (re)valorização do território, enquanto patrimônio natural e cultural.

A paisagem é intencional. Impossível ignorar o papel projetivo e prospectivo do conceito, quase instrumental, voltado à expressão estética do ambiente. Argumento, portanto, que a leitura da paisagem, para além de um instrumento analítico para a compreensão do território, contribui para a formulação de problemas, indicando possibilidades para a aplicação de soluções técnicas, por meio da criação de imagens de territórios possíveis. Tal argumentação se fundamentou em um debate teórico e principalmente nos estudos de caso, que

atestaram o uso, com sucesso, da interpretação e manipulação da paisagem como método e como meio, ou mídia, para o projeto territorial participativo.

Se por um lado, o planejamento espacial, seja ele urbano, rural ou ambiental, apoia-se em uma ilusão construída pela Modernidade, fundamentada na crença na racionalidade objetiva das ciências, por outro lado, a interpretação da paisagem enquanto método demonstra uma alternativa para um projeto territorial aberto e reflexivo, que não se esgota em normas rígidas e planos inoperantes, mas que traz o componente expressivo-compositivo para o âmbito da discussão sobre o futuro do território.

O que mede a importância de determinados territórios em detrimento de outros, é o valor que lhes são atribuídos ou os limites jurídicos que lhes são impostos por uma estratégia de poder, ambos conduzidos por motivações e necessidades de cada época, sociedade e contexto cultural. Tal atribuição de valor é construída por meio da manipulação de dados (reais ou inventados) com o apoio de mapas e representações que lançam mão da paisagem como método cognitivo e comunicativo que, historicamente foram fundamentais para a consolidação das conquistas das colônias Americanas e para a construção de “novos” territórios.

Agora, resta assumir a representação da paisagem enquanto método aberto à constantes revisões e representações. Tal possibilidade emancipativa da paisagem pode contribuir para uma revisão de juízos de valores, de modo que ela possa ser assumida como método científico aberto à utopia, à poesia e à técnica, e também entendida como uma estratégia cognitiva de produção de conhecimento. A paisagem como meio, como mídia e como instrumento de projeto de território,

possibilita prospectar visões de futuro de modo a se tornarem comunicativas. Ela fornece um quadro dos processos de territorialização que é capaz de englobar os meios urbanos e rurais, antropizados e naturais. O mapeamento identitário da paisagem pode ser a base para a construção de instrumentos que permitam a participação cidadã para a definição de objetivos de longo prazo. A utilização de recursos visuais e a midiatização de imagens de futuro aliadas a metáforas potentes, como na cultura de planejamento territorial holandesa, indica uma perspectiva inovadora que opera por meio de consensos sociais em torno do design do território.

A ideia de fronteira contribuiu para a compreensão da Amazônia como um projeto de território e de Manaus como uma *ponte* de ligação entre a Amazônia e o mundo, entre o Norte e o Sul, entre o Saber local e o território-mundo. Por isso, considero que para a descolonização do pensamento urbanístico é necessário assumir a metáfora da *ponte*, de modo que possibilite a construção de uma nova utopia que opere a partir do lugar, fortalecendo o movimento de transição paradigmática, sugerida por Boaventura de Souza Santos (1988). Os atores, sintagmáticos e paradigmáticos, como “duas margens” separadas, devem operar por *pontes*, frente a necessidade de “democracia radical” assentada nos princípios de uma “globalização contra hegemônica”.

É urgente romper as fronteiras da imaginação projetiva, para um planejamento territorial integrado que, partindo do lugar, possa se autolegitimar como uma construção coletiva onde a questão ambiental seja o “trunfo” para a

construção de uma nova cultura de planejamento territorial na direção de melhores perspectivas de “direito a cidade”.

A Amazônia, na sua imensidão de florestas e abundância da fauna, flora, água doce e cultura, parece ter causado uma espécie de “cegueira” aos brasileiros, que historicamente criaram dela uma imagem de fronteira de recursos. Por outro lado, do ponto de vista do território-mundo, a Amazônia é uma raridade, um dos poucos redutos de natureza selvagem e uma região de interesse mundial para a conservação. Assim, um planejamento territorial adequado à dimensão Amazônica e à Região de Manaus deve partir de prospectos de territórios culturalmente adequados, híbridos e necessariamente fluídos, que mantenham os padrões de interação homem-natureza. Para isso faz-se necessária uma inversão de valores.

É importante posicionar o debate sobre a Amazônia urbana frente aos recortes territoriais instituídos pelos atores ao longo da história de ocupação da região, para que não incorramos no equívoco de homogeneizar a reflexão sobre esse território, que já era densamente ocupado 10 mil anos antes da chegada dos europeus às Américas, por distintas etnias indígenas com diversidade linguística, modos de vida e arranjos políticos e produtivos. Apesar da falsa noção de homogeneidade da região amazônica, ela de fato abriga múltiplos territórios, onde, atores de diferentes origens, culturas e intenções conformaram a paisagem atual.

Desde discursos nacionalistas, passando pelas políticas regionais de desenvolvimento, a Amazônia foi entendida como “fator problema” e uma “fronteira periférica do mundo”. O argumento dos atores hegemônicos para a inserção da região na economia mundial foi a produção da imagem de Manaus como *ponte* para

o desenvolvimento local. No entanto, como alertou Berta Becker, as cidades não foram consideradas como elementos de desenvolvimento da região, permanecendo às margens das estratégias empreendidas pelos atores em relação assimétrica de poder para a dominação dessa “fronteira de recursos”. Nesse sentido, Manaus concentrou ao longo da história os sistemas sócio-técnicos que possibilitaram sua atual situação macrocefálica dentro de uma rede de pequenas e médias cidades que não foram ativadas enquanto elementos de desenvolvimento, produzindo assim, um padrão assimétrico nas relações de poder na produção do território.

A instituição da Região Metropolitana de Manaus e a simultânea implantação da ponte sobre o rio Negro, refletem as intenções dos atores hegemônicos de romper com a insularidade de Manaus com relação ao Brasil e de estimular um processo de transformação na margem direita do rio Negro, deixando o espaço livre para a atuação do mercado imobiliário. Não poderíamos afirmar, a princípio, que esse processo de urbanização na margem direita é uma expansão da cidade de Iranduba, uma vez que o processo aponta que o vetor de crescimento parte de Manaus. O fato reafirma o papel de Manaus enquanto ponte para o progresso e (des)envolvimento local em termos de intenções e estratégias de poder.

A tese é pensar Manaus partindo do lugar, ou adotar a ideia “do lugar como ponte” para um projeto de território. Desse modo, o lugar se torna mais do que um suporte para o (des)envolvimento, mas um fator de (re)envolvimento das pessoas com seu próprio território. Daí a necessidade de assumir o lugar como partido de projeto e a leitura da paisagem como método propositivo-analítico que favoreça um

projeto de território, não como projeto de poder, mas como um projeto de poderes compartilhados.

Enquanto projeto de território, a “ponte” sinaliza a necessária relação entre o local e o global, reafirmando o lugar como “espaço de resistência” e como alternativa para um plano de futuro para o território. Um plano para a região de Manaus deve buscar valorar padrões ambientais de interesse paisagístico e a manutenção de ciclos ecológicos, buscando no lugar a “ponte” para uma nova cultura de planejamento territorial, considerando os múltiplos territórios possíveis e simultâneos no mundo globalizado.

Por fim, cabe ressaltar que a ponte sobre o rio Negro, não uniu apenas duas margens opostas e dissociadas, mas nos remete à história da formação geológica dos territórios de Manaus e de Iranduba, que foram violentamente separados pela ação tectônica. Agora, com a ponte, as duas margens voltam a se unir, conformando de novo uma só paisagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro. **A cidade caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana, uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

_____, Pedro. **A cidade com-fusa: a mão invisível do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas**. IN: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol.09, n.02, novembro de 2007. Disponível em <http://www.anpur.org.br/revistas/rev_ANPUR_v9_n2.pdf>. Acessado em novembro de 2016.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Amazônia: do discurso a práxis**. São Paulo: Edusp, 1996.

_____, Aziz Nacib. A Amazônia brasileira: um Macrodomínio. In: **Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 4ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007. [1994]

_____, Aziz Nacib. **Zoneamento ecológico econômico da Amazônia: questões de escala e método**. *Estudos Avançados*, 3(5). São Paulo: USP, 1989. Pp 4-20. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8506>>. Acesso em outubro de 2019.

_____, Aziz. **Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia**. *Estudos Avançados*, 16 (45), USP: São Paulo, 2002. Texto publicado originalmente em inglês em *Amazônia - Heaven of a New World* (Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998).

ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas públicas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. P. 43-60.

_____, Henri e COLI, Luis Régis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. P. 13-44

_____, Henri. Apresentação. In: ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

AGASSIZ, M. ET M^{me}. **Voyage au Brésil**. Bibliothèque Rose Illustrée. Paris: Librairie Hachette, 1872.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. **As fronteiras ibero-americanas na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. *Análise Social*, vol. XLV (195), 2010, 329-351.

ALEXANDER, Christopher. **A city is not a tree**. Reprint from the magazine *Desing*, London: Council of Industrial Design, nº 206, 1966. Disponível em: <http://www.chrisgagern.de/Media/A_City_is_not_a_tree.pdf> Acesso em maio de 2016.

ALMEIDA, Carolina Azevedo. **O mosaico do Baixo Rio Negro: conservação e sustentabilidade na Amazônia**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ALVES, Cíntia de Souza. **A tentativa de uma política nacional de ordenamento territorial no Brasil, a PNOT (2003-2009): Registro, Críticas e Reflexões**. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2017.

AMAZONAS, Governo do Estado. **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus- PDRMM: 2010-2030**. Secretaria da Região Metropolitana de Manaus e Consórcio VETEC/VALENTE: Manaus, 2010.

ARAÚJO, Carlos. **Histórico da imigração japonesa no estado do Amazonas**. Edição comemorativa do Centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação Brasil-Japão. 1895-1995. Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM. Disponível em: <https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/carlos_ara_jo_-_hist_rico_da_imig>. Acesso em maio de 2020.

ARAÚJO, Nice Ypiranga Benevides. **“O Milagre dos Manauaras”: Zona Franca de Manaus (uma análise do processo de industrialização implantado em Manaus e da universidade como formadora de mão-de-obra especializada)**. Dissertação de Mestrado em Educação. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985.

AUGÉ, M. (2001). **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. (M. P. Pereira, Trad.) Campinas: Papirus. (Trabalho original publicado em 1992)

BATTY, Michael e MARSHALL, Stephen. **Thinking organic, acting civic: The paradox of planning for Cities in Evolution**. *Landscape and Urban Planning*, v. 166, outubro de 2017, pp. 4-14.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidad Líquida**. Tradução Mirta Rosenberg em colaboração com Jaime Arrambide Squirru, Fondo de Cultura Económica Argentina S. A, Buenos Aires: 2003. Escrito originalmente em inglês em 2000.

BECKER, Bertha K. **Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil**. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 36, n 2, p 3-107, abril-junho 1974.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS et.al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **Uma visão de futuro para o coração florestal da Amazônia. In: Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE. 2009.

_____. **Novas Territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010

_____. **A Urbe Amazônida: a floresta e a cidade**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. 88 p.

BÉLANGER, Pierre. **Landscape as infrastructure, a base primer**. Nova York: Routledge, 2017.

_____. “Is landscape infrastructure?” IN: WALDHEIM, Charles. **Landscape as Urbanism: A General Theory**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

BENATTI, José Helder. Várzea e as populações tradicionais: a tentativa de implementar políticas públicas em uma região ecologicamente instável. In: ALVES, Fábio (org). **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: Ipea, 2016. Pp. 17-30.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia. **Um pouco antes e além depois**. Editora 247 S.A: Edição do Kindle, 2013, [1977].

_____. **Amazônia: formação social e cultural**. Editora 247 S.A: Edição do Kindle 2019, [1999]

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas, volume I. Tradução Sergio Paulo Rouanet. 3ª ed. 1987. São Paulo: Brasiliense, 1987 [1940].

BERNARDES, Lysia. **Política urbana: uma análise da experiência brasileira**. Anál. à Conj., Belo Horizonte, 1 (1): 83-119, jan/abr. 1986.

BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel. **Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información**. México: Santillana, 2006. [1997]

BRAGA, Ana Rita de Oliveira. **Estrutura da paisagem e a conectividade entre fragmentos florestais do entorno da Cidade Universitária do Estado do Amazonas**. Trabalho de conclusão de mestrado. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA, 2016.

BRAGA, Bruno Miranda. **A cidade e suas representações: Manaus no Século XIX (1850- 1883)**. CLIO, Revista de pesquisa histórica. ISSN: 2525-5649 – n°. 34.1 (2016). Pp. 163-184.

BRAGA, Eduardo Henrique Freitas. **Novas Determinações do processo de reprodução do espaço da metrópole manauara**. Confins: Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia. N 43, 2019. Dossiê Amazonas. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/2503>>. Acesso janeiro de 2020.

BRAGA, Robério. **Manacapuru**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1978.

BRITO, Daniel Chaves. **A modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa.** Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2002.

CALDERÓN, Arturo Esteban. **Territorios Simultáneos: Formas de Territorialización de la Sabana de Bogotá.** Tesis doctoral. Doctorado en urbanismo. Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori, Universitat Politècnica de Catalunya. Barcelona, 2016.

CAMILO, Janaina Valéria Pinto. **A medida da Floresta: as viagens de exploração e demarcação pelo "País das Amazonas" (Séculos XVII e XVIII): Volume I.** Tese de doutorado em História. Universidade Federal de Campinas, UNICAMP. Campinas, 2008.

CARVAJAL, Gaspar de; ROJAS, Alonso de; ACUÑA, Cristobal de. **Descobrimientos do Rio das Amazonas.** Traduzidos e anotados por C. de Melo-Leitão. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.

CARVALHO, José Porfírio F. de Carvalho. **Wamiri Atroari. A história que ainda não foi contada.** Brasília: Edição do Autor, 1982.

CASTELLS, Manuel. **La Cuestión Urbana.** Tradução Irene C. Oliván. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S. A., 1974.

_____. **A sociedade em rede.** Vol I. Tradução R. V. Majer. São Paulo: Paz e Terra., 2000. [1996].

_____. **Urban Sustainability in the information age.** Transcrição de leitura na conferencia da University College, Londres "Sustainability and the information City". City, 01 April 2000, Vol.4(1), pp.118-122. Taylor & Francis.

CHAUÍ, Marilena. **Notas sobre a utopia.** Ciência e Cultura, São Paulo, vol. 60, n. spe. 1, julho 2008. Disponível em: <<http://cienciae.cultura.bvs.br/pdf/cic/v60nspe1/a0360ns1.pdf>>. Acesso em junho de 2019.

CHAVES, Maria do Céu Câmara. **Iranduba: ribeirinhos na travessia produzida: análise de um projeto para populações rurais no estado do Amazonas.** Dissertação de mestrado em Educação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo. Utopias e realidades: uma antologia.** Tradução Dafne Nascimento Rodrigues, São Paulo: Perspectiva, 2010. Original publicado em 1965.

CLEMENT, Charles R.; DENEVAN, William M.; HECKENBERGER, Michael J.; JUNQUEIRA, André Braga; NEVES, Eduardo G.; TEIXEIRA, Wenceslau G.; WOODS, William I. **The domestication of Amazonia before European conquest.** The Proceedings of the Royal Society B. Publicado: 07 Agosto 2015. Disponível em: <<https://royalsocietypublishing.org/doi/full/10.1098/rspb.2015.0813>>. Acesso em setembro de 2019.

CLAEYS, Gregory. **Dystopia: A Natural History. A study of modern despotism, its antecedents, and its literary diffractions.** Oxford: Oxford University Press, 2017.

CORBOZ, André. El território como palimpsesto. Traduzido do original - Diógenes, 121, janeiro-março 1983. In: RAMOS, Angel Martins (ed.). **Lo urbano em 20 autores contemporâneos.** Ediciones UPC: Universitat Politècnica de Catalunya, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A periodização da rede urbana da Amazônia.** Revista Brasileira de Geografia, ano 49, N 3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Rio de Janeiro, 1987. pp. 39-67

_____. **Região e organização espacial.** 7ª ed. Ática: São Paulo, 2000.

COSTA, Adriana Uchôa. **No caminho das águas, na poeira da estrada: cenário rural de Iranduba em fase da (re)configuração da região Metropolitana de Manaus-RMM.** Dissertação de mestrado, Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus, 2018.

COSTA, Fernando Walter da Silva. **Arqueologia das campinaranas do baixo rio Negro: em busca de pré-ceramistas nos areais da Amazônia Central.** Tese doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2009.

CRAMPTON, Jeremy W. e KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, Henri (org). **Cartografias sociais e território.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 85-112.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Tradução Mariana Echalar. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Volume 1.** Tradução Pelbart, P. P. e Caiafa, J. São Paulo: Editora 34, 1997a [1980].

_____, _____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Volume 4.** Tradução Pelbart, P. P. e Caiafa, J. São Paulo: Editora 34, 1997b [1980].

_____, _____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Volume 5.** Tradução Pelbart, P. P. e Caiafa, J. São Paulo: Editora 34, 1997c [1980].

DEMATTEIS, Giuseppe. En la encrucijada de la territorialidad urbana (1999). In: **Lo urbano en 20 autores contemporáneos.** Barcelona, 2014.

ELINBAUM, Pablo. **Una relación renovada entre el plan y el proyecto.** Revista Iberoamericana de Urbanismo nº7. Miradas Intencionadas. 2012a. pp. 117-137

_____. **Un modelo, tres enfoques: las aportaciones metodológicas de los Planes Directores Urbanísticos para la ordenación de las áreas urbanas en las Comarcas Centrales de Cataluña.** Tese de doutorado. Departamento de Urbanismo y Ordenación del Territorio, UPC. Barcelona: 2012.

ESPAÑOL, ESTEBAN. **Ideas clave y evolución en la ordenación territorial contemporánea: Evolución de los paradigmas disciplinares en base a los planes regionales de Nueva York (1929), Londres (1944), Copenhague (1947), París (1965), Barcelona (1966 y 2010), Holanda (2004), Bolonia (2004) y Marsella (2012).** Tese de doutorado. Departamento de Urbanismo y Ordenación del Territorio, UPC. Barcelona: 2014.

FALUDI, Andreas & Van der VALK, Arnold. **Rule and Order: Dutch Planning Doctrine in the Twentieth Century.** Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1994.

FARIA, Rodrigo de. O debate regional do Municipalismo Brasileiro – (im)possibilidades da cooperação intermunicipal como instrumento de desenvolvimento. In: FARIA, Rodrigo e SCHVARSBURG, Benny (orgs). **Políticas urbanas e regionais no Brasil.** 1ª ed. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011.

FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. **O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas**. Estudos Avançados, Brasil, v. 19, n. 53, 2005. p. 157-166.

FOLCH, Ramón (coord). **El territorio como sistema: Conceptos y herramientas de ordenación**. Disputación de Barcelona, Xarxa de Municipis. Barcelona: 2003.

FOLCH, Ramon e BRU, Josepa. **Ambiente, territorio y paisaje: valores y valoraciones**. Fundación AQUAE, Editorial Barcino. Barcelona, 2017.

FONT, Antonio. Planeamiento urbanístico: de la controversia a la renovación. IN: Font, A. e SABATÉ, J. (orgs) **Planeamiento urbanístico: de la controversia a la renovación**. Barcelona: Disputació de Barcelona, Xarxa de Municipios, 2003.

FOUCALT, Michel. **De espaços outros**. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser, revisão técnica Fraya Frehse. Estudos Avançados 27 (79), 2013 [1994].

FRIEDMANN, John R. P. **The Good City: In defense of utopian thinking**. International Journal of Urban and Regional Research, v. 24.2, June 2000.

_____. **Introdução ao Planejamento Democrático**. Rio de Janeiro, FGV/EBAP, 1959.

_____. **Introdução ao Planejamento Regional (com Referência Especial à Região Amazônica)**. Tradução de Mário Faustino. Rio de Janeiro, EBAP/FGV, 1960. Disponível em: <[https:// bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12013/51_000040805.pdf](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12013/51_000040805.pdf)>. Acesso em outubro de 2019.

_____. **Globalization and the emerging culture of planning**. Elsevier. Progress in Planning 64, 2005. pp. 183-234.

_____. **Entrevista com John Friedmann**. Elisângela de Almeida Chiquito. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, instituto de arquitetura e urbanismo, iau-usp, 2009. V14 n2, 2009. Pp. 82-89.

GALVÃO, Antônio Carlos. **Planejamento do desenvolvimento territorial**. Degravação da Palestra 6. Seminário ASSECOR 2010. Palestrante: Antônio Carlos Galvão; Debatedor: Alberto Carlos Lourenço Pereira; Coord. Leandro Freitas Couto. Associação Nacional dos Servidores de Carreira de Planejamento e Orçamento – Assecor, 2010. Disponível em: <http://assecor.org.br/~assecor/files/7213/7089/7667/Degravao_Seminrio_ASSECOR- Palestra_6.pdf>. Acesso em outubro de 2019.

_____. **A Política Nacional de Desenvolvimento Regional e as Regiões Metropolitanas**. Apresentado em Seminário Internacional em Brasília. Brasília/DF: SDR-MI, 2004. Disponível em: <<http://www.forumfed.org/libdocs/BrazilMUN04/Brazil MUN04-Galvao-p.pdf>>. Acesso em outubro de 2019.

GARCÍA GARCÍA, Miriam y BOROBIO, Sanchiz Manuel. **El paisaje como medio para la planificación territorial**. Ciudades 15 (1) 2012: 115-132. Universidad de Valladolid, Instituto de Urbanística, 2012.

GEDDES, Patrick (1932 [1854]). **Cities in Evolution: a introduction to the town planning movement and to the study of civics**. London, Willians & Norgate, 1915.

_____. La sección del Valle (1915). In: LEWIS, David. **La Ciudad, problemas de diseño y estructura**. Gustavo Gili: 1ª ed., Barcelona, 1970.

GODFREY, Brian J.; BROWDER, John O. **Disarticulated urbanization in the Brazilian Amazon**. The Geographical Review (Vol. 86, Issue 3), julho 1996.

GOMES, Gustavo Maia e VERGOLINO, José Raimundo. **Trinta e Cinco anos de crescimento econômico na Amazônia (1960/1995)**. IPEA: Texto para discussão, nº 533. Brasília: IPEA, 1997.

GORELIK, Adrián. **A produção da cidade latino-americana**. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 1, jun-2005, p. 111-135.

GOTTDIENER, Mark (1985). **A produção social do espaço urbano**. Tradução Geraldo Gerson de Souza. 2ª Ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.

GOTTMANN, Jean. **The evolution of the concept of territory**. Social Science Information, v. 14, n. 3, ago. 1975, p. 29–47.

GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura**. Tradução Berta Waldman e Joan Villa. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. Original de 1972.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução: Maria Cristina F. Bittencourt. 21ª edição. Campinas: SP, Papirus, 2012.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolíticas: cartografias do desejo**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GULLESTRUP, Hans. **The complexity of intercultural communication in cross-cultural management**. Journal of Intercultural Communication, issue 6: Aalborg University, Denmark, 2002. Pp. 1-19. Disponível em: <<http://immi.se/intercultural/nr6/gullestrup.pdf>>. Acesso maio de 2019.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 3ª edição revista. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004a.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: Encontro Nacional ANPUR, 9. Anais. Rio de Janeiro, ANPUR, 2001, v.3.

_____. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS et.al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Artigo publicado pelo PETGEA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004b. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em dezembro de 2019.

_____. **Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização**. In: Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003/ Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005. Pp. 15-30.

HALL, Peter. **Cities of Tomorrow: an intellectual history of urban planning and design since 1880**. Fourth Edition. John Wiley & Sons, 2014.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. Rio de Janeiro: Loyola, 1999.

_____. **Espaços de esperança**. Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Estela Gonçalves. 7ª Ed, São Paulo: Edições Loyola, 2015.

HOUGH, Michael. **Out of Place: restoring Identity to the regional landscape**. Yale University Press: New Haven and London, 1990.

HUMBOLDT, Alejandro. **Cosmos: ensayo de una descripción física del mundo**. Bélgica, Eduardo Perié, 1875.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de Influência das cidades, 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. 84 p.

_____. **Aglomerados Subnormais 2019**. Mapa interativo. Disponível em: Acesso em maio de 2020.

_____. **População em áreas de risco no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

_____. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. VIII Recenseamento Geral, 1970, Amazonas**. IBGE: Rio de Janeiro, 1971.

_____. **Tipologia Intraurbana, espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

KEMPENAAR, Annet; WESTERINKB, Judith; LIEROPA, Marjo van; BRINKHUIJSENA, Marlies; BRINKC, Adri van den. **“Design makes you understand” — Mapping the contributions of Designing to regional planning and development**. *Landscape and Urban Planning* 149 (2016) pp. 20–30.

KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. *Estudos Avançados*, vol. 16 nº45. São Paulo, Maio-agosto de 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política: el derecho a la ciudad II**. Tradución: Janine Muls de Llarás y Jayme Llarás García. Ediciones Península, Madrid, 1972.

_____. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

LEITÃO, Karina Oliveira. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento: um estudo sobre o PAC no estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.

LEME, Maria Cristina da Silva (coordenadora). **O urbanismo no Brasil –1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

LÉVY, Jacques. Uma virada cartográfica? In: ACSELRAD, Henri (org). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. P. 153-168.

LIMA, Marcos Castro. **Quando o amanhã vem ontem: a institucionalização da Região Metropolitana de Manaus e a indução ao processo de metropolização do Espaço na Amazônia Ocidental**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LLOP, Carles Torné; BOSC, Stéphane. **Working with the territory: strategies for the new territorialities / Travailler avec le territoire: stratégies pour les nouvelles territorialités**. CREPUD-MED (Coopération Régionale pour une Planification Urbaine Durable de l'espace Med): Barcelona; Basel; New York; 2012. Disponível em: <https://open.scholarship.wustl.edu/cgi/view_content.cgi?article=1001&context=books>.

LOURES, Moema Falci e COELHO, Glauci. **Paisagem revelada: possibilidades morfológicas nas favelas do Rio de Janeiro**. *Oculum Ensaios: Revista de Arquitetura e Urbanismo*, n. 7-8, 2008. pp. 110-121

LOUZADA, Camila de Oliveira. **As grandes obras para a reabertura da BR-319 e seus impactos nas localidades ribeirinhas do rio Solimões: Bela Vista e Manaquiri, no Amazonas.** Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas/ UFAM: Manaus, 2014.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Tradução Jefferson Luiz Camargo. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. [1960]

_____. **A boa forma da cidade.** Tradução José Manuel Costa Almeida e Pinho. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1981.

_____. **Managing the Sense of a Region.** 3ª ed. London, England: Cambridge, Massachusetts, 1978. [1976].

MACHADO, Lia Osório. **Geopolítica do governo local: proposta de abordagem aos novos territórios urbanos da Amazônia.** *Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: 1993.*

_____. **O controle intermitente do território Amazônico.** Revista Território, 1 (2), 1997. Pp. 19-32.

MCHARG, Ian. **Design with nature.** New York: John Wiley & Sons: 1992. Original de 1969

MAGALHÃES, Soraia Pereira. **O transporte coletivo de Manaus. Bondes, ônibus de madeira e metálicos.** Manaus: Edua, 2014.

MAGNAGHI, Alberto. “Presentazione: Il ritorno dei luoghi nel progetto”. In: MAGNAGHI, Alberto. *La rappresentazione identitaria del territorio: Atlanti, codici, figure, paradigmi per il progetto locale.* Alinea Editrice, Firenze, 2005. Disponível em: <http://www.lapei.it/?page_id=755>. Acesso em maio de 2019.

_____. Una metodologia analitica per la progettazione identitaria del territorio. In: MAGNAGHI, Alberto (org). **Rappresentare i luoghi: metodi e tecniche.** Alinea Editrice, Firenze, 2001. Pp. 1-40.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. **Paisagens urbanas – imaginário na fase atual da globalização.** Paisagem & Ambiente: ensaios. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, n. 1, 1986.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** 5ª ed. Editora Atlas: São Paulo, 2003.

MARICATO, Ermínia. Ideias fora do lugar e lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia; VANIER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 8ª Edição. Vozes, Petrópolis/RJ: 2013.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.** Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MATOS, Carlos Meira. Uma geo-política pan-amazônica. Prefácio Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: Olympio, Brasília, 1980. Disponível em: <https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/geopolitica_uma_pan-amazonica>

MATTOS A. **Transformación de las ciudades latinoamericanas. ¿Impactos de la globalización?** EURE (Santiago) v.28 n.85 Santiago dic. 2002.

MEIJSMAN, Nancy (ed.). **Designing for a region.** SUN: 2010.

MELO, Mário Lacerda de, e MOURA, Hélio A. **Migrações para Manaus.** Recife: Editora Massangana, Fundação Joaquín Nabuco, 1990. 1990

MESQUITA, Ottoni. **La Belle Vitrine. O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900)**. Tese de doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2005.

MIRAFATAB, Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. Revista. Brasileira de Estudos. Urbanos Regionais. (ONLINE), Recife, V.18, N.3, p.363-377, SET.-DEZ. 2016.

MONMONIER, Mark. **Lying with maps**. Statistical Science 2005, Vol. 20, No. 3, 215–222. Institute of Mathematical Statistics, 2005.

MONMONIER, Mark. **How to lie with maps**. The University of Chicago Press: Chicago and London, 1991.

MONTE-MÓR, R.L. **Modernities in the jungle: extended urbanization in the Brazilian Amazonia**. Ph.D. Thesis. Los Angeles: University of California, Los Angeles; 2004.

_____. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental**. in SANTOS, M., SOUZA, M.A.S. e SILVEIRA, M.L. (org.) *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec – ANPUR, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto.L.M e LINHARES, Lucas. **Urbanização extensiva: expressões no Brasil**. IN: GOULART, Nestor Reis Filho (org). *Sobre dispersão urbana*. 1ª ed. São Paulo: Via das artes, 2009.

MORAES, Claide de Paula. **Arqueologia na Amazônia Central de uma perspectiva da região do Lago do Limão**. Dissertação de mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

MOREIRA, Marcelo Paunstein; SANTOS, Carolina Jorge; FERREIRA, Olívia Joice Mousinho da Rocha. **Desflorestamento ao longo das estradas AM – 070 (Manaus/Iranduba/Manacapuru) e AM – 352 (Manacapuru/Novo Airão) na Amazônia Central: subsídios para o planejamento**. Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 747-75.

MORENO, Joan Sanz. **Esquinas territoriales – Urban Corners. Movilidad y planificación territorial: un modelo de integración: Randstad-Holland**. Tese de doutorado. Universidad Politécnica de Catalunya, 2014.

MUMFORD, Lewis. **The story of utopias**. Introdução de Hendrik Willem Van Loon. Boni and Liveright, Inc: New York, 1922. Disponível em: <https://archive.org/details/storyutopias_00mumfgoog/page/n158/mode/2up>. Acesso julho 2019.

_____. **The culture of cities**. Harcourt, Brace and Company: New York, 1938. Disponível em: <https://archive.org/stream/cultureofcities00mumf#_page/n7/mode/2up>. Acesso janeiro 2020.

NABUCO, Joaquim. **Obras completas de Joaquim Nabuco 8: o direito do Brasil**. Instituto Progresso Editorial: São Paulo, 1949.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. **O processo de urbanização da Amazônia e seus mecanismos entre a década de 1930 e 1980**. *Ateliê Geográfico*, v. 5, n. 2. Universidade Federal de Goiânia, Goiânia: agosto de 2011. P 227-256.

NASSAUER, Joan Iverson. **Landscape as medium and method for synthesis in urban ecological design**. *Landscape and Urban Planning*, 106. 2012. p. 221-229.

NEVES, Eduardo Goés. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2006. [1966]

_____. **O velho e o novo na arqueologia da Amazônia.** Revista USP, São Paulo, n. 44, p. 86-111, dezembro/fevereiro de 1999-2000.

NISHIKIDO, Linda Midori Tsuji. **Hábitos alimentares esmerilhados pelos imigrantes japoneses do pós-guerra no Amazonas (1953-1967): a reconstrução do passado através da memória.** Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018.

NOBRE, Antônio Donato. **O futuro climático da Amazônia: relatório de avaliação científica.** São José dos Campos: ARA; CCST-Inpe; Inpa, 2014.

NOGUÉ, Joan. **Paisaje, territorio y sociedade civil.** Revista da ANPEGE, v. 7, n. 7, p. 3-12, jan./jul, 2011

NOGUÉ, Joan; SALA, Pere; GRAU, Jordi. **Els catàlegs de paisatge de Catalunya: metodologia.** Olot: Observatori del Paisatge de Catalunya; ATLL, Concessionària de la Generalitat, SA. (Documents; 3). ISBN: 978-84-617-6545-4. 2016.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Política e território: a invenção de uma região metropolitana.** Somanlu, ano 11, n. 2, jul./dez. 2011. Pp. 175-189.

OJIMA, Ricardo. **Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental.** Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Departamento de demografia. Campinas: 2007.

ORDUÑA, Paula Giró. **Suelo rural metropolitano: estudios, planes y proyectos, en tres territorios del sur de Europa.** DUOT – UPC, 2019.

PASTERNAK, Suzana e D'OTTAVIANO, Camila. **Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010.** Cad. Metrop. [online]. 2016, vol.18, n.35, pp.75-100. ISSN 2236-9996. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3504>>. Acesso maio de 2020.

PEQUENO, Eliane da Silva Souza. **Mura, guardiães do caminho fluvial.** Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.3, n.1/2, p.133-155, jul./dez. 2006.

PERES, Renata Bovo e CHIQUITO, Elisângela de Almeida. **Ordenamento territorial, meio ambiente e desenvolvimento regional.** Novas questões, possíveis articulações. R. B. Estudos Urbanos e Regionais V.14, N.2 / Novembro, 2012. pp. 71-86

PINHEIRO, Luana e CARDOSO, Ana Cláudia. **A comunidade flutuante Lago Catalão – Iranduba AM: um tecido urbano sobre as águas.** Revista de Morfologia Urbana (2019) 7(2). pp. 01 - 15.

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; OTCA – Organização do tratado de Cooperação Amazônica e Universidad del Pacífico – GEO-Amazônia: **Perspectivas do meio ambiente na Amazônia. 2008.** Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/arquivos/geoamaznia_28.pdf>

PONTES, Taís Furtado; HEIMBECKER, Vlândia Pinheiro Cantanhede. **Configuração urbana de Manaus analisada a partir de seu Sistema de Espaços Livres.** In: Anais do XII Colóquio – QUAPÁ-SEL: Rumos da rede de pesquisa QUAPÁ - SEL: Consolidações e proposições. São Paulo: 2017. pp. 325 – 368. Disponível em: <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/12/anais_xiicolquio_parte01.pdf>

PONTES, Taís Furtado. **A paisagem como plataforma para o projeto territorial: desvelando o poder das infraestruturas na transformação da paisagem de Manaus, Amazonas.** V ENANPARQ: Encontro da Associação Nacional de

Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Arquitetura e Urbanismo no Brasil atual: crises, impasses e desafios. Salvador: 2018a. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/27744/15/indice-geral.pdf>>.

_____. **Manaus, uma metrópole na floresta? A paisagem enquanto categoria de análise a dispersão urbana.** X SIU - Seminário Internacional de Investigación em Urbanismo. Barcelon/Córdoba, 2018b. Disponível em: <<https://upcommons.upc.edu/handle/2117/134202?show=full>>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias.** 3ª ed. Contexto. São Paulo, 2012. Edição do Kindle.

_____. **“Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região”.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 107/2015, 63-90.

PRADILLA, Emilio Cobos. **Cambios neoliberales, contradicciones y futuro incierto de las metrópolis latinoamericanas.** Caderno Metrôpoles, São Paulo, v. 20, n. 43, pp. 649-672, set/dez 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4302>>. Acesso em setembro de 2018.

RABELLO, Antônio Cláudio. **Amazônia: uma fronteira volátil.** Estudos Avançados 27 (78), 2013. Pp. 213-235. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v27n78/14.pdf>>. Acesso outubro de 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Remarques sur les notions d'espace, de territoire et de territorialité.** Espaces et Sociétés, 1982, no. 41, p. 167-171.

_____. **Por uma geografia do poder.** pp. 143-217. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993. Versão original [1980]

_____. **“A produção das estruturas territoriais e sua representação”.** In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-36.

RAMOS, Camila Julia Pacheco; GRAÇA, Paulo Maurício Lima de Alencastro; FEARNside, Philip Martin. **Deforestation Dynamics on an Amazonian Peri-Urban Frontier: Simulating the Influence of the Rio Negro Bridge in Manaus, Brazil.** Springer Science+Business Media, LLC, part of Springer Nature 2018. Disponível em: <<http://www.springerlink.com> e <https://doi.org/10.1007/s00267-018-1097-3>>. Acesso janeiro 2020.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Manãos e outras villas.** Manaó, Amazonas, 1935.

_____. **O planejamento regional – suas características e particularidades, ensinamentos decorrentes de experiências estrangeiras.** Separata da Revista de Geografia n° 4, ANO XX, outubro/dezembro de 1958. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1958.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas. **A conquista e a ocupação da Amazônia Brasileira no período colonial: a definição das fronteiras.** Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia; Da soberania difusa à soberania restrita.** Edições Senado, vol. 64. Brasília: Senado Federal, 2005.

RODÁ, Ferran. La matriz del paisaje: funciones ecológicas y territoriales. In: FOLCH, R. (coord.) **El territorio como sistema: Conceptos y herramientas de ordenación.** Disputación de Barcelona, 2003. pp 43-56

RODRIGUES, Marcelo de Silveira; PEDROLLO, Tomazini; BORGES, Sérgio Henrique; CAMARGO, Yara da Rocha; PAUSTEIN, Marcelo; SBÍZERO, Graciele; BRANDÃO, Diego Oliveira; IWANAGA, Simone. **Irاندuba: características socioambientais de um Município em transformação. Manaus: FVA, 2014.** Disponível em: <https://issuu.com/fvaamazonas/docs/lv_irاندuba_v_final_versao_web_2014_9b76_cc32bb5729>. Acesso em dezembro de 2018.

ROGER, Alain. **Breve tratado del paisaje. (Paisaje y Teoría).** Edição do Kindle. Biblioteca Nueva; Ed. 1, 2007.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças.** Boitempo, versão e-book Kindle, 2017.

_____. Planejamento urbano nos anos 90: Novas Perspectivas para velhos temas. I: Luís Riberio Júnior (org.). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana – o futuro das cidades brasileiras na crise.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RUA, João. **Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades.** Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SABATÉ, Joaquín. **En la identidad del territorio está su alternativa.** Revista del Colegio de Caminos, Canales y Puertos I.T. N.O 60. 12-19. Barcelona, 2002.

_____. **Anexo 1. Pla del Bages. L'experiència recent en el planejament territorial. Holanda i Itàlia: un estudi comparat.** Barcelona, 2003.

_____. **Algunos retos metodológicos en el proyecto territorial.** Publicado en la Editorial Síntesis, Madrid: 2010a.

_____. **Proyectar el territorio en tiempos de incertidumbre – Camp de Tarragona: proyectos para una nueva configuración territorial.** Ed. Máster UPC en Projectació Urbanística. Universitat Politècnica de Catalunya. ISBN: 978-84-7653-008-5. 1ª edición: Barcelona, enero de 2008

_____. **Planes de las ciudades: de la cartografía urbana al proyecto territorial (Respuesta a Alicia Novick). Café de las Ciudades: conocimiento, reflexiones y miradas sobre la ciudad.** Año 9, número 93, julho 2010. Revista digital disponible en: <http://www.cafede las ciudades z.com.ar/ planes_93_1.htm>. Acesso em abril de 2018.

_____. **Posibles implicaciones en la enseñanza del urbanismo (I): nuevos paradigmas hasta el cambio de siglo** [en línea]. In: ACE: Architecture, City and Environment, 14 (41): 61-82, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5821/ace.14.41.8186> ISSN: 1886-4805. Acesso em setembro de 2020.

SABATÉ, Joaquín; PESOA, Melisa e NOVICK, Alicia. **Algunos retos en la representación del territorio: el dibujo como instrumento interpretativo, narrativo y de proyecto.** In: Estudios del hábitat | Vol. 14 (2) e012 | diciembre 2016 | ISSN 2422-6483 | url: revistas.unlp.edu.ar/habitat Facultad De Arquitectura Y Urbanismo | Universidad Nacional De La Plata. Pp. 01-18. 2016.

SACHS, Ignacy. **Estratégia de transição para o século XXI.** In: **Para Pensar o desenvolvimento sustentável.** Editora Brasiliense. São Paulo, 1994

SACK, R. **Human territoriality: Its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

_____. **Human Territoriality: A Theory.** Annals of the Association of American Geographers, Vol. 73, No. 1. (Mar., 1983), pp. 55-74

SALEWSKI, Christian. **Dutch new worlds: scenarios in physical planning and design in the Netherlands, 1970-2000**. Rotterdam: 010 Publishers, 2012. 352 p. ISBN: 978-90-6450-779-3

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. Jozé do Rio Negro fez o Ouvidor, e intendente geral da mesma Lisboa**: Typografia da academia, 1825. [1774 e 1775].

SANTORO, Paula Freire. **Planejar a expansão urbana: dilemas e perspectivas**. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2012.

_____. **Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: o papel do Estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana**. R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS v.16, n.1, p.169-187, / maio 2014. Pp. 169-187. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/3837/4627>>. Acesso em janeiro de 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. **“Um discurso sobre as ciências”**. **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas** / Boaventura de Sousa Santos; compilado por Maria Paula Meneses... [et al.]. - 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. [1988]. pp. 31-70.

_____. “Não disparem sobre o utopista”. In: **Construindo as epistemologias do Sul: Antologia Essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas**/ compilado por Maria Paula Meneses [et.al.] 1ª ed. CLACSO: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2018. pp. 71-144.

_____. “O Norte, o Sul e a Utopia”. In: **Construindo as epistemologias do Sul: Antologia Essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de**

alternativas/ compilado por Maria Paula Meneses [et.al.] 1ª ed. CLACSO: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2018. pp. 145-222.

SANTOS, Fernando Alvarenga dos. **Organização socioeconômica da Comunidade Nossa Senhora do Lago Catalão – Iranduba-AM**. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Pernambuco. Recife, 2013.

SANTOS, Milton. **O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise**. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIII, nº 2, 1999, p. 15-26. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/viewFile/277/86>>. Acesso em outubro de 2018.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1996].

_____. **A urbanização brasileira**. Hucitec. São Paulo, 1993.

_____. **Ensaio sobre a urbanização Latino-americana**. Hucitec. São Paulo, 1982.

_____. **Espaço e Método**. 5ª edição. São Paulo: editora Universidade de São Paulo, 2008 [1985].

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia. e SILVEIRA, Maria Laura (org.) **Território: Globalização e Fragmentação**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec – ANPUR, 1994. pp. 15-20.

SANTOS JUNIOR, Marcelo Augusto dos; MOREIRA Marcelo Paustein; SOUZA, Ruan Nascimento de; FERREIRA, Olívia Joyce Ferreira; MONTEIRO, Artur Sgambatti; RUFFINO, Mauro Luís; MARCHEZINI, Victor; OLIVEIRA, Ana Cristina Ramos de, SAITO, Sílvia Midori; ANDERSON, Liana Oighenstein e; SILVA,

Fabiano Lopez da. **Mapeamento para o Monitoramento de Riscos Socioambientais na Região Metropolitana de Manaus**. Revista de Administração Municipal, ed. nº 293, p 30-50, mai. 2018.

SANTOS, Tiago Veloso. **Metropolização e diferenciações regionais: estruturas intraurbanas e dinâmicas metropolitanas em Belém e Manaus**. Cad. Metropoles., São Paulo, v. 19, n. 40, pp. 865-890, set/dez 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v19n40/2236-9996-cm-19-40-0865.pdf>>. Acesso e maio de 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio. "Por uma abordagem territorial". In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SATLHER, Douglas; MONTE-MÓR, Roberto L.; CARVALHO, José Alberto Magno de. **As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira**. Revista Nova 21Economia: Belo Horizonte, v. 19 n. 1, 2009. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/1036>>. Acesso em janeiro de 2018.

SAUER, Carl O., **La morfología del paisaje**. Polis [En línea], 15 | 2006, Publicado em 07 agosto 2012. Disponível em: <<http://polis.revues.org/5015>>. Acesso em julho de 2016. [1925].

SCHAICK, Jeroen Van; KLAASEN, Ina. **The Dutch Layers Approach to Spatial Planning and Design: A Fruitful Planning Tool or a Temporary Phenomenon?**. European Planning Studies, October, 2011.

SCHVARSBURG, Benny. Planejamento Urbano no Brasil pós-1988: panorama histórico e desafios contemporâneos. In: FARIA, Rodrigo e SCHVARSBURG, Benny (orgs). **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. 1ª ed. Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011. pp.16-32.

SEBBEN, Fernando Dall'Onder. **Infraestrutura e desenvolvimento: estudo de caso sobre IIRSA e COSIPLAN**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo**. Tradução: Maria Barda e Pedro M. R. Sales. São Paulo: Perspectiva, 2015. (texto original de 2000)

SILVA, Antônio Carlos Rodrigues. **A influência das atividades econômicas no traçado e na forma urbana da cidade brasileira entre 1741 e 1912 o caso das cidades de Ouro Preto, Santos e Manaus**. Tese de doutorado. Faculdade de Engenharia Civil da Universidade do Porto. Porto, 2013.

SILVA, Clauzionor L.; MORALES, Norberto; CRUSTA, Alvaro; COSTA, Solange; JEMENEZ-RUEDA, Jairo. **Analysis of tectonic-controlled fluvial morphology and sedimentary processes of the western Amazon Basin: an approach using satellite images and digital elevation model**. Anais da Academia Brasileira de Ciências (2007) 79(4): 693-711.

_____. **Análise da tectônica cenozoica na região de Manaus e adjacências**. Rio Claro. Tese de doutorado em geologia regional, defendida no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (Unesp). 2005.

SILVA, Clauzionor L. e ROSSETTI, Dilce de Fátima. **História geológica dos rios da Amazônia**. Ciência e Cultura. vol.61 no.3 São Paulo, 2009. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_artt_ext&pid=S0009-67252009000300010>. Acesso 2018.

SIMAS, Joemes de Lima. **Análise morfoestrutural da região da cidade de Manaus (AM)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geociências. Universidade Federal do Amazonas/ UFAM: Manaus, 2008.

SIMMEL, Georg. **A ponte e a porta**. Traduzido pela professora Simone Carneiro Maldonado (DCS-UFPb). Política e Trabalho 12, Setembro, 1996. pp.10-14. Disponível em: <<https://www.oocities.org/collegetpark/library/8429/12-simmel-1.html>>. Acesso em dezembro de 2019.

SIOLI, Harald. Amazônia: **Fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais**. Tradução Johann Becker. Vozes, Petrópolis, 1985.

SOUSA, Isaque dos Santos. **A ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus: adequações no espaço urbano-regional à reprodução do capital**. Tese de doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo, 2013.

SOUSA, Norma Maria Bentes de Sousa. **Urbanização do Amazonas entre o passado e o presente: a manutenção da primazia de Manaus**. Tese de doutorado. Instituto de Pesquisa e planejamento Urbano e Regional – IPPUR, Universidade do Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, Lupuna Corrêa. **Manaus: uma cidade verticalizada ou a verticalizar?** XI-Encontro Nacional da ANPEGE. Anais do XI-ENANPEGE. 2015.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Cesar da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental”. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Geografia em Movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72

SOUZA, Márcio Gonçalves Bentes. **Processo cultural da Amazônia**. GEEA: Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos / Organizadores: Adalberto Luis Val, Geraldo Mendes dos Santos: Manaus; Editora INPA, 2014.

_____. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. 1ª ed: Rio de Janeiro, Record 2019. Recurso digital e-book Kindle.

SOUZA, Maria Adélia A. “O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente”. In: DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. 2ª ed. atualizada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: SANTOS, M., SOUZA, M.A.S. e SILVEIRA, M.L. (org.) **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec – ANPUR, 1994.

STEINITZ, CARL. **Progettazione del paesaggio: storia dell'influenza delle idee**. Ri-vista: Ricerche per la progettazione del paesaggio, Anno 2 - numero 2 - luglio - dicembre 2004a. Firenze University Press.

_____. **From project to global: on landscape planning and scale**. Landscape Review volume 9(2) pp- 117-127. Version of the transcript of the final plenary address of the CELA2004 conference.2004b.

TAPIA, C. e ALVES, M. R.. **Townscopes y Contra Paisajes, cuestiones de un urbano contemporáneo**. Revista Risco: revista em arquitetura e urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo IAU/USP, 2016.

TARDIN, Raquel. **Espaços Livres: Sistema e Projeto Territorial**. Editora 7Letras, Rio de Janeiro: 2008.

_____. **Sistema de espacios libres y proyecto territorial: caso de estudio en Río de Janeiro.** Tese de doutorado. Departamento de Urbanismo y Ordenación Territorial, ETSAV, Universidad Politécnica de Catalunya. Barcelona 2005.

TAVARES, Jeferson Cristiano. **Eixos: novo paradigma do planejamento regional? Os eixos de infraestrutura nos PPA's nacionais, na IIRSA e na macrometrópole paulista.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 37, pp. 671-695, set/dez 2016.

TERRADAS, Jaume. El paisaje y la ecología del paisaje: la historia y los conceptos en torno a la idea de paisaje. In: FOLCH, R. (coord.) **El territorio como sistema: Conceptos y herramientas de ordenación.** Disputación de Barcelona, 2003. pp 57-72

THÉRY, Hervé. **Situações da Amazônia no Brasil e no continente.** Estudos avançados, 19 (53), Universidade de São Paulo, 2005.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. **A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana.** Geografares, Vitória, v. 1, no 1, jun. 2000. pp. 117-129.

_____. **Cidades na floresta: “os grandes objetos” como expressão do meio técnico-científico informacional no espaço Amazônico.** Revista ieb, n 50, set/mar 2010. 2010. pp. 13-138

_____. **Uma Floresta Urbanizada? Legado e Desdobramentos de uma Teoria sobre o Significado da Cidade e do Urbano na Amazônia.** Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 3, N.2, p. 89-108, 2013.

VANSTIPHOUT, Wouter; RELATS, Marta (editores). **Are we the world? Randstad Holand, São Paulo, Istanbul, Rotterdam.** Design and Politics #6. 010 Publishers: Rotterdam, 2014.

VARGAS, Getúlio. **Discurso do Rio Amazonas.** Oração proferida em Manaus no dia 10-10-1940. In: Revista Brasileira de Geografia, janeiro-março de 1942.

VENUTI, Giuseppe Campos. “Bologna: el urbanismo reformista”. In: VENUTI, G.C. e OLIVA F. **Cinquenta años de Urbanística en Italia: 1942-1992.** Tradução ao espanhol: Carlos Alonso, Esther Benitez, Gloria Cue, Angel Sanches-Gijón. Universidade Carlos III de Madrid, Imprensa Nacional del Boletín Oficial del Estado: Madrid, 1994. Pp. 235-248

VERÍSSIMO, José. **A Amazônia (aspectos econômicos).** Rio de Janeiro: Thytopografia do Jornal do Brasil, 1892.

VESCINA, Laura Mariana. **Projeto urbano, paisagem e representação: alternativas para o espaço metropolitano.** PROURB - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

VIEIRA, Diego Mota; CÂMARA, Leonor Moreira; GOMES, Ricardo Corrêa. **Entre o ocaso do império e a afirmação da República no Brasil: mudança institucional gradual e transformativa.** Revista de Administração Pública, vol. 48 nº 3, Rio de Janeiro Maio/junho de 2014. Disponível em: <
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000300001>. Acesso em dezembro de 2019.

VIGANÒ, Paola. **Territorialism.** Harvard University, Graduate School of Design. 2014. Disponível em: <https://issuu.com/gsdharvard/docs/territorialism>. Acesso em maio de 2019.

_____. **Territorio dell'urbanistica. Il progetto come produttore di conoscenza.** Officina: Roma, 2010.

VIGANO, Paola; SECCHI, Bernardo e FABIAN, Lorenzo (eds). **Water and asphalt: The Project of isotropy.** Park Books, Zurich, Switzerland: 2016.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** Studio Nobel: FAPESP, São Paulo, 2001.

_____. **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** Studio Nobel: FAPESP, São Paulo, 2011.

_____. **Perspectivas do planejamento urbano no Brasil de hoje.** Texto apresentado no II Seminário Cidades Brasileiras - Desejos e Possibilidades, organizado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS, 2000. 16 p.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs). **O processo de urbanização no Brasil.** 2ª ed. atualizada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010 [1999].

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica. Estudo do homem nos trópicos.** Trad. Clotilde da Silva Costa. Companhia Editorial Nacional: São Paulo, 1957.

WALDHEIM, Charles. **Landscape as Urbanism: A General Theory.** Princeton: Princeton University Press, 2016. P 190-

WARD, Stephen V. **Planning the Twentieth-Century City: the advanced capitalista world.** John Wiley & Sons. UK. 2002.

WOOD, Denis. **Maps, art, power.** Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 36, p. 09-33. Julho/dezembro de 2014.

YOUNÈS, Chris e BONZANI, Stéphane. **Représenter, imaginer, projeter.** *Le Portique* [Online], 25|2010, document 5, Online desde 25 novembro 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/leportique/2481>>. Acesso em fevereiro 2020.

ZANON, Elisa Roberta. **Planejamento territorial: reflexões sobre uma cultura em construção no Brasil.** XVIII ENANPUR, Natal 2019.

SÍTIOS DA INTERNET

AMAZÔNIA. Notícias e informações. **“Mega-projeto para exploração de potássio no Amazonas gera controvérsias”.** 07 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://amazonia.org.br/2020/01/mega-projeto-para-exploracao-de-potassio-no-amazonas-gera-controversias/>>. Acesso julho 2020.

IMAZON. Amazônia em números. Disponível em: <<https://imazon.org.br/imprensa/a-amazonia-em-numeros/>>. Acesso em maio de 2019.

IS THE AMAZON ON A ROAD TO RUIN? Brazil's plan to develop a lonesome track in the heart of the rainforest poses a threat the whole world may someday have to overcome. Disponível em: <<https://www.smithsonianmag.com/science-nature/amazon-rainforest-road-ruin-180973742/>>. Acesso junho 2019.

LAPEI - Laboratorio di Progettazione Ecologica degli insediamenti. Disponível em: <lapei.it>. Acesos maio de 2019.

PAISAGEM DA AMAZÔNIA ATUAL mostra ambiente alterado pelos povos antigos da floresta, diz artigo. *Jornal da USP*. Publicado em 25/08/2015. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/amazonia-alterada/>>. Acesso em 2019.

PRAZERES, Leandro. A Ponte da Discórdia. Cercada por polêmicas, a colossal obra que interliga duas cidades no Amazonas evidencia um problema da região: nos megaprojetos de infraestrutura da Amazônia, a regra é superestimar os benefícios e omitir os prejuízos. Publicado em 10/11/2011, ÀS 10H43 - atualizado em 15/12/2011, às 18H12. Disponível em: <<https://rollingstone.uol.com.br/edicao/edicao-62/ponte-da-discordia/>>. Acesso janeiro de 2018.

RAZÃO INADEQUADA. Disponível em: <razaoinadequada.com>. Acesso dezembro 2019.

SAMPAIO, Sandoval. **Narrativas e conflitos ambientais na Amazônia contemporânea**. *Amazônia Real*. Publicado em 03/11/2017. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/narrativas-e-conflitos-ambientais-na-amazonia-contemporanea/>>. Acesso em agosto de 2019.

SUFRAMA. Disponível em <<http://www.suframa.gov.br/invest/zona-franca-de-manauz-amazonia-ocidental.cfm#:~:targetText=Composta%20pelos%20Estados%20do%20Amazonas,biodiversidade%20sem%20igual%20no%20planeta>>. Acesso maio de 2020.

LEIS, DECRETOS, PLANOS E RELATÓRIOS

AMAZONAS. Lei nº 3.417 de 31/07/2009. Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas - MZEE.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS. **MACROZEE. Macrozoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Amazonas**. Resumo Executivo. Manaus, junho de 2008.

BRASIL. Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a **Política Nacional de Meio Ambiente**, seus fins mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, out de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: janeiro de 2018.

_____. Decreto nº4.297 de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências.

_____. DECRETO-LEI nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a **Zona Franca de Manaus**.

_____. Estatuto da Cidade. Lei nº. 10.257, de 10 de junho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF.

_____. Estatuto da Metrópole. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001, e dá outras providências.

_____. LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965 (revogada pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012). Institui o Novo Código Florestal, Brasília, DF, set de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm>. Acesso janeiro 2018.

_____. LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, Brasília, DF, jul de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso janeiro 2018.

_____. Ministério do Planejamento. PAC. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/divulgacao-do-balanco>>. Acesso em julho de 2019.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. PNDR, avaliação da política nacional de desenvolvimento regional. Volume I, Versão final: Brasília, 2011. (AUTOR Mauro Márcio Oliveira) verificar citação

_____. Ministério do Meio Ambiente. **O zoneamento ecológico-econômico na Amazônia Legal: trilhando caminhos do futuro**. Brasília: MMA, 2016.

_____. PROJETO DE LEI Nº 6.409, DE 2009 Altera o Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, para alterar a diretriz da BR-492 e incluir a BR-444 na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=09430A137B793CB385855DDB72D68BF1.proposicoesWebExterno2?codteor=781794&filename=Avulso+-PL+6409/2009

CEMAT – Council of Europe Conference Ministers responsible for Spatial/Regional Planning (CEMAT). Basic Texts 1970-2010. Territory and landscape, Nº 3: Publishing Editions, Council of Europe, 2010. Disponível em: <<https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=09000016804895e4>>. Acesso em outubro de 2019.

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições. Brasília, DF: 2009.

IRANDUBA. Lei Orgânica do Município de Iranduba. 6ª edição atualizada e revisada até 02 de janeiro de 2018. Organizado por Isaac Luiz Miranda Almas.

IRANDUBA. LEI Nº 129, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2006. Institui o Plano Diretor do Município de Iranduba e dá outras providências, Iranduba, AM, nov. de 2006. MANAUS. Plano Diretor

MANAUS. LEI COMPLEMENTAR Nº 002, DE 16 DE JANEIRO DE 2014. Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus, Manaus, AM, jan. de 2014. Disponível em: <http://www.cmm.am.gov.br/wpcontent/uploads/2014/02/LEI_COMPLEMENTAR_002_DE_16_01_2014.pdf>. Acesso em: agosto de 2017.

_____. LEI Nº 1.838, DE 16 DE JANEIRO DE 2014. Dispõe sobre as Normas de Uso e Ocupação do Solo no Município de Manaus e estabelece outras providências, Manaus, AM, jan de 2014. Disponível em: <<http://www2.manaus.am.gov.br/docs/portal/secretarias/implurb/Legisla%C3%A7%C3%A3o/06>>. Acesso maio de 2018.

EIA-RIMAS - RMM

EIA RIMA. Projeto Caulim/Kalamazon. 2018. Disponível em: <<http://www.ipaam.am.gov.br/projeto-caulim-kalamazon-eia-rima/>>. Acesso janeiro 2020.

EIA/RIMA. Ponte sobre Rio Negro. Disponível em: <<http://www.ipaam.am.gov.br/ponte-sobre-o-rio-negro/>>. Acesso setembro de 2018.

EIA/RIMA Cidade Universitária Iranduba/AM. Disponível em: <<http://www.ipaam.am.gov.br/cidade-universitaria-iranduba-am/>>. Acesso maio de 2020.

EIA/RIMA. Projeto Potássio Amazonas – Autazes. Disponível em: <<http://www.ipaam.am.gov.br/potassio-do-brasil-mina-de-silvinita/>>. Acesso em julho de 2020.

ESTUDOS DE CASOS INTERNACIONAIS

TENERIFE, ILHAS CANÁRIAS:

EXCMO. CABILDO INSULAR DE TENERIFE; SABATÉ, Joaquín; C.C.R.S. ARQUITECTOS. Avance del PIOT: Plan Insular de Ordenación del Territorio. Litografía A. Romero S. A, Santa Cruz de Tenerife, 1994.

EXCMO. CABILDO INSULAR DE TENERIFE . TENERIFE. Plan Insular de Ordenación de Tenerife – PIOT. Memoria. Documento de setembro de 2002.

PAÍSES BAIXOS:

MINISTERIE VAN VOLKSHUISVESTING Ruimtelijke Ordening en Milieubeheer (VROM) (2001) Ruimte maken, ruimte delen. Vijfde Nota Ruimtelijke Ordening [Making space, sharing space. Fifth Memorandum on Spatial Planning], The Hague, Ministerie van VROM. (versão em inglês do sumário extensivo da 5ª Nota).

MINISTERIE VAN VOLKSHUISVESTING Ruimtelijke Ordening en Milieubeheer (VROM) (2001). Summary: Making space, sharing space. Fifth National Policy Document on Spatial Planning 2000/2020. Ministry of Housing, Spatial Planning and the Environment. National Spatial Planning Agency, Dutch, June 2001.

<http://www.ruimtexitmilieu.nl/>

<http://publicaties.minienm.nl/documenten/nota-ruimte-uitvoeringsagenda-ruimte-2006>

www.mirtverkenninghaaglanden.nl/.../Nota%20Ruimte.pdf

EVERS, D. (2018). Dutch National Spatial Planning in transition. PBL Netherlands Environmental Assessment Agency. Luxembourg: September, 2018. Disponível em: <https://espon.public.lu/dam-assets/dossiers/Evers-Dutch-National-Spatial-Planning-in-transition.pdf>. Acesso novembro de 2019.

MINISTERIE VAN INFRASTRUCTUUR EM WATERSTAAT (2006). Nota ruimte: uitvoeringsagenda ruimte 2006. <http://publicaties.minienm.nl/documenten/nota-ruimte-uitvoeringsagenda-ruimte-2006>. Acesso janeiro de 2020.

ITÁLIA:

PROVINCIA DI BOLOGNA: Piano Territoriale di Coordinamento Provinciale – PTCP. Manifesto Indirizzi Politici. 2001. Disponível em: <<https://www.cittametropolitana.bo.it/pianificazione/Engine/RAServePG.php/P/384211020704>>. Acesso em julho de 2019.

PROVINCIA DI BOLOGNA. Cartografia do PTCP/2004. Disponível em: <https://cartografia.citta.metropolitana.bo.it/ptcp/elaborati_tav1.htm>. Acesso em março de 2019.

Cartografia interativa do PCTP Bologna:
<<http://cartografia.cittametropolitana.bo.it/ptcptav1/>>

Provincia di Bologna. Piano Territoriale di Coordinamento Provinciale – PTCP:

Manifesto: indirizzi Politici. Documento Illustrato dal Vice Presidente Tiberio Rabboni, 9 Luglio, 2001.

BARCELONA

BARCELONA. Generalitat de Catalunya. Departament de Política Territorial i Obres Públiques. **Pla territorial metropolitana de Barcelona**, 2010.

OBSERVATORIO DEL PAISAJE DE CATALUÑA. Catálogos de paisaje. (2016). Disponível em: <<http://www.catpaisatge.net>>. Acesso em julho de 2020.

BASES CARTOGRÁFICAS DIGITAIS, DADOS E MAPAS

AMAZONIA SOCIOAMBIENTAL. Dados cartográficos. Disponível em: <<https://www.amazoniasocioambiental.org/pt-br/mapas/>>. Acesso 2019.

ASSIS, L. F. F. G.; FERREIRA, K. R.; VINHAS, L.; MAURANO, L.; ALMEIDA, C.; CARVALHO, A.; RODRIGUES, J.; MACIEL, A.; CAMARGO, C. TerraBrasilis: A Spatial Data Analytics Infrastructure for Large-Scale Thematic Mapping. ISPRS International Journal of Geo-Information. 8, 513, 2019. DOI: 10.3390/ijgi8110513.

BRASIL. Serviço Florestal Brasileiro. Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP). 2017. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/cadastro-nacional-de-florestas-publicas/127-informacoes-florestais/cadastro-nacional-de-florestas-publicas-cnfp/1416-dados-por-estado-cnfp-2017-shapefile-e-kml>>. Acesso 2020.

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Dados abertos. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/dados-abertos>

BRASIL. AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. Disponível em: <https://sigel.aneel.gov.br/Down/>.

BRASIL. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – CPRM. Dados, informações e produtos do Serviço Geológico do Brasil. Disponível em: <http://geosgb.cprm.gov.br/>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Zoneamento Ecológico-Econômico nos Estados. .

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Download de dados geográficos. Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm>.

EMBRAPA: GeoPortal Digital.

EUROPEAN UNION, ESPON – Cooperation Program <https://www.espon.eu/paris>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=todos&campo=todos¬qry=&opeqry=&texto=radambrasil%20manaus&digital=false&fraseexata=>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. RADAMBRASIL. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/cartas.html>

IBGE. Brasil Cidades: Iranduba. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/iranduba/historico>>

IBGE. Bases Cartográficas Contínuas do Brasil. PGI - Plataforma Geográfica Interativa. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/basescartograficas/>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Plataforma Terrabrasilis.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordenação Geral de Observação da Terra. Programa de monitoramento da Amazônia e demais biomas. Desmatamento – Amazônia Legal. Disponível em: **Erro! A referência de hiperlink não é válida.** Acesso em janeiro de 2019.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Monitoramento da Floresta. São José dos Campos. 2019.

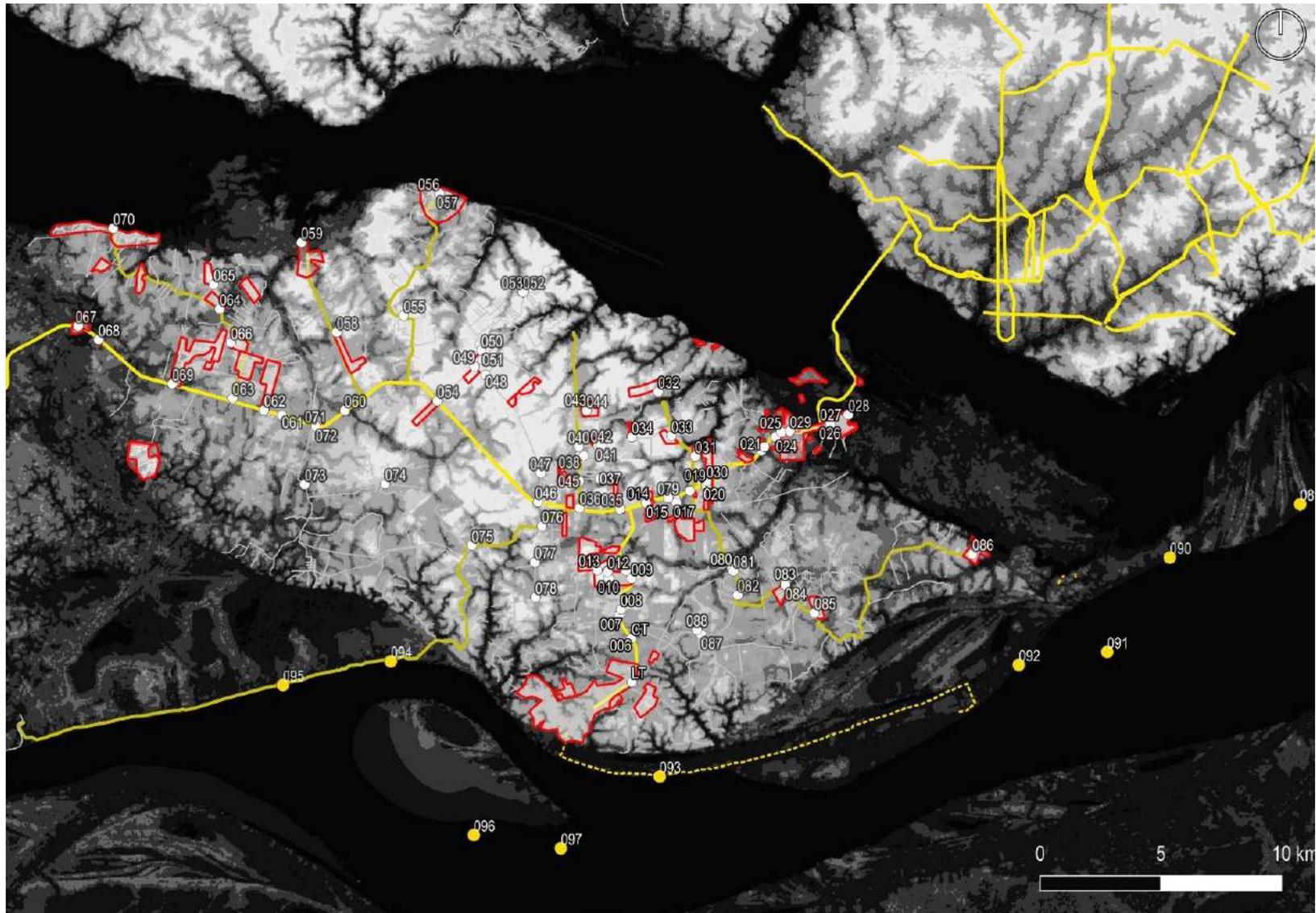
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Amazônica Brasileira por Satélite Projeto PRODES. Disponível em:
<http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>

MAPBIOMAS. Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada (RAISG).

SIGEP – Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos. Disponível em: <http://sigep.cprm.gov.br/>

USGS. Earth Explorer. Disponível em: <https://earthexplorer.usgs.gov/>. Acesso contínuo desde 2017.

ANEXO 1 – LISTA DE ASSENTAMENTOS URBANOS (CAMPO)



Uma ponte para Manaus: o lugar como alternativa para o projeto territorial

PONTO *	NOME	TIPOLOGIA	ID
1	Condomínio Nova Amazonas	Condomínio fechado	CF
2	Comunidade São Sebastião	Comunidade rural	CR
3	Loteamento da Wilma	Loteamento	LT
7	Loteamento da Wilma	Loteamento	LT
8	Loteamento FG	Loteamento	LT
9	Residencial Amazonas II	Loteamento	LT
10	Residencial Amazonas II	Loteamento	LT
11, 12,	Nova Amazonas	Loteamento	LT
14	Passeio das águas	Condomínio fechado	CF
16	Nova Manaus	Loteamento	LT
17	Nova Manaus	Loteamento	LT
18	Olaria (Cêramica Sta Luzia)	Industrial	ID
19	Terramazônia	Condomínio fechado	CF
20	Parque Barões - em frente	Condomínio fechado	CF
21	Olaria Wilson	Olaria	ID
22	Futuro loteamento	Loteamento	LT
23	Futuro loteamento	Loteamento	LT
24	Olaria João de Barro	Industrial	ID
25	L'acqua Residence	Condomínio fechado	CF
26, 28	Cacau Pirêra	Distrito urbano	DU
27	Cacau Pirêra - Porto	Porto	PT
29	Mutirão	Distrito urbano	DU
30	Parque dos Barões	loteamento	LT
31	MCMV	Conj. habitacional	MCMV
32	UEA	Institucional	INS
33	Ramal Teste	Sistema viário	SV
34	Novo teste	Comunidade rural	CR

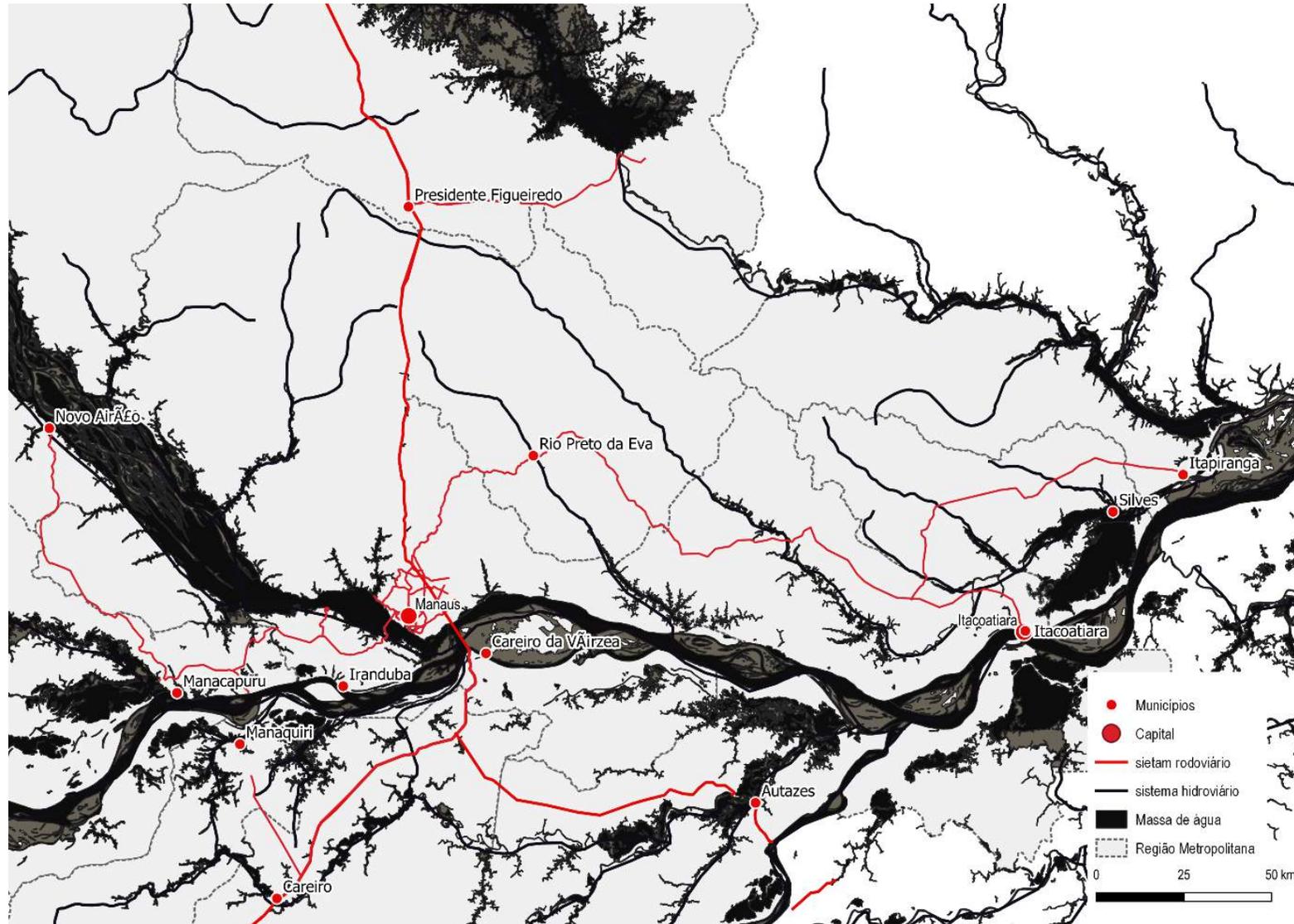
35	Loteamento tropical	Loteamento	LT
36	Ramal do 13	Sistema viário	SV
37	Loteamento (sem nome)	Loteamento	LT
38	Loteamento Santa Maria	Loteamento	LT
39	Loteamento Santa Maria	Loteamento	LT
40	Comunidade Boa Esperança	Comunidade rural	CR
41	Loteamento clandestino	Loteamento	LT
42	Loteamento clandestino	Loteamento	LT
43	Vera Castelo Branco	Loteamento	LT
45	São Sebastião	Comunidade rural	CR
46	Nova Esperança	Comunidade rural	CR
47	Ramal de Tapiré	Sistema viário	SV
48	Loteamento Gabriel	Loteamento	LT
49	Ramal Nova Esperança	Sistema viário	SV
50	Loteamento Santa Helena	Loteamento	LT
52	Loteamento Ana Medeiros	Loteamento	LT
54	Chácaras Hiroshi	Chácaras	CH
55	Comunidade Novo Israel	Comunidade rural	CR
56	Paricatuba	Distrito	DU
57	Ramal Cachoeira Castanho	Sistema viário	SV
58	Novo Catalão	Comunidade rural	CR
59	Cachoeira	Comunidade rural	CR
60	Banho do 25 - Dois Irmãos	Lazer	LZ
61	Recanto das águas	Loteamento	LT
62	Gaúcho	Loteamento	LT
63	Estrada da Serra baixa	Sistema viário	SV
64	Comunidade São Sebastião	Comunidade rural	CR
65	Portelinha	Comunidade rurbana	CR
66	Loteamento	Loteamento	LT

Uma ponte para Manaus: o lugar como alternativa para o projeto territorial

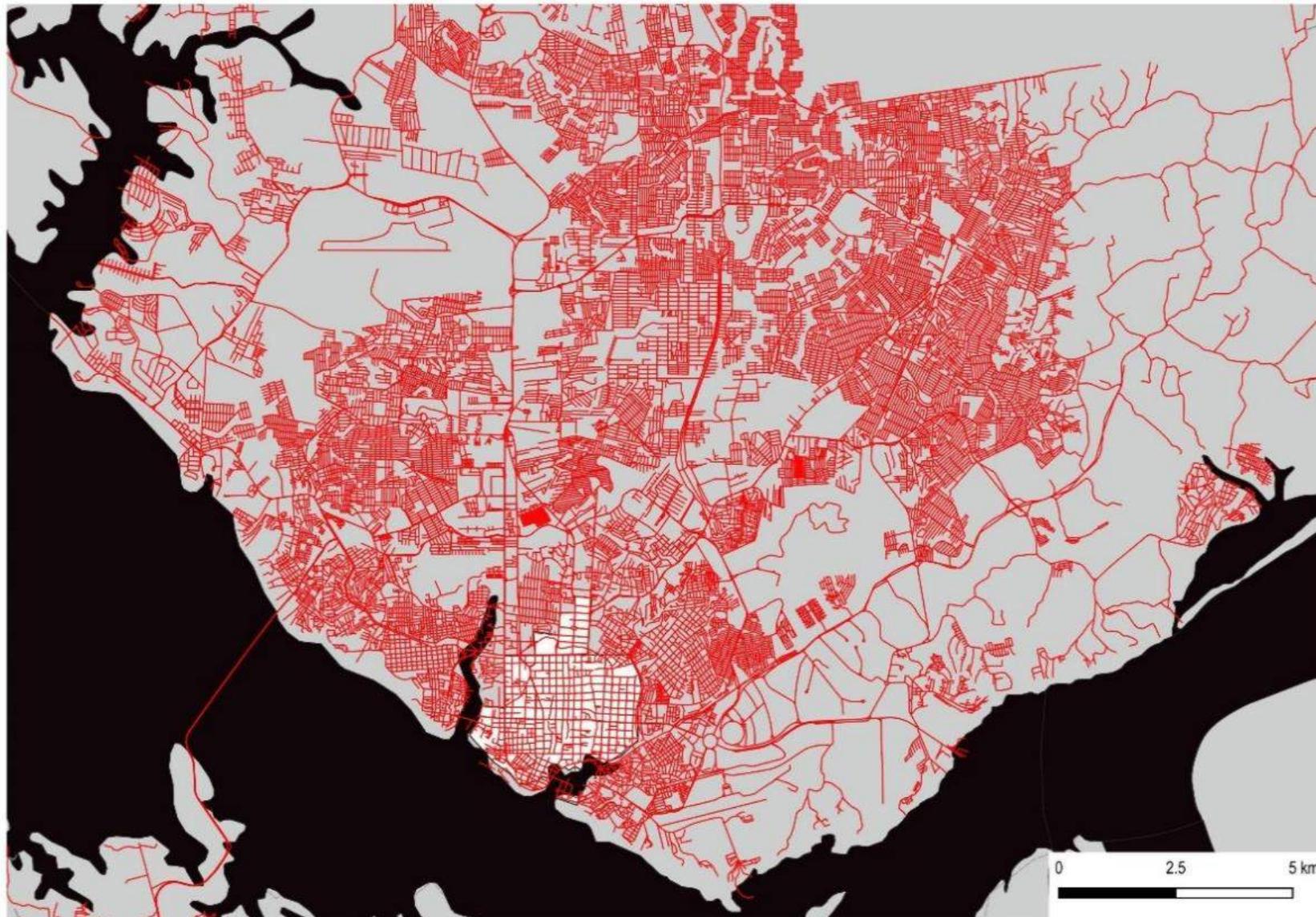
67	Ariáú	Distrito urbano		DU
68	Olaria	Industrial		ID
69	Ramal Santa Maria	Sistema viário		SV
70	Açutuba	Praia		LZ
71	Ariauzinho	Comunidade rural		CR
73	Unidos do 26	Loteamento		LT
74	Morada do Sol	Loteamento		LT
75	Greenville - loteamento	Loteamento		LT
76	Loteamento Jorge	Loteamento		LT
77	loteamento dávila	Loteamento		LT
79	Estrada Ramal Janauari	Sistema viário		SV
80	São José II	Comunidade? loteamento		CR
81	Vale da Benção	Assentamento INCRA		CR
82	Ramal Nova Floresta	Loteamento		LT

83	Ramal Bela Vista	Loteamento		LT
84	Maria Mestrinho	Loteamento		LT
85	Boa Fé	Loteamento		LT
86	Vila de São Pedro/Janauari	Comunidade rural?		CR
87	Loteamento - Marineldo	Loteamento		LT
88	Loteamento do Pereira	Loteamento		LT
89	Catalão (comunidade)	Comunidade rural		CR
90	Santa Maria Xiborena	Comunidade rural		CR
91	Ilha da Machetaria	Comunidade rural		CR
92	Comunidade São Francisco	Comunidade rural		CR
93	Divino Espírito Santo	Comunidade rural		CR
94	Nossa Senhora de Fátima	Comunidade rural		CR
95	São João	Comunidade rural		CR
96	N. S. de Fátima	Comunidade rural		CR

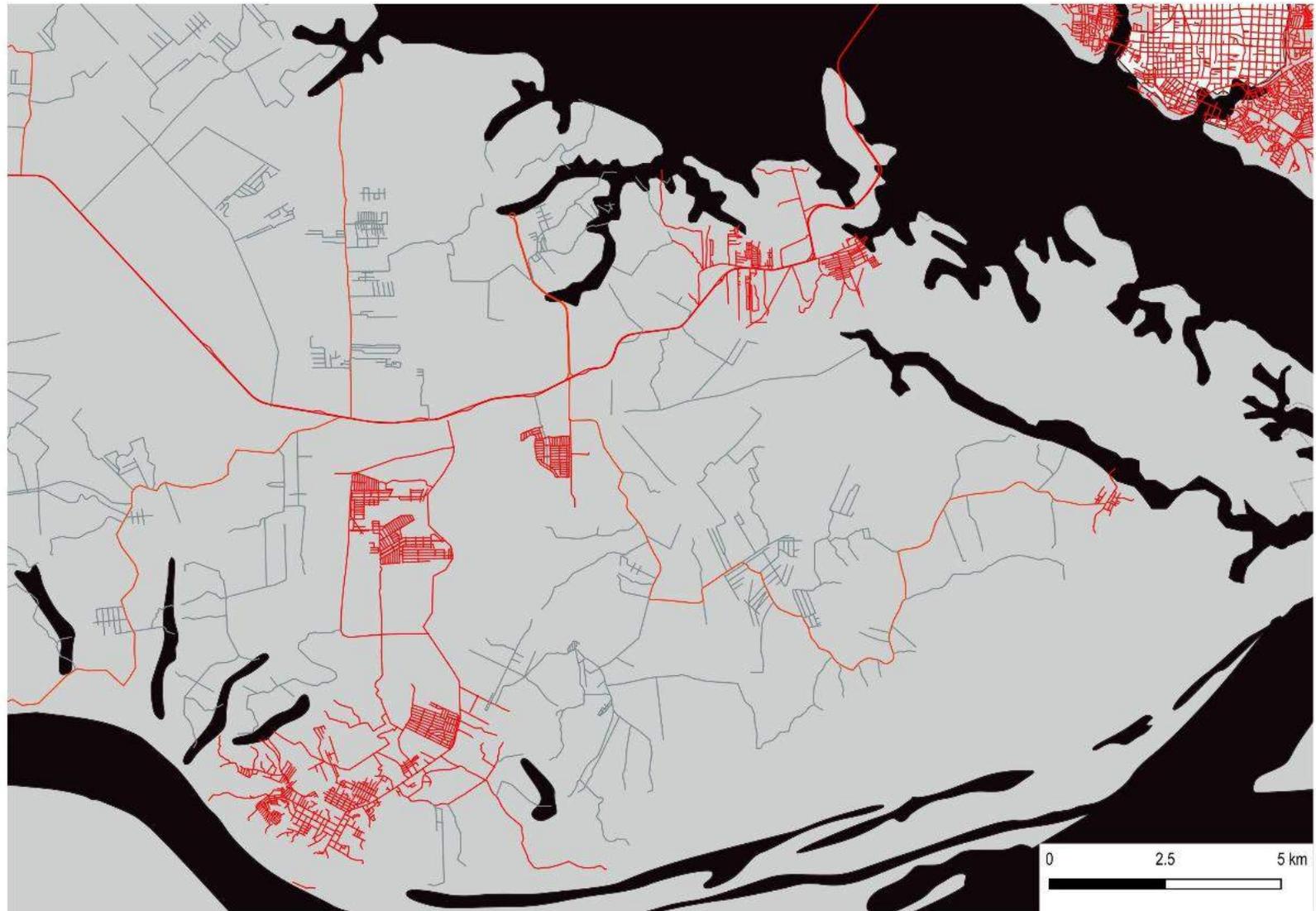
ANEXO 2 – MUNICÍPIOS



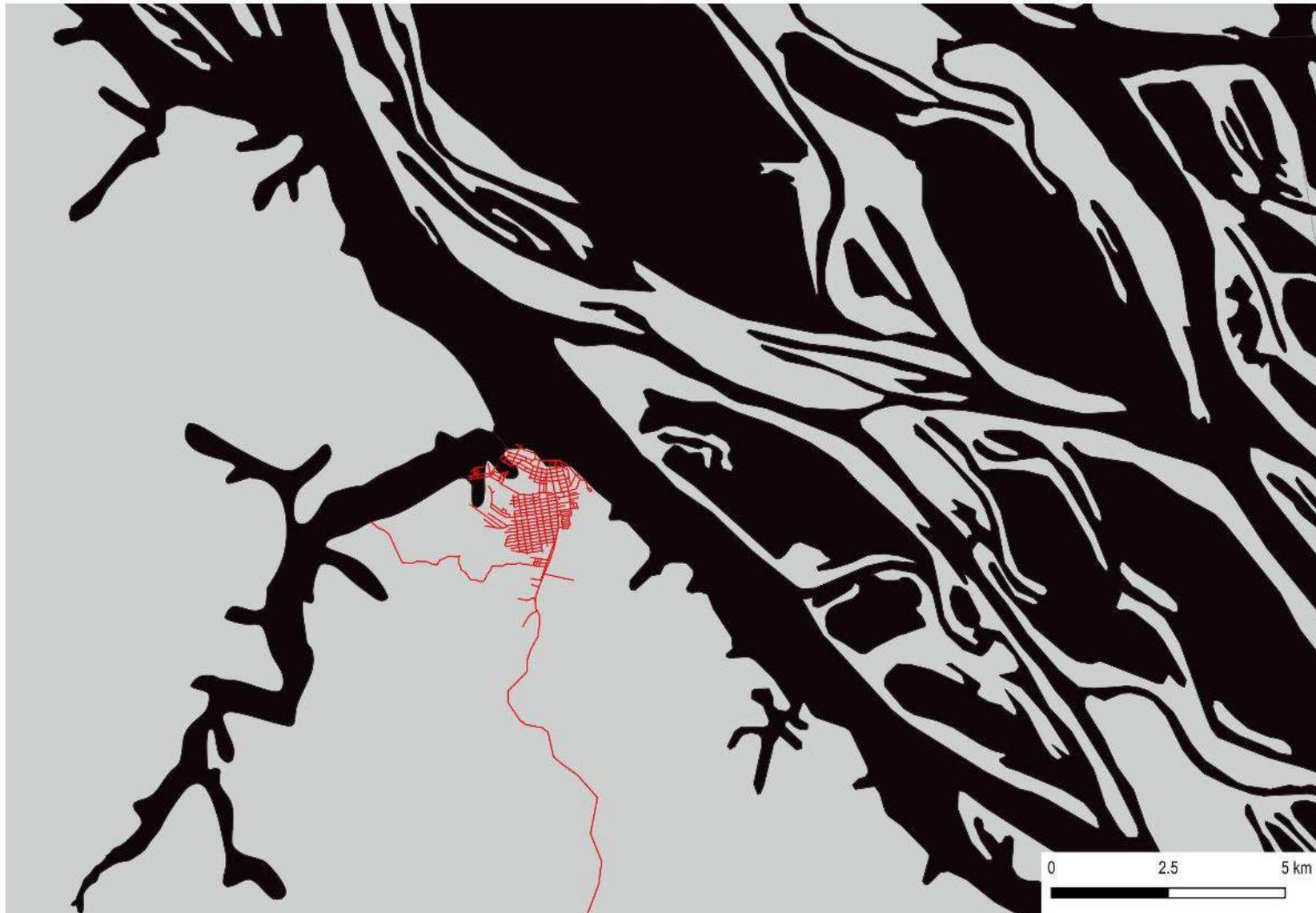
MANAUS



IRANDUBA



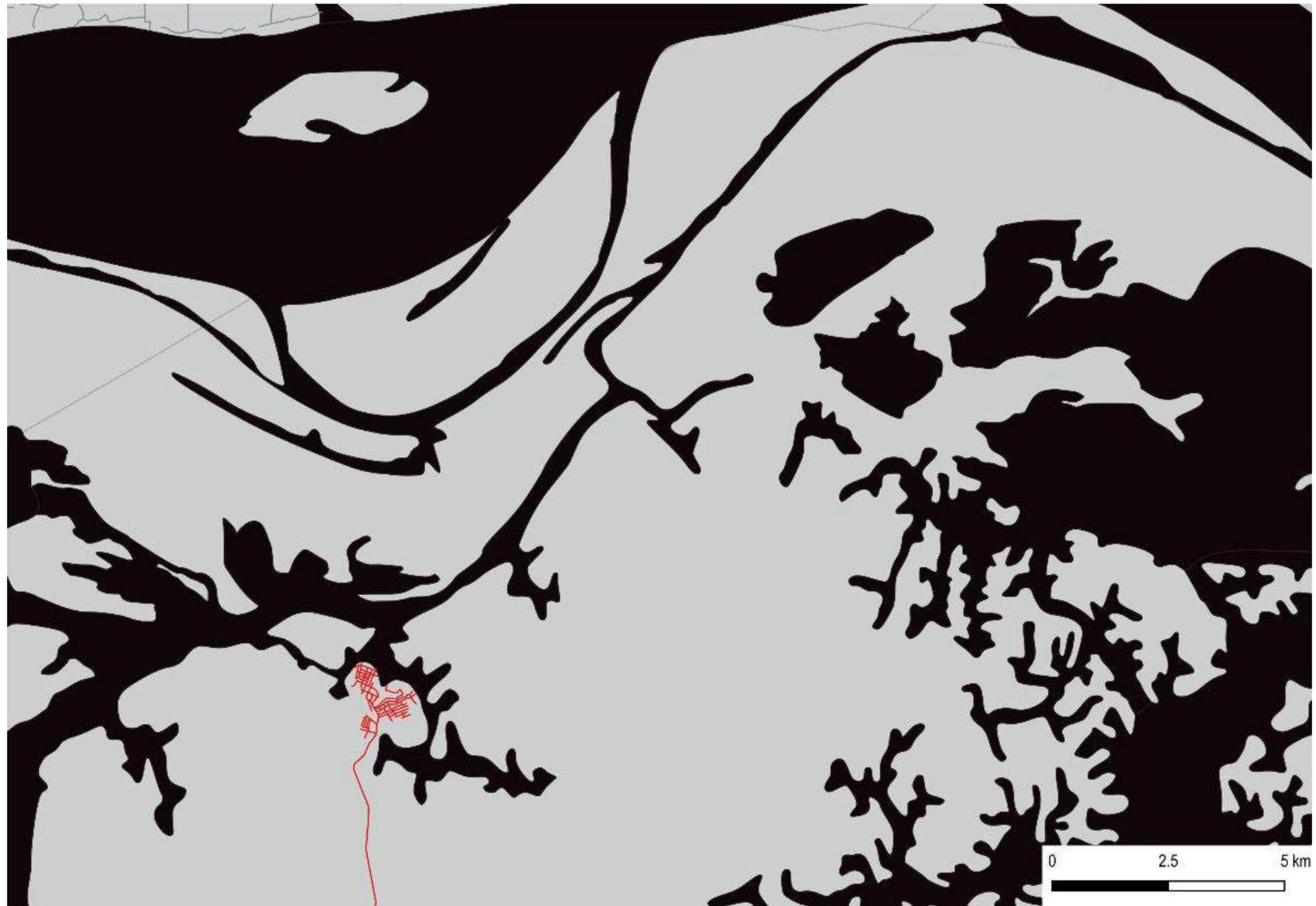
NOVO AIRÃO



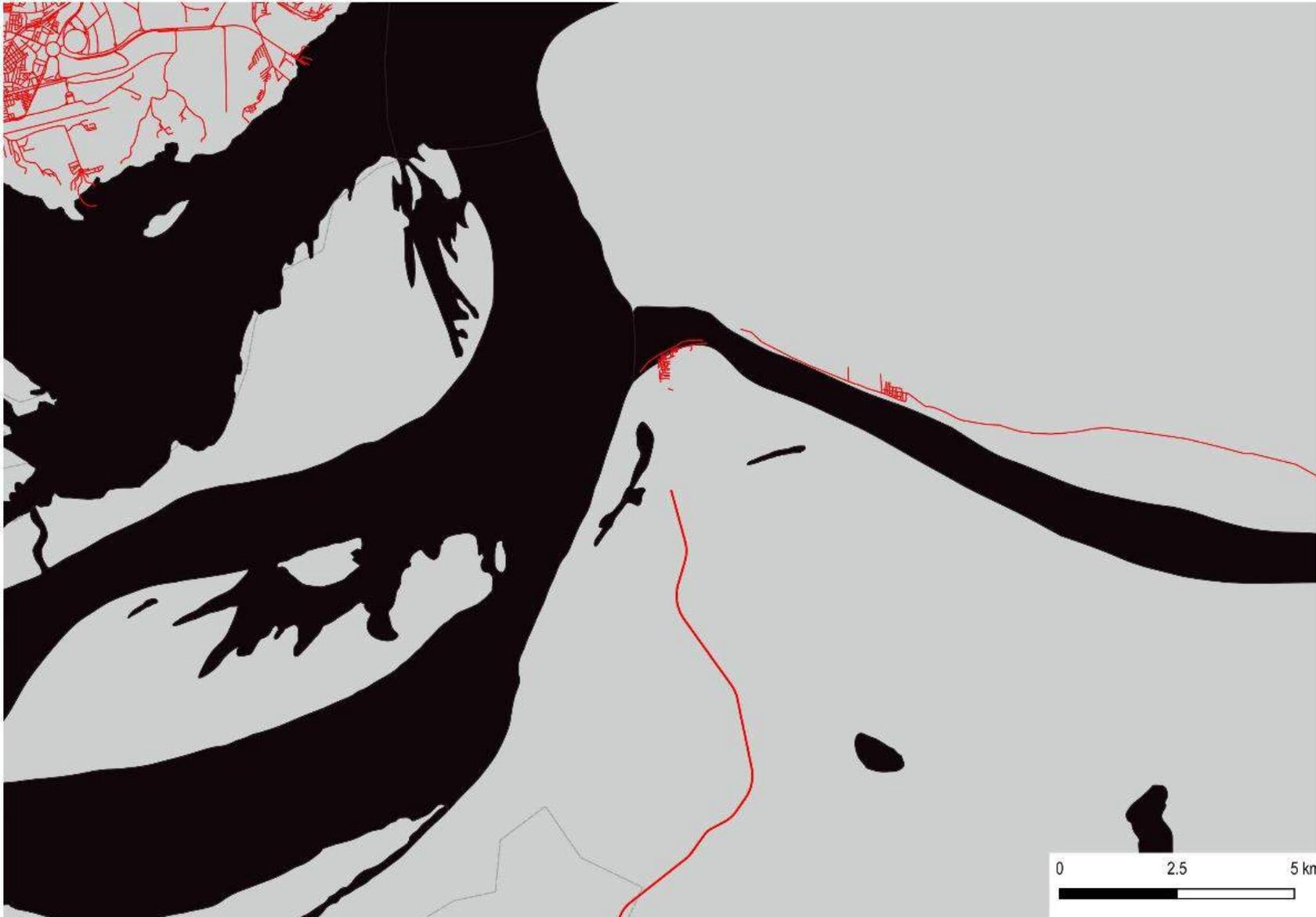
MANACAPURU



MANAQUIRI



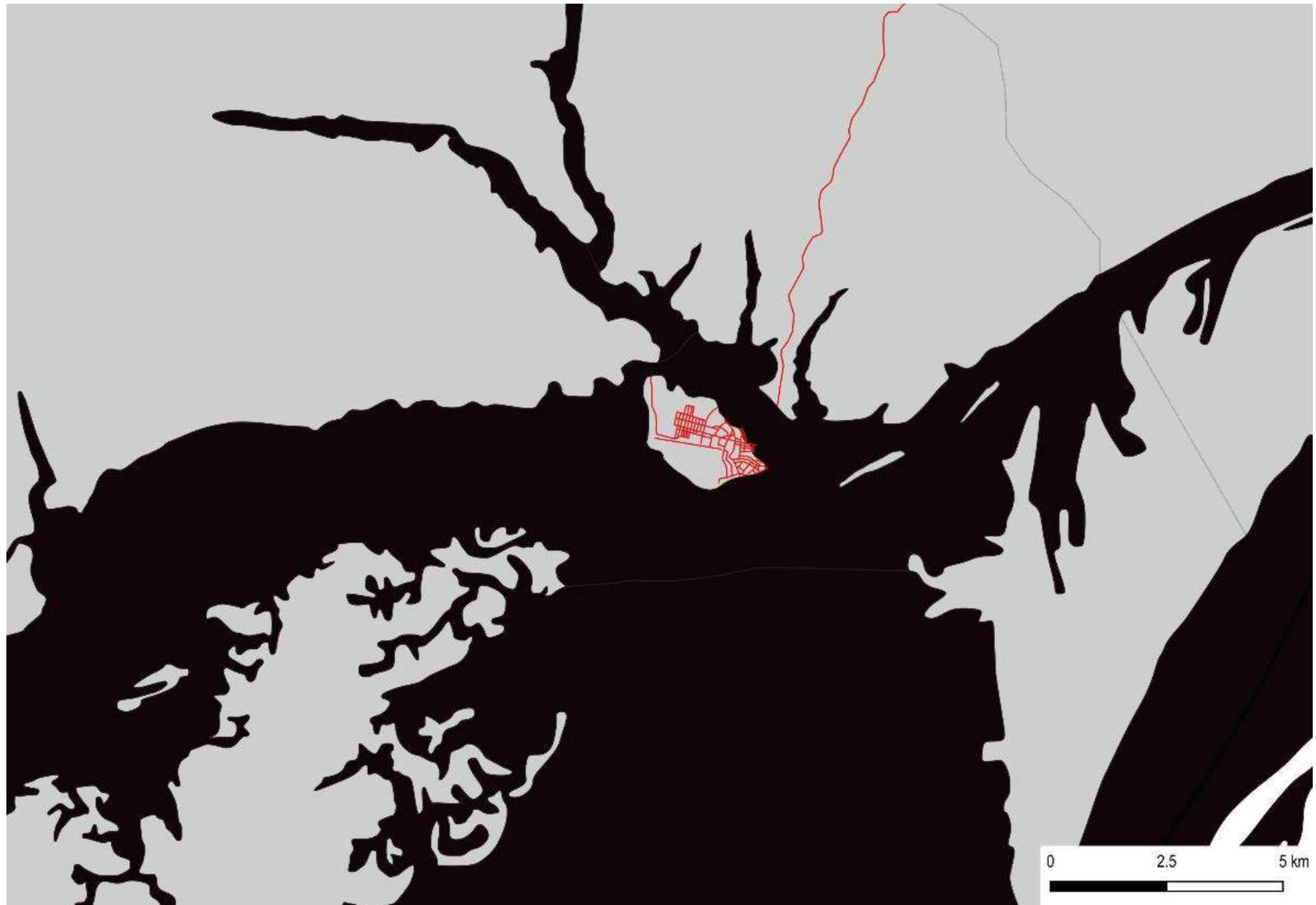
CAREIRO DA VÁRZEA



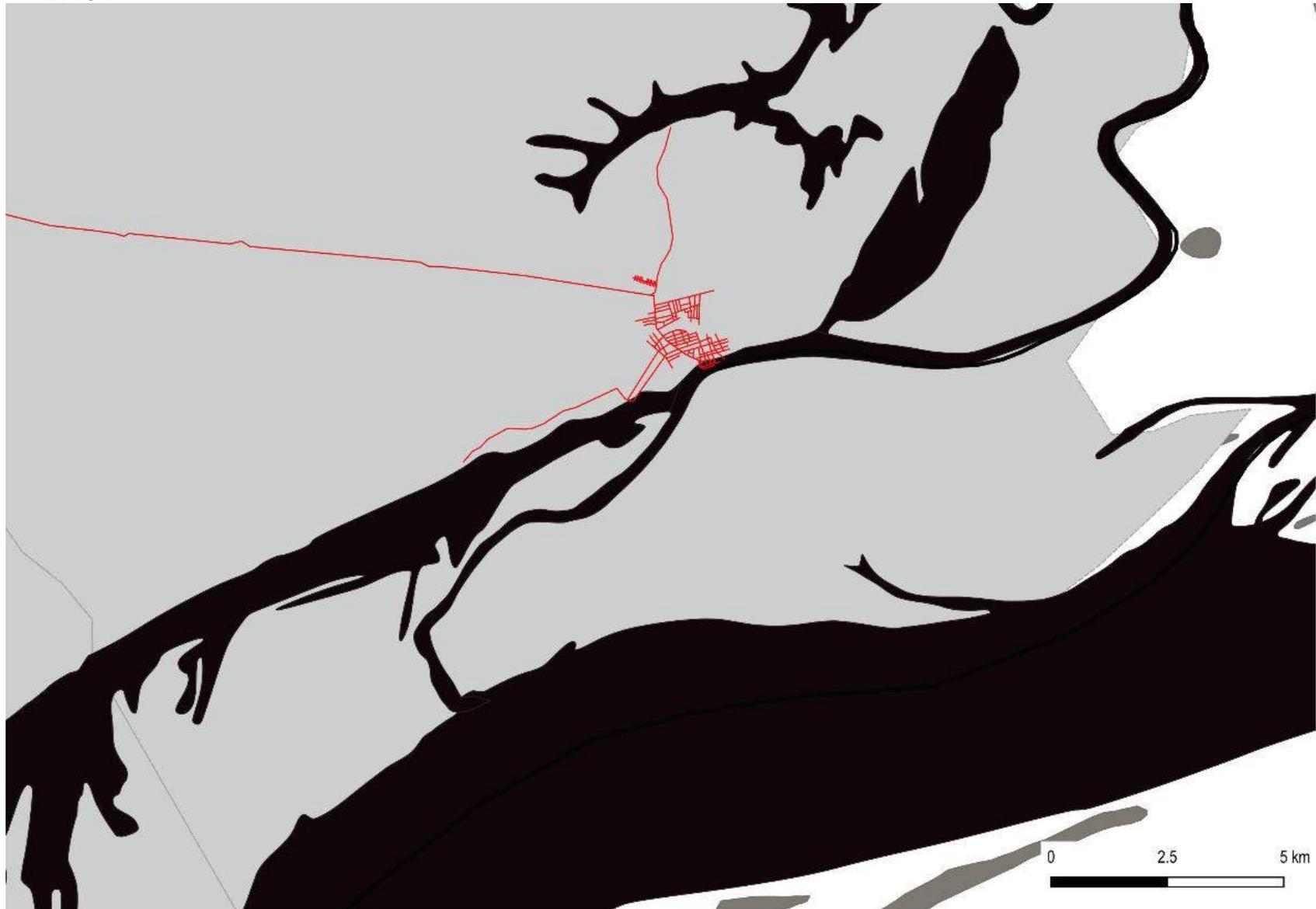
ITACOATIARA



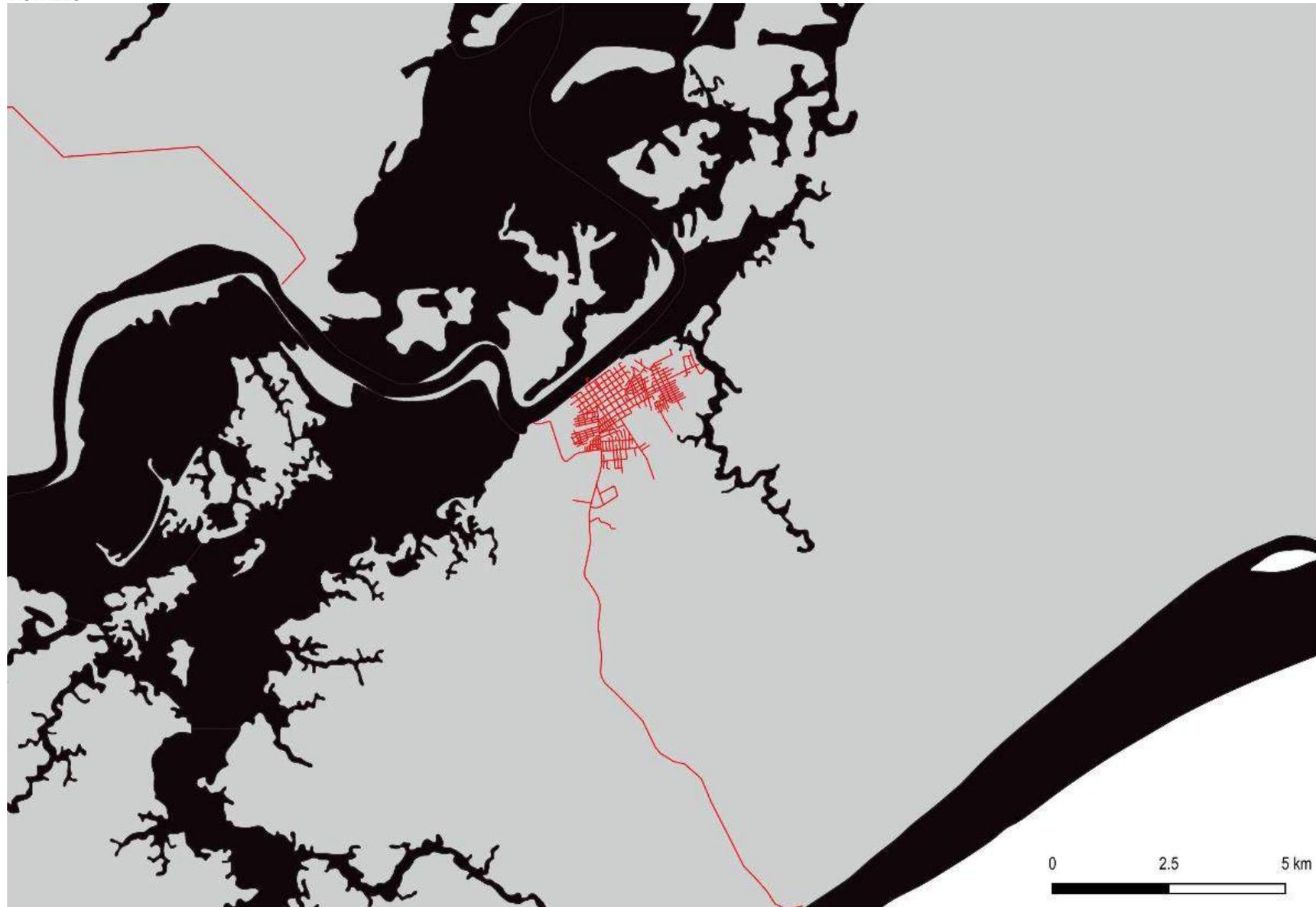
SILVES



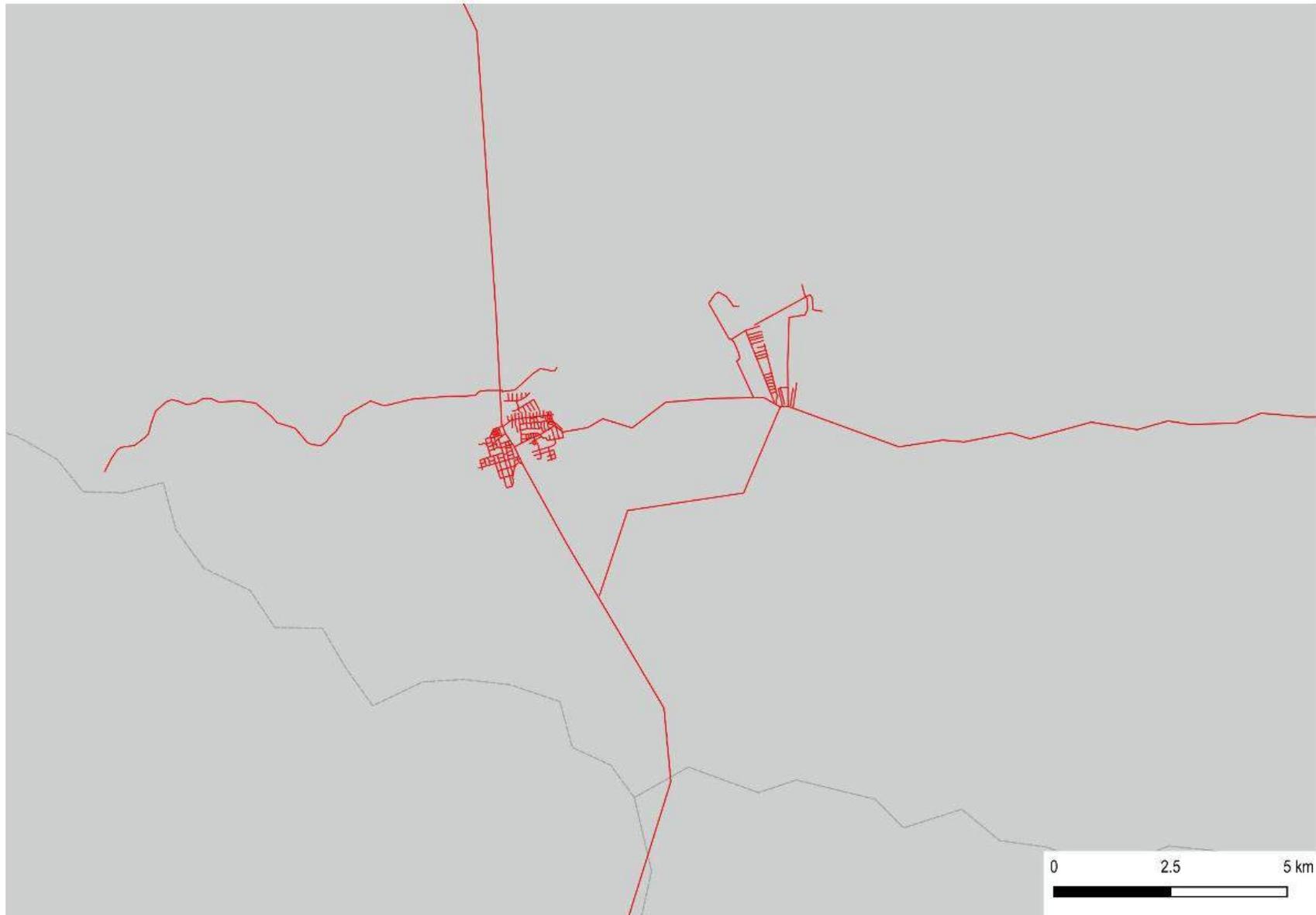
ITAPIRANGA



AUTAZES



PRESIDENTE FIGUEIREDO



RIO PRETO DA EVA

